



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1499

Terça-feira - 03 de Junho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Gaspar	119	Penha.....	253
Anchieta	2	Governador Celso Ramos	123	Pinheiro Preto	255
Antônio Carlos	30	Grão Pará	124	Ponte Serrada	256
Arroio Trinta.....	31	Guaramirim.....	126	Porto Belo.....	257
Atalanta.....	31	Herval d'Oeste	130	Porto União.....	268
Balneário Rincão	33	Ibiam	132	Rio do Sul.....	270
Bela Vista do Toldo.....	34	Imbituba	134	Salto Veloso	282
Benedito Novo	37	Ipumirim	138	Santa Rosa do Sul	283
Biguaçu	38	Irineópolis	139	São Bento do Sul.....	284
Bom Jesus do Oeste	42	Itá	140	São João do Sul	307
Bom Retiro	44	Itaiópolis	141	São José.....	313
Braço do Trombudo.....	44	Itapiranga.....	141	São José do Cedro.....	336
Brusque.....	46	Itapoá	143	São Lourenço do Oeste.....	339
Caçador.....	48	Ituporanga	145	São Pedro de Alcântara.....	342
Camboriú.....	52	Joaçaba.....	146	Schroeder.....	342
Campo Alegre	56	Lages	158	Serra Alta	351
Campos Novos	58	Lauro Muller	162	Timbé do Sul	351
Canelinha	60	Lebon Regis	185	Timbó	352
Canoinhas.....	61	Leoberto Leal.....	186	Treze Tilias	363
Capinzal	65	Luzerna	187	Trombudo Central.....	364
Catanduvas.....	67	Macieira.....	215	Tunápolis.....	364
Caxambu do Sul.....	69	Mafra	221	Turvo	365
Chapadão do Lageado	71	Maracajá	222	Videira.....	365
Concórdia	72	Meleiro	224	Xaxim.....	367
Cordilheira Alta	80	Monte Carlo	226		
Coronel Freitas.....	92	Navegantes.....	238		
Coronel Martins.....	94	Nova Trento	241		
Corupá	101	Orleans	242		
Curitibanos	104	Paial.....	242		
Doutor Pedrinho.....	105	Palhoça	243		
Faxinal dos Guedes.....	110	Palmitos	246		
Forquilha.....	111	Papanduva.....	247		
Fraiburgo.....	113	Passo de Torres.....	247		
Garopaba.....	115	Passos Maia	251		
Garuva	117	Paulo Lopes	252		

Consórcios

CIGA	370
CIM-AMAVI	371
CIMCATARINA.....	371
CIMVI.....	374
CIS/AMARP.....	375
CIS/AMUREL	376
CITMAR.....	377

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 170/2014

PORTARIA Nº 170/2014 de 02 de Junho de 2014
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) REGINA AMABILE VARASCHIN, inscrito sob CPF nº 594.853.539-87 ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, a partir de 02/06/2014 a 16/06/2014, período 11/12, restando 15 dias para serem usufruídos em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Junho de 2014

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 171/2014

PORTARIA Nº 171/2014 de 02 de Junho de 2014
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) CLEMENTE ORESTES GAIO, inscrito sob CPF nº 533.548.699-68 ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, a partir de 02/06/2014 a 01/07/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Junho de 2014

Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Anchieta

PREFEITURA

Decreto Nº. 059/2014, de 09 de Maio de 2014

DECRETO Nº. 059/2014, DE 09 DE MAIO DE 2014
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 2.832,00 (DOIS MIL OITOCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.074, de 09 de MAIO de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, autorizado a incluir despesas de Contribuições a Entidades - Confederação Nacional de Municípios - CNM com Assessoramento Atuarial, Compensação Previdenciária, Contabilidade Pública, Cultural, Desenvolvimento Social e Urbano, Educação, Finanças, Habitação, Jurídico, Meio Ambiente, Saneamento, Saúde, Transito e Mobilidade Urbana e Turismo.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 2.832,00 (dois mil oitocentos e trinta e dois reais) no Orçamento Geral do Município Exercício Financeiro de 2014, com efeitos retroativos a Janeiro do corrente exercício, para o custeio de despesas de Contribuições a Entidades - Confederação Nacional de Municípios - CNM, conforme abaixo especificado a saber:

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

04.122.0031.2055 - CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES CNM.

(....) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 2.832,00

Total R\$ 2.832,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0021.2003 - PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICIPIO

(01) 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 2.832,00

Total R\$ 2.832,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e Redução introduzidas neste texto legal, objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes para custeio de despesas de Contribuições a Entidades - Confederação Nacional de Municípios - CNM.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida a presente Lei.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
em 09 de maio de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 09 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 060/2014, de 09 de Maio de 2014

DECRETO Nº. 060/2014, DE 09 DE MAIO DE 2014

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.075, de 09 de maio de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual nº. 2.021 de 18 de outubro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), objetivando a Aquisição de Veículo para o Transporte de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, em conformidade com Transferência do Fundo Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina, através da 30ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira (SDR).

CAPÍTULO II**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), objetivando a Aquisição de Veículo para o Setor da Saúde do Município de Anchieta/SC.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica igualmente alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035 de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta/SC, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, com objetivo da Aquisição de Veículo para o Setor da Saúde do Município de Anchieta/SC.

CAPÍTULO IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.210 - Aquisição de Veículo Transporte de Pessoas do FMS

(...)4.4.90.00.00.00.00.00.0723-Aplicações Diretas R\$ 129.900,00
Total R\$ 129.900,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos (0723) intitulada como Outras Transferências de Convênios do Estado - Fundo Estadual da Saúde/ Aquisição de Veículo.

Art. 5º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo 4º deste Ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes do Fundo Estadual de Saúde, no valor de até R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) do recurso sob o código nº 0723 - Outras Transferências de Convênios do Estado - Fundo Estadual da Saúde/ Aquisição de Veículos, e contrapartida do Recurso sob o código nº 0295 - PMAQ no valor de até R\$ 41.900,00 (quarenta e um mil e novecentos reais), conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
09 de maio de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 09 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 061/2014, de 09 de Maio de 2014

DECRETO Nº. 061/2014, DE 09 DE MAIO DE 2014

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 117.680,28 (cento e dezessete mil seiscentos e oitenta reais e vinte e oito centavos) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.076, de 09 de maio de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 117.680,28 (cento e dezessete mil seiscentos e oitenta reais e vinte e oito centavos), objetivando a onerar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas com Revitalização Asfáltica em Ruas e Avenidas deste Ente Federado.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 117.680,28 (cento e dezessete mil seiscentos e oitenta reais e vinte e oito centavos), com o objetivo de onerar a seguinte dotação orçamentária abaixo especificada e constante da mesma matéria em execução:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0575.1.060 - Manutenção e Revitalização de Ruas e Avenidas da Cidade

() 4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 117.680,28
Total R\$ 117.680,28

Art. 3º - Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste Ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes da Secretaria de Estado da Infraestrutura do Estado de Santa Catarina, no valor de até R\$ 99.992,93 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos) do Recurso do convenio - Outras Transferências de Convênios do Estado - Secretaria de Estado da Infraestrutura do Estado de Santa Catarina /Revitalização Asfáltica, conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 4º Para a cobertura do crédito de contrapartida permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução da importância de até R\$ 17.687,35 (dezessete mil seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos) nas seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

28.846.0045.3.004 - Pagamentos de Sentenças Judiciais via Precatórios em Reg. Espec. E. C. 62/2009

(24) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 17.687,35
Total R\$ 17.687,35

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 7º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
em 09 de maio de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 09 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 062/2014, de 09 de Maio de 2014.

01

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

DECRETO Nº. 062/2014, de 09 de maio de 2014.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº 2.035/2013, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DE CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04 - CULTURA ESPORTE E LAZER

27.812.0021.2.030 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador

(78)-3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas \$ 15.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.041 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do Rodoviário Municipal
(103)-3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica reduzido das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04 - CULTURA ESPORTE E LAZER
27.812.0021.2.030 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador
(77)-3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas \$ 15.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
26.782.0021.2.041 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do Rodoviário Municipal
(101)-3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2034/2013, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente as suplementações e reduções introduzidas no presente ato.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
09 de maio 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente ato
Foi registrado e publicado nesta
Mesma data e na forma da Lei.
Anchieta-(SC), 09/05/2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

Decreto Nº. 063/2014, de 09 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 063/2014, de 09 de maio de 2014.
FIXA DATA, LOCAL E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, A SER REALIZADA NESTE MUNICÍPIO NO MÊS DE MAIO DO CORRENTE EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso III, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a data de 29 de maio do corrente exercício financeiro de 2014, na Câmara de Vereadores de Anchieta, localizado na Rua Vereador Geraldo Garlet nº 01, cidade de Anchieta, Centro, Estado de Santa Catarina, com início às 14 horas, para realização da Audiência Pública, referida no artigo 9º, parágrafo 4º. da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 e no artigo 166, parágrafo 1º da Constituição Federal, mais especificamente no

que tange ao 1º. Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta, em 09 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi
publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 09 de maio de 2014.
Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 064/2014, de 09 de Maio de 2014

DECRETO Nº. 064/2014, de 09 de maio de 2014
Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.2.101 - Adm. Geral Bens e Serv. Unidade Assist. Med. Sanitária.
33 - 3.1.90.00.00.00.00.1105 -Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
34 - 3.1.90.00.00.00.00.1106 -Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

35 - 3.1.90.00.00.00.00.1107 -Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
36 - 3.1.90.00.00.00.00.1106 -Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Sub - total R\$ 220.000,00

10.301.0428.2.102 - Manutenção dos Programas de Assistência Médico Sanitária

37 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1106 -Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
38 - 3.3.90.00.00.00.00.00.2295 -Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
39 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1109 -Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.2238 -Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
26 - 3.3.90.00.00.00.00.00.2246 -Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
27 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1108 -Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Sub - total R\$ 140.000,00

Total R\$ 340.000,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, as fontes de recursos do Superavit sob nº. 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 2238, 2246 e 2295, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial no dia 31 de Dezembro de 2013 relativamente aos códigos, a saber: 105 - Equipe Saúde da Família (ESF), 106 - Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), 107 - Saúde Bucal (SB), 108 - Programa de Atenção Básica (PAB), 109 - Farmácia Básica (FB), 238 - Farmácia Básica Estado(FBE), 246 - MAC, 295 - PMAQ, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
09 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.

Anchieta - (SC), 09/05/2014.
Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 065, de 16 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 065, DE 16 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DE PARTE
DA CHÁCARA NUMERO 52, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar n. 026/2010 e Lei Complementar 040/2012;

Considerando o projeto de desmembramento de Parte da Chácara nº 52, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município e pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica Aprovado o desmembramento de parte da chácara

nº 52 (cinquenta e dois), com a área total de 18.359,52m²; (dezoito mil trezentos e cinquenta e nove metros e cinquenta e dois centímetros quadrados), situada no Perímetro urbano da cidade de Anchieta SC, imóvel matriculado sob. nº 986 do Cartório Registro de Imóveis de Anchieta - SC, CRI/AHT, de propriedade de Adilson Rosa de Lima, inscrito no CPF sob nº 067.537.629-73, RG 5217309-SSP/SC, brasileiro, solteiro maior capaz, do comércio, residente e domiciliado no Perímetro Urbano da cidade de Anchieta - SC.

I - SITUAÇÃO ATUAL:

Parte da chácara nº 52 (cinquenta e dois), com a área total de 18.359,52m²; (dezoito mil trezentos e cinquenta e nove metros e cinquenta e dois centímetros quadrados), sem benfeitorias, situada no Perímetro Urbano. Cidade de Anchieta - SC. O imóvel matriculado sob. nº 986 do Cartório Registro de Imóveis de Anchieta - SC, CRI/AHT. Com as seguintes confrontações:

Norte: Com parte do lote rural nº 40, dos herdeiros da família Freitas, por linha seca.

Sudeste: Com o Lajeado Mandorin. Com parte da chácara nº 52 de Miguel Faccione por linha seca.

Sudoeste: Com partes das chácaras n.º 51 e 52 de Miguel Faccione, por duas linhas secas.

II - DESMEMBRADA:

Parte da chácara nº 52 com a área de 7.024,70m², (sete mil vinte e quatro metros e setenta centímetros quadrados), destes, 291,72m² ocupado por uma servidão de acesso. Situado no Perímetro Urbano, Cidade de Anchieta - SC. Com as seguintes confrontações:

Norte: Com parte do lote rural nº 40, dos herdeiros da Família Freitas, por linha seca.

Sul: Com parte da chácara nº 52, de Adilson Rosa de Lima, por duas linhas secas.

Sudeste: Com parte da chácara nº 52, de Adilson Rosa de Lima e Miguel Faccione, por linha seca. e ainda Com o Lajeado Mandorin
Sudoeste: Com parte da chácara nº 51, de Miguel Faccione, por linha seca.

Oeste: Com parte da chácara nº 52, de Adilson Rosa de Lima, por duas linhas secas.

Noroeste: Com parte da chácara nº 52, de Adilson Rosa de Lima, por duas linhas secas.

III- ÁREA REMANESCENTE:

Parte da chácara nº 52 com a área de 11.334,82m², (onze mil trezentos e trinta e quatro metros e oitenta e dois centímetros quadrados). Ficando encravada uma servidão com a área de 291,75m² que é referente ao acesso a área desmembrada. Situado no Perímetro Urbano, Cidade de Anchieta - SC. Com as seguintes confrontações:

Norte: Com parte do lote rural nº 40, dos herdeiros da Família Freitas, por linha seca. Com parte da chácara nº 52 de Adilson Rosa de Lima, por duas linhas secas.

Sudeste: Com parte da chácara nº 52, de Miguel Faccione, por linha seca. E ainda Com o Lajeado Mandorin
Sudoeste: Com parte da chácara nº 51, de Miguel Faccione, por

linha seca. Com parte da chácara nº 52 de Miguel Faccione, por linha seca.

Leste: Com parte da chácara nº 52, de Adilson Rosa de Lima, por duas linhas secas.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 16 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 16 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Decreto Nº. 066, de 16 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 066, DE 16 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO DE PARTE DA CHÁCARA NUMERO 389, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar n. 026/2010 e Lei Complementar 040/2012;

Considerando o projeto de desmembramento de Parte da Chácara nº 389, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município e pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica Aprovado o desmembramento de parte da chácara nº 389 (trezentos e oitenta e nove), com a área total de 28.537,50m²; (vinte e oito mil quinhentos e trinta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), sem benfeitorias, situada no Bairro Sical, perímetro urbano da cidade de Anchieta - SC, imóvel matriculado sob. nº 4.953 do Cartório Registro de Imóveis de Anchieta - SC, CRI/AHT, de propriedade de Irineu Hoffelder, inscrito no CPF sob nº 141.566.529-04, RG 13/R 990.872-SSP/SC, brasileiro, solteiro maior capaz, agricultor aposentado, residente e domiciliado no Bairro Sical, cidade de Anchieta - SC.

I - SITUAÇÃO ATUAL:

Parte da chácara nº 389 (trezentos e oitenta e nove), com a área total de 28.537,50m²; (vinte e oito mil quinhentos e trinta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), sem benfeitorias, situada no Bairro Sical. Cidade de Anchieta - SC. O imóvel matriculado sob. Nº 4.953 do Cartório Registro de Imóveis de Anchieta - SC, CRI/AHT. Com as seguintes confrontações:

Norte: Com parte da chácara nº 389, dos herdeiros da família Biluca por linha seca. Com parte da chácara nº 389, de João Betsinski; Ivanete Dalcero por uma Estrada Vicinal e ainda com parte da chácara nº 389, de propriedade do Município de Anchieta - SC, por linha seca.

Sul: Com parte da chácara nº 388 de Neori Hoppe e outros por linha seca. Com parte da chácara nº 389 de José Zibetti, por linha

seca.

Leste: Com parte da chácara nº 390 dos herdeiros da família Wildner, pelo Lajeado Mandorin.

Oeste: Com parte da chácara nº 389 de José Zibetti, por linha seca. Com parte da chácara nº 385 de Casemiro Rossato, por uma estrada vicinal.

II- ÁREA DESMEMBRADA:

Parte da chácara nº 389 com a área de 5.000,00m², (cinco mil metros quadrados), sem benfeitorias, situado no Bairro Sical, Cidade de Anchieta - SC. Com as seguintes confrontações:

Norte: Com parte da chácara nº 389, dos herdeiros da Família Biluca, por linha seca.

Sul: Com parte da chácara nº 389, de Irineu Hoffelder, por linha seca.

Leste: Com parte da chácara nº 389, de Irineu Hoffelder, por linha seca.

Oeste: Com parte da chácara nº 385, de Casemiro Rossato, por uma estrada vicinal.

III- ÁREA REMANESCENTE:

Parte da chácara nº 389 com a área de 23.537,50m², (vinte e três mil quinhentos e trinta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no Bairro Sical, Cidade de Anchieta - SC. Com as seguintes confrontações:

Norte: Com parte da chácara nº 389, dos herdeiros da família Biluca por linha seca. Com parte da chácara nº 389 de João Betsinski; Ivanete Dalcero por uma Estrada Vicinal e ainda com parte da chácara nº 389 de propriedade do Município de Anchieta - SC por linha seca. Com parte da chácara nº 389 de Irineu Hoffelder, por linha seca.

Sul: Com parte da chácara nº 388 de Neori Hoppe e outros por linha seca. Com parte da chácara nº 389 de José Zibetti, por linha seca.

Leste: Com parte da chácara nº 390 dos herdeiros da família Wildner, pelo Lajeado Mandorin.

Oeste: Com parte da chácara nº 389 de José Zibetti, por linha seca. Com parte da chácara nº 385 de Casemiro Rossato, por uma estrada vicinal. Com parte da chácara nº 389 de Irineu Hoffelder, por linha seca.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 16 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 16 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Decreto Nº. 067/2014, de 16 de Maio de 2014

DECRETO Nº. 067/2014, de 16 de maio de 2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PPA, LDO E LOA, PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.079, de 16 de maio de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO ICAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta-(SC), no Órgão 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, Unidade 07.02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 35.295,00 (trinta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais) em conformidade com o Convenio sob o nº. 2014TR0001091 - Aquisição de Combustíveis, Pneus e Peças para reposição no maquinário do município, no Valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) com contrapartida de até R\$ 5.295,00 (cinco mil duzentos e noventa e cinco reais), instituindo-se para tal duas dotações orçamentária em execução ao Projeto Atividade 07.01.26.782.0534.2053 - Manutenção do Parque de Máquinas/Convênio SDR, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 - Aplicações Diretas.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 35.295,00 (trinta e cinco mil duzentos e noventa e cinco reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0534.2053 - Manutenção do Parque de Máquinas/Convênio SDR

() 3.3.90.00.00.00.00.00. 0726 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

() 3.3.90.00.00.00.00.00. 0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.295,00
Total R\$ 35.295,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à utilização o Excesso de Arrecadação do recurso do Convênio nº. 2014TR0001091 da 30ª Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina, e para dar cobertura da contrapartida do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica autorizado a proceder a redução da seguinte conta orçamentária a saber:

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

28.846.0045.3.004 Pagamento de Sentenças Judiciais via Precatórios em Regime Especial E. C. 62/2009.

(24) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.295,00
Total R\$ 5.295,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito objetivando a instituir a atividade e respectiva dotação orçamentária para a Manutenção do Parque de Máquinas/Convênio SDR.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto no artigo 1º deste Decreto, relativamente à abertura de Crédito Especial introduzido pelo presente Decreto.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 7º Fica revogada integralmente o Decreto 032/2014 de 13 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
em 16 de maio de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente ato foi publicado nesta data e na forma da Lei em 16 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão**Decreto Nº. 068/2014, de 16 de Maio de 2014**

DECRETO Nº. 068/2014, de 16 de maio de 2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PPA, LDO E LOA, PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.080, de 16 de maio de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual nº. 2.021 de 18 de outubro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), objetivando a Aquisição de Veículo para o Transporte de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, em conformidade com Transferência do Fundo Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina, através da 30ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira (SDR).

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 129.900,00 (cento e

vinde e nove mil e novecentos reais), objetivando a Aquisição de Veículo para o Setor da Saúde do Município de Anchieta/SC.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica igualmente alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035 de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta/SC, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, com objetivo da Aquisição de Veículo para o Setor da Saúde do Município de Anchieta/SC.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.210 - Aquisição de Veículo Transporte de Pessoas do FMS

(...)4.4.90.00.00.00.00.00.0725 - Aplicações Diretas R\$ 88.000,00
(...)4.4.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 41.900,00
Total R\$ 129.900,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos (0725) intitulada como Outras Transferências de Convênios do Estado - Fundo Estadual da Saúde/ Aquisição de Veículo.

Art. 5º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo 4º deste Ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes do Fundo Estadual de Saúde, no valor de até R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) do recurso sob o código nº 0725 - Outras Transferências de Convênios do Estado - Fundo Estadual da Saúde/ Aquisição de Veículos,

Art. 6º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

09 - SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0428.1.210 - Aquisição de Veículo p/ Transportes de Pessoas do FMS.

() 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas ...R\$ 41.900,00
Total R\$ 41.900,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 060 /2014 de 09 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), 16 de maio de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Ato foi publicada nesta data e na

forma da Lei em 16 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 69/2014, de 21 de Maio de 2014

DECRETO Nº. 69/2014, de 21 de maio de 2014

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 58.000,00 (CINQUENTA E OITO MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais) destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

10 - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0485.2.207 - Desenv. Programa IGD/PBF
27 - 3.3.90.00.00.00.00.00.2232 -Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08.244.0488.2.208 - Manutenção. Coord. e Desenv. do Programa CRAS
28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.2245 -Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

08.244.0489.2.213 - Adm. Geral dos Bens e Serv. do Programa IGD/SUAS
29 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1703 -Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
Total R\$ 58.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais), concernentes ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2013, após deduzidos os Restos a Pagar, conforme a tabela abaixo:

BANCO/CONTA	RECURSO	SALDO SUPERÁVIT	UTILIZAÇÃO NESTE ATO
B.BRASIL FMAS/IGD/BF C/C 12.245-9	232/2232	10.780,78	5.000,00
B.BRASIL AHT FMAS-PBF/PAIF/CRAS C/C 9.845-0	245/2245	5.048,72	5.048,72
B.BRASIL FMAS/PBF/CRAS/PAIF C/C 12.247-5	245/2245	45.273,45	44.951,28
B.BRASIL FMAS/IGD SUAS C/C 12.246-7	703/1703	3.033,83	3.000,00
TOTAL SUPERÁVIT			58.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
21 de maio de 2014

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei. Anchieta - (SC), 21/05/2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 070/2014, de 23 de Maio de 2014

DECRETO Nº. 070/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 117.992,93 (CENTO E DEZESSETE MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.083, de 23 de MAIO de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta- (SC), no Órgão 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, Unidade 01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 117.992,93 (cento e dezessete mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto Atividade 15.451.0537.1.042 - Pavimentação Asfáltica em Ruas do Município de Anchieta, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, no valor de até R\$ 99.992,93 (Noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos) provenientes da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - Programa: MELHORIAS DE ESTRADAS MUNICIPAIS/ANCHIETA e o valor de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) de contrapartida de Recursos Ordinários da Prefeitura Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 117.992,93 (Cento e dezessete mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
15.451.0537.1.042 - Pavimentação Asfáltica em Ruas do Município de Anchieta

(. .) 4.4.90.00.00.00.00.00.2710 - Aplicações Diretas R\$ 99.992,93 (144) 4.4.90.00.00.00.00.00.00131 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
Total R\$ 117.992,93

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos (2710) intitulada como Secretaria Estado da Infraestrutura - Proposta 0000011574- Programa: MELHORIAS DAS ESTRADAS MUNICIPAIS/ANCHIETA.

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária, abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
15.451.0043.1.018 - Construção de Edificação da Garagem Municipal
(90) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
Total R\$ 18.000,00

Art. 4º Para a complementação da Abertura de Crédito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 99.992,93 (Noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos) oriundo do provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes da Secretaria de Estado da Infraestrutura SIGEF/SC Nº 0000011574, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal, objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes para realização de Pavimentação Asfáltica em Ruas do Município de Anchieta/SC pertencente a este Ente Federado.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidos no presente Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
em 23 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente ato foi publicado nesta data e na forma da Lei em 23 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 071/2014, de 23 de Maio de 2014

DECRETO Nº. 071/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.084, de 23 de maio de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, Unidade 01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto Atividade 07.01.15.451.0537.1.067 - Pavimentação Asfáltica a Rua Olinda, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, no valor de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) com contrapartida de horas máquinas e pessoal do Ente Federado.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) no

Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0537.1.067 - Pavimentação Asfáltica a Rua Olinda.

(....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0730 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Total R\$ 110.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos (730) intitulada como Outras Transferências - AQUISIÇÃO DE CAPA ASFÁLTICA PARA MELHORIA DA RUA OLINDA.

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar a importância de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) concernente do provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes de convênio com a 30ª Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º Para a complementação e contrapartida da Abertura de Crédito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar as máquinas e contingente de pessoal, do Ente Federado, para auxiliar nos trabalhos de pavimentação da referida Rua do Município de Anchieta.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito introduzido neste texto legal, objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes para realização de Pavimentação em Rua do Município de Anchieta/SC pertencente a este Ente Federado.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito introduzido no presente Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
em 23 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente ato foi publicado nesta data e na forma da Lei em 23 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 072/2014, de 23 de Maio de 2014

DECRETO Nº. 072/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.085, de 23 de maio de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual Lei nº. 2.021 de 18 de outubro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando a Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para as Escolas do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina em conformidade com a Emenda nº 28520002 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando a Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para as Escolas do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica igualmente alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.035 de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta/SC, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, com objetivo de Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para as Escolas do Município de Anchieta.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.1.122 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.0723-Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos (0723) intitulada como Outras Transferências do FNDE.

Art. 5º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo 4º

deste Ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes do Convenio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE através da Emenda nº 28520002 no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se por muito especial que seja o Decreto 058 de 09 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), 23 de maio de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente ato foi publicado nesta data e na forma da Lei em 23 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Decreto Nº. 073, de 28 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 073, DE 28 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO PARTE DAS CHÁCARAS DE Nº 18 E 19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar n. 026/2010 e Lei Complementar 040/2012;

Considerando o projeto de desmembramento de Parte das Chácaras nº 18 e nº 19, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município e pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica Aprovado o desmembramento de parte das chácaras nº 18 e 19, com as áreas respectivas de 31.000,00m² e 29.250,00m²; num total em conjunto de 60.250,00m² (sessenta mil, duzentos e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado no cartório registro de imóveis de Anchieta-SC sob nº 2.647. Situadas na zona urbana e suburbana da cidade de Anchieta-SC. De propriedade de Idulésia Maria Dalmolin Orsato, Valmor Carlos Orsato, Marli Crestani, Adriane Crestani, Deoclides de Negri e Joconda de Negri.

I - SITUAÇÃO ATUAL:

As chácaras nºs 18 e 19 com as áreas respectivas de 31.000,00m² e 29.250,00m²; num total em conjunto de 60.250,00m² (sessenta mil duzentos e cinquenta metros quadrados), situada no perímetro urbano e suburbano da cidade de Anchieta - SC, de propriedade de Deoclides de Negri e sua esposa Joconda de Negri. Idulésia Maria Dalmolin Orsato, e seu marido Valmor Carlos Orsato. Marli Crestani. Adriane Crestani. O imóvel com as seguintes confrontações:

Norte: Com a chacara nº22, de Venuto Forgiarini, por linha seca. Com a Antiga estrada Geral Anchieta - Guaraciaba, atual Rua Caçador.

Sul: Com parte da chacara nº 15, de Anuar Mantelli, por linha seca.

Sudeste: Com parte da chacara nº 15, de Anuar Mantelli; Jurici

Schena; Denis Fernando Zanatta, por linha seca.

Nordeste: Com parte da chácara nº 37, de Honório Vieira e com a antiga estrada Geral Anchieta - Guaraciaba, atual Rua Caçador.

Oeste: Com as chácaras nºs 17 e 20, dos herdeiros de Adelino Crestani, por travessão.

II - ÁREA DESMEMBRADA:

Parte das chácaras nºs 18 e 19 com as áreas respectivas de 16.000,00m² e 13.986,55m²; num total em conjunto de 29.986,55m² (vinte e nove mil novecentos e oitenta e seis metros e cinquenta centímetros quadrados), situada no Prolongamento da Rua Caçador conforme Lei Municipal nº 2.078/2014; no perímetro urbano da cidade de Anchieta - SC, conforme Declaração da Prefeitura Municipal; de propriedade de Deoclides de Negri e sua esposa Joconda de Negri. Idulésia Maria Dalmolin Orsato, e seu marido Valmor Carlos Orsato. O imóvel com as seguintes confrontações:

Norte: Com parte da chácara nº22, de Venuto Forgiarini, por linha seca. Com a antiga estrada Geral Anchieta - Guaraciaba, atual Rua Caçador.

Sul: Com parte da chácara nº 15, de Anuar Mantelli, por linha seca.

Sudeste: Com parte da chácara nº 15, de Anuar Mantelli; Jurici Schena; Denis Fernando Zanatta, por linha seca.

Nordeste: Com parte da chácara nº 37, de Honório Vieira e com a antiga estrada Geral Anchieta - Guaraciaba, atual Rua Caçador.

Oeste: Com parte das chácaras nºs 18 e 19, de Marli Crestani e Adriane Crestani, por linha seca.

III - ÁREA DESTINADA AO PROLONGAMENTO DA RUA CAÇADOR, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.077/2014 DE 16 DE MAIO DE 2014:

Parte da chácara nº 19 com a área de 263,45m², situada no perímetro urbano da cidade de Anchieta - SC, de propriedade de Idulésia Maria Dalmolin Orsato, e seu marido Valmor Carlos Orsato. O imóvel com as seguintes confrontações:

Norte: Com a Antiga Estrada Geral Anchieta - Guaraciaba, por linha seca de 10,22 metros.

Sudeste: Com a Antiga Estrada Geral Anchieta - Guaraciaba, atual Rua Caçador, por linha seca de 9,13 metros.

Sudoeste: Com parte da chácara nº 19, de Idulésia M. D. Orsato, por linha seca de 32,54metros.

Nordeste: Com parte da chácara nº 37, de Honório Vieira, por linha seca de 26,01metros.

IV - ÁREA REMANESCENTE:

Parte das chácaras nº 18 e 19 com as áreas respectivas de 15.000,00m²; num total em conjunto de 30.000,00m² (trinta mil metros quadrados), zona suburbana da cidade de Anchieta-SC. De propriedade de Marli Crestani e Adriane Crestani, com as seguintes confrontações:

Norte: Com parte da chácara nº 22, de Venuto Forgiarini, por linha seca.

Sul: Com parte da chácara nº 15, de Anuar Mantelli, por linha

seca.

Leste: Com parte das chácaras nºs 18 e 19, de Idulesia M. D. Orsato, por linha seca.

Oeste: Com as chácaras nº 17 e nº 20, de herdeiros de Adelino Crestani, por travessão.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 28 de maio de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 28 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão

Decreto Nº. 074, de 28 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 074, DE 28 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO PARTE DA CHÁCARA DE Nº 390 - C, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar n. 026/2010 e Lei Complementar 040/2012;

Considerando o projeto de desmembramento de Parte das Chácaras nº 18 e nº 19, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município e pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica Aprovado o desmembramento de parte da chácara nº 390-C com a área de 400,00m², situado na Estrada Geral Anchieta-Romelândia, atual Prolongamento da Rua Olinda conforme Lei Municipal nº 1.392/2005, perímetro urbano da cidade de Anchieta - SC, sem benfeitorias. De propriedade de Terezinha Canale, inscrita no CPF sob nº 767.828.919-72, RG 13/R-2.209.129-SSP/SC e seu esposo Fidencio Canale, inscrito no CPF sob nº 093.727.339-20, RG 13/R-621.957-SSI/SC, brasileiros, casados entre si pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente a vigência da lei nº6.515/77, agricultores, residentes e domiciliados na Linha Rosário, Município de Romelândia - SC.

I - SITUAÇÃO ATUAL

A Chácara nº 390-C (trezentos e noventa "C"), desmembrada da parte da primitiva chácara nº 390, com a área com a área de 10.084,28m²; (dez mil oitenta e quatro metros e vinte e oito centímetros quadrados), sem benfeitorias, sita na Fazenda Sargento, atual perímetro urbano da Cidade de Anchieta - SC. O imóvel matriculado sob. nº 1.807 do Cartório Registro de Imóveis de Anchieta - SC, CRI/AHT. Com as seguintes confrontações:

Norte: Com ao chácara nº 390-B, por linha seca de 310,00metros.

Sul: Com a chácara nº 390-D, por linha seca de 296,00metros.

Leste: Com a antiga estrada geral Anchieta - Romelândia,

atual Prolongamento da Rua Olinda, conforme Lei Municipal nº 1.393/2005, numa extensão de 16,59 metros e 19,21 metros.

Oeste: Com o Lajeado Primeirinha.

II- DESMEMBRAMENTO

Área Desmembrada: Parte da chácara nº 390-C (trezentos e noventa "C"), com a área de 400,00m², (quatrocentos metros quadrados), sem benfeitorias, sita na Fazenda Sargento, Estrada Geral Anchieta-Romelândia, atual Prolongamento da Rua Olinda conforme Lei Municipal nº 1.392/2005, perímetro urbano da cidade de Anchieta - SC. Com as seguintes confrontações:

Norte: Com a chácara nº 390-B, por linha seca de 12,15 metros.

Sul: Com a chácara nº 390-C, por linha seca de 11,99 metros.

Leste: Com a antiga estrada geral Anchieta - Romelândia, atual Prolongamento da Rua Olinda, conforme Lei Municipal nº 1.393/2005, numa extensão de 16,59 metros e 15,21 metros.
Oeste: Com parte da chácara nº 390-C, por linha seca de 31,73 metros.

III - ÁREA REMANESCENTE

Parte da chácara nº 390-C (trezentos e noventa "C"), com a área de 9.684,28m², (nove mil seiscentos e oitenta e quatro e vinte e oito centímetros quadrados), sem benfeitorias, sita na Fazenda Sargento, Estrada Geral Anchieta-Romelândia, atual Prolongamento da Rua Olinda conforme Lei Municipal nº 1.392/2005, perímetro urbano da cidade de Anchieta - SC. Com as seguintes confrontações:

Norte: Com parte da chácara nº 390-B, por linha seca de 297,85 metros e com parte da chácara nº 390-C, por linha seca de 11,99 metros.

Sul: Com a chácara nº 390-C, por linha seca de 296,00 metros.

Leste: Com a antiga estrada geral Anchieta - Romelândia, atual Prolongamento da Rua Olinda, conforme Lei Municipal nº 1.393/2005, numa extensão de 4,00 metros. Com parte da chácara nº 390-C por linha seca de 31,73 metros.
Oeste: Com o Lajeado Primeirinha.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 28 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 28 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Decreto Nº. 75 /2014, de 30 de Maio de 2014

DECRETO Nº. 75 /2014, de 30 de maio de 2014

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 66.400,00 (Sessenta e seis mil e quatrocentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até 66.400,00 (Sessenta e seis mil e quatrocentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 66.400,00 (Sessenta e seis mil e quatrocentos reais) destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0434.2.105 - Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária

() - 3.3.90.00.00.00.00.00.0237 -Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

() - 3.3.90.00.00.00.00.00.2237 -Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

10.304.0434.2.106 - Manutenção das Atividades de Epidemiologia e Controle Doenças

() - 3.3.90.00.00.00.00.00.1136 -Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Total Suplementação Fundo Municipal de Saúde R\$ 31.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

02 - SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL

10.302.0428.2.401 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Unidade Assist. Médico Sanitária

() - 3.1.90.00.00.00.00.00.1102 -Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

() - 3.3.90.00.00.00.00.00.2246 -Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Total Suplementação do Hospital Anchietaense R\$ R\$ 13.500,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0239.2.015 - Adm. Geral Bens e Serv. Transp. Escolar - Ensino Fundamental

() - 3.3.90.00.00.00.00.00.1120 -Aplicações Diretas R\$ 7.900,00

() - 3.3.90.00.00.00.00.00.1118 -Aplicações Diretas R\$ 1.100,00

12.361.0427.2.016 - Programa de Merenda Escolar do Ensino Fundamental

() - 3.3.90.00.00.00.00.00.1117 -Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

12.362.0197.2.017 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Transp. Escolar - Ensino Médio

() - 3.3.90.00.00.00.00.00.2270 -Aplicações Diretas R\$ 5.100,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0239.2.021 - Adm. Geral Bens e Serv. Transp. Escolar - Ensino Infantil

() - 3.3.90.00.00.00.00.00.1118 -Aplicações Diretas R\$ 2.800,00

12.365.0427.2.022 - Programa Merenda Escolar Ensino Infantil

() - 3.3.90.00.00.00.00.00.1117 -Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Total Suplementação Secretaria de Educação, Cultura e Esporte R\$ 21.900,00

Art. 3º Para atendimento da abertura parcial do Crédito constante deste ato para o Fundo Municipal de Saúde, fica autorizado a utilização da importância de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) provenientes do provável excesso de arrecadação relativo ao recurso 237 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária para o exercício de 2014.

Art. 4º Para atendimento do restante dos créditos abertos, constantes deste ato, fica autorizado a utilização do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2013, após deduzidos os Restos a Pagar, conforme a tabela abaixo:

BANCO/CONTA	RECURSO	SALDO SUPERÁVIT	UTILIZAÇÃO NESTE ATO
B.BRASIL SERV. HOSPITALARES AIH C/C 24.220-9	102/1102	7.000,00	7.000,00
B.BRASIL HOSPITAL CTA MAC C/C 11.833-8	246/2246	6551,09	6.500,00
B.BRASIL CTA EPIDEMIOLOGIA C/C 11.126-0 e C/C 12.054-5	136/1136	15.000,00	15.000,00
B.BRASIL TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO C/C 36.685-4	120/1120 270/2270	13.000,00	13.000,00
B.BRASIL PNATE C/C 9.042-5	118/118	3.900,00	3.900,00
B.BRASIL PNAE C/C 10.921-5	117/1117	5.000,00	5.000,00
B.BRASIL CTA TX DE FISCALIZAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA C/C 64.115-4 e C/C 24.350-7	237/2237	6.000,00	6.000,00
TOTAL SUPERÁVIT			56.400,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
30 de maio de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta - (SC), 30/05/2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.077/2014.

LEI Nº. 2.077/2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ANCHIETA A RECEBER EM DOAÇÃO BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO SENHOR VALMOR CARLOS ORSATO E DA SENHORA IDULÉISA MARIA DALMOLIN ORSATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, do senhor VALMOR CARLOS ORSATO E DA SENHORA IDULÉISA MARIA DALMOLIN ORSATO parte das chácaras nº. 18 e 19 (dezoito e dezenove), com área de 263,45m² (duzentos e sessenta e três virgula quarenta e cinco), sem benfeitorias, situada na zona urbana, neste Município de Anchieta - SC, conforme memorial descritivo e mapa, constantes do Anexo I desta Lei.

§ 1º. O imóvel descrito no caput deste artigo fica destinado a integrar à Rua Caçador do Município de Anchieta.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o registro do bem, descrito no art. 1º desta Lei, para o patrimônio do Município.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
em 16 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 16 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.078/2014.

LEI Nº. 2.078/2014.

AUTORIZA O PROLONGAMENTO DA RUA CAÇADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art.1º- Fica autorizado o prolongamento da Rua CAÇADOR até final da chacara nº 19.

Parágrafo único - O referido Prolongamento deve ser identificado nos mapas de localização do Plano Diretor e incluído como logradouro público na base de dados dos serviços dos Correios e Companhias de Abastecimento de gás, luz, água e de coleta e tratamento do lixo.

Art.2º-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º-Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
16 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 16 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.079/2014

LEI Nº. 2.079/2014

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PPA, LDO E LOA, PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta- (SC), no Órgão 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, Unidade 07.02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 35.295,00 (trinta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais) em conformidade com o Convenio sob o nº. 2014TR0001091 - Aquisição de Combustíveis, Pneus e Peças para reposição no maquinário do município, no Valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) com contrapartida de até R\$ 5.295,00 (cinco mil duzentos e noventa e cinco reais), instituindo-se para tal duas dotações orçamentária em execução ao Projeto Atividade 07.01.26.782.0534.2053 - Manutenção do Parque de Máquinas/Convênio SDR, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 - Aplicações Diretas.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 35.295,00 (trinta e cinco mil duzentos e noventa e cinco reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0534.2053 - Manutenção do Parque de Máquinas/Convênio SDR

() 3.3.90.00.00.00.00.00. 0726 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

() 3.3.90.00.00.00.00.00. 0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.295,00
Total R\$ 35.295,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à utilização o Excesso de Arrecadação do recurso do Convênio nº. 2014TR0001091 da 30ª Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina, e para dar cobertura da contrapartida do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica autorizado a proceder a redução da seguinte conta orçamentária a saber:

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

28.846.0045.3.004 Pagamento de Sentenças Judiciais via Precatórios em Regime Especial E. C. 62/2009.

(24) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.295,00
Total R\$ 5.295,00

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito objetivando a instituir a atividade e respectiva dotação orçamentária para a Manutenção do Parque de Máquinas/Convênio SDR.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto no artigo 1º desta Lei, relativamente à abertura de Crédito Especial introduzido pela presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 7º Fica revogada integralmente a lei nº 2.058/2014 de 13 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
em 16 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 16 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.080/2014.

LEI Nº. 2.080/2014.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual nº. 2.021 de 18 de outubro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), objetivando a Aquisição de Veículo para o Transporte de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, em conformidade com Transferência do Fundo Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina, através da 30ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira (SDR).

CAPÍTULO II**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), objetivando a Aquisição de Veículo para o Setor da Saúde do Município de Anchieta/SC.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica igualmente alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035 de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta/SC, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, com objetivo da Aquisição de Veículo para o Setor da Saúde do Município de Anchieta/SC.

CAPÍTULO IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.210 - Aquisição de Veículo Transporte de Pessoas do FMS

() 4.4.90.00.00.00.00.00.0725 - Aplicações Diretas R\$ 88.000,00
() 4.4.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 41.900,00
Total R\$ 129.900,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos (0725) intitulada como Outras Transferências de Convênios do Estado - Fundo Estadual da Saúde/ Aquisição de Veículo.

Art. 5º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo 4º deste Ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes do Fundo Estadual de Saúde, no valor de até R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) do recurso sob o código nº 0725 - Outras Transferências de Convênios do Estado - Fundo Estadual da Saúde/ Aquisição de Veículos,

Art. 6º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

09 - SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0428.1.210 - Aquisição de Veículo p/ Transportes de Pessoas do FMS.

() 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas R\$ 41.900,00
Total R\$ 41.900,00

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial a Lei nº 2.075/2014 de 09 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
16 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 16 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.081/2014.

LEI Nº. 2.081/2014.

INSTITUI CONDIÇÕES DE PROIBIDADE (FICHA LIMPA) PARA NOMEAÇÃO DE OCUPANTES DE CARGOS PÚBLICOS DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E TAMBÉM DE PROVIMENTO EFETIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO E TAMBÉM DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA /SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica proibida a nomeação para cargo de provimento em Comissão ou de provimento efetivo declarado em Lei, em forma de Concurso Público ou de Livre Nomeação e Exoneração, no âmbito da Administração Direta, Indireta e Fundacional e Autarquias e também no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Anchieta, de pessoas incluídas nas seguintes hipóteses:

I - Os Agentes Políticos que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, no período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

II - Os que tenham contra si representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da decisão;

III - Os que foram condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

A - Contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

B - Contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

C - Contra o meio ambiente e a saúde pública;

D - Eleitorais, para os quais a Lei comine pena privativa de liberdade;

E - De abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

F - De lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

G - De tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e crimes considerados hediondos;

H - De redução à condição análoga à de escravo;

I - Contra a vida e a dignidade sexual;

J - Praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

IV - Os que tiverem suas Contas Rejeitadas pelos Tribunais de Contas, relativas ao exercício de Cargos ou Funções Públicas, por irregularidade insanável que configure ato doloso de Improbidade Administrativa, e por decisão irreversível do órgão competente e constarem na Lista dos Inelegíveis do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ou no Tribunal Regional Eleitoral, salvo se a decisão houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos; a partir da decisão final por Órgão Colegiado.

V - Os detentores de cargo na Administração Pública direta, indireta ou Fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

VI - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

VII - Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

VIII - Os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

IX - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude;

X - Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

XI - A pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão;

Parágrafo único - A vedação prevista no inciso III deste artigo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo.

Art. 2º - Caberá à Secretaria Municipal de Administração, no âmbito do Poder Executivo e à Secretaria da Câmara no âmbito do Poder Legislativo, a fiscalização dos atos de nomeação em observância ao disposto nesta Lei, podendo requerer aos órgãos competentes informações e averiguações das informações necessárias ao atendimento das disposições desta Lei.

Art. 3º - Os responsáveis referidos no Artigo 2º terão até o 15º (décimo quinto) dia de Fevereiro de cada ano para fornecer ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, a relação completa dos ocupantes de cargos de provimento em comissão e efetivos, com a observação se APTO ou INAPTO para o exercício da função à luz da presente Lei. De posse da relação, o chefe do Poder Executivo e o Presidente do Poder Legislativo terão o prazo de 30 (trinta) dias para promover a exoneração dos inaptos.

Art. 4º - O responsável que no exercício de sua função, por negligência, omissão ou dolo eventual, deixar de cumprir com sua função no que se refere o artigo 3º, será enquadrado no Estatuto dos Servidores Públicos de Anchieta como tendo cometido falta grave e responderá ainda de acordo o DECRETO LEI nº 201/67, em processo regular.

Art. 5º - Os nomeados que ocuparem os Cargos em Comissão, na data da entrada em vigor da presente lei, terão um prazo de 30 (trinta) dias, para apresentarem e provarem que não se enquadram em nenhuma das hipóteses de impedimento para o exercício de suas funções.

Art. 6º - No ato da posse o candidato a cargo público deverá entregar os documentos relacionados abaixo, com o prazo de validade de no Máximo 60 dias a partir da data da emissão.

I - Certidão Negativa Cível e Criminal, (Estadual e Federal),

II - Certidão Negativa Junto a Justiça Eleitoral;

III - Certidão Negativa da Justiça do Trabalho;

IV - Certidão Negativa de Bons Antecedentes, (Estadual e Federal);

V - Certidão Negativa Junto a Entidade de Classe a qual o candidato ao cargo seja filiado;

VI - Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (caso de obrigado);

VII - Declaração de Bens, constando relação de bens (caso não obrigado ao IRPF);

VIII - Certidão Negativa de contas julgadas irregulares, (TCE/SC);
IV - Certidão Negativa Junto ao (TCU/TCE/TER), para verificar se encontra na relação de inelegíveis.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 16 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.082/2014.

LEI Nº. 2.082/2014.

DENOMINA SERVIDÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A servidão de passagem instituída pela Lei Municipal nº 1.767/10 totaliza uma extensão de 200,00 m2 (duzentos metros quadrados), que ficará instituída uma servidão de passagem denominada Servidão Orestes Santin.

Segue abaixo as confrontações da servidão:

*Sudoeste: Com 4,00 metros, com a Rua Ipiranga;

*Nordeste: Com 4,00 metros, com parte do lote urbano Nº. 151, por linha seca;

*Sudeste: Com 50.00 metros, com o lote urbano nº. 148;

*Noroeste: Com 50,00 metros, com o lote urbano nº. 149;

Parágrafo único - A referida servidão assim deve ser identificada nos mapas de localização do Plano Diretor e incluída como logradouro público na base de dados dos serviços dos Correios e Companhias de Abastecimento de gás, luz, água e de coleta e tratamento do lixo.

Art. 2.º As despesas decorrentes dessa Lei Correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
em 23 de maio de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 23 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.083/2014.

LEI Nº. 2.083/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 117.992,93 (CENTO E DEZESSETE MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta- (SC), no Órgão 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, Unidade 01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 117.992,93 (cento e dezessete mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto Atividade 15.451.0537.1.042 - Pavimentação Asfáltica em Ruas do Município de Anchieta, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, no valor de até R\$ 99.992,93 (Noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos) provenientes da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - Programa: MELHORIAS DE ESTRADAS MUNICIPAIS/ANCHIETA e o valor de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) de contrapartida de Recursos Ordinários da Prefeitura Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 117.992,93 (Cento e dezessete mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS**

15.451.0537.1.042 - Pavimentação Asfáltica em Ruas do Município de Anchieta

(. .) 4.4.90.00.00.00.00.00.2710 - Aplicações Diretas R\$ 99.992,93

(144) 4.4.90.00.00.00.00.00.00131 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Total R\$ 117.992,93

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos (2710) intitulada como Secretaria Estado da Infraestrutura - Proposta 0000011574- Programa: MELHORIAS DAS ESTRADAS MUNICIPAIS/ANCHIETA.

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução da seguinte dotação orçamentária, abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS**

15.451.0043.1.018 - Construção de Edificação da Garagem Municipal

(90) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Total R\$ 18.000,00

Art. 4º Para a complementação da Abertura de Crédito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 99.992,93 (Noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos) oriundo do provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes da Secretaria de Estado da Infraestrutura SIGEF/SC Nº 0000011574, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal, objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes para realização de Pavimentação Asfáltica em Ruas do Município de Anchieta/SC pertencente a este Ente Federado.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 23 de maio de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 23 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.84/2014.

LEI Nº. 2.84/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, Unidade 01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto Atividade 07.01.15.451.0537.1.067 - Pavimentação Asfáltica a Rua Olinda, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 - Aplicações Diretas, no valor de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) com contrapartida de horas máquinas e pessoal do Ente Federado.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
15.451.0537.1.067 - Pavimentação Asfáltica a Rua Olinda.
(....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0730 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
Total R\$ 110.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos (730) intitulada como Outras Transferências - AQUISIÇÃO DE CAPA ASFÁLTICA PARA MELHORIA DA RUA OLINDA.

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar a importância de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) concernente do provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes de convênio com a 30ª Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º Para a complementação e contrapartida da Abertura de Crédito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar as máquinas e contingente de pessoal, do Ente Federado, para auxiliar nos trabalhos de pavimentação da referida Rua do Município de Anchieta.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito introduzido neste texto legal, objetivando a instituir dotações orçamentárias suficientes para realização de Pavimentação em Rua do Município de Anchieta/SC pertencente a este Ente Federado.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes

Orçamentárias nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito introduzido na presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
em 23 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 23 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Lei Nº. 2.085/2014.

LEI Nº. 2.085/2014.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual Lei nº. 2.021 de 18 de outubro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando a Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para as Escolas do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina em conformidade com a Emenda nº 28520002 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 2.034 de 03 de dezembro de 2013, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando a Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para as Escolas do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica igualmente alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.035 de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta/SC, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, com objetivo de Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para as Escolas do Município de Anchieta.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado, a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
02 - ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0188.1.122 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.0723-Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Total R\$ 100.000,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos (0723) intitulada como Outras Transferências do FNDE.

Art. 5º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo 4º deste Ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação de recursos provenientes do Convenio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE através da Emenda nº 28520002 no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Leais vigentes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se por muito especial que seja a Lei nº 2.073/2014 de 09 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
23 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 23 de maio de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Homologação E Contratos, FMS, FMAS E Prefeitura_ maio_2014

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS PREFEITURA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014
PROCESSO Nº 31/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de equipamentos permanentes (Ar-Condicionado, Bebedor e Freezer), para ser utilizado nas atividades da Secretaria Municipal de Educação, pago com recursos próprios.

CONTRATADO: POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.885,00 (oito mil oitocentos e oitenta e cinco reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014
PROCESSO Nº 32/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Contratação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e Municipal, no âmbito do Município de Anchieta, referente ao ano letivo de 2014.

CONTRATADO: JACIR ANTONIO NERVIS ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.653,65 (vinte e nove mil seiscentos e

cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos)

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2014
PROCESSO Nº 40/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Contratação de empresa jornalística para aquisição de assinaturas semanais de jornal, com fornecimento de exemplares de circulação regional às quintas-feiras para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Eu sou amigo do Livro", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de Maio a Dezembro de 2014. Recurso do Salário Educação.

=====

CONTRATADO: RCO COMUNICAÇÕES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.920,00 (três mil novecentos e vinte reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2014
PROCESSO Nº 41/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Contratação de empresa jornalística para aquisição de assinaturas semanais de jornal, com fornecimento de exemplares de circulação regional às quintas-feiras para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Eu sou amigo do Livro", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de Maio a Dezembro de 2014. Recurso do Salário Educação.

=====

CONTRATADO: EDITORA SENTINELA DO OESTE LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2014
PROCESSO Nº 42/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Contratação de empresa jornalística para aquisição de assinaturas semanais de jornal, com fornecimento de exemplares de circulação regional às quartas-feiras e quintas-feiras para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Eu sou amigo do Livro", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, de Maio a Dezembro de 2014. Salario Educação.

=====

CONTRATADO: EDITORA JORNALISTICA CATARINENSE LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.726,00 (três mil setecentos e vinte e seis reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2014
PROCESSO Nº 43/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Contratação de empresa jornalística para aquisição de assinaturas semanais de jornal, com fornecimento de exemplares de circulação regional às terças-feiras, quintas-feiras e Sábados, para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Eu sou amigo do Livro", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de Maio a Dezembro de 2014.

=====

CONTRATADO: EDITORA JORNALÍSTICA FOLHA OESTE CATARINENSE LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2014
PROCESSO Nº 44/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Contratação de empresa jornalística para aquisição de assinaturas semanais de jornal, com fornecimento de exemplares de circulação regional às terças-feiras, quintas-feiras e Sábados, para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Eu sou amigo do Livro", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de Maio a Dezembro de 2014.

CONTRATADO: COMUNICAÇÕES KOLLENBERG LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

=====

CONVITE Nº 3/2014
PROCESSO Nº 34/2014 HOMOLOGAÇÃO: 12/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Prestação de serviços radiofônico aos sábados, com no mínimo 10 minutos, no horário compreendido entre as 11hrs e 12hrs, para a divulgação de campanha da administração municipal de caráter educativo e de orientação social das secretarias de Infraestrutura, Agricultura, Saúde, Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Local e Secretaria da Fazenda de março a dezembro de 2014.

CONTRATADO: RADIO CIDADE LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.080,00 (quinze mil oitenta reais)

=====

CONVITE Nº 4/2014
PROCESSO Nº 35/2014 HOMOLOGAÇÃO: 12/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de peças, mão de obra mecânica e serviço de torno para manutenção e conservação dos veículos e maquinários do setor de Obras e Serviços Rodoviários da Secretaria de Infraestrutura, pago com recursos próprios.

CONTRATADO: TORNEARIA PRECISÃO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.040,40 (vinte e quatro mil e quarenta reais e quarenta centavos)

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 2/2014
PROCESSO Nº 33/2014 HOMOLOGAÇÃO: 12/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessária para "Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Drenagem Pluvial com área total de 4.525,29m²" da Av. Brasil, no Município de Anchieta/SC, conforme Contrato de Repasse Nº 1.004.201-69/2013/Ministério das Cidades/Caixa.

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 353.900,00 (trezentos e cinquenta e três mil e novecentos reais)

=====

CONVITE Nº 5/2014
PROCESSO Nº 38/2014 HOMOLOGAÇÃO: 26/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para adequações no projeto de sistema de esgotamento sanitário para atender as exigências contidas no parecer técnico DIESP nº 405/2013 de 13 de novembro de 2013 FUNASA - Fundação Nacional de Saúde.

CONTRATADO: VITAL ENGENHARIA LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 39.950,00 (trinta e nove mil novecentos

e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014
PROCESSO Nº 36/2014 HOMOLOGAÇÃO: 26/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de Peças e Prestação de serviço para manutenção e conservação do sistema de iluminação publica do Município de Anchieta.

CONTRATADO: TRACHEL EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.817,40 (sete mil oitocentos e dezessete reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: INSTALADORA TOP 10 LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.601,76 (três mil seiscentos e um reais e setenta e seis centavos)

CONTRATADO: LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENCAO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.283,90 (doze mil duzentos e oitenta e três reais e noventa centavos)

CONTRATADO: EDMAR DA SILVA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 40,00 (quarenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014
PROCESSO Nº 37/2014 HOMOLOGAÇÃO: 26/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição e instalação de equipamentos desportivos para academia ao ar livre no Município de Anchieta, Conforme Termo de Convênio Nº 2014TR000441, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o município de Anchieta, por meio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

CONTRATADO: I. SILVEIRA E CIA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais)

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2014
PROCESSO Nº 48/2014 HOMOLOGAÇÃO: 28/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
OBJETO: Contratação de empresa para locação de Programas de Informática, para ser utilizado pela Secretaria de Agricultura no cadastro de propriedades, Levantamento das atividades desenvolvidas, gerenciamento de serviços com máquinas, Controle das Contas a receber, pago com recursos próprios.

CONTRATADO: IMPACTO SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
Anchieta, 02/06/2014
ARI PRESTES DE OLIVEIRA - PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 052/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada....: POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA.
Valor : 8.885,00 (oito mil oitocentos e oitenta e cinco reais)
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de equipamentos permanentes (Ar-Condicionado, Bebedor e Freezer), para ser utilizado nas atividades da Secretaria Municipal de Educação, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 053/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: JACIR ANTONIO NERVIS ME

Valor : 29.653,65 (vinte e nove mil seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e

Municipal, no âmbito do Município de Anchieta, referente ao ano letivo de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º TERMO ADITIVO - Contrato Nº: 049/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 07/05/2014 Término: 31/05/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para execução de obra de engenharia em regime de empreitada global, para a construção com fornecimento de material necessário, de uma Ponte em Alvenaria. Localizada nas linhas São Luiz/São Vicente que liga os municípios de Anchieta e Palma Sola. Conforme Termo de Convênio Nº 2013TR003637, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o município de Anchieta, por meio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 054/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA

Valor : 353.900,00 (trezentos e cinquenta e três mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 12/05/2014 Término: 09/10/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessária para "Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Drenagem Pluvial com área total de 4.525,29m²" da Av. Brasil, no Município de Anchieta/SC, conforme Contrato de Repasse Nº 1.004.201-69/2013/Ministério das Cidades/Caixa.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 055/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: RCO COMUNICAÇÕES LTDA

Valor : 3.920,00 (três mil novecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 12/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa jornalística para aquisição de assinaturas semanais de jornal, com fornecimento de exemplares de circulação regional às quintas-feiras para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Eu sou amigo do Livro", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de Maio a Dezembro de 2014. Recurso do Salário Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 056/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: EDITORA SENTINELA DO OESTE LTDA - ME

Valor : 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 12/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa jornalística para aquisição de assinaturas semanais de jornal, com fornecimento de exemplares de circulação regional às quintas-feiras para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Eu sou amigo do Livro", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de Maio a Dezembro de 2014. Recurso do Salário Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 057/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: EDITORA JORNALISTICA CATARINENSE LTDA - EPP

Valor : 3.726,00 (três mil setecentos e vinte e seis reais)

Vigência : Início: 12/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa jornalística para aquisição de assinaturas semanais de jornal, com fornecimento de exemplares de circulação regional às quartas-feiras e quintas-feiras para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Eu sou amigo do Livro", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, de Maio a Dezembro de 2014. Salário Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 058/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: EDITORA JORNALÍSTICA FOLHA OESTE CATARINENSE LTDA

Valor : 1.700,00 (um mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 12/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 8/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa jornalística para aquisição de assinaturas semanais de jornal, com fornecimento de exemplares de circulação regional às terças-feiras, quintas-feiras e Sábados, para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Eu sou amigo do Livro", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de Maio a Dezembro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 059/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: COMUNICAÇÕES KOLLENBERG LTDA

Valor : 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 12/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 9/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa jornalística para aquisição de assinaturas semanais de jornal, com fornecimento de exemplares de circulação regional às terças-feiras, quintas-feiras e Sábados, para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Eu sou amigo do Livro", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de Maio a Dezembro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 060/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: RADIO CIDADE LTDA.

Valor : 15.080,00 (quinze mil oitenta reais)

Vigência : Início: 12/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Prestação de serviços radiofônico aos sábados, com no mínimo 10 minutos, no horário compreendido entre as 11hrs e 12hrs, para a divulgação de campanha da administração municipal de caráter educativo e de orientação social das secretarias de Infraestrutura, Agricultura, Saúde, Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Local e Secretaria da Fazenda de março a dezembro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 061/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: TORNEARIA PRECISÃO LTDA - ME

Valor : 24.040,40 (vinte e quatro mil e quarenta reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 12/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de peças, mão de obra mecânica e serviço de torno para manutenção e conservação dos veículos e maquinários do setor de Obras e Serviços Rodoviários da Secretaria de Infraestrutura, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º TERMO ADITIVO - Contrato Nº: 049/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: PRE MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP

Valor : 11.249,60 (onze mil duzentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 15/05/2014 Término: 31/05/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para execução de obra de engenharia em regime de empreitada global, para a construção com fornecimento de material necessário, de uma Ponte em

Alvenaria. Localizada nas linhas São Luiz/São Vicente que liga os municípios de Anchieta e Palma Sola. Conforme Termo de Convênio Nº 2013TR003637, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o município de Anchieta, por meio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 062/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMES

Valor : 2.480,00 (dois mil quatrocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 26/05/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de aparelhos de ar condicionado, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL no 19/2013, para Registro de Preços.

Contratada...: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 26/05/2015

Recursos : Dotação:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 063/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: IDEAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Valor : 4.234,65 (quatro mil duzentos e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 26/05/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de aparelhos de ar condicionado, conforme especificações e quantitativos

estabelecidos no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL no 19/2013, para Registro de Preços.

Contratada...: IDEAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 26/05/2015

Recursos : Dotação:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 064/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA

Valor : 2.319,98 (dois mil trezentos e dezenove reais e noventa e oito centavos)

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 26/05/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de aparelhos de ar condicionado, conforme especificações e quantitativos

estabelecidos no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL no 19/2013, para Registro de Preços.

Contratada...: ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 26/05/2015

Recursos : Dotação:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 065/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: VITAL ENGENHARIA LTDA - EPP

Valor : 39.950,00 (trinta e nove mil novecentos e

cinquenta reais)

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa de engenharia para adequações no projeto de sistema de esgotamento sanitário para atender as exigências

contidas no parecer técnico DIESP nº 405/2013 de 13 de novembro de 2013 FUNASA - Fundação Nacional de Saúde.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 066/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: I. SILVEIRA E CIA LTDA - ME

Valor : 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição e instalação de equipamentos desportivos para academia ao ar livre no Município de Anchieta, Conforme Termo de Convênio Nº 2014TR000441, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o município de Anchieta, por meio da Secretaria de Estado e

Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 067/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: TRACHEL EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A

Valor : 7.817,40 (sete mil oitocentos e dezessete reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de Peças e Prestação de serviço para manutenção e conservação do sistema de iluminação publica do Município de Anchieta.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 068/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: INSTALADORA TOP 10 LTDA - ME

Valor : 3.601,76 (três mil seiscentos e um reais e setenta e seis centavos)

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de Peças e Prestação de serviço para manutenção e conservação do sistema de iluminação publica do Município de Anchieta.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 069/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENCAO LTDA

Valor : 12.283,90 (doze mil duzentos e oitenta e três reais e noventa centavos)

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de Peças e Prestação de serviço para manutenção e conservação do sistema de iluminação publica do Município de Anchieta.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 070/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: EDMAR DA SILVA - ME

Valor : 40,00 (quarenta reais)

Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de Peças e Prestação de serviço para manutenção e conservação do sistema de iluminação publica do Município de Anchieta.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 071/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: IMPACTO SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA - ME

Valor : 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais)

Vigência : Início: 28/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para locação de Programas de Informática, para ser utilizado pela Secretaria de Agricultura no cadastro de propriedades, Levantamento das atividades desenvolvidas, gerenciamento de serviços com máquinas, Controle das Contas a receber, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 072/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP

Valor : 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 28/05/2014 Término: 31/12/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos: Adesão ao Programa: acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado REGIN.

Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA

Vigência : Início: 28/05/2014 Término: 31/12/2014

Recursos : Dotação:

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

PROCESSO Nº 16/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de um Analisador Hematológico novo, para ser utilizado na realização de exames oferecidos gratuitamente a população no laboratório municipal, pago com recursos do PMAQ.

CONTRATADO: QUIMIOLAB COM. DE PROD. DE LABORATORIO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.499,00 (vinte e seis mil quatrocentos e noventa e nove reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014

PROCESSO Nº 17/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de medicamentos para a distribuição aos pacientes atendidos na UBS no âmbito do SUS.

CONTRATADO: ALTERMED- MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.369,03 (quatro mil trezentos e sessenta e nove reais e três centavos)

CONTRATADO: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.365,30 (cinco mil trezentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos)

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.567,00 (um mil quinhentos e sessenta e sete reais)

CONTRATADO: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.702,00 (um mil setecentos e dois reais)

CONTRATADO: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.211,20 (dois mil duzentos e onze reais e vinte centavos)

CONTRATADO: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.728,00 (dois mil setecentos e vinte e oito reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014

PROCESSO Nº 18/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de materiais Odontológicos para uso nos atendimentos gratuitos nos gabinetes odontológicos para a Unidade Básica de Saúde para o ano de 2014.

CONTRATADO: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.064,49 (cinco mil e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos)

CONTRATADO: DENTAL OESTE LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.410,80 (cinco mil quatrocentos e dez reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: VANUSA DIAS EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.574,56 (cinco mil quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

CONTRATADO: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.896,71 (seis mil oitocentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos)

CONTRATADO: FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS

ODONTOLOGICOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.028,70 (cinco mil e vinte e oito reais e setenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014

PROCESSO Nº 19/2014 HOMOLOGAÇÃO: 15/05/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Contratação de empresa de Prestação de Serviços Médico/Cirúrgico na realização de cirurgias de joelho, pé, perna,

ligamentos, artroscopia, fêmur, mão, braço, ombro, cotovelo, tornozelo, fraturas, e Artroplastia total de Quadril e Joelho (Próteses, para os atendimentos a pacientes do Município, pagos com recursos do Superavit MAC 2013.

CONTRATADO: DE MARCO SERVIÇOS MEDICOS S/S

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.600,00 (quinze mil seiscentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014

PROCESSO Nº 20/2014 HOMOLOGAÇÃO: 21/05/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria e elaboração de projetos nos Programas de Saúde e demais atividades de capacitação das equipes da saúde, de junho a dezembro de 2014, pago com recursos do PMAQ.

CONTRATADO: LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.604,00 (vinte e nove mil seiscentos e quatro reais)

=====

Anchieta, 02/06/2014

ROSELI CANCI SAGAZ - Gestora Do Fms

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 038/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada.: QUIMIOLAB COM. DE PROD. DE LABORATORIO LTDA

Valor : 26.499,00 (vinte e seis mil quatrocentos e noventa e nove reais)

Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de um Analisador Hematológico novo, para ser utilizado na realização de exames oferecidos gratuitamente a população no laboratório municipal, pago com recursos do PMAQ.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 39/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada.: ALTERMED- MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

Valor : 4.369,03 (quatro mil trezentos e sessenta e nove reais e três centavos)

Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para a distribuição aos pacientes atendidos na UBS no âmbito do SUS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 040/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada.: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI

Valor : 1.702,00 (um mil setecentos e dois reais)

Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para a distribuição aos pacientes atendidos na UBS no âmbito do SUS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 041/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada...: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-
TALARES LTDA
Valor : 2.211,20 (dois mil duzentos e onze reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para a distribuição aos pacientes atendidos na UBS no âmbito do SUS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 042/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada...: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMEN-
TOS LTDA - EPP
Valor : 1.567,00 (um mil quinhentos e sessenta e sete reais)
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para a distribuição aos pacientes atendidos na UBS no âmbito do SUS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 043/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada...: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP
Valor : 2.728,00 (dois mil setecentos e vinte e oito reais)
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para a distribuição aos pacientes atendidos na UBS no âmbito do SUS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 044/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada...: S & R DISTRIBUIDORA LTDA
Valor : 5.365,30 (cinco mil trezentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medicamentos para a distribuição aos pacientes atendidos na UBS no âmbito do SUS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 045/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada...: DENTAL OESTE LTDA ME
Valor : 5.410,80 (cinco mil quatrocentos e dez reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais Odontológicos para uso nos atendimentos gratuitos nos gabinetes odontológicos para a Unidade Básica de Saúde para o ano de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 046/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada...: FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGI-
COS LTDA - ME
Valor : 5.028,70 (cinco mil e vinte e oito reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais Odontológicos para uso nos atendimentos gratuitos nos gabinetes odontológicos para a Unidade Básica de Saúde para o ano de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 047/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada...: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP
Valor : 6.896,71 (seis mil oitocentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos)
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais Odontológicos para uso nos atendimentos gratuitos nos gabinetes odontológicos para a Unidade Básica de Saúde para o ano de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 049/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada...: VANUSA DIAS EIRELI - EPP
Valor : 5.574,56 (cinco mil quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais Odontológicos para uso nos atendimentos gratuitos nos gabinetes odontológicos para a Unidade Básica de Saúde para o ano de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 050/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada...: DE MARCO SERVIÇOS MEDICOS S/S
Valor : 15.600,00 (quinze mil seiscentos reais)
Vigência : Início: 15/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa de Prestação de Serviços Medico/Cirúrgico na realização de cirurgias de joelho, pé, perna, ligamentos, artroscopia, fêmur, mão, braço, ombro, cotovelo, tornozelo, fraturas, e Artroplastia total de Quadril e Joelho (Próteses, para os atendimentos a pacientes do Município, pagos com

recursos do Superavit MAC 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 051/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada...: LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME

Valor : 29.604,00 (vinte e nove mil seiscientos e quatro reais)

Vigência : Início: 21/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria e elaboração de projetos nos Programas de Saúde e demais atividades de capacitação das equipes da saúde, de junho a dezembro de 2014, pago com recursos do PMAQ.

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2014

PROCESSO Nº 11/2014 HOMOLOGAÇÃO: 06/05/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de Gênero Alimentícios e material de limpeza para a manutenção das atividades dos encontros dos idosos do município de Anchieta, para o exercício de 2014, Pago com recursos próprios.

CONTRATADO: JUSCELINO LUIZ PANSERA & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.922,00 (dois mil novecentos e vinte e dois reais)

CONTRATADO: JAFALLES LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 679,10 (seiscentos e setenta e nove reais e dez centavos)

CONTRATADO: RENATO ROSSATO- ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.393,80 (um mil trezentos e noventa e três reais e oitenta centavos)

=====

Anchieta, 02/06/2014

IVONETE RECALCATI - Gestora Do Fundo

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 012/2014

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

Contratada...: JUSCELINO LUIZ PANSERA & CIA LTDA

Valor : 2.922,00 (dois mil novecentos e vinte e dois reais)

Vigência : Início: 06/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de Gênero Alimentícios e material de limpeza para a manutenção das atividades dos encontros dos idosos do município de Anchieta, para o exercício de 2014, Pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 013/2014

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

Contratada...: JAFALLES LTDA - ME

Valor : 679,10 (seiscentos e setenta e nove reais e dez centavos)

Vigência : Início: 06/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de Gênero Alimentícios e material de limpeza para a manutenção das atividades dos encontros dos idosos do município de Anchieta, para o exercício de 2014, Pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 014/2014

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

Contratada...: RENATO ROSSATO- ME

Valor : 1.393,80 (um mil trezentos e noventa e três reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 06/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de Gênero Alimentícios e material de limpeza para a manutenção das atividades dos encontros dos idosos do município de Anchieta, para o exercício de 2014, Pago com recursos próprios.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Lei Nº 1.458/2014

LEI NO 1.458/2014

Concede Revisão Geral Anual de que Trata o Art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida revisão geral de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, no percentual de 2,94% (dois pontos noventa e quatro por cento), no vencimento dos servidores municipais, bem como, no subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, na remuneração dos Coordenadores, do Assessor de Comunicação, correspondente a inflação acumulada no período de abril de 2013 a novembro de 2013, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e apurada pelo IBGE.

Parágrafo Único - A revisão de que trata este artigo, não é extensiva ao vale alimentação instituído pela Lei 1.379/2012.

Art. 2º O Índice aplicado no artigo anterior servirá como base para reajuste das diárias instituídas pela Lei 558/92.

Art. 3º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder a complementação de 3,12% (três vírgula doze por cento) da revisão geral anual de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, inclusive das diárias, correspondente ao período de dezembro de 2013 a março de 2014, no momento em que estudos comprovarem que o comprometimento da receita corrente líquida não extrapolará os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º O disposto nesta Lei aplica-se no que couber aos inativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social/RPPS.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações constantes da Lei Orçamentária Anual para 2014.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 27 de maio de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Portaria N 278/2014

PORTARIA Nº 278/2014.

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - /Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor RAFAEL GUESSER, ocupante do cargo efetivo de INSEMINADOR, a partir de 02 de junho de 2014, referente ao período aquisitivo de

16/04/2010 a 15/04/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de junho de 2014.

Aviso de Licitação Nº 74/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 74/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 48/2014; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preço; Objeto: aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, gás e água para uso da Secretaria de Administração do Município de Antônio Carlos /SC. Entrega dos envelopes e abertura: 18 de junho de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antonio-carlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 02 de junho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta**PREFEITURA****Portaria Nº 118**

PORTARIA Nº 118, de 02/06/2014.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal TACIANE NESI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 065.159.989-02 e Identidade nº 4.978.761, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PROFESSOR I - (MAGISTÉRIO), conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 096 de 26/03/2014, a partir de 30 de maio de 2014.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30/05/2014.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de junho de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****Decreto N.º 030/2014.**

DECRETO N.º 030/2014.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1351 de 20 de novembro de 2013:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral
3.3.71.00.00.00.00.0080 - Transferências a Consórcios Públicos
R\$ 1.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - O créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 27 de maio de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Decreto 031/2014

DECRETO N.º 031/2014.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1377 de 23 de maio de 2014:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto fica por conta do provável excesso de arrecadação do recurso 0082 - Recursos Saúde 15%, no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 27 de maio de 2014.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Decreto 032/2014

DECRETO Nº 032/2014

“Dispõe sobre a Nomeação da Comissão Intersetorial que será Responsável no Município pela Elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo e dá Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, previstas pelo artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Atalanta, e

Considerando o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

Considerando que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

Considerando que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

Considerando que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente Inter setorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e “equipamentos” públicos;

Considerando que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo “princípio da proteção integral à criança e ao adolescente”, deve observar uma “lógica” completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do “garantismo” que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

Considerando que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto

na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma Inter setorial;

Considerando que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

Considerando que não é correto “delegar” exclusivamente aos Técnicos do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas socioeducativas de LA e PSC a responsabilidade pela elaboração do “Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo” (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do “Plano”, quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros “atores” do “Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma “comissão intersetorial” encarregada de elaborar um esboço de “Plano Municipal”;

Considerando que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma “comissão intersetorial” que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

DECRETA

Art. 1º - Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

Lilian Sebold Maciel, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Daiana Esser, representando a Secretaria Municipal de Saúde;

Marize Boing, representando a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

Jaqueline Pesenti, representando a Secretaria Municipal de Turismo e meio Ambiente;

Silvia Maria Maciel, representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Luciana Rodrigues de Oliveira de Souza, representando o Conselho Tutelar;

Art. 2º - A Comissão Inter setorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º - O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 1º de dezembro de 2014.

Parágrafo Único - A Comissão Inter setorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Atalanta, 02 de junho de 2014.

Tarcísio Polastri

PREFEITO MUNICIPAL

Balneário Rincão

PREFEITURA

Aviso de Revogação 044/2014

DESPACHO DO SR. PREFEITO MUNICIPAL PARA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CONVITE Nº. 044/PMBR/2014, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO PERTINENTE, PARA A CONSTRUÇÃO DE OBRA DE ARTE ESPECIAL - PONTE, PARA FAZER A TRANSPONSIÇÃO DO ARROIO DO BALNEÁRIO RINCÃO (LOTE 1) E CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTURA COM FORNECIMENTO DE TINTAS EM GERAL DOS CEI'S E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (LOTE 2) DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO - SC.

O Prefeito Municipal de Balneario Rincão, Sr. Décio Gomes Góes, ao analisar a ata do processo licitatório acima, determinou com base no artigo 49 da Lei 8666/93, a REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CONVITE Nº. 044/PMBR/2014. Por estes motivos, fica revogada a licitação, devendo ser publicado o extrato de revogação do presente edital, por interesse público relevante, vontade administrativa e pelo bem do serviço público, face à impossibilidade de continuidade dos trabalhos.

Balneário Rincão, 30 de Junho de 2014.
DECIO GOMES GOES
PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCÃO

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Lei Nº 1.037

LEI Nº 1.037/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
62-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
17-28.843.0003-0.002	0.002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	
Dotação	4.6.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	250.000,00
TOTAL GERAL			350.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	
27-20.606.0004-1.005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	350.000,00
TOTAL GERAL			350.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1.038

LEI Nº 1.038/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

"AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante Leilão, os veículos e bens abaixo relacionados, de propriedade do Município de Bela Vista do Toldo - SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: 01 Caminhonete I/TOYOTA HILUX 4CD DLX, ano/modelo 2001, Placas MBE 6155, RENAVAL 762790431, cor vermelha, Diesel.

LANCE INICIAL R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

LOTE 02: 01 Automóvel VW/GOL 1.0 GIV, ano 2009, modelo 2010, Placas MHM 4915, RENAVAL 164054081, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais).

LOTE 03: 01 Automóvel GM/VECTRA SEDAN, ano/modelo 2009, Placas MHM 4795, RENAVAL 164052992, cor cinza, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

LOTE 04: 01 Automóvel RENAULT/LOGAN AUT 1016 V, ano 2011, modelo 2012, Placas MJD 5061, RENAVAL 420906770, cor vermelha, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

LOTE 05: 01 Automóvel FIAT/PALIO FIRE ECONOMY, ano 2011, modelo 2012, Placas MJM 0341, RENAVAL 450577007, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

LOTE 06: 01 SUCATA de VW/KOMBI e SUCATA de Caminhonete D20. LANCE INICIAL R\$ 100,00 (cem reais).

LOTE 07: 01 RETROESCAVADEIRA MASSEY FERGUSON MF 86 HD, ano 1986, cor laranja. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

LOTE 08: 01 RETROESCAVADEIRA FIAT ALLIS FB 80.2, ano 2002, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

LOTE 09: 01 TRATOR VALTRA 785 N 14-F, ano 2003, cor verde. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

LOTE 10: SUCATAS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS, contendo: Monitores, Telefones, Impressoras, Teclados, Estabilizadores, Caixinhas de som, CPU's, Vídeo Cassetes, Aparelhos de DVD, Máquina de escrever, Mimeógrafo, Infowar Business, Central de telefônica Intelbras CORP 16000, Calculadora eletrônica e Enceradeira. LANCE INICIAL R\$ 90,00 (noventa reais).

LOTE 11: SUCATA DE FERRO VELHO, aproximadamente 200 kg. LANCE INICIAL R\$ 80,00 (oitenta reais).

LOTE 12: GRADE DE ARADO GRP N°14-F. LANCE INICIAL R\$ 80,00 (oitenta reais).

LOTE 13: LOTE DE PNEUS. LANCE INICIAL R\$ 90,00 (noventa reais).

Art. 2º. Os preços mínimos de venda de cada lote relacionado no art. 1º. serão fixados pela Comissão de Verificação e Avaliação, nomeada pela Portaria nº 199/2014.

Art. 3º. A alienação prevista no art. 1º desta Lei está em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, os valores obtidos com a venda serão depositados em conta específica e serão utilizados na aquisição de veículos novos ou outra autorização legalmente permitida.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1.039

LEI Nº 1.039/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE AS INCLUSÕES NO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO PARA O QUADRIÊNIO 2014 A 2017, DOS PROJETOS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS E MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Ficam incluídos no Plano Plurianual - PPA do Município de Bela Vista do Toldo para o quadriênio 2014 a 2017, observadas as disposições do art. 5º da Lei Municipal nº 992/2013 de 10 de outubro de 2013, os Projetos Atividades de Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos e Manutenção do Ensino Médio Profissional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, cujas programações orçamentárias estão definidas no Anexo I desta Lei, estabelecendo objetivos, indicadores, fontes de recursos e respectivas ações, metas físicas e financeiras e outros atributos.

Art. 2º. Os anexos II, III, e IV do Plano Plurianual - PPA 2014 a 2017, constantes da Lei Municipal nº 992/2013 de 10 de outubro de 2013 ficam automaticamente alterados pela operacionalização das inclusões das programações orçamentárias referidas no art. 1º desta Lei.

Art. 3º. Ficam incluídas no Anexo - Metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Programas e Ações definidos na forma do Anexo II desta Lei, que constarão dos Projetos e das Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 155

DECRETO Nº 155/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal nº 1.037/2014 de 29 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
62-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
17-28.843.0003-0.002	0.002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	
Dotação	4.6.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	250.000,00
TOTAL GERAL			350.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	
27-20.606.0004-1.005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	350.000,00
TOTAL GERAL			350.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto 156

DECRETO N.º 156/2014, DE 29 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE AS INCLUSÕES NO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO PARA O QUADRIÊNIO 2014 A 2017, DOS PROJETOS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS E MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1.039/2014 de 29 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam incluídos no Plano Plurianual - PPA do Município de Bela Vista do Toldo para o quadriênio 2014 a 2017, observadas as disposições do art. 5º da Lei Municipal nº 992/2013 de 10 de outubro de 2013, os Projetos Atividades de Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos e Manutenção do Ensino Médio Profissional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, cujas programações orçamentárias estão definidas no Anexo I desta Lei, estabelecendo objetivos, indicadores, fontes de recursos e respectivas ações, metas físicas e financeiras e outros atributos.

Art. 2º. Os anexos II, III, e IV do Plano Plurianual - PPA 2014 a 2017, constantes da Lei Municipal nº 992/2013 de 10 de outubro de 2013 ficam automaticamente alterados pela operacionalização das inclusões das programações orçamentárias referidas no art. 1º desta Lei.

Art. 3º. Ficam incluídas no Anexo - Metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Programas e Ações definidos na forma do Anexo II desta Lei, que constarão dos Projetos e das Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Revogação 004/2014

TERMO DE REVOGAÇÃO Nº 004/2014
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL Nº 018/2014-PREF

O Prefeito Municipal, Sr. Gilberto Damaso da Silveira, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, resolve, revogar totalmente o Edital de Licitação nº 018/2014, que tem por objeto a aquisição de 01 (uma) motoniveladora; 01 (uma) pá carregadeira e 01 (um) caminhão basculante em conformidade com os recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM) referente ao convênio: 2014TR001164.

MOTIVO: Revogação com suporte no art. 49 da Lei nº 8.666/93 em decorrência de fato superveniente.

OBS: A íntegra da decisão do Sr. Prefeito Municipal encontra-se a disposição junto ao Paço Municipal.

BELA VISTA DO TOLDO, SC, 30 DE MAIO DE 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão 012/2014 - Pref

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014 - PREF

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, para AQUISIÇÃO DE 01 (uma) MOTONIVELADORA; 01 (uma) PÁ CARREGADEIRA E 01 (um) CAMINHÃO BASCULANTE EM CONFORMIDADE COM OS RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS (FUNDAM) REFERENTE A PROPOSTA DE CONVÊNIO 2014TR001164. Dia 16/06/2014 às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O Edital está publicado no site www.pmbvt.sc.gov.br, dúvidas deverão ser solicitadas pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 03 de Junho de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Benedito Novo**PREFEITURA****Extrato de Dispensa de Licitação Dp 44/2014**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
Processo Licitatório nº 44/2014.
Dispensa de licitação nº 44/2014.
CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).
CONTRATADO: JOAREZ DEBACKER (18.475.556/0001-08).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA REPAROS NO TELhado DOS PRÉDIOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais).
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO V DA LEI 8666/93.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 13/05/2014 a 30/06/2014.

Benedito Novo, 13 de maio de 2014.
Osnir Floriani
Prefeito.

Biguaçu

PREFEITURA

Extrato Contrato Nº 10.039/2014 - Processo: Convite - CV Nº 36/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.039/2014
Processo: Convite - CV Nº 36/2014 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E DETONAÇÃO DE ROCHAS NO TERRENO ONDE VAI SER LOCALIZADA A NOVA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PRADO.

Fornecedor: FLOTERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Valor: R\$ 96.326,00 (noventa e seis mil trezentos e vinte e seis reais).

Vigência: 28/05/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.038/2014 - Processo: Tomada de Preço - TP Nº 40/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.038/2014
Processo: Tomada de Preço - TP Nº 40/2014 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PRADO, CONTEMPLADA NA PORTARIA Nº. 1.380, DE 03 DE JULHO DE 2013, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP

Valor: R\$ 517.616,79 (quinhentos e dezessete mil seiscentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos).

Vigência: 27/05/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo de Dispensa de Licitação Nº 43/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2014-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO PARA TODA A REDE DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

EMPRESA CONTRATADA: IMUNIZADORA RIBEIRO LTDA.- ME

VALOR: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), até 31/12/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

(...) II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA: Considerando a importância do controle de pragas como baratas, cupins, formigas, ratos, que em determinado local ou momento podem causar algum dano direto ou indireto à saúde humana; Considerando que o controle dessas pragas realizado por empresas dedetizadoras tem como finalidade a proteção da saúde e do bem estar, impedindo a partilha dos alimentos, das habitações e dos locais de trabalho e lazer com os insetos, roedores e outras espécies de pragas; Considerando que esse controle é um sistema que inclui medidas preventivas e corretivas, de modo que as pragas sejam mantidas em níveis que não conduzam à ocorrência de problemas significativos; Considerando que o valor se enquadra no dispositivo legal supracitado, opta-se pela dispensa de licitação como forma de contratação do serviço supracitado.

Biguaçu, 19 de maio de 2014.
Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Portaria Nº 1491/2014

PORTARIA Nº 1491/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JUCELIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo comissionado de COORDENADOR DE ABRIGO INSTITUCIONAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4823/2014 em anexo no período de 27/05/2014 a 28/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1490/2014

PORTARIA Nº 1490/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSE ANTONIO TEODOSIO, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de

suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4705/2014 em anexo no período de 18/05/2014 a 15/08/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1489/2014

PORTARIA Nº 1489/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DAGMAR AMARO DUARTE, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4729/2014 em anexo no período de 27/05/2014 a 25/06/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1488/2014

PORTARIA Nº 1488/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DENISIA RIBEIRO DA SILVA GOULARTE, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4729/2014 em anexo no período de 10/05/2014 a 30/06/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1487/2014

PORTARIA Nº 1487/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA PAULA SILVA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4679/2014 em anexo no período de 20/05/2014 a 03/06/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1486/2014

PORTARIA Nº 1486/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4849/2014 em anexo no período de 26/05/2014 a 29/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1485/2014

PORTARIA Nº 1485/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANDREA MARA GODINHO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4846/2014 em anexo no período de 26/05/2014 a 28/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1484/2014

PORTARIA Nº 1484/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIZETE DORALICE PEREIRA HAMMES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4619/2014 em anexo no período de 20/05/2014 a 20/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1483/2014

PORTARIA Nº 1483/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE,

ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4703/2014 em anexo no dia 22/05/2014 e no período de 26/05/2014 a 28/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1482/2014

PORTARIA Nº 1482/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO KIRCH, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4759/2014 em anexo no período de 22/05/2014 a 28/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1481/2014

PORTARIA Nº 1481/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IARA ERMELI LACERDA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4757/2014 em anexo no período de 21/05/2014 a 29/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1480/2014

PORTARIA nº 1480 de 02 de junho de 2014

Concede Readaptação ao(a) servidor(a) Salvador Artur de Campos, ocupante do Cargo efetivo de Professor I - Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Salvador Artur de Campos, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 446, ocupante do cargo efetivo de Professor I - Ensino Fundamental, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades na Biblioteca Pública

Municipal, desempenhando as seguintes funções:

I - Atender aos usuários em consultas;
II - Organizar e arquivar periódicos;
III - Tirar fotocópias;

IV - Verificar empréstimos e devoluções;

V - Receber Doações.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 28/05/2014 a 31/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/05/2013.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1479/2014

PORTARIA nº 1479 de 02 de junho de 2014

Concede Readaptação ao(a) servidor(a) Mabel Cristina Ternes Corrêa, ocupante do Cargo efetivo de Professor I - Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Mabel Cristina Ternes Corrêa, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 388, ocupante do cargo efetivo de Professor I - Educação Infantil, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades na Biblioteca Pública Municipal, desempenhando as seguintes funções:

I - Atender aos usuários em consulta auxiliando na localização de livros e materiais diversificados;

II - Verificar empréstimos e devoluções de materiais, organizar e arquivar jornais, manter em ordem os periódicos, receber doações, tirar fotocópias, fazer inscrições de novos usuários;
III - Limpar as estantes e manter a ordem padrão do CDD.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 28/05/2014 a 31/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1495/2014

PORTARIA nº 1495 de 02 de junho de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Jucélia Cátia Teixeira, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Jucélia Cátia Teixeira, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem da Família, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 05/06/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1494/2014

PORTARIA nº 1494 de 02 de junho de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Janete Rodrigues Izidoro, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Janete Rodrigues Izidoro, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/05/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1493/2014

PORTARIA nº 1493 de 02 de junho de 2014

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor (a) Diogo Demarchi Silva, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Diogo Demarchi Silva, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Escrivão, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7606.

Art. 2º O período de concessão da licença sem vencimento é de 06/10/2014 a 06/10/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 06/10/2014.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

João Luiz Luz

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1492/2014

PORTARIA nº 1492 de 02 de junho de 2014

ERRATA:

Na portaria 1471/2014, de averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição da servidora Marivalde Inês Kons Hoffmann, ocorreu um equívoco quanto ao período averbado.

Portaria 2431, de 26 de setembro de 2012:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) MARIVALDE INES KONS HOFFMANN, detentor(a) da matrícula 449 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00043/12-4, da qual se extraiu o período de 06 (seis) anos e 17 (dezessete) dias, e da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo IPESC, sob o nº 759/2001, da qual se extraiu o período de 10 (dez) meses e 04 (quatro) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) MARIVALDE INES KONS HOFFMANN, detentor(a) da matrícula 449 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00043/12-4, da qual se extraiu o período de 06 (seis) anos e 17 (dezessete) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Biguaçu, 02 de junho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº.4558/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4558/2014 de 30 de Maio de 2014
Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 01090/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº.: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 4477/14 de 02 de janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº. 01090/2014, que tem por objeto Aquisição de fechamento para Retro Escavadeira Caterpillar 416 E.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Indumar Ind. Com. Equip. Indust. E	Fechamento para Retro Escavadeira Caterpillar 416 E com vidros temperados verdes, forro interno de fibra com luz, fechadura da porta projetada para máquinas rodoviárias com fechamento automático com chave, ar-condicionado projetado para máquinas rodoviárias com no mínimo 35.000 BTUS, sanfonas de vedação das alavancas e forração térmica para o assoalho	1,00	27.000,00

vinte e sete mil reais 27.000,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 30/05/14.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Decreto Nº.4559/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4559/2014 de 30 de Maio de 2014
Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 01091/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº.: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 4477/14 de 02 de janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº. 01091/2014, que tem por objeto Contratação de empresa para captação de recursos e acompanhamento de projetos do Município de Bom Jesus do Oeste - SC.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	FOCO PESQUISA & SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços para captação de recursos, elaboração de projetos, planos de trabalho, estudo de demandas, atendimento aos pareceres e atividades afins, busca de programas de captação de recursos junto aos órgãos públicos da União e Estado, fundos de Bancos Oficiais, bem como acompanhamento de execução de projetos e prestação de contas, além de alimentar os programas do Siconv, SD, Transferência e SIGEF.	7,00	12.600,00

Doze mil e seiscentos reais 12.600,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 30/05/14.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 128/2014 de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 128/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA SRA. DANIELY LUNARDI AO CARGO EFETIVO DE PSICÓLOGA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. DANIELY LUNARDI, portadora do CPF sob nº. 035.540.099-80, com lotação na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes, para ocupar o cargo efetivo de PSICÓLOGA, com carga horária de 40 horas semanais, aprovada em Concurso Público nº 001/2014, com direito a percepção da remuneração ao padrão constante na Lei 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de Junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Contrato Nº 51/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 51/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: INDUMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1090/2014

Objeto: Aquisição de equipamento sendo gabine para a retro Caterpillar 416E.

Valor: R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

Vigência: 30 de maio de 2014 a 30 de dezembro de 2014.

Assinatura: 30 de maio de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Contrato Nº 52/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 51/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FOCO PESQUISA & SERVIÇOS LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1091/2014

Objeto: Prestação de serviços na captação de recursos para o município.

Valor: R\$ 12.600,00 (Doze mil e seiscentos reais).

Vigência: 30 de maio de 2014 a 30 de dezembro de 2014.

Assinatura: 30 de maio de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****Minuta Edital TP 01/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 01/2014

O Município de Bom Retiro torna público Edital Tomada de Preço 01/2014, "contratação de empresa para prestação de obras/serviços de engenharia para aquisição e instalação de um pórtico metálico de acesso ao município de Bom Retiro/SC". Abertura Tomada de Preço: dia 18/06/14 às 14h30min, na Prefeitura de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro. Maiores informações podem ser obtidas no Fone/Fax: (049) 32770183. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 03 de junho de 2014.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Decreto 059/2014**

DECRETO Nº 059/2014

Nomeia Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Charles Rafael Schwambach, prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado no artigo 16 da Lei Municipal nº 0795/2014 de 23.05.2014, etc...

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Braço do Trombudo, em conformidade com a Lei Municipal nº 0795/2014, de 23.05.14, composto por 06 (seis) membros, com a seguinte composição:

três (3) Conselheiros titulares, com respectivos suplentes, da área governamental, indicados pelo Prefeito Municipal, da seguinte forma:

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Marinelze Silva

Suplente: Loni Arndt de Souza

Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

Titular: Adelir Silveira

Suplente: Renata Carlon

Secretaria de Administração e Finanças.

Titular: Denise Schussler Werter

Suplente: Fábio Dalmarco

II- três (3) conselheiros titulares, com respectivos suplentes, representantes de entidades da sociedade civil, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, legalmente constituídas.

Lar Beneficente João 3:16;

Titular: Camila Hinckel

Suplente: Jéssica da Silva Facundes

Associações de pais e professores (APP's);

Titular: Eliane Teresinha Arsego Eddinger

Suplente: Rubia Krueger Sardo

Entidades e/ou instituições religiosas.

Titular: Claus Brunken

Suplente: Rolf Pickart

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art.3º Fica revogado o Decreto nº 019/2013 de 27.03.2013.

Braço do Trombudo, em 30 de maio de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0100/2014

PORTARIA Nº 0100/2014

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear Joice Ramos, para exercer o cargo de Tesoureiro, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02.06.2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 02 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0101/2014

PORTARIA 0101/2014

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT - nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Patrícia Ferari	20	Professor não Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais.	02.06.2014 a 21.12.14

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 02 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0102/2014

PORTARIA Nº 0102/2014

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear Jefferson Streese, para exercer o cargo de Motorista por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 02.06.2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 02 de junho de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Extrato 1º Aditivo Referente ao Contrato Nº 2/2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 2/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda

CNPJ 01.602.498/0001-25, sito a Rua Alberto Muller 5000

Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Óleo Diesel

Vigência: 31.12.2014

Data da assinatura: 02.06.2014

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 060/2014

DECRETO Nº 060/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.086 - Piso da Atenção Básico Fixo - PAB FIXO

(60) - 3.1.90.00.00.00.00.3.0064 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

TOTAL R\$ 300.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2013 do recurso 3.0064 - Atenção Básica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 30 de maio de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0103/2014

PORTARIA Nº 0103/2014
REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 08/99 de 17/11/1999, art.11, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar função gratificada-FG 05, concedida a servidora Alair Franz Hein, na portaria nº 131/2013 de 12.06.2013, a partir de 02.06.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 02 de junho de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 02/2014 FMAS

EXTRATO DE CONTRATO 02/2014 FMAS

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratado: RENALDO LUNGE
CPF 247.537.189-72, Sito a Localidade de Vila Teodoro S/N, centro

Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Locação de Imóvel

Valor: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Data da assinatura: 03.06.2014

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 006/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 006/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Casvig - Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda, em 06/05/2014. Objeto: alteração qualitativa dos serviços de vigilância e segurança patrimonial da Administração. Valor: R\$ 86.142,15. Fundamento legal: artigo 58, I, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 140/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Cristiane Longhi Tortelli.

Extrato Segundo Termo de Apostilamento, Contrato Nº 018/2013

Espécie: 2º Termo de Apostilamento, Contrato nº 018/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Pacopedra Pavimentadora e Comércio de pedras Ltda, em 16/05/2014. Objeto: reajuste dos serviços de execução das obras do bairro Bateas. Valor: R\$ 80.976,67. Fundamento legal: artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 011/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

Lei Nº 3.717, de 29 de Maio de 2014

LEI nº 3.717, DE 29 DE MAIO DE 2014.
Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA EDUARDA R. ANTUNES, a via classificada como AZ-029, transversal da Rua José Adriano, bairro Azambuja, localizada a 140,00 metros, sentido bairro/centro depois da Rua Carola Dias.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui a seguinte extensão: trecho 1: 200,00 metros e trecho 2: 130,00 metros, totalizando 330,00 metros; tendo a pista largura de: 5,00 metros no trecho 1 e de 6,00 metros no trecho 2 e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial do Município - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de maio de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 7.438, de 02 de Junho de 2014

DECRETO Nº. 7.438, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

10.00	Secretaria Municipal de Turismo
10.001	Secretaria Municipal de Turismo
023.695.0170.2310	Manutenção da Secretaria de Turismo
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 30.000,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
004.121.0010.2015	Manutenção do Depto. De Finanças e
Contabilidade	
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
75.00	Fundação Municipal de Meio Ambiente
75.001	Fundação Municipal de Meio Ambiente
018.122.0160.2216	Manutenção Administrativa da Funde-
ma	
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 4.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

10.00	Secretaria Municipal de Turismo
10.001	Secretaria Municipal de Turismo
023.695.0170.2310	Manutenção da Secretaria de Turismo
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 30.000,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
004.121.0010.2015	Manutenção do Depto. De Finanças e
Contabilidade	
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
75.00	Fundação Municipal de Meio Ambiente
75.001	Fundação Municipal de Meio Ambiente
018.122.0160.2216	Manutenção Administrativa da Funde-
ma	
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 4.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de junho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL

Prefeito Municipal

Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 6.016

DECRETO Nº 6.016, de 27 de maio de 2014.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Saúde, por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância total de R\$ 87.966,89 (oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos):

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica

3.3.90.00.0323 - Aplicações Diretas R\$ 87.996,89

Total R\$ 87.996,89

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de 87.966,89 (oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos):

Recurso 23 - Transferências de Convênios R\$ 87.996,89

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

Decreto Nº 6.017

DECRETO Nº 6.017, de 27 de maio de 2014.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, por conta do Excesso de Arrecadação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, por conta do Excesso de Arrecadação na fonte de recurso 23, na importância de R\$ 51.540,64 (cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta reais

e sessenta e quatro centavos):

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Bloco Atenção Básica

3.3.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 51.540,64

Total R\$ 51.540,64

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

Apostila Nº 01-2014 - Prefeitura

APOSTILA Nº 01/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2014 INEXIGIBILIDADE 2/2014

O Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do artigo 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto no artigo 65, alínea d e § 8º da Lei nº 8.666/93, autoriza o reajuste nos termos do Decreto nº 5.963, datado de 09 de abril de 2014, passando o valor referente ao vale transporte amarelo, destinados aos servidores públicos municipais, para R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) a unidade, ao fornecedor AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, referente ao Processo Licitatório nº 3/2014, na Modalidade de Inexigibilidade nº 2/2014, Contrato nº 20/2014 de 19 de fevereiro de 2014..

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR - 49/2014- Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE SUB-BASE E BASE PARA CAUQ-CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE E LOCAÇÃO DE VIBROACABADORA DE ASFALTO COM ESTEIRA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 25/06/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 25/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de

expediente em vigor.

Caçador, 01 de junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 09-2014 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS, PODADOR, SOPRADOR, MOTOSSERRA, MÁQUINA DE CORTAR GRAMA E MÁQUINA DE CORTAR ASFALTO, SENDO SERVIÇOS DE CARÁTER PREVENTIVO E CORRETIVO, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS DA MARCA DOS EQUIPAMENTOS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA, MEDIANTE ORÇAMENTO FEITO COM PEÇAS GENUÍNAS DA MARCA DOS EQUIPAMENTOS E OUTRO ORÇAMENTO COM PEÇAS GENUÍNAS PARA MANUTENÇÃO DA FUNDEMA DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 13/06/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 13/06/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 02 de junho de 2014.

Luiz Gustavo Pavelski
Presidente FUNDEMA

Portaria Nº 23.960

PORTARIA nº 23.960, de 30 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a reprovação de estágio probatório, com possibilidade de falta de capacidade e aptidão e dificuldade de relacionamento humano, entre outros, da Servidora Pública Municipal LAISA TATIANA MARTINS, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, atuando junto à CMEI Sonho Encantado, nomeada através da Portaria nº. 20.223, de 21/02/2011, com posse em 01/02/2011, a qual, de acordo com a denúncia, não alcançou a pontuação mínima na avaliação de estágio probatório, sendo reprovada na avaliação datada de 02/08/2013, porque "evita, tanto quanto possível, situações nas quais é solicitada a responder pelas consequências de suas atividades, atribuindo a outras pessoas deveres e obrigações, que deveriam ser somente suas; não se preocupa em aplicar inovações ocorridas em sua área de trabalho, e somente participa de programas de atualização quando convocada; cria dificuldades pela forma inadequada com que se dirige às pessoas em quaisquer situações; trata superiores, colegas de trabalho e pessoas da comunidade de maneira imprópria; percebe

aspectos relevantes de sua vivência profissional, porém, não consegue relacioná-los e aplicá-los às condições atuais de trabalho; sua forma de conduta é incoerente com os padrões estabelecidos para a área de atuação profissional em que atua.; divulga informações sigilosas, e influencia negativamente o ambiente de trabalho em razão da difusão de informações; tem dificuldades de aplicar inovações e novas técnicas de trabalho e aplicá-las sem orientação; seu trabalho deixa a desejar em termos de resultados, necessitando de orientação de suas atividades, para que as metas da unidade sejam alcançadas; apresenta dificuldades para resolver qualquer situação fora de rotina e até mesmo algumas rotineiras; o comportamento público do funcionário compromete a imagem do serviço público; e possui antecedentes disciplinares próximos", segundo a avaliação de estágio probatório datada 27/11/2013; e, atas, Comunicação Interna nº. 202/2013 e 269/13, Parecer Jurídico nº. 582/2013, tudo conforme consta na denúncia protocolizada sob o nº. 14802/2013 e documentos que as instrui.

§ 1º - A Comissão de Processo Administrativo tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo, com possível infração aos artigos 185, II, III, IV, V, VII, X, XIV, XV e art. 186 II, V, IX XIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), e por reprovação do estágio probatório, de acordo com o art. 29 do mesmo Estatuto, sujeito à penalidade prevista no § 4º do art. 29 e/ou art. 197, IV e/ou 209, V, e/ou as demais penalidades previstas no Estatuto do Servidor Público (art. 197, , 199, 202 à 210), de acordo com a falta apurada, da Lei Complementar nº 56/2004.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 233, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA, servidora efetiva no cargo de Professora e Coordenadora da Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos, lotada na Secretaria de Educação, com formação em Educação Artística, Bacharel em Direito e Advogada, JAQUELINE CARNEIRO PINZEGHER, servidora efetiva no cargo de Fiscal Tributaria, lotada junto a Secretaria de Fazenda, com formação em Administração, Letras e História, e MAURO REIS, servidor efetivo no cargo de Professor de Educação Física, Com formação em Educação Física, Pós-Graduação em Metodologia de Ensino da Educação Física, Pós-Graduado em Atividade Física na Promoção da Saúde e Mestrado Multidisciplinar em Saúde Humana, lotado na Secretaria de Educação sendo que todos os membros da Comissão ocupam cargo hierarquicamente igual ou superior ao da indiciada, todos com formação de 3º. Grau, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo nº. 01/2014, atuando como membros, e serem secretariados por Jéssica de Fátima Menel, estagiária do Curso de Direito, que prestará o compromisso de bem fielmente desempenhar a função de secretária, não atuando como membro.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos a contar da publicação da referida portaria no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 4º - Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos denunciados.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Maio de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 23.998

PORTARIA nº 23.998, de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Sindicância Administrativa a fim de apurar os serviços de viagens realizadas com pacientes que são atendidos pelo sistema de saúde que necessitam de deslocamentos para outras localidades, denominado TFD - Tratamento Fora do Domicílio, uma vez que foi observado um crescimento considerável nos valores pagos a empresa Schumacher Tur Ivonei Gonçalves Turismo, que ultrapassam a média de serviços realizadas nos meses anteriores. Da mesma forma, a Comissão deverá investigar a forma como se realizam as viagens do TFD com uso de veículos pertencentes ao patrimônio público municipal, e da citada empresa. Deverá apurar se os serviços atendem ao princípio da legalidade, economia e moralidade pública; se existe eventualidade de benefícios a servidores públicos municipais concedidos pela empresa Schumacher Tur Ivonei Gonçalves Turismo, para facilitar um eventual fraude. A Comissão deverá apurar amplamente toda e qualquer irregularidade que eventualmente possa estar ocorrendo, ou que tenha ocorrido junto à Secretaria Municipal de Saúde, com referência ao TFD - Tratamento Fora do Domicílio, e se há envolvimento de servidores e/ou funcionários públicos, tudo conforme consta na denúncia e demais documentos que acompanham (Protocolos nº. 7894 e 7861/2014).

Parágrafo único. A Comissão Sindicante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do procedimento, e deverá, se possível, apontar as irregularidades, os envolvidos bem como suas responsabilidades, e a obrigação de ressarcimento aos cofres públicos, em conformidade com o art. 192 e seguintes da Lei Complementar nº. 56/2004.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora, designada como Coordenadora de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, lotada junto à Secretaria de Educação; LUCIANA MARTA DEBARBA CEREZA, ocupante do cargo de Procuradora, lotada junto a Procuradoria Municipal e JÚLIO CESAR FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florstais, designado Diretor de Serviços Administrativos, Licitações, Contratos e Convênios, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, para, na condição de membros, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Sindicância Administrativa nº.01/2014. A Comissão contará com o auxílio da estagiária de Direito Jéssica Menel, que secretariará os trabalhos, prestando o compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo no processo.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30(trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 223 da Lei Complementar nº. 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador.

Art. 4º- Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, devendo todos os setores e repartições públicas atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Sindicante, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Junho de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.959

PORTARIA Nº 23.959, de 30 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde do Servidor Público Municipal, abaixo citado, e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 02/06/2014

Servidor: ADENIR ZOTTO
Médicos Peritos: Nadir Bica Pereira, Sandro Bichofe e Sidnei Roberto Marins

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

IPASC

Contrato Administrativo Nº07/2014,

IPASC - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo nº07/2014, referente ao Processo Licitatório nº08/2014, Inexigibilidade nº 01/2014 - Objeto: prestação de Serviços de disponibilização do sistema Fly Transparência na modalidade de Software por meio de conexão com a internet e com os sistemas: Contabilidade, Folha de Pagamento/RH e Compras e Licitações utilizados pelo Instituto. Contratada a Empresa: Betha Sistemas Ltda/CNPJ Nº00.456.865/0001-67 com sede no Município de Criciúma/SC, pelo valor mensal de R\$ 390,00. Prazo de Vigência: 12 meses.

CÂMARA MUNICIPAL**Contratos 33 A 37 - 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 33/2014
Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
Contratada.: COMUNICASOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME
Valor : 2.995,00 (dois mil novecentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014
Recursos : Dotação: 1.191.4.4.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 439.872,98
Objeto : Aquisição de produto de áudio (mesa de som) para a Câmara Municipal, no exercício de 2014, conforme descrição do item constante no contrato.

Caçador, 29 de Maio de 2014
Carlos Evandro Luz
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 34/2014
Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
Contratada.: LA INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
Valor : 28.031,00 (vinte e oito mil e trinta e um reais)
Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014
Recursos : Dotação: 1.191.4.4.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 410.627,98
Objeto : Aquisição de produtos de vídeo e informática para a Câmara Municipal no exercício de 2014, conforme descrição dos itens constantes no contrato.

Caçador, 29 de Maio de 2014
Carlos Evandro Luz
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 35/2014
Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
Contratada.: LIDER SUPRIMENTOS P/INFORMATICA LTDA
Valor : 5.695,00 (cinco mil seiscentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014
Recursos : Dotação: 1.191.4.4.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 410.627,98
Objeto : Aquisição de produtos de informática para a Câmara Municipal, no exercício de 2014, conforme descrição dos itens constante no contrato.

Caçador, 29 de Maio de 2014
Carlos Evandro Luz
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 36/2014
Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
Contratada.: SYSMATEC INFORMATICA EIRELI- ME
Valor : 8.850,00 (oito mil oitocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014
Recursos : Dotação: 1.191.4.4.90.00.00.00.00 (2) Saldo:

419.477,98

Objeto : Aquisição de produtos de informática para a Câmara Municipal, no exercício de 2014, conforme descrição dos itens constante no contrato.

Caçador, 29 de Maio de 2014
Carlos Evandro Luz
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 37/2014
Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
Contratada.: VICOLOR LTDA EPP
Valor : 17.400,00 (dezesete mil quatrocentos reais)
Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014
Recursos : Dotação: 1.191.4.4.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 439.872,98
Objeto : Aquisição de produtos de vídeo para a Câmara Municipal, no exercício de 2014, conforme descrição dos itens constante no contrato.

Caçador, 29 de Maio de 2014
Carlos Evandro Luz
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Camboriú

PREFEITURA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1204/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1204/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACW9245	54949125E	5045/0	29/04/2014	162 * V
ACW9245	54949126E	6912/0	29/04/2014	232
DRW9752	54948956E	6599/2	01/05/2014	230 * V
LNE9267	54948907E	5045/0	28/04/2014	162 * V
LXT4640	54622987E	5010/0	28/04/2014	162 * I
LXT4640	54622988E	6599/2	28/04/2014	230 * V
LXT4640	54622989E	5169/1	28/04/2014	165
LYG4534	54949354E	6637/2	29/04/2014	230 * IX
LYO1284	54948525E	5010/0	22/04/2014	162 * I
LYO1284	54948526E	6912/0	22/04/2014	232
LYO1284	54948527E	7340/0	22/04/2014	252 * IV
LZC9891	54949128E	6599/2	01/05/2014	230 * V
LZC9891	54949129E	6637/2	01/05/2014	230 * IX
LZY6672	54949280E	6408/0	02/05/2014	221
MBP8717	54948417E	5010/0	23/04/2014	162 * I
MBP8717	54948418E	5061/0	23/04/2014	163 c/c 162 * I
MBX3755	54948816E	6599/2	28/04/2014	230 * V
MBX3755	54948817E	5037/1	28/04/2014	162 * III
MCS2948	54946138E	5010/0	28/04/2014	162 * I
MCS2948	54946139E	5118/0	28/04/2014	164 c/c 162 * I
MDC3644	54949122E	6912/0	29/04/2014	232
MDF5485	54948660E	5010/0	24/04/2014	162 * I
MDF5485	54948661E	7340/0	24/04/2014	252 * IV
MDO4059	54945640E	5010/0	26/04/2014	162 * I
MDO4059	54945641E	6599/2	26/04/2014	230 * V
MDO4059	54945642E	6580/0	26/04/2014	230 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO4059	54945643E	6610/2	26/04/2014	230 * VII
MEC6088	54948819E	5045/0	28/04/2014	162 * V
MEC6088	54948820E	5142/0	28/04/2014	164 c/c 162 * V
MEN6609	54947314E	6637/2	01/05/2014	230 * IX
MEN6609	54947315E	6556/1	01/05/2014	230 * I
MEO4425	54949251E	5274/1	27/04/2014	175
MFG0456	54948968E	6610/2	02/05/2014	230 * VII
MFZ3521	54949025E	6599/2	29/04/2014	230 * V
MHB9634	54947945E	7340/0	28/03/2014	252 * IV
MIV4816	54948529E	7340/0	26/04/2014	252 * IV
MIV4816	54948530E	6637/2	25/04/2014	230 * IX
MKC2057	54949109E	5010/0	28/04/2014	162 * I
MKJ0678	54946644E	5010/0	24/04/2014	162 * I
MKJ0678	54946645E	6912/0	24/04/2014	232
MKJ0678	54946646E	6599/2	24/04/2014	230 * V
MKJ0678	54946647E	6556/1	24/04/2014	230 * I
NBQ2382	54946145E	6599/2	28/04/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1205/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1205/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADM0571	54949134E	5185/1	01/05/2014	167
APH7947	54948826E	5185/2	29/04/2014	167
APH7947	54948827E	7366/2	29/04/2014	252 * VI
CVO4444	54948564E	5460/0	24/04/2014	181 * IX
DCC9882	54949270E	5568/0	01/05/2014	181 * XIX
DEM5758	54949283E	5568/0	02/05/2014	181 * XIX
DQC4747	54948904E	5185/1	26/04/2014	167
DQC4747	54948905E	6050/2	26/04/2014	208
DQC4747	54948906E	5967/0	26/04/2014	203 * V
IDX3181	54946120E	6858/0	26/04/2014	231 * VII
IGF5831	54949569E	5568/0	02/05/2014	181 * XIX
IIZ3646	54947316E	5568/0	01/05/2014	181 * XIX
JHD8310	54622897E	5185/1	08/04/2014	167
JRU7085	54948307E	5460/0	28/04/2014	181 * IX
LZY6672	54949250E	5568/0	02/05/2014	181 * XIX
LZY6672	54949279E	5525/0	02/05/2014	181 * XV
MCB6184	54948470E	5185/1	08/04/2014	167
MCM0358	54949406E	7048/1	03/05/2014	244 * II
MFE6128	54949140E	5720/0	02/05/2014	186 * I
MGL5709	54949203E	5185/1	26/04/2014	167
MGR6888	54949106E	6858/0	27/04/2014	231 * VII
MHO4198	54949566E	7056/2	02/05/2014	244 * III c/c §1º
MHO4198	54949567E	7030/2	02/05/2014	244 * I
MHS2070	54622888E	5185/1	08/04/2014	167
MIP8845	54946113E	7030/2	26/04/2014	244 * I
MIV4816	54948528E	7056/1	26/04/2014	244 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIV4816	54948531E	5738/0	22/04/2014	186 * II
MIV4816	54948532E	5835/0	26/04/2014	195
MJA9952	54949150E	5550/0	02/05/2014	181 * XVIII
MJD0928	54949260E	5568/0	01/05/2014	181 * XIX
MJR4476	54949141E	5835/0	02/05/2014	195
MJY2336	54949108E	5207/0	27/04/2014	169
MKT1702	54949265E	5568/0	01/05/2014	181 * XIX
MLA4052	54949064E	5193/0	28/04/2014	168
MLL0122	54623940E	5819/2	28/04/2014	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Ata Pregão Eletrônico 44/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

Pregão Eletrônico nº. 44/2014

Ata Circunstanciada

Às 10:00 do dia 30/05/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o Registro de Preços para a aquisição de leite para o preparo da merenda escolar nas instituições de Ensino Infantil, Pré-Escolar e Fundamental. Inicialmente, o pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.

Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lances.

ACT Comércio e Serviços Ltda

- 09.220.115/0001-66

Item	Descrição	Marca	Quantidade / Unidade	Valor	Valor Total
1	Leite de vaca - tipo Integral, processado em UHT, caixa contendo 12 litros em embalagem longa vida de 1 litro.	LACTOPLA-SA	700 CX	R\$ 31,19	R\$ 21.833,00

EKO SUPERMERCADO

- 08.087.295/0001-97

Item	Descrição	Marca	Quantidade / Unidade	Valor	Valor Total
1	Leite de vaca - tipo Integral, processado em UHT, caixa contendo 12 litros em embalagem longa vida de 1 litro.	REALTA	700 CX	R\$ 31,20	R\$ 21.840,00

Tecnoart Comercio e Serviços Ltda Me

- 06.973.921/0001-17

Item	Descrição	Marca	Quantidade / Unidade	Valor	Valor Total
1	Leite de vaca - tipo Integral, processado em UHT, caixa contendo 12 litros em embalagem longa vida de 1 litro.	LACTOPLA-SA	700 CX	R\$ 34,96	R\$ 24.472,00

Após encerramento da fase de lances, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores para cada item. Sendo assim divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro acima e foi concedido o prazo de intenção de recurso.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão cuja ata foi lavrada e assinada pelo pregoeiro(a), ordenador(a) e equipe de apoio.

Ata Pregão 43/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 43/2014)

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Pregoeiro Municipal e Lilian Terezinha Bartsch, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 43/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a aquisição de calcário para distribuição gratuita aos produtores rurais do município de Campo Alegre, cadastrados no "Programa Municipal de Distribuição de Calcário", criado pela Lei Municipal nº 2.619 de 02 de abril de 2002. Inicialmente o Pregoeiro declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Indústria de Cal Rio Grande Ltda. Passando ao credenciamento do licitante, sendo Sr. Adilton Cezar da Silva Barbosa, representante da empresa licitante. Passou-se ao recolhimento da declaração de que cumpre os requisitos de habilitação da licitante. Após, procedeu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço UNITÁRIO POR ITEM, com fixação de valor máximo (R\$ 28,00). A licitante apresentou proposta inicial com o valor de R\$ 28,00, não concedendo desconto, fechando a proposta em R\$ 28,00 a tonelada. Após, abriu-se o envelope de documentos do licitante classificado, estando de acordo com o exigido no Edital. Sendo assim, o Pregoeiro declarou a empresa Indústria de Cal Rio Grande Ltda vencedora do presente processo licitatório epigrafo. Encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Irineu Woitskovski Junior

Pregoeiro Municipal

Lilian Terezinha Bartsch

Equipe de Apoio

Sr. Adilton Cezar da Silva Barbosa

Indústria de Cal Rio Grande Ltda

Pregão Eletrônico 45/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2014

A licitação tem como objeto a aquisição de cadeiras infantis, roupeiro e armário para os Centros de Educação Infantil do município, conforme tabela abaixo:

Item	Qt.	Un.	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	50	unid	Cadeira de refeição para bebê, com assento e encosto almofadados, bandeja removível, pedana, trava de segurança de 5 pontos, com regulagem na altura dos ombros, ideal para crianças de 6 a 36 meses. Altura: 102cm, largura: 64cm e comprimento: 68cm. Com selo do INMETRO.	R\$ 220,43	R\$ 11.021,46
02	35	unid	Bebê conforto, com assento removível e lavável, encosto acolchoado, posição de reclinção única, com suporte para cabeça e cinto de segurança 3 pontos (fixo na altura dos ombros e entre as pernas. Altura: 57cm, largura: 67cm e comprimento: 47cm. Com selo do INMETRO.	R\$ 277,11	R\$ 9.698,88
03	01	unid	Roupeiro com 6 portas - composição do material em MDP, com 3 prateleiras e gavetas. Dimensões aproximadas: 200 x 180 x 46,5. Peso aproximado: 99 kg. Corrediças e dobradiças metálicas. Fundo do roupeiro: chapa dura. Incluso montagem.	R\$ 1.346,80	R\$ 1.346,80
04	01	unid	Armário aéreo, 3 portas. Cor: branco. Composição em aço, pintura/revestimento eletrostática a pó, com 1 prateleira. Dimensões: 52 x 105 x 28cm. Aproximadamente 12kg. Incluso montagem.	R\$ 454,31	R\$ 454,31
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 22.521,46	

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08h do dia 03/06/2014, às 09h45min do dia 17/06/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 17/06/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação. Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: 12 - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Manutenção e Coordenação das Atividades; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento; Recurso: 904, Código reduzido: 381.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 03 de junho de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 7.021/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 7.021/14 DE 29/05/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de despesa: 42 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do seguinte projeto e atividade:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de despesa: 4 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 29 de maio de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.022/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 7.022/14 DE 29/05/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos

mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.010 - Pavimentação e Asfaltamento de Ruas

Elementos de despesa: 115 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios no montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 29 de maio de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.023/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 7.023/14 DE 29/05/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 40.381,30 (quarenta mil, trezentos e oitenta e um reais e trinta centavos) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.077 - Manutenção do programa Atenção Básica - Saúde Bucal

Elementos de despesa: 41 - 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0071.000000 - Aplicações Diretas R\$ 40.381,30

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos do Programa Saúde Bucal no montante de R\$ 40.381,30 (quarenta mil, trezentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 29 de maio de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.024/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 7.024/14 DE 29/05/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.066 - Manutenção do programa Saúde da Família

Elementos de despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0071.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do projeto e atividade abaixo:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.066 - Manutenção do programa Saúde da Família

Elementos de despesa: 6 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0071.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 29 de maio de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.025/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 7.025/14 DE 29/05/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 33 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.025 - Obras Reformas e Ampliações na

Fundação Cultural de Campos Novos

Elementos de despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 00000 - Aplicações Diretas R\$ 33.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Próprios no valor de R\$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 29 de maio de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.026/14 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município

DECRETO Nº 7.026/14 DE 30/05/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.019 - Reequipamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 161 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0062.000000 - Aplicações Diretas R\$ 270.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação, Recursos de Convênio com o FNDE no montante de R\$ R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 30 de maio de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade Nº7/2014

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

PROCESSO Nº 101/2014.

INEXIGIBILIDADE 07/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA O FESTIVAL DE SÃO JOÃO, EVENTO ALUSIVO AO DIA DO PADROEIRO DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, ARTIGO 25, INCISO III.

VALOR: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Campos Novos, 02 de Junho de 2014
NELSON CRUZ
Prefeito Municipa

Aviso de Dispensa Nº02/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE
CAMPOS NOVOS.

Processo Licitatório 10/2014.

Dispensa de Licitação nº 02/2014.

Objeto:, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE TERRENO
PARA EXPLORAÇÃO E RETIRADA DE CASCALHO, PARA MANUTEN-
ÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO.CONFORME
ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93, INCISO X.

Campos Novos, 02 de Maio de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

Extrato Edital 67/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 67/2014

MODALIDADE: Tomada de Preço nº 08/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para drenagem e pavimentação do 6º trecho da Rua Leonel Marcelino Pereira, da estaca 4 à estaca 6,00m para Drenagem e da estaca 3=PP à estaca 3+19,00 para pavimentação, em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de espessura, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. DATA DE ABERTURA: 18 de junho de 2014, às 09:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 02 de junho de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

Edital Nº. 023/2014

EDITAL Nº. 023/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);

Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de

suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 26 de maio de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 023/2014
Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MÉDICO GENERALISTA
ODAIR JOSÉ CAMARGO
JOSE FLAVIO BENETTI

Edital de Seleção Para Beneficiários de Bolsa de Estudo do Colégio Agrícola Cedup Vidal Ramos 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

EDITAL DE SELEÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS DE BOLSA DE ESTUDO DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2014.

N.º 002/2014

O Prefeito do Município de Canoinhas em exercício, Luiz Alberto Rincoski Faria, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados que se realizará seleção para concessão do benefício BOLSA DE ESTUDOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2014, o qual se regerá pelas seguintes disposições:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A seleção dos candidatos à bolsa do referido programa de que se trata este Edital é processada a partir da análise da Ficha de Inscrição e da documentação apresentada pelo interessado no prazo e local previstos neste Edital;

1.2. O preenchimento e a instrução da Ficha de Inscrição para Análise para Bolsas do Sistema supõem, respectivamente, completar os campos previstos com informações verídicas e cabais, e incluir cópias comprovadas de todos os documentos listados neste Edital;

1.3. A documentação será de total responsabilidade do candidato. Havendo qualquer irregularidade nos documentos apresentados e/ou ausência de algum documento exigido no presente Edital, o candidato será considerado inabilitado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CMDA;

2. DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Edital a seleção de estudantes matriculados no Colégio Agrícola Vidal Ramos, para os filhos de produtores rurais identificados através de bloco de produtor rural, residentes e domiciliados no interior do município de Canoinhas/SC, no qual pretende garantir a formação de profissionais na área de conhecimento, visando prepará-los para inserção no mercado de trabalho, suscitar a participação no desenvolvimento do município, ampliar a qualidade de vida e o desenvolvimento da cidadania, bem como promover a divulgação e o conhecimento, apoiando com o pagamento de 50% do custo da mensalidade.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS

3.1 O candidato para ter o seu pedido analisado deve satisfazer os seguintes requisitos:

- a) cópia identidade e CPF do aluno;
- b) comprovante de residência e domicílio, por no mínimo, seis meses no interior do município;
- c) comprovar renda familiar, principal como sendo da agricultura;
- d) apresentação de toda a documentação que for exigida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

4. DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 As inscrições são gratuitas e deverão ser realizadas no período de 02 de Junho 16 de Junho de 2014, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13h30min às 15h30min, pelos interessados em participar, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, situada na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro - Canoinhas/SC, CEP: 89.460-000. Apresentar toda documentação exigida, e realizar o preenchimento do Formulário de inscrição e seus anexos no ato da inscrição.

4.2 Não serão aceitas inscrições feitas fora do prazo ou horário estabelecido no item 4.1;

4.3 Os interessados deverão entregar, obrigatoriamente, dentro do prazo, cópia dos documentos abaixo discriminados, que poderão a critério do Conselho, quando da avaliação exigir apresentação dos originais.

a) Requerimento de inscrição (modelo - Anexo I), que deverá ser devidamente

preenchido e assinado;

b) Autorização dos pais ou responsáveis (modelo - Anexo II);

c) Procuração (caso necessário) (modelo - Anexo III);

d) Termo de compromisso (modelo - Anexo IV e V);

e) Comprovante de matrícula em curso técnico agrícola,

f) Cópia do RG e do CPF;

g) Bloco de notas de produtor rural,

4.4. Em caso de candidato menor de 18 (dezoito anos), deverá preencher declaração dos pais ou responsáveis legais autorizando a sua participação;

4.5. Quando o aluno, em contrapartida ao benefício recebido durante a realização do curso, desempenhará atividades extracurriculares a serem determinadas pelo Colégio Agrícola Cedup Vidal Ramos, sendo em média 8 horas por semana de trabalho não remunerado, ficando a critério da Administração Municipal a prorrogação da carga horária;

4.6 É requisito também participar de uma tarde de conhecimento do Colégio Agrícola Cedup Vidal, a ser determinado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cedup Vidal Ramos, Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CMDA e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CMDA, conforme data a ser definida.

5. DA COMISSÃO JULGADORA

5.1 A seleção dos alunos contemplados será feita pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CMDA;

5.2 Caberá a uma Assistente Social nomeada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família fazer o estudo sócio-econômico dos alunos inscritos;

5.2 É facultado à Comissão de Seleção promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada, contudo a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente do ato de inscrição;

6. DA DURAÇÃO DO BENEFÍCIO

6.1. O prazo máximo de duração da concessão do benefício será correspondente ao número de anos ou semestres de duração regular do curso para o qual o bolsista se encontra matriculado, não podendo ser prorrogado;

6.2. As bolsas serão renováveis semestralmente ou anualmente mediante o cumprimento do aproveitamento acadêmico de no mínimo 75% de frequência e média mínima de 7.0 em todas as disciplinas;

6.3. O não cumprimento do item anterior desobriga o Município de Canoinhas a renovação da concessão da bolsa;

6.4. O aluno contemplado com a bolsa de estudos no primeiro ano de estudos no Colégio, permanecerá com a bolsa os três anos até a conclusão de seus estudos, desde que atendidos os requisitos, acima expostos.

7. DAS VAGAS OFERECIDAS

A Administração Municipal ofertará 13 (treze) Bolsas de Estudo de 50% do valor da mensalidade.

8. DO VALOR DA BOLSA ESTUDO

O valor da Bolsa de Estudo não poderá ser inferior a 50%, do valor da mensalidade, devendo ser atribuído a todos os bolsistas percentuais iguais. O benefício será pago diretamente ao Cedup Vidal Ramos, após a apresentação dos seguintes documentos:

a) Planilhas de avaliação dos alunos (notas bimestrais)

9. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

São condições essenciais, para o deferimento do benefício que o interessado comprove cumulativamente:

9.1 Ser domiciliado e residente no interior do município de Canoinhas/SC;

9.2 Estar matriculado ou cursando curso de técnico em Agropecuária junto ao Cedup Vidal Ramos;

9.3 Não possuir rendimento próprio, ou sendo empregado quando as despesas com educação comprometer seu próprio sustento e de sua família;

9.4 Em caso de o número de candidatos aptos exceda a quantidade de vagas oferecidas, serão aplicados os seguintes critérios:

a) Menor renda familiar;

b) Família mais numerosa;

c) Família com mais de um estudante.

10. DO RESULTADO

O resultado da seleção será publicado em órgão oficial de publicação municipal, bem como, nos órgãos da Administração Pública, além de ficar disponível no site oficial do município:

www.pmc.sc.gov.br.

A comissão terá um prazo de 60 (sessenta) dias, após o encerramento das inscrições para publicar a relação dos candidatos contemplados com o benefício.

11. DAS OBRIGAÇÕES

11.1 A título de contrapartida ao Município, pela inclusão no Sistema Bolsa Estudo, os bolsistas prestarão serviços em quaisquer dos órgãos e entidades da sua Administração direta ou indireta, sem prejuízo de cumprimento do horário escolar, bem como no próprio Cedup Vidal Ramos;

11.2 Como contrapartida ao Município pela Bolsa Estudo, os alunos beneficiários do projeto, prestarão os seguintes tipos de serviços: elaboração de projetos, seminários, campanha de interesse do município, podendo ainda desenvolver outras atividades correlatas ao curso, realizando sempre que solicitado pelo Conselho, sem prejuízo do cumprimento do horário escolar;

11.3 Formalizar-se-á a contrapartida pela assinatura do termo de compromisso que conterá necessariamente as obrigações do bolsista e da Administração Pública Municipal;

11.4 A prestação de serviço, como contrapartida, não gera, em

nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o Município e suas entidades;

11.5 Os candidatos à obtenção de bolsas deverão, anualmente, de acordo com calendário estabelecido pelo Conselho, efetuar a inscrição diretamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;

11.6 O bolsista poderá, após análise e parecer da Coordenação Municipal de Bolsas de Estudo, perder o direito ao benefício quando:

a) omitir ou prestar informações inverídicas;

b) for reprovado em qualquer matéria do curso e a Coordenação não aceitar as

justificativas apresentadas pelo bolsista;

c) houver, no ano anterior, cancelado, trancado sua matrícula, mudado ou desistido do curso;

d) for reprovado por faltas ou aproveitamento, inclusive durante o ano letivo, através da análise de documentação a ser solicitada a instituição de ensino;

e) o aluno que ficar em dependência - DP, em três ou mais disciplinas entre as cursadas no respectivo ano/módulo/semestre.

12. DAS DISPOSIÇÃO GERAIS

12.1 O ato de inscrição nesta seleção implica a aceitação de todas as condições estipuladas no presente Edital;

12.2 As inscrições deverão cumprir todas as exigências do presente Edital, sob pena de cancelamento da inscrição;

12.3 Quaisquer esclarecimentos aos interessados e orientação técnica para preenchimento a Ficha de Inscrição, Declaração e Questionário socioeconômico-cultural, serão prestados pela equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 15h30min pelo telefone (047) 3621-7735;

12.4 Os casos omissos relativos ao presente Edital serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

12.6 O presente Edital será publicado em órgão oficial de publicação municipal, bem como, nos órgãos da Administração Pública, além de ficar disponível no site oficial do município: www.pmc.sc.gov.br.

Canoinhas, 29 de Maio de 2014
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito em exercício

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

BOLSA ESTUDO DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2014

Por meio do presente, venho a requerer minha inscrição na BOLSA ESTUDO DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2014, acima referido e declaro estar ciente de que a mesma implica minha total concordância e o cumprimento de todas as normas estabelecidas pelo Edital da seleção para a concessão de Bolsa de Estudo edição 2014, bem como declaro, sob as penas da lei, a veracidade da documentação e informações por mim apresentadas.

Nome completo: _____
 N.º RG: _____ Órgão expedidor: _____ N.º CPF: _____
 Profissão: _____ Sexo: F () M ()

Nacionalidade: _____ Estado civil: _____
 Data de nascimento: _____ Naturalidade: _____
 Endereço: _____ N.º _____ Local de nasc: _____
 Complemento: _____ Bairro: _____
 Estado: _____ Cep: _____ Cidade: _____
 Telefone: _____
 Nome do pai: _____
 Nome da mãe: _____

INFORMAÇÕES DO GRUPO FAMILIAR

Relacionar no quadro abaixo todos os moradores que compõem seu grupo familiar: _____

Canoinhas, ____ de ____ 2014.

Assinatura

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS

Autorizo a inscrição de: _____
 _____, na seleção para a concessão de bolsa de estudos do Colégio Agrícola Cedup Vidal Ramos 2014.

Nome dos pais ou responsável legal: _____,
 RG: _____, CPF: _____.

Endereço: _____ N.º _____ Complemento: _____
 Cidade: _____ Estado: _____
 Cep.: _____ Telefone: _____.

Canoinhas, _____ de _____ de 2014.

Assinatura dos pais ou responsável legal

ANEXO III - PROCURAÇÃO

EU, _____,
 _____, nacionalidade _____, naturalidade _____,
 _____, estado civil _____, residente e domiciliado em _____,
 documento de identidade _____, CPF _____, NOMEIO MEU (MINHA) PROCURADOR (A) O SR.(A) _____,
 nacionalidade _____, naturalidade _____, estado civil _____,
 residente e domiciliado na localidade de _____,
 documento de identidade _____, CPF _____,
 para fins de outorgar poderes, junto a seleção para beneficiários de bolsa estudo do colégio agrícola Cedup Vidal Ramos 2014 em meu nome, requerer inscrição.

Canoinhas, ____ de ____ de 2014.

Assinatura

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____, RG _____, CPF nº _____,
 _____, declaro para os devidos fins que estou CIENTE que caso DESISTA dos estudos, estando EU com o benefício da BOLSA ESTUDO DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2014,

após o 2º bimestre de 2014, por qualquer motivo, terei que ressarcir o investimento efetuado pelo MUNICÍPIO DE CANOINHAS, não tendo direito a qualquer mensalidade.

Canoinhas, ____ de ____ de 2014.

Assinatura

ANEXO V

TERMO DE COMPROMISSO ASSINADO PELOS PAIS

(caso filho for menor de 18 anos)

Eu _____, RG _____, CPF nº _____,
 _____, declaro para os devidos fins que a estou CIENTE que caso o meu filho _____, portador da identidade _____ e CPF _____ DESISTA dos estudos, estando com o benefício da BOLSA ESTUDO DO COLÉGIO AGRÍCOLA CEDUP VIDAL RAMOS 2014, após o 2º bimestre de 2014, por qualquer motivo, terei que ressarcir o investimento efetuado pelo MUNICÍPIO DE CANOINHAS, não tendo direito a qualquer mensalidade.

Canoinhas, ____ de ____ de 2014.

Assinatura

Publicação do Edital de Pregão Presencial N. 63/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 88/2014
 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 63/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/06/2014, às 14h05min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, AVALIAÇÃO DE CLIMA ORGANIZACIONAL E AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA. Informações (47) 3621-7705. Protocolo dos envelopes até às 14h00min do dia 16/06/2014. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br, no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
 Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 18/2014 - Concede Promoção por Tempo de Serviço

PORTARIA Nº 18/2014
 CONCEDE PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001, RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido Promoção por Tempo de Serviço ao Servidor Público TARCISO RIBEIRO DE LIMA, ocupante do cargo de Secretário Administrativo, ficando acrescido 6% (seis por cento), correspondente ao triênio 2011/2014, nos termos do art. 71 da

Lei nº 2.305/1990 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas-SC.

Art.2º - As despesas decorrentes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 29 de Maio de 2014.

Neno Pangratz
Presidente

Renato Pike Chiquinho da Silva
1º Secretário 2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 29 de maio de 2014.

Câmara de Vereadores de Canoinhas
O Poder Legislativo aberto à Comunidade
Rua: Três de Maio, nº150
Canoinhas-SC(47) 3622-3804

Portaria Nº 19/2014 - Concede Promoção por Tempo de Serviço

PORTARIA Nº 19/2014

CONCEDE PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001, RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido Promoção por Tempo de Serviço a Servidora Pública ROSELI ENGEL, ocupante do cargo de Telefonista, ficando acrescido 6% (seis por cento), correspondente ao triênio 2011/2014, nos termos do art. 71 da Lei nº 2.305/1990 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas-SC.

Art.2º - As despesas decorrentes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 29 de Maio de 2014.

Neno Pangratz
Presidente

Renato Pike Chiquinho da Silva
1º Secretário 2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 29 de maio de 2014.

Câmara de Vereadores de Canoinhas
O Poder Legislativo aberto à Comunidade
Rua: Três de Maio, nº150
Canoinhas-SC(47) 3622-3804

Capinzal

PREFEITURA

PMC Processo Licitatório Nº 0101/2014 - Dispensa de Licitação Nº 0014/2014

Processo Licitatório Nº 0101/2014

Dispensa de Licitação Nº 0014/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório nº 0101/2014 conforme segue:

OBJETO

DISPENSA DE LICITAÇÃO para contratação do Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE, conforme Artigo 24, Inciso XIII, para prestar serviços de consultoria para implementação da Área Industrial, conforme proposta em anexo.

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Serviço de Consultoria para implementação da Área Industrial.	SEBRAE	11.200,00	11.200,00
Total						11.200,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
SERV. DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPR.DE SC- SEBRAE	001
11.200,00 (onze mil duzentos reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A Razão da escolha do fornecedor se deu pelo motivo da contratada ser uma instituição de notável experiência no assunto que compõe o objeto, bem como ser uma instituição especializada em fomentar o crescimento e desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - Sebrae /SC, oferecendo suportes diversos e necessários para implementar ações e políticas de desenvolvimento regionais.

Além da justificativa supra, a Lei de Licitações autoriza a referida contratação por dispensa, o que agiliza a contratação e a efetiva prestação dos serviços as micros e pequenas empresas do Município de Capinzal, além do preço está justo e dentro dos valores praticados no mercado, conforme proposta em anexo.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 397 - Apoio a capacitação profissional
 Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
 Unidade: 1 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
 Função: 23 - Comércio e Serviços
 Subfunção: 691 - Promoção Comercial
 Programa: 55 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
 Projeto/Atividade: 2.026 - Apoio a capacitação profissional
 Elemento: 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
 Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 30 de maio de 2014
 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

PMC Processo Licitatório Nº 0036/2014 - Inexigibilidade de Licitação Nº 007/2014

Processo Licitatório Nº 0036/2014
 Inexigibilidade de Licitação Nº 007/2014

KELVIS BORGES, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório nº 0036/2014, de Inexigibilidade de Licitação nº 007/2014 conforme segue:

OBJETO

Contratação da empresa KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI ME, via Inexigibilidade de licitação, nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 com alterações posteriores, bem como no Edital de Credenciamento nº 001/2014, cujo objeto trata do Credenciamento de Clínicas de Fisioterapia para realização de sessões de fisioterapia clínica, neurológica, hospitalar e domiciliar, para os pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, com recursos Próprios.

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	UN	KIDAUANA	Fisioterapia Clínica	29,00	29,00
2	1,00	UN	KIDAUANA	Fisioterapia Neurológica	33,00	33,00
3	1,00	UN	KIDAUANA	Fisioterapia Domiciliar	40,00	40,00
Total						102,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Vencedores	
Fornecedor	Itens
KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI ME	00001-00002-00003
R\$ 102,00(CENTO E DOIS REAIS)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2014.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram fixados no edital de Credenciamento nº 001/2014.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO UTILIZADA

Despesa: 12 - Manutenção da Saúde Pública
 Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
 Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 Função: 10 - Saúde
 Subfunção: 301 - Atenção Básica
 Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
 Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública
 Elemento: 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
 Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa
 Despesa: 13 - Manutenção da Saúde Pública
 Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
 Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 Função: 10 - Saúde
 Subfunção: 301 - Atenção Básica
 Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
 Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública
 Elemento: 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
 Recurso: 64 - Atenção Básica
 Despesa: 14 - Manutenção da Saúde Pública
 Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
 Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 Função: 10 - Saúde
 Subfunção: 301 - Atenção Básica
 Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
 Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública
 Elemento: 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
 Recurso: 64 - Atenção Básica

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 02 junho de 2014.
 KELVIS BORGES
 Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.986, de 26 de Maio de 2014

DECRETO 1.986, de 26 de maio de 2014.

“APROVA SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALBERTO BROL, Prefeito Municipal de Catanduvas-SC em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103, e art. 22 da Lei Complementar Municipal nº 19/2002, regulamentado pelo Decreto nº 1.241, de 05 de fevereiro de 2004,

CONSIDERANDO, que na atual Administração Municipal os servidores abaixo nominados foram devidamente avaliados, considerados aptos e capazes para a permanência nos cargos para os quais foram nomeados, consideradas assim aprovados;

CONSIDERANDO, que os servidores públicos municipais nomeados há três anos, cumpriram o estágio probatório, em conformidade com o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 19, de 4 de janeiro de 2002;

CONSIDERANDO, que do início dessa gestão até os presentes dias, os servidores abaixo descritos se encontram exercendo normalmente as funções do cargo para o qual foram nomeados, não constando da ficha funcional nenhuma informação apta a impossibilitar sua aprovação em estágio probatório,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam aprovados no Estágio Probatório os seguintes servidores públicos municipais:

I - Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

SERVIDOR	PORTARIA DE NOMEAÇÃO	DATA DE NOMEAÇÃO	DATA DA CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
Terezinha Kremer	5118/11	24/01/2011	24.01.2014
Laercio Paris Petry	5110/11	20.01.2011	20.01.2014
Anusha Berton	5109/11	20.01.2011	20.01.2014
Arioldo Paz Padilha	5107/11	18.01.2011	18.01.2014
Rosimar Hericks	5111/11	20.01.2011	20.01.2014
Daniele Tissiane Demartini	5128/11	24.01.2011	24.01.2014
Dircema Matias Giumbeli	5123/11	24.01.2011	24.01.2014
Deisi Aparecida Oliveira do Nascimento	5119/11	24.01.2011	24.01.2014
Gilvana Makowski	5135/11	24.01.2011	24.01.2014
Margarete Aparecida Chinato	5133/11	24.01.2011	24.01.2014
Ines Meneghini de Lima	5127/11	24.01.2011	24.01.2014
Nilza Lavoratti Bittencourt	5130/11	24.01.2011	24.01.2014
Marinei Santos de Bairros	5129/11	24.01.2011	24.01.2014

Rosilene Verde Brustolin	5122/11	24.01.2011	24.01.2014
Simone Paviani	5134/11	24.01.2011	24.01.2014
Silmara de Fátima Bandeira Medeiros	5125/11	24.01.2011	24.01.2014
Adiles Aparecida Rodrigues	5185/11	01.02.2011	01.02.2014
Verônica Alves de Carvalho Ferreira	5121/11	24.01.2011	24.01.2014
Marcia de Souza Duarte Rama	5157/11	01.02.2011	01.02.2014
Marcia Regina da Silva Schimitz	5160/11	01.02.2011	01.02.2014
Daiane Maria Branco	5153/11	01.02.2011	01.02.014
Carla Andrea Madeira Ferraz	5196/11	07.02.2011	07.02.2014
Elisangela Reato Bittencourt	5156/11	01.02.2011	01.02.2014
Patricia Quaiatto	5155/11	01.02.2011	01.02.2014
Vanusa Dias Flãmia	5231/11	01.04.2011	01.04.2014
Juliana do Carmo Esteves Rodrigues	5126/11	24.01.2011	24.01.2014
Aline Romanini	5154/11	01.02.2011	01.02.2014
Janete Couto de Oliveira	5237/11	01.04.2011	01.04.2014
Rosemeri Fatima Dala Costa Hetkowski	5124/11	24.01.2011	24.01.2014

II - Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

SERVIDOR	PORTARIA DE NOMEAÇÃO	DATA DE NOMEAÇÃO	DATA DA CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
Tissyana Begnini	5152/11	01.02.2011	01.02.2014
Debora de Andrade	5097/11	17.01.2011	17.01.2014
Alice Alves de Carvalho	5202/11	08.02.2011	08.02.2014
Mikeli Gavazzoni	5255/11	11.04.2011	11.04.2014
Michele Kedina Cardoso Bandeira	5092/10	17.01.2011	17.01.2014

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

SERVIDOR	PORTARIA DE NOMEAÇÃO	DATA DE NOMEAÇÃO	DATA DA CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
Dirce Aparecida Siqueira Molin	5187/11	03.02.2011	03.02.2014
Diego Grezelle	5162/11	03.02.2011	03.02.2014
Alcimeri Maria Cavalheiro	5188/11	03.02.2011	03.02.2014
Edevino Valdir de Lucca	5102/11	17.01.2011	17.01.2014
Neverson Cleber de Oliveira	5094/11	17.01.2011	17.01.2014
Luci Mari Aparecida de Andrade	5186/11	03.02.2011	03.02.2014
Laura Alexandra Bittencourt	5176/11	03.02.2011	03.02.2014

Margarete Petter Dutra	5175/11	03.02.2011	03.02.2014
Maria Claudete Tonn Gervásio	5174/11	03.02.2011	03.02.2014
Ademir da Silva	5194/11	07.02.2011	07.02.2014

Parágrafo único. Os servidores acima aprovados ficam automaticamente efetivados no cargo para o qual foram nomeados.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 26 de maio de 2014.

ALBERTO BROLL

Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 1.987, de 02 de Junho de 2014

DECRETO Nº 1.987, de 02 de junho de 2014.

“ALTERA O DECRETO Nº 1.985/2014, QUE NOMEOU A COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA FINS DE ALIENAÇÃO ATRAVÉS DE LEILÃO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, do Decreto nº 1.985, de 22 de maio de 2014, para substituir membro da Comissão para avaliação de bens móveis para fins de alienação através de leilão público municipal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica nomeada Comissão de avaliação de bens móveis de propriedade do Município de Catanduvas/SC, para fins de alienação através de leilão público municipal, composta pelos seguintes membros:

I - LEUCIR LUIZ PARISOTTO - presidente;

II - LAURENTINO RAMOS DE JESUS - secretário; e

III - SELVINO SILVA DE OLIVEIRA - membro.

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 1.985, de 22 de maio de 2014, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), de 02 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Parecer - Processo Licitatório Nº 0046/2014 - Pregão Nº 0037/2014

PARECER

Trata-se de consulta formulada pela Comissão de Licitação referente à fase de habilitação no Processo Licitatório nº 0046/2014, Pregão nº 0037/2014.

Tem-se que a licitante Agrimaster Artefatos De Cimento Ltda. ME apresentou cópia da sentença proferida nos autos nº 5000634-71.2011.404.7211, cujo processo tramitou perante a Vara Federal

de Caçador/SC. Referida sentença, dentre outras determinações, declarou (i) a inexigibilidade do registro da empresa junto ao quadros do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/SC; e (ii) a inexigibilidade da contratação pela empresa de profissional inscrito nos quadros do CREA/SC.

Da fundamentação da referida sentença extrai-se que das atividades desenvolvidas pela empresa: (i) as de comércio e serviços de reparo não se enquadram entre aquelas atividades que demandam inscrição nos quadros do CREA; e (ii) as atividades de fabricação de artefatos de concreto não demanda conhecimentos técnicos especializados, o que torna desnecessária a prévia licença (registro) no CREA, bem como a contratação de profissional registrado para acompanhar.

Munida da referida sentença, a empresa Agrimaster Artefatos De Cimento Ltda. ME buscou justificar a ausência da apresentação dos documentos exigidos no item “6.3.4” do Edital, que assim dispõe: “6.3.4 Qualificação técnica: a) Prova de registro e/ou visto e quitação da empresa e dos responsáveis técnicos no CREA e/ou CAU, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas.”.

É o relatório do necessário.

Inicialmente, observa-se que o objeto do processo licitatório em questão é a “aquisição de tubos, blocos de concreto e grades de bueiro, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura”.

O Edital, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC - no dia 15/05/2014 (Edição nº 1486, página 102), estabeleceu o dia 27/05/2014 - terça-feira - para o recebimento do envelope de propostas e do envelope de habilitação e credenciamento.

Por se tratar de licitação na modalidade pregão presencial, o prazo limite para protocolar eventual impugnação ao edital é de até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

Desta forma, a licitante, se entendesse que o edital do processo licitatório em questão estaria afrontando algum princípio ou a legislação pertinente a sua modalidade, estaria autorizada a apresentar seu pedido de impugnação, no prazo supracitado, com o único propósito de corrigir o ato viciado.

No entanto, a licitante quedou-se inerte, decaindo do seu eventual direito de impugnar os termos do ato convocatório. Isso porque o ato convocatório está dentro da estrita legalidade e em consonância com os princípios administrativos.

A Administração Municipal, ao inserir a exigência de comprovação de capacidade técnica - “Prova de registro e/ou visto e quitação da empresa e dos responsáveis técnicos no CREA e/ou CAU, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas” - (art. 30 da Lei 8.666/1993) como requisito indispensável à habilitação dos licitantes, o fez sob o fundamento de que tal exigência é adequada, necessária, suficiente e pertinente ao objeto licitado, além de não implicar restrição do caráter competitivo do certame. E, uma vez não impugnado o edital, o Administrador fica subordinado ao seu conteúdo.

Neste íterim, salienta-se que é dever da Administração, ao realizar procedimentos licitatórios, exigir documentos de habilitação compatíveis com o objeto licitado, especialmente aqueles que comprovem a qualificação técnica. É dizer: o licitante interessado na execução de obras, prestação de serviços ou fornecimento de bens para a Administração deverá qualificar-se tecnicamente para participar de licitações públicas.

Sobre o tema, oportuna a lição trazida por Marçal Justen Filho:

A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato

convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão. Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante.

A sentença apresentada pela licitante não a exime da apresentação dos documentos exigidos pelo edital de licitação para comprovação da capacidade técnica exigida para este certame, isso porque, os efeitos da sentença não são extensivos ao processo licitatório, dizem respeito ao registro junto CREA para o desenvolvimento de suas atividades empresariais. Se o edital exigiu a comprovação do registro junto ao CREA e a licitante entedia que tal exigência afrontava a legislação ou os princípios administrativos, tinha à sua disposição o meio adequado e o prazo estabelecido para impugnar.

Assim, pelo princípio da vinculação ao edital, não tendo a empresa licitante comprovado sua capacidade técnica para a execução do objeto principal licitado, há que ser esta declarada inabilitada a prosseguir no feito.

Diante do exposto, este parecer é pela INABILITAÇÃO da empresa Agrimaster Artefatos De Cimento Ltda. ME pelo descumprimento específico do subitem 6.3.4 do edital em face da não apresentação de registro e/ou visto e quitação da empresa e dos responsáveis técnicos no CREA e/ou CAU, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas, com a consequente ausência de comprovação de capacidade técnica para a execução do objeto principal licitado.

Catanduvas/SC, 02 de junho de 2014.

Juliane Perotoni
Consultora Jurídica
OAB/SC 33.765

Vistos, etc.

Acato o parecer retro pelas suas próprias razões de decidir para o fim de declarar inabilitada a empresa Agrimaster Artefatos De Cimento Ltda. ME no processo licitatório em tela pelo descumprimento específico do subitem 6.3.4 do edital.

Comunique-se os interessados e publique-se na imprensa oficial. No mais, dê-se regular prosseguimento ao processo.

Catanduvas/SC, 02 de junho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Ed. Dialética, 2002, 9ª Ed.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato 26/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 26/2014
Contratante.: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada...: EDITORA POLO FOZ LTDA ME.

Objeto:

UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, PARA VEICULAÇÃO DE MATÉRIAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO, AVISOS, E COMUNICADOS DE FORMA SEMANAL, SEMPRE QUE SOLICITADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E A DISPONIBILIZAÇÃO DE 50 EXEMPLARES (SEMANAIS) PARA DISTRIBUIÇÃO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO.
Valor : R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).
Vigência : Início : 23/05/2014 Término : 23/12/2014.

CAXAMBU DO SUL, 23 de Maio de 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 27/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 27/2014
Contratante.: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada...: PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICAÇÕES LTDA ME.
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO DE FREQUÊNCIA MODULADA (FM).
Valor : R\$ 18.550,00 (dezoito mil quinhentos e cinquenta reais).
Vigência : Licitação.....:
Início : 01/06/2014 Término : 31/12/2014.
Pregão Presencial 20/2014.

CAXAMBU DO SUL, 28 de Maio de 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 28/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 28/2014
Contratante.: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada...: RICARDO M. EBERT - ME.
Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TANQUE RODOVIÁRIO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA POTÁVEL.
Valor : R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
Vigência : Licitação.....:
Início : 28/06/2014 Término : 31/12/2014.
Pregão Presencial 23/2014.

CAXAMBU DO SUL, 28 de Maio de 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 29/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 29/2014
Contratante.: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada...: ARTEBRAZ SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME.
Objeto : EXECUÇÃO DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA EM 147,00 M² E AMBLIAÇÃO DE ARQUIBANCADAS EM 38,30 M² JUNTO AO ESTÁDIO MUNICIPAL LUIZ CARLOS BURTET, ATRAVÉS DE EXECUÇÃO INDIRETA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, E DEMAIS ANEXOS DO PROJETO.
Valor : R\$ 69.999,98 (sessenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).
Vigência :
Licitação.....:
Início : 30/05/2014 Término : 31/12/2014.
Toma da de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2014

CAXAMBU DO SUL, 30 de Maio de 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato 13/2014 FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.:
13/2014
Contratante.:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL
Contratada...:
GAMBATTO VEÍCULOS LTDA.
Objeto :
AQUISIÇÃO DE VEICULO UTILITÁRIO ZERO KM TIPO MINI VAN.
Valor :
R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).
Vigência :
Início : 27/05/2014 Término : 31/12/2014.

CAXAMBU DO SUL, 27 de Maio de 2014.
VILMAR FOPPA
GESTOR FMS

Aviso de Licitação 32/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 32/2014
Edital: Pregão Presencial Nº.: 26/2014
Tipo: Menor Preço Unitário/Por Item.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SEMENTES DE MELANCIA HÍBRIDA, DA VARIEDADE VISTA F1, PUREZA MÍNIMA DE 99,9 %, GERMINAÇÃO MÍNIMA DE 96%, FISCALIZADAS
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 13 de junho de 2014.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 13 de Junho de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.

br.

CAXAMBU DO SUL, 02 DE JUNHO DE 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação 33/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 33/2014
Edital: Convite para Obras e Serviços de Engenharia Nº.: 02/2014
Tipo: Menor Preço/Preço Global.
Objeto: INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COMPREENDENDO REDE ADUTORA, RESERVAÇÃO, REDE DE DISTRIBUIÇÃO E LIGAÇÕES DOMICILIARES DE ACORDO COM MEMORILA DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO E ANEXOS DO PROJETO TÉCNICO.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 11 de Junho de 2014.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 11 de Junho de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br.

CAXAMBU DO SUL, 02 DE JUNHO DE 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº 94/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 94/2012 - PM

Nº. do Contrato: 94/2012.

Processo Licitatório: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 02/2011, realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: IDS Desenvolvimento de Software e Consultoria Ltda.

Fundamento Legal: no artigo 65, I, "b", § 1º da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Valor: R\$ 186,00 (cento e oitenta e seis reais), a serem pagos em cota única em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da respectiva nota fiscal, que será emitida somente após a conclusão dos respectivos serviços, condicionado o pagamento à emissão de Termo de Aceite.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a modificação do valor contratual originário em face de aditamento quantitativo do seu objeto para implementação das especificações constantes do Anexo I deste instrumento ao software de gestão da educação municipal.

DATA DA ASSINATURA: 28 de maio de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 02.2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este edital a candidata selecionada no Processo Seletivo nº 01/2014, a seguir relacionada, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para admissão em caráter temporário - ACT, sob regime administrativo especial, afim de exercer a seguinte função:

NOME	FUNÇÃO
Denise Raymundo da Silva	Orientador Social - 40 Horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 02 de junho de 2014.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 229 de 02.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 229/2014

CONSIDERANDO, que a Administração Publica pode rever seus atos a qualquer tempo,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 008 de 23/12/99 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010.

RESOLVE:

Art.1º Retificar a Portaria nº. 0206/2007 de 08.10.2007, da Servidora Pública LUCIANI PAUL KERSCHBAUM, com a seguinte alteração: onde se lê: Prorrogar os efeitos da Portaria nº 0114/2007, leia-se: Prorrogar os efeitos da Portaria nº 108/2007.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
02 de junho de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 230 de 02.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 230/2014

CONSIDERANDO a Portaria nº 174/2014, que "PRORROGA A LICENÇA MATERNIDADE DA SERVIDORA PUBLICA DAIANA DE SOUZA PASSIG";

CONSIDERANDO a necessidade de recomposição das Equipes de Agentes Comunitários de Saúde;

CONSIDERANDO a grande extensão da área geográfica do Município, e o interesse público no atendimento a população na área de saúde;

CONSIDERANDO o Requerimento de férias realizado pela Servidora Pública DAIANA DE SOUZA PASSIG, bem como, a manifestação da autoridade competente; e

CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº. 01/2014, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário, à Execução do Programa Agentes Comunitários de Saúde;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado e a Lei Complementar nº. 026, de 04.05.06, bem como, as disposições contidas no EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2014.

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, TIAGO ARTULINO DE ESPINDOLA, inscrito no CPF sob o nº 108.278.659-45, para exercer a função de Agente Comunitário de Saúde - 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03.06.2014 a 22.07.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
02 de junho de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 231 de 02.06.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 231/2014

Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Nomear CARLA PRISCILA KERSCHBAUM, para ocupar o cargo em Comissão de Assessor Técnico, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos - Nível DAS-1, Anexo Único, da LC nº. 047 de 01.12.2010, a partir de 03.06.2014.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
02 de junho de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 416/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 416/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014.

Designa o servidor MOACIR VALCARENGHI para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no art. 21, IV e VI do Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000, no art. 12, IV e VI do Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 e no Decreto nº 963/2013, de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor MOACIR VALCARENGHI, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Ambiental, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, no período de 21 a 23 de maio de 2014, em face do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FUMDEMA.

Art. 3º Em face do disposto neste Decreto, a movimentação das contas bancárias da FUMDEMA será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente designado, senhor MOACIR VALCARENGHI, no período de 21 a 23 de maio de 2014, na forma estabelecida no Decreto nº 963/2013, de 25 de novembro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 417/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 417/2014, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Altera expressão constante no inciso XVIII do art. 1º do Decreto nº 79/2012, de 27 de janeiro de 2012 e alterações, que nomeia Diretores Escolares.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 56294-00 e código 10.12, matrícula 56294-03", para: "do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 56294-03", constante no inciso XVIII do art. 1º do Decreto nº 79/2012, de 27 de janeiro de 2012, que nomeia MARIEMA FRACASSO RIZZO, Diretora Escolar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 9 de maio de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 418/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 418/2014, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Exonera, a pedido, a servidora LUCIELE ESPICH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora LUCIELE ESPICH, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, a partir de 26 de maio de 2014.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 419/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 419/2014, DE 21 DE MAIO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SOLANGE KLASSMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2014, à servidora SOLANGE KLASSMANN, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de janeiro de 2008 a 11 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 420/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 420/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no § 4º do art. 62 da Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de avaliar a área objeto de solo criado, do projeto de propriedade da empresa PILLARES PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., localizado na Rua Romano Anselmo Fontana, 530, Centro, neste Município, que amplia o número de pavimentos e extrapola o coeficiente de aproveitamento definidos na Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, as seguintes pessoas:

I - representante do Poder Executivo: JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS;

II - representantes do setor imobiliário:

a) MARCOS BERTA;

b) RAMON WALDIR BORCHE PEREIRA;

III - representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU: JAIME SAVOLDI;

IV - representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Concórdia e Microrregião - AECOM: ELTON POLINA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 421/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 421/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, ao servidor ADEMIR GONÇALVES; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor ADEMIR GONÇALVES, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia da 3ª Patrulha Mecanizada, com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de maio de 2014.

Art. 3º Fica revogado, com efeitos retroativos a 20 de maio de 2014, o art. 2º do Decreto nº 249/2014, de 20 de março de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 422/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 422/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas municipais, em virtude da realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Em virtude da realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014, o expediente das repartições públicas municipais será efetuado da forma abaixo:

I - serviços administrativos:

a) dia 12 de junho de 2014: das 7h30min às 11h45min e das 13h às 15h;

b) dia 17 de junho de 2014: das 7h30min às 11h45min e das 13h às 15h30min;

c) dia 23 de junho de 2014: das 7h30min às 11h45min e das 13h às 16h30min.

II - serviços operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEMADRA, Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras - SEMURB e Secretaria Municipal de Transportes - SEMUT:

a) dia 12 de junho de 2014: das 7h às 13h;

b) dia 17 de junho de 2014: das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 15h30min;

c) dia 23 de junho de 2014: das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

Art. 2º Os horários de trabalho fixados no art. 1º deste Decreto não se aplicam:

I - ao Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

II - ao Terminal Rodoviário;

III - à Vigilância Sanitária, conforme escala do setor;

IV - aos Agentes da Autoridade de Trânsito.

Parágrafo único. O atendimento das Unidades Educacionais será de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de maio de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

Resolução Nº 025

RESOLUÇÃO Nº 025, DE 27 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite do Cofinanciamento Federal para a realização das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único de assistência Social-SUAS apresentado a este conselho pelo Órgão Gestor.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia, em reunião extraordinária realizada no dia 27 de maio de 2014, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS - NOB/SUAS 2012 e Resoluções CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social nº 08, de 18 de abril de 2013 e nº 10, de 15 de abril de 2014 e a Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar e aprovar o Termo de Aceite do Cofinanciamento Federal para a realização das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e demais compromissos decorrentes, apresentado a este conselho pelo Órgão Gestor.

Art. 2º - O Órgão Gestor ao firmar o Termo de Aceite do Cofinanciamento Federal para a realização das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, concorda e assume todos os compromissos e regras descritas no Termo de Aceite.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 27 de maio de 2014.
NEUSA PRESOTTO COLOMBO
Presidente CMAS

Editais de Concorrência Nº 5/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 5/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de estruturas metálicas, para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para cobertura, em estrutura metálica, da Rua Leonel Mosele, entre as Ruas Dr. Maruri e Marechal Deodoro, de acordo com os Memoriais Descritivos e Projetos Básicos, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Recebimento das propostas: até as 09h00min do dia 03/07/2014.
Abertura: dia 03/07/2014, às 09h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 02 de junho de 2014.

MARNIO ALBERTO CADORE

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação - Obras Nº 2/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Obras Nº 2/2014

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Woloszyn Brum de Oliveira, Diretora de Ação Social, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso V, do Artigo 24, homologada em 30 de maio de 2014, para o fornecimento e instalação de divisórias leves no imóvel locado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, em favor da empresa: MONTART MONTAGEM & SERVIÇOS LTDA EPP, no valor total estimado de R\$ 30.898,00 (trinta mil oitocentos e noventa e oito reais).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº. 14/2014- PMC Sistema de Registro de Preços

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14/2014- PMC

Sistema de Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2014, de materiais de higiene, limpeza, consumo e utensílios domésticos, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 23/06/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 23/06/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 02 de junho de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

- Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 68/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços outsourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais p&b a laser, incluindo o fornecimento total de suprimentos e peças, exceto papel, na modalidade de atendimento

"on site" e instalação nas dependências das Escolas da Rede Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 17/06/2014.

Abertura: dia 18/06/2014 às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 02 de maio de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Concorrência Nº 1/2014 - PMC Extrato do Resultado da Sessão de Classificação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRÊNCIA Nº 1/2014 - PMC

Objeto: contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA sagrou-se vencedora com o menor valor Global de R\$ 3.859.181,59 (três milhões oitocentos e cinquenta e nove mil cento e oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos), ficando a licitante BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, na segunda colocação com o menor valor Global de R\$3.998.790,22(três milhões e novecentos e noventa e oito mil e setecentos e noventa reais e vinte e dois centavos), a licitante SETA ENGENHARIA S/A na terceira colocação com o menor valor Global de R\$ 4.327.410,88 (quatro milhões e trezentos e vinte e sete mil e quatrocentos e dez reais e oitenta e oito centavos) e a licitante SETEP CONSTRUÇÕES S/A, na quarta colocação com o menor valor Global de R\$ 4.557.047,09 (quatro milhões quinhentos e cinquenta e sete mil quarenta e sete reais e nove centavos). O preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 02 de junho de 2014.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da C.P.L

Tomada de Preços Cs Nº 3/2014 - PMC Extrato do Resultado da Sessão de Habilitação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS CS Nº 3/2014 - PMC

Objeto: contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada à instituição de ensino superior, para realização de concurso público, com provas escritas, títulos, práticas e de aptidão física para cargos de nível fundamental, médio e superior, de acordo com as especificações constantes nos Anexo "D", "E" e "F" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA, CONSEP - CONCURSOS, RESIDÊNCIAS MÉDICAS, AVALIAÇÕES E PESQUISAS LTDA e IUDS - INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Após abertura do Envelope 01 - Documentação de Habilitação, os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, constatando-se que: a licitante CONSEP - CONCURSOS, RESIDÊNCIAS MÉDICAS, AVALIAÇÕES E PESQUISAS LTDA não comprovou ser empresa de ensino superior, conforme exigência do objeto do edital: "contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada à instituição de ensino superior...". Em nenhuma das cláusulas do seu contrato social ou ainda em seu cartão de CNPJ há a especificação de que seja a licitante instituição de ensino superior ou empresa vinculada. De destacar que foi realizada diligência junto à empresa, para comprovar que a empresa não se enquadraria nessa posição. Em contato telefônico com a funcionária do setor de licitações, Senhora Cristiane (18) 3822-6464, nos foi informado que, em contato com o Senhor Ricardo Camuci, os mesmos comprovaram o equívoco na interpretação do edital. O senhor Ricardo, informou à senhora Cristiane que havia interpretado como se a prestação de serviço fosse à instituição de ensino superior e não que fosse exigência que a empresa para prestar o serviço tivesse esse vínculo. Diante do exposto, restou a empresa INABILITADA; a licitante IUDS - INSTITUTO UNIVERSAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL deixou de apresentar o exigido no item 5.1, "c", ou seja: "Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede da licitante", e ainda, apresentou o exigido no item 5.1, "i" ou seja: "Atestado de capacidade técnica, por execução de Concurso Público com no mínimo 10 cargos diferentes, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e expedido em nome da licitante" com comprovação de prestação de serviço para 5 cargos, inferior ao exigido e, ainda, prestação de processo seletivo e não Concurso Público, contrariando às exigências editalícias, diante de todo o exposto, a empresa foi INABILITADA; a licitante CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA, atendeu plenamente aos requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório e, por conseguinte, foi julgada HABILITADA. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório aos proponentes participantes, para, se tiverem interesse, interponem recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 11 (onze) de junho de 2014, às 10h00min (dez horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 02 de junho de 2014.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

Portaria Nº 32/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 32/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor ALTAIR NICOLLI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-D da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 2 de junho de 2014, ao servidor ALTAIR NICOLLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escrevente, 35 (trinta e cinco) horas semanais, nível 05-4-GO6B2, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, matrícula nº 5070-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição do servidor no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 2 de junho de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Portaria Nº 33/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 33/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora GENAIR LOURDES BOGONI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-D da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 2 de junho de 2014, à servidora GENAIR LOURDES BOGONI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, 35 (trinta e cinco) horas semanais, nível

9-35-GEA2, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 17850-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 2 de junho de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Portaria Nº 34/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 34/2014, DE 2 DE JUNHO DE 2014.
Concede Aposentadoria por Idade ao servidor DORVALINO LUPATO DE MORAES.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, III, "b", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e nos arts. 40 e 41 da Lei Complementar nº 164/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 2 de junho de 2014, ao servidor DORVALINO LUPATO DE MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Braçal, 40 (quarenta) horas semanais, nível 2-40-GBB1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, matrícula nº 88544-00, Aposentadoria por Idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 2 de junho de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação de Credenciamento Nº 45/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 45/2014

A Presidente do Conselho do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor torna público que ratificou o ato da senhora Tania Maria Turcatel, encarregada do Semas, que declarou Inexigível a Licitação, nos termos do artigo 25, Caput da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações para o credenciamento de Empresa para prestação de serviços aos segurados nominados na Lei complementar nº 163 de 26.07.1999 e Decreto nº 4.155 de 16.09.1999, a favor da empresa: HANNA ANGENLS PSICOLÓGICOS LTDA ME, no valor total estimado de R\$5.000,00(cinco mil reais).

Concórdia, SC, 02 de junho de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Presidente - FUMAS

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro 05/2014****SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	240.568,44
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	232.894,27
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	157.679,36
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.214,91
		Despesas Intra-orçamentárias	7.674,17
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.674,17
Receita Extra - Orçamentária	540.589,71	Despesa Extra - Orçamentária	271.850,01
DEPÓSITOS	26.620,93	DEPÓSITOS	24.881,23
CONSIGNAÇÕES	26.290,93	CONSIGNAÇÕES	24.551,23
PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.137,55	PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.137,55
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.172,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.172,00
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.699,77	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.699,77
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉ	4.348,22	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	4.348,22
PLANOS DE SEGUROS	64,87	PLANOS DE SEGUROS	129,74
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.868,52	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	63,95
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	330,00	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	330,00
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	330,00	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	330,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	246.968,78	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	246.968,78
OBRIGAÇÕES A PAGAR	246.968,78	OBRIGAÇÕES A PAGAR	246.968,78
FORNECEDORES	81.615,25	FORNECEDORES	81.615,25
PESSOAL A PAGAR	137.691,05	PESSOAL A PAGAR	137.691,05
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	27.026,30	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	27.026,30
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	636,18	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	636,18
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	267.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	267.000,00		
REPASSE RECEBIDO	267.000,00		
Saldos anteriores	305.743,94	Saldos atuais	333.915,20
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	282.644,07	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	294.448,64
BANCO C/ MOVIMENTO	23.099,87	BANCO C/ MOVIMENTO	39.466,56
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	846.333,65	Total	846.333,65

CONCORDIA, 30/05/2014

 ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
 Presidente

 DELAIR M. S. DALLEGRAVE
 Contador CRC SC 022.843/O-5

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Edital de Processo Seletivo Nº 003/2014 - Divulgação do Gabarito Preliminar

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 003/2014

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2014.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica do Municipal, divulga o gabarito preliminar da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 003/2014:

I - GABARITO PRELIMINAR:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Questões	A	B	C	D	E
01			X		
02		X			
03		X			
04			X		
05	X				
06					X
07			X		
08		X			
09				X	
10					X
11				X	
12		X			
13			X		
14				X	
15		X			
16		X			
17					X
18	X				
19		X			
20			X		

OPERADOR DE MÁQUINAS

Questões	A	B	C	D	E
01			X		
02	X				
03		X			
04				X	
05		X			
06				X	
07		X			
08		X			
09			X		
10		X			
11					X
12			X		

13		X			
14		X			

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL

Questões	A	B	C	D	E
01				X	
02		X			
03		X			
04			X		
05			X		
06			X		
07	X				
08	X				
09				X	
10				X	
11				X	
12			X		
13	X				
14				X	
15	X				
16			X		
17		X			
18				X	
19			X		
20				X	

Cordilheira Alta, SC, 02 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Lei Nº 1111/2014 - " Abertura de Crédito Adicional Suplementar"

LEI Nº 1111, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 94

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 260.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 13.392.2507.1.025 - Aquisição de Acervo para Biblioteca.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 49
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 12.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.003 - Aniversário do Município e Realizações de Eventos e Feiras..

Modalidade de Aplicação: 339000 - 50
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.012 - Aquisição de Área de Terra para Parque de Exposições..

Modalidade de Aplicação: 449000 - 80
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.013 - Construção de Pavilhões Parque de Exposições.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 81
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.015 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Mobiliário.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 83
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.016 - Construção Reforma e Ampliação da Garagem de Máquinas..

Modalidade de Aplicação: 449000 - 84
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 15.000,00

Projeto/Atividade: 28.841.000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 469000 - 127
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 200.000,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.362.2506.2.015 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Médio.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 29
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 155.000,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.023 - Manutenção do Transporte Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 37
Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 155.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 02 de junho de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei Complementar Nº 107/2014 -" Aprova Projetos de Condomínios Fechados"

LEI COMPLEMENTAR N. 107/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A APROVAR PROJETOS DE CONDOMÍNIOS FECHADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU MAZZIONI, PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, FAZ SABER que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a aprovar projetos de Condomínios Fechados no perímetro rural do Município de Cordilheira Alta, Santa Catarina, nucleada a área do condomínio como urbana, nos termos da presente Lei.

§ 1º. Para efeitos desta Lei, consideram-se como Condomínio Fechado no Município de Cordilheira Alta, as 02 (duas) modalidades urbanísticas de ocupação do solo abaixo descritas:

I - "Condomínio Fechado de Edificações" que é regido sob a forma do artigo 8º da Lei Federal nº 4.591/64.

II - "Condomínio Fechado de Lotes" que é regido sob a forma do artigo 8º da Lei nº 4.591/64, combinada com o Artigo 3º do Decreto-Lei nº 271/67.

Art. 2º As obras previstas no artigo 8º da Lei nº 4.591/64, por força do artigo 3º do Decreto-Lei nº 271/67, são as obras de infraestrutura mínimas do empreendimento abaixo previstas, sendo que a obra já edificada ou a ser edificada será considerada como unidade autônoma em "Condomínio Fechado de Edificações", e somente o lote sem os projetos de edificações será considerado como unidade autônoma na modalidade urbanística de "Condomínio Fechado de Lotes".

Parágrafo único - A propriedade do sistema viário interno e dos equipamentos comunitários não passará ao Município, permanecendo na titularidade e no domínio dos condôminos.

Art. 3º Os direitos e deveres dos condôminos deverão ser estabelecidos através de Convenção Condominial, as normas que vigorarão entre os condôminos que conterà:

I - todos os requisitos previsto nos art. 8º e 9º da Lei Federal nº 4.591/64;

II - as "Restrições Urbanísticas" ou "Plano Diretor Interno" de cada empreendimento;

III - as "limitações e requisitos das edificações" e as de "uso e ocupação do solo" como índice construtivo e taxa de ocupação do solo na unidade privativa, e outras que cada empreendedor planejar;
IV - todas as regras acima instituídas devem atender as normas do Código de Obras e do Plano Diretor do Município, e na falta destes, o que for determinado pelo Município.

Art. 4º As unidades autônomas instituídas nesta lei, estão sujeitas as limitações desta Lei e demais disposições legais, incidindo sobre elas o Imposto Predial e Territorial Urbano, sobre a "área de uso privativo da unidade" e sobre as edificações que vierem a serem edificadas, independentemente da sua localização dentro do Município.

Art. 5º Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - CONDOMÍNIO FECHADO DE EDIFICAÇÕES - é a subdivisão de uma gleba ou terreno em unidades edificadas ou a serem edificadas, destinados à edificação de qualquer natureza, com abertura de vias de circulação interna e acessos exclusivos a estas unidades autônomas.

II - CONDOMÍNIO FECHADO DE LOTES - é a subdivisão de uma gleba ou terreno em unidades de lotes sem a edificação, destinados a futuras edificações de qualquer natureza, com abertura de vias de circulação interna e acessos, exclusivas a estas unidades autônomas.

III - INCORPORADOR - é a pessoa física ou jurídica, proprietário da gleba, que pode ser representado por procuração, que pratica os atos definidos na incorporação e instituição de condomínio, coordenando ou levando a termo o empreendimento e responsabilizando-se pela conclusão e entrega das obras no prazo certo e nas condições previstas na convenção de condomínio e nos termos de garantia e caução.

IV - ARRUAMENTO - é a abertura de qualquer logradouro público destinado à circulação ou à utilização pública.

V - ÁREA DE LAZER COMUNITÁRIA E DE USO COMUM - é o espaço de convivência utilizado ou reservado para atividades culturais, cívicas, esportivas e contemplativas da população.

VI - ÁREA NÃO EDIFICÁVEL - é a área vedada à edificação e à ocupação urbana normal, e assim declarada, por razões de ordem técnica ou por razões ambientais e ou de preservação permanente. Entre as razões de ordem técnica são consideradas aquelas que tornem a área imprópria à habitação, perigosa à edificação ou que tornem inexecutável a implantação dos serviços e infraestrutura essenciais à vida coletiva.

VII - ÁREAS INSTITUCIONAIS PÚBLICAS - são as áreas utilizadas ou reservadas para fins específicos de utilidade pública, tais como saúde, educação, administração, lazer, esporte, cultura ou outras atividades comunitárias.

VIII - LOGRADOURO PÚBLICO - é o espaço destinado ao trânsito de veículos e pedestres, frequência e permanência de público, de domínio público.

IX - PASSAGEM DE PEDESTRE - é o logradouro destinado ao trânsito exclusivo de pedestres e que liga duas vias de circulação imediatamente próximas.

X - PASSEIOS E OU CALÇADAS - parte da via que ladeia logradouros públicos junto aos terrenos, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quanto possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação entre outros.

XI - REFÚGIO CENTRAL - área ajardinada ou pavimentada e elevada como as calçadas, situada no centro de uma via, separando duas faixas de rolamento da rua, conhecida também como canteiro central.

XII - QUADRA - área do terreno delimitada por vias de circulação internas de comunicação, subdividida ou não em unidades autônomas e ou lotes para construção.

XIII - RECUO - distância do alinhamento da via pública ou via de circulação interna até o início da área do terreno (lote) da unidade autônoma, tomada perpendicularmente à rua ou via interna, também é considerado o espaço de afastamento nas divisas e nos fundos das unidades autônomas ou lotes.

XIV - AFASTAMENTO - distância das divisas das unidades autônomas ou lotes ao alinhamento das edificações, tomada perpendicularmente às divisas.

XV - TESTADA - é a frente da unidade autônoma ou lote para a via de circulação interna.

XVI - VIAS DE CIRCULAÇÃO INTERNA - espaços de usos comum que faculta a interligação das diversas unidades entre si e as atividades exercidas para veículos, ciclistas e pedestres.

XVII - INFRA ESTRUTURA INTERNA - são as obras mínimas de infra estrutura básica dentro do condomínio para acessibilidade e viabilidade de edificações e instalações, como pavimentação, água potável, energia elétrica, iluminação, passeios, meio fio, portaria, equipamentos de urbanização e usos comuns.

XVIII - ÁREA URBANA - aquela que abrange uma área contínua da cidade e de núcleos existentes no Município, bem como as zonas urbanas fechadas, desde que legalmente constituídas pela legislação vigente.

XIX - ÁREA RURAL - toda aquela situada fora do perímetro urbano e não destinada a fins urbanísticos, para a qual se aplicam dispositivos específicos constantes na legislação federal e na Lei Municipal de zoneamento agropastoril.

XX - ÁREA VERDE - aquelas áreas destinadas à preservação ambiental, arborizadas ou não, destinadas a recomposição da mata ciliar e ou mata nativa, atendendo a exigência dos órgãos ambientais, sendo constituídas ou não por APP - Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, aceitas como áreas verdes "non aedificandi" quando no perímetro urbano, atendendo ainda, a IN - Instrução Normativa da FATMA sob nº 03 e as demais legislações pertinentes;

XXI - MOBILIDADE URBANA - é a prerrogativa que o Município tem de projetar, definir ou implantar sistemas viários, avenidas, rodovias, perimetrais, servidões de passagens, enfim qualquer outro meio que garanta a mobilidade da população dentro da cidade, bairro ou no seu território, estando tal interesse público acima de qualquer outro dos particulares, e do direito de propriedade.

XXII - SERVIDÃO DE SERVIÇOS - é a servidão de passagens para serviços, quer subterrânea ou aérea, para utilização em canalizações, drenagens, encanamentos, ou passagens de águas pluviais necessários aos interesses comunitários.

XXIII - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - APP - área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

XXIV - RESERVA LEGAL - área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos da legislação federal, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar à conservação e à reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa, e atender a IN - Instrução Normativa da FATMA sob nº 15, e as demais legislações pertinentes;

XXV - ÁREA CONSOLIDADA - área com ocupação antrópica pré-existente, com edificações ou sem, com atividades agropastoris, ou com estradas implantadas a muitos anos de forma consagrada, e outras situações como preconiza a Lei nº 10.257/01;

CAPÍTULO II DOS PROJETOS E SUA APROVAÇÃO

Art. 6º As premissas mínimas para aprovação do Condomínio Fechado são:

§ 1º. A "gleba" ou "terreno" objeto do Condomínio projetado deve obrigatoriamente ter acesso para uma via pública do Município;

§ 2º. Quando da análise do Condomínio e para sua aprovação, deverão ser observados os mapas oficiais e planos do sistema viário municipal, de forma a garantir os seus prolongamentos, a fim de garantir a mobilidade urbana da cidade, atendendo o art. 12.

§ 3º. O título (matrícula) da área (gleba) de origem rural deverá obrigatoriamente conter a Reserva Legal gravada na área e ou em outra gleba através de "Servidão Florestal", atendendo a lei 12.651 de 25/05/2012, ou a legislação ambiental vigente e a IN - Instrução Normativa da FATMA sob nº 15. Caso o Condomínio seja em um terreno (lote) urbano oriundo de Parcelamento do Solo regularmente constituído e consolidado em Perímetro Urbano, não haverá a exigência aqui citada.

§ 4º. Que o empreendimento seja projetado nos moldes da Lei Federal nº 4.591/64, com as alterações constantes no Código Civil Brasileiro vigente, sendo que cada unidade a ser edificada ou lote condominial, será considerado como unidade autônoma, a ele atribuindo-se:

I - Cada unidade será tratada como objeto de propriedade exclusiva e autônoma, assinalada por designação de uma inscrição imobiliária, com as características de distrito, setor, bairro, quadra, lote e edificação.

II - Cada unidade autônoma receberá uma parte integrante, inseparável e indivisível, representada por uma fração ideal do terreno de usos comum de todos os condôminos, expressa sob a forma decimal ou ordinária, que corresponderá à área de uso comum do empreendimento.

III - Cada unidade autônoma receberá uma parte de área privativa de uso exclusivo da unidade, expressa em metros quadrados, para uso e edificação privativa do condômino;

§ 5º. O não atendimento a qualquer um dos requisitos anteriormente citados será motivo para o município indeferir de pronto o pedido do Condomínio, independente de quaisquer outros requisitos atendidos.

Art. 7º Os documentos técnicos mínimos para aprovação do Condomínio Fechado são:

I - Planta baixa do perímetro do condomínio, contendo: ser georeferenciado tecnicamente, com as medidas de todas as divisas da gleba e a relação desta com o sistema viário e logradouro público (ruas, estradas municipais) já existentes, que dão acesso ao Condomínio;

II - Planta baixa com dados técnicos, contendo: as curvas de níveis da topografia de metro em metro, dados cadastrais com todos os elementos físicos, elementos ambientais como nascentes, rios ou córregos, e de vegetação e/ou matas nativas existentes;

III - CD da planta eletrônica, contendo: as plantas georeferenciadas indicadas nos itens "I e II", e ainda apresentar após a aprovação da última versão a planta "V";

IV - Título de propriedade, contendo: à matrícula atualizada fornecida pelo CRI - Cartório de Registro de Imóveis competente, com validade de menos de 30 dias, contendo no título as medidas e

áreas iguais à Planta baixa indicada no item "I". Havendo qualquer divergência, deverá o título ser retificado conforme determina os Art. 212 e 213 da Lei nº 6.015/73;

V - Planta baixa geométrica de localização da divisão das unidades autônomas, contendo: as áreas de uso privativos das unidades (lotes), das quadras, as vias internas de circulação, as áreas de lazer e espaços de convívios comuns e usos comunitários, e as áreas verdes e ou de matas nativas;

VI - Memorial descritivo, contendo: todas as informações e particularidades do empreendimento, contendo descrição das unidades autônomas, especialmente as áreas de uso privativo do terreno, áreas de uso comum e a fração ideal correspondente na área total da gleba, e a fração ideal da área construída de uso comum (portarias, salão de festas, outros), bem como as confrontações das unidades autônomas ou do lote;

VII - Quadro De Áreas, contendo: demonstrar as áreas ocupadas no condomínio com os respectivos percentuais atendendo o Art. 10 desta lei, e poderá estar demonstrado na Planta indicada no item "V" ou no Memorial Descritivo indicada de que trata o item "VI";

VIII - Anotações de responsabilidade técnicas, contendo: A emissão da RRTs (Registro de Responsabilidade Técnica) do CAU - Conselho De Arquitetura e Urbanismo para os projetos urbanísticos, e as ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica) do CREA/SC dos responsáveis pelos outros projetos complementares.

IX - Planilhas de cálculos de áreas e valores, contendo: baseado nas normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, especialmente a NBR nº12.721, deverá ser apresentada as seguintes planilhas: "do cálculo das áreas" e "dos custos" de todas as obras de infra-estrutura previstas nos projetos complementares e das edificações de usos comuns;

X - Os projetos arquitetônicos das edificações de usos comuns (se houver), contendo: a portaria, as áreas edificadas de lazer e recreação ou salão de festas, áreas destinadas a zeladoria, prédio da administração do Condomínio, outros equipamentos projetados, apresentar ainda os projetos complementares executivos destas obras, e as respectivas anotações de responsabilidade técnica (ART) de cada um destes projetos.

XI - Convenção de condomínio, contendo: as cláusulas mínimas previstas em lei, descrever as formas e características escolhida do empreendimento e atender as exigências previstas no Art. 3º desta lei.

Art. 8º. O incorporador obriga-se a executar as obras de infraestrutura mínimas abaixo especificadas, para tanto o incorporador deverá apresentar os projetos complementares aqui previstos, indispensáveis para aprovação do Condomínio pelo município, porém, caso o fornecimento dos serviços venha a ser realizado por concessionárias públicas independentes e autorizadas por lei, será aceito, desde que os projetos técnicos sejam aprovados pelas mesmas.

I - Projetos de execução das obras e serviços de recolhimento e esgotamento de águas pluviais, com as respectivas caixas de passagens e de coletas, bem como os seus destinos finais;

II - Projetos de execução da disposição final de esgotos sanitários, atendendo as exigências municipais e as da IN - Instrução Normativa da FATMA sob nº 05, ou a normativa que venha a substituir esta;

III - Projetos de execução do sistema da rede de abastecimento de água potável a ser utilizado e o projeto da distribuição para cada unidade, bem como os reservatórios preventivos mínimos necessários para garantir o abastecimento do empreendimento;

IV - Projetos de execução da rede de energia elétrica com carga

compatível para atender as edificações futuras e edificações de usos comuns, e as de iluminação nas vias internas;

V - Projetos de execução da pavimentação, preferencialmente com paver, bloco intertravado de concreto, ou pedras ferro (calçamento), sendo aceito também o asfalto, não sendo permitida pavimentação rústica ou primária (cascalho). Qualquer uma das modalidades deverá ser aprovada pela municipalidade.

VI - Projetos de licenciamentos ambientais previstos no Art. 13 da presente lei.

VII - A aprovação do projeto de condomínio ficará condicionada à apresentação de projetos técnicos complementares descritos nos incisos anteriores, aprovados pelo Município e ou pelos órgãos competentes ou concessionárias públicas.

§ 1º. Todo o perímetro da Área do Condomínio deverá ser fechado, e ter altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros), que caracterizará a separação da Área utilizada da malha viária urbana e ou com as propriedades vizinhas ou lindeiras, atendendo os seguintes requisitos:

I - Na frente das Rodovias Federais e nas Estaduais, para a construção do fechamento do condomínio, haverá a necessidade de um recuo obrigatório entre a frente da faixa oficial da rodovia pública e o início dos Condomínios, de no mínimo 50,00 metros, onde poderão ser projetados lotes convencionais para atividades comerciais, industriais e serviços, respeitando também a faixa obrigatória não edificante complementar de mais 15,00 metros, atendendo inciso III do Art. 4º da Lei nº 6.766/79;

II - Na frente das demais estradas municipais não poderá haver diretamente na frente da estrada, rodovia ou rua, o fechamento dos condomínios, devendo ter, para construção do mesmo, um recuo obrigatório entre a frente da via pública, e o início do fechamento do(s) Condomínio(s), de no mínimo 20,00 metros, podendo ser projetado neste espaço, lotes convencionais ou lotes para atividades comerciais, serviços e industriais;

§ 2º. O incorporador deverá prever recuo mínimo para manobra de dois (02) veículos simultaneamente na entrada principal e na portaria de ligação ao acesso à via pública;

§ 3º. A portaria e ou portal de entrada deverá prever altura mínima que permita a passagem de: equipamentos e veículos de bombeiros, ônibus e caminhões de lixo;

§ 4º. O lixo deverá ser recolhido e depositado pelos condôminos num único ponto a ser estabelecido pelo município, quando da aprovação do Condomínio, para que a municipalidade dê destinação final.

§ 5º. O incorporador poderá gravar **SERVIDÃO DE SERVIÇOS** nas unidades autônomas para passagens quer subterrânea ou aérea, para utilização em canalizações, drenagens, encanamentos, ou passagem de águas pluviais necessários aos interesses comunitários que deverão ser respeitados pelos Condôminos adquirentes.

§ 6º. O incorporador deverá apresentar os projetos e documentos citados nesta lei em 03 (três) vias para aprovação.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS E TÉCNICOS

Art. 9º. Nos condomínios se admitirá usos e edificação para as seguintes modalidades urbanísticas:

I - Com fins e usos residenciais unifamiliares, podendo, no entanto, haver edificação destinada à sede social onde poderão operar atividades comerciais e de serviços em benefícios dos condôminos.

As unidades autônomas ou lotes de usos exclusivos privativos terão área mínima de 500,00m² (quinhentos metros quadrados) e

pelo menos uma testada mínima de 15,00 (quinze metros);

II - Com fins de usos e serviços de hotelaria, resort e similares, ou ainda o sistema "fractional" (fração) com intercâmbio com outros hotéis ou resorts, ou ainda programadas por tempo compartilhado (time share) podendo, no entanto, haver edificações destinadas a moradias unifamiliares e ou multifamiliares, os chamados "condo-hotéis", desde que bem especificados os objetivos no pedido de consulta prévia ao município;

As unidades autônomas ou lotes terão área mínima de usos exclusivos privativos serão de 125,00m² (cento e vinte cinco metros quadrados);

III - Com fins de usos Mistos (comerciais, serviços e unifamiliar) desde que especificado no pedido de consulta prévia;

As unidades autônomas ou lotes de usos exclusivos privativo para comércio e ou serviço, terão área mínima de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), e pelo menos uma testada mínima de 12,00 (doze metros);

As unidades autônomas ou lotes para usos mistos (comércio, serviço ou habitação unifamiliar) deverão possuir a área mínima de 1.000,00m² (mil metros quadrados) e pelo menos uma testada mínima de 10,00 (dez metros);

§ 5º. As medidas mínimas de fundos ou laterais das unidades privativas (lotes), bem como comprimento mínimo de quadras internas serão de livres escolhas dos urbanistas, podendo fazer as unidades com tamanhos e formas geométricas diferenciadas.

§ 6º. O empreendedor deverá obrigatoriamente apresentar as "Restrições Urbanísticas" ou "Plano Diretor Interno" a ser utilizado, estas regras e normas deverão estar contidas na Convenção de Condomínio, caso sejam omissas o município poderá exigir algumas;

Art. 10. Nos Condomínios Fechados haverá a obrigatoriedade de conter área de uso comum, áreas verdes e preservação ambiental, as vias de circulação internas de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) do total da área objeto do empreendimento (gleba ou terreno), ficando dispensada a doação de área institucional, por ser vedada a presença de órgão público dentro do condomínio particular. Deverão cumprir as seguintes condições:

§ 1º. As áreas de recreação, lazer, usos de convivência, áreas esportivas, salão de festas, portaria, guarita, administração, edificações de zeladoria, depósitos de materiais, canteiros centrais e trevos tratados paisagisticamente e outros, devem perfazer um mínimo de 4,0 % (quatro por cento) da área total da gleba do empreendimento, não sendo permitido uso de áreas "non aedificandi" ou (APP / áreas de Reserva Legal) para tal finalidade;

§ 2º. Áreas de matas nativas e/ou áreas verdes, ou a serem plantadas ou recuperadas, devem perfazer um mínimo de 6,0 % (seis por cento) da área total da gleba do empreendimento, não sendo permitido uso de áreas "non aedificandi" ou (APP / áreas de Reserva Legal) para tal finalidade. Áreas que podem ser as mesmas para o cômputo das áreas verdes exigidas pela normativa da FATMA-SC;

§ 3º. No caso de existirem gravadas na matrícula, áreas de APPs - Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reservas Legais ou seja, áreas "non aedificandi", estas podem ser utilizadas no cômputo das áreas exigidas do caput, para serem utilizadas como áreas verdes e preservação ambiental, porém limitadas ao percentual máximo de 20% (vinte por cento) da área total da gleba do empreendimento;

§ 4º. As APPs - Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reservas Legais ou seja, áreas "non aedificandi", poderão existir parcialmente dentro das propriedades das unidades autônomas ou

lotes, desde que gravados especificamente no memorial descritivo e que a sua restrição fique constando claramente no descritivo da unidade, ficando gravado como área "Non Aedificandi", ou seja, onde não é permitido edificar e/ou realizar qualquer supressão da vegetação;

Art. 11. Por se tratar de ruas internas e não haver tráfego de veículos pesados, somado ao fato de cada veículo ter estacionamento próprio, para as ruas internas do Condomínio será exigido gabarito mínimo de:

I - 9,00 (nove) metros largura, sendo 6,60m (seis metros e sessenta centímetros) de pista de rolamento e 1,20m (um metro e vinte centímetros) de passeio para cada lado, para as vias de menor tráfego ou tráfego restrito a quadra e ou cul-de-sac.

II - 12,00 (doze) metros de largura, sendo 8,00 (oito) metros de pista de rolamento e 2,00 (dois) metros de passeio para cada lado, para as vias de maior tráfego ou tráfego de ligação entre as quadras.

CAPÍTULO IV DA MOBILIDADE URBANA

Art. 12. O mapa das vias e logradouros públicos e do Plano do Sistema Viário da cidade, deverá prever as vias públicas principais dentro da hierarquia técnica, de forma a garantir a mobilidade urbana, devendo o município observar na aprovação:

I - Na análise do empreendimento e para sua aprovação, deverá observar os mapas indicados no caput, de forma a garantir o prolongamento, ampliação, implantação de vias, sendo fator impeditivo de aprovação do Condomínio se existirem sobre a gleba objeto do Condomínio, vias projetadas ou estiver prevista em legislação municipal, estadual e federal, ou se for necessário implantar para garantir a mobilidade urbana;

II - Quando na área do Condomínio, houver parte de uma via pública prevista em Lei, ou se for necessário a ampliação desta, a área afetada deverá constar no memorial descrito e em mapas, e será transferida ao Município no ato de aprovação do projeto do Condomínio e a sua titularidade (domínio) se dará automaticamente na mesma forma prevista no Art. 22 da Lei Federal nº 6.766/79.

III - Quando a legislação municipal for omissa, a via pública de acesso ao Condomínio deverá possuir a largura mínima de 20,00 metros, partindo-se do eixo da atual pista de rolamento, conta-se 10,00 metros de cada lado, obrigando-se a doação ao Município da parte afetada pelo Condomínio;

IV - Na frente das rodovias será exigida, além da faixa não edificante da mesma, uma faixa não edificante complementar de mais 15,00 metros, atendendo inciso III do Art. 4º da Lei nº 6.766/79;

V - No caso de existir linha de transmissão de energia, aqueduto, gasoduto, ou outro equipamento urbano, desta natureza ou assemelhado, deverá ser obedecido recuos mínimos e a regulamentação dos órgãos competentes, bem como as demais legislações, pertinentes ao assunto.

CAPÍTULO V DOS REQUISITOS AMBIENTAIS E DAS LICENÇAS

Art. 13. Durante o processo de aprovação até a conclusão, deverá o incorporador apresentar 03 licenças Ambientais básicas, e atender os seguintes procedimentos:

I - Para a aprovação, apresentar 02 (duas) licenças, a LAP - Licença Ambiental Prévia e LAI - Licença Ambiental de Instalação, junto a FATMA/SC atendendo a Instrução Normativa nº 06 e a nº 03 no

que couber, ou a(s) normativa(s) que venha a substituir esta(s).

se existir necessidade de corte de vegetação, deverá a mesma ser requerida junto a FATMA e obtida na mesma data da liberação da LAI, atendendo a Instrução Normativa nº 024, ou a normativa que venha a substituir esta.

é proibido qualquer corte de vegetação e ou iniciar as obras de qualquer espécie, como terraplanagens e outras sobre a gleba, sem o licenciamento ambiental e a obtenção dos Alvarás Municipais previstos no Art. 16º desta lei.

II - Observar todas as demais legislações ambientais Federais, Estaduais (CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente, e suas Resoluções, as Instruções Normativas da FATMA) e ainda as restrições Municipais;

III - Caso a propriedade objeto do condomínio esteja junto das unidades de conservação estaduais ou outras áreas legalmente protegidas pela Lei nº 9.985/2000, deverá obter licenciamento conforme a IN - Instrução Normativa da FATMA sob nº 56, ou a normativa que venha a substituir esta.

IV - Ao término das obras de infra estrutura e das edificações de usos comuns, o incorporador deverá obter e apresentar a LAO - Licença Ambiental de Operação, na FATMA, atendendo a Instrução Normativa nº 06, ou a normativa que venha a substituir esta.

CAPÍTULO VI DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AO MUNICÍPIO

Art. 14. O Município deverá exigir do incorporador ou empreendedor, medidas de compensações materiais, para a aprovação do empreendimento, como compensação ao impacto causado, tais como:

§ 1º. Executar a pavimentação em via pública, em metragem equivalente a 2% da área total do empreendimento, com pedras ferro irregular, de padrão adequado e atendidas as normas técnicas, com o meio fio em concreto armado, onde for indicado pelo município.

§ 2º. O Município poderá exigir do incorporador a substituição da medida compensatória, prevista no parágrafo anterior, por outra compensação, determinada para ser aplicada em qualquer local do Município, desde que o valor desta nova medida compensatória seja no mínimo equivalente a prevista no parágrafo anterior.

§ 3º. Para a substituição da medida compensatória de que trata o § 1º pela constante no §2º deste artigo, será nomeada comissão de avaliação que apurará o valor mínimo da compensação a ser substituída, para que ambas sejam equivalentes em termos de valores.

§ 4º. Os valores a serem apurados pela Comissão de que trata o parágrafo anterior, deverão ser da época da efetiva realização da obra compensatória, não podendo a data da avaliação ser superior a 180 dias (cento e oitenta dias) da sua emissão, se ultrapassada, sujeita-se a nova avaliação;

Art. 15. Nos novos condomínios o empreendedor deve efetivar um estudo técnico para a verificação da capacidade de fornecimento de água para os usuários, em função da expectativa de consumo.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal não liberará novos condomínio em que não exista capacidade técnica ou que se onere o Poder Público para o abastecimento de água potável.

CAPÍTULO VII DA ANÁLISE DO PROCESSO, EMISSÃO DE CONSULTA PRÉVIA E DOS ALVARÁS

Art. 16. Todas as decisões de questões técnicas para aprovação do Condomínio Fechado é de competência do município, que poderá ser assessorado, a seu critério, pela AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina), ou outra associação que vier a substituí-la.

§ 1º. Para análise da Consulta Prévia será exigido o seguinte:

I - Apresentação de requerimento do interessado;

II - Descrever no requerimento qual a modalidade urbanística a ser implantada, prevista no Art. 1º e no Art. 9º desta lei e as suas características e peculiaridades;

III - Demonstrar o cumprimento dos requisitos dos parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 6º desta lei;

IV - Apresentar os itens I, II, III, IV, V do Art. 7º desta lei;

V - Indicar o local das áreas de usos comuns previstas no Art. 10. desta lei;

VI - Outras exigências que entender necessárias;

§ 2º. O município expedirá a resposta a Consulta Prévia contendo as diretrizes e as exigências ao incorporador, e a mesma terá validade de 03 (três) anos, salvo impeditivo de legislação superior que impeça a continuidade e aprovação do processo;

§ 3º. Antes e/ou depois de expedir a consulta prévia com as diretrizes, o município poderá solicitar maiores esclarecimentos ou complementos ao processo, ou sobre qualquer um dos documentos recebidos, bem como fazer exigências complementares ao incorporador, sempre por escrito;

Art. 17. Após análise do processo, atendendo os requisitos desta lei, principalmente os Art. 6º ao 14, e apresentação dos documentos em 03 (três) vias, o Município emitirá:

I - os Alvarás De Edificações das Unidades autônomas, se for o caso;

II - os Alvarás De Edificações das Áreas De Usos Comuns (item "IX" do Art. 7º dessa lei);

III - o Alvará Urbanístico dos Lotes, quando sem edificações;

IV - o Termo de Garantia das Obras, previsto no Art. 17. dessa lei;

CAPÍTULO VIII DAS GARANTIAS DAS OBRAS E TERMO DE GARANTIA DA INFRA-ESTRUTURA

Art. 18. Depois de finalizado o processo, será assinado pelo Incorporador ou Empreendedor com o Município um Termo de Garantia, onde constará as obrigações assumidas, entre estas:

I - Descrição de todas as obras a serem realizadas no Condomínio;

II - Descrição das obras compensatórias e ou mitigadoras do incorporador previstas no art.14 desta lei;

III - Cronograma de implantação com datas e as respectivas etapas;

IV - Especificação dos 30% da área total das unidades, que são dadas ao Município como garantia de execução das obrigações assumidas;

V - Especificação de quais as unidades serão dadas em garantia;

VI - Discriminação das penalidades pelo descumprimento das obrigações;

§ 1º - A execução das obras do Condomínio poderá ser feita em etapas e entregues parcialmente ao Município.

§ 2º. Conforme as execuções parciais estejam concluídas, obedecendo o "cronograma" apresentado, poderão ser liberadas, também parcialmente, as unidades dadas em garantia, em valor equivalente a obra já construída, conforme os orçamentos constantes no processo de aprovação, e na dúvida por avaliação realizada por comissão designada para essa finalidade.

§ 3º. O cronograma da execução das obras poderá ser alterado, desde que haja a devida justificativa e aquiescência do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO IX LOCAIS ONDE NÃO SERÁ AUTORIZADO CONDOMÍNIO FECHADO

Art. 19. A implantação de Condomínios Fechados não será permitida:

I - em áreas alagadiças, sem que antes tenham sido realizadas as obras necessárias para escoamento das águas do alagamento ou do seu represamento e, decorrente transformação em lagos, com a garantia de escoamento de forma controlada e sem apresentar riscos às atividades ajusantes;

II - em áreas com águas estagnadas ou aterradas com materiais nocivos à saúde pública, sem que tenham sido, antecipadamente saneadas e aprovadas para uso urbano pelas autoridades Municipais, Estaduais e Federais competentes;

III - em áreas onde as condições geológicas não aconselhem a edificação, devidamente comprovadas por estudo técnico realizado por profissional da área;

IV - criar as unidades autônomas em áreas que possuam declividade entre 30º (trinta graus) e 45º (quarenta e cinco graus), sem que tenham sido tomadas medidas de contenção ou tenham os cuidados necessários à estabilidade do terreno, conforme determina a autoridade Municipal e, sendo vedado o condomínio em áreas com declividade superior a 45º (quarenta e cinco graus);

V - em áreas definidas como APP - Área de Preservação Permanente - pela Lei Federal n. 12.651/2012.

VI - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.
Parágrafo único - É permitido o cruzamento do sistema viário sobre as APP citadas no inciso V acima, e áreas "non aedificandi", quando não for possível outra solução, ou que tratar-se de uma situação consolidada prevista na Lei Federal nº 10.257/2001, desde que aprovado pelo órgão ambiental responsável;

CAPÍTULO X DO REGISTRO DE IMÓVEIS E PROVIMENTOS DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA

Art. 20. Após aprovação do empreendimento junto a Prefeitura Municipal, o incorporador deverá apresentar ao Ofício do Registro de Imóveis, no mínimo, os seguintes documentos:

I - Requerimento solicitando o registro da incorporação ou instituição condominial;

II - Projetos aprovados pela Municipalidade previstos no art. 7º desta lei e os Alvarás previstos no art. 16º desta lei;

III - Todos os documentos e projetos descrito no Artigo 8º desta lei;

IV - Adequar o processo ao Provimento nº 075/98 da Corregedoria de Justiça de SC, e ainda todas demais normas da Corregedoria relativas ao(s) empreendimento(s) imobiliário(s) planejado(s);

V - O contrato padrão a ser utilizado na venda das unidades, onde devem constar as restrições urbanísticas, convencionais do condomínio, e todas as obrigações constantes nesta lei que são dos condôminos, mantendo registrado em cartório, o Contrato Padrão;

VI - O CRI fará os seguintes procedimentos:

a) a incorporação imobiliária (se houver) e a instituição do condomínio serão registradas junto à matrícula da gleba (livro 2 - Registro Geral);

b) a conclusão das obras de infraestrutura será averbada também junto à matrícula da gleba, através do fornecimento de declaração de vistoria pelo município;

c) a convenção de condomínio será registrada em livro próprio (livro 3- Registro Auxiliar) e, ato contínuo, averbada na matrícula;

d) serão abertas matrículas para as unidades autônomas - lotes - para nela serem lançadas as transferências dominiais, as constituições de ônus, as edificações, a referência ao registro da convenção de condomínio e todos os demais atos de registro relativos a cada unidade.

e) Quando da averbação, na matrícula da unidade autônoma ou lote, deverá o CRI mencionar a existência do registro da convenção condominial, e sejam destacadas as principais regras estabelecidas quanto ao uso do solo e restrições edilícias, para plena publicidade aos adquirentes.

f) averbar nas matrículas individuais das unidades que foram dadas em garantia como caução das obras e demais obrigações constantes no Termo de Garantia firmado com o município;

Art. 21. Deverá haver a realização de incorporação imobiliária para a consecução do "condomínio de lotes" e, neste caso, a documentação a ser exigida pelo Registrador Imobiliário será a constante da Lei nº 4.591/64 no Art. 32, e suas alterações, se houver, porém sendo suprimida as exigências relativas as edificações que não são previstas nesta modalidade urbanística.

CAPÍTULO XI

DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DOS CONDÔMINOS E DO MUNICÍPIO

Art. 22. Para efeitos tributários, cada unidade autônoma ou lote mencionado no registro do Condomínio Fechado constituirá unidade isolada, contribuindo, o proprietário, diretamente com as importâncias relativas aos impostos e taxas federais, estaduais e municipais, na forma dos respectivos lançamentos ou instrumentos de cobrança.

Parágrafo único - A taxa de coleta de lixo será lançada pelo Município para cada unidade autônoma do condomínio, de acordo com a legislação municipal em vigor.

Art. 23. A manutenção interna do Condomínio será por conta dos Condôminos adquirentes, que compreende todas as obras de infra estrutura, conservação das vias internas, recolhimento de lixo, meio-fio, rede de energia elétrica e iluminação, a rede e o sistema de água potável, e ainda a execução do tratamento dos resíduos dos esgotos cloacais da unidade conforme previsto no licenciamento ambiental, tudo as expensas do Condômino. Caberá ao

município a obrigação de buscar o recolhimento dos resíduos do lixo do condomínio na entrada do condomínio e ou local definido previamente entre as partes no projeto.

§ 1º. Os condôminos ficarão sujeitos às taxas de manutenção estabelecidas pelo condomínio para fazer face às despesas a que se refere este artigo, independentemente do pagamento do Imposto Predial e Territorial incidente sobre cada unidade autônoma.

§ 2º. Caso o fornecimento de energia elétrica, água potável, esgoto cloacal ou algum outro serviço ou material desta natureza seja de concessionária pública, a manutenção, reposição e ampliação automaticamente caberá a mesma.

Art. 24. O município terá direito a adentrar no condomínio quando necessário para fiscalização de qualquer espécie, quer de ordens sanitárias, tributárias, urbanísticas e outras, desde que se identifiquem na portaria.

Art. 25. Obriga-se o incorporador a constar em todos os contratos de venda, promessa ou cessão da unidade, ou alienação fiduciária, quer por instrumento particular ou público, à vinculação na alienação das frações ideais do terreno e do negócio da construção, deverá citar expressamente todas as obrigações previstas neste Capítulo, as restrições urbanísticas ou Plano Diretor interno, as demais exigências desta lei e os prazos de execução das obras e serviços a serem executados pelo incorporador.

CAPÍTULO XII

DA ENTREGA DAS OBRAS, DESCAUCIONAMENTO DAS GARANTIAS E L.A.O.

Art. 26. Uma vez concluído o empreendimento e as edificações de usos coletivos, o incorporador deverá obter os seguintes documentos:

I - Apresentar ao município requerimento indicando a conclusão das obras e anotações de responsabilidade técnica (ARTs) do responsável pelas execução(es) de cada uma destas obras;

II - Solicitar o TVO - Termo de Vistoria de Obras no município, que fará a vistoria e emitirá o TVO atestando o cumprimento das obras de infraestrutura de caráter comuns em nome do incorporador ou empreendedor, bem como as particulares em nome dos proprietários para as averbações individuais;

III - Solicitar ao município a emissão do Alvará de Habite-se das edificações comuns previstas anteriormente, que fará a vistoria técnica e emitirá o Alvará atestando a conclusão das obras;

IV - Após apanhados os documentos previstos nos itens "II" e "III", obter junto a FATMA a emissão da L.A.O. - Licença Ambiental de Operação, conforme Art. 13 desta lei;

V - Após apanhados os documentos previstos nos itens "II", "III" e "IV", o incorporador deverá fazer a averbação destes junto ao Cartório de Registro de Imóveis, consagrando a conclusão do empreendimento, devolvendo uma via da matrícula atualizada do Condomínio ao município para arquivo e procedimentos tributários;

§ 1º. É de direito do incorporador fazer o descaucionamento parcial das unidades autônomas e ou lotes caucionados como garantias destas, proporcionalmente as obras realizadas, ficando claro que dentro do empreendimento a trafegabilidade das vias internas e a manutenção será de exclusiva responsabilidade do incorporador até a entrega ao Condomínio e após a entrega, caberá ao próprio condomínio;

§ 2º. É de direito do incorporador, após concluídos os itens "II", "III" e "IV" acima e obtido os respectivos T.V.O e Alvará de Habite-se, receber do Município o Termo de Descaucionamento e

liberação de todas as garantias, para a respectiva baixa no Cartório de Registro de Imóveis;

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. Aplicam-se, no que for omissa a presente lei, as disposições da lei de parcelamento do solo para fins de loteamento e/ou desmembramento.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sujeitando-se a mesma a todos os projetos em tramitação e ou analisados anteriormente.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 02 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Ata Resultado PP 30/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2014 - PR Processo Administrativo: 45/2014 Processo de Licitação: 45/2014 Data do Processo: 25/04/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS , PROTETOR E CAMARAS DE AR DESTINADOS AOS VEICULOS E MAQUINAS DAS SECRETARIAS PARA O EXERCICIO DE 2014.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 21 de Maio de 2014, às 09:44 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA , reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 45/2014, Licitação nº 30/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A empresa LAGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA apresentou apenas os envelopes e não possui representante presente na sessão, as demais empresas possuem representantes presentes na sessão e apresentaram as propostas de acordo com o exigido no edital.

Participante: 1368 - COMERCIAL AUTOMOTIVA S/A

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	PNEU NOVO 175/70 R-13	un	32,00	GOODYEAR KELLY	0,0000	121,00	3.872,00
Total do Participante —>							3.872,00

Participante: 1630 - LAGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	PNEU NOVO 12x16,5 12 LONAS	un	2,00	SUPERGUIDE	0,0000	424,00	848,00
5	PNEU NOVO 185 ARO 14	un	3,00	TRIANCE B22	0,0000	182,51	547,53
15	PNEU NOVO 14,9X24 8 LONAS	un	4,00	SUPERGUIDE	0,0000	845,00	3.380,00
21	PNEU NOVO 231/30	un	2,00	SUPERGUIDE	0,0000	2.235,00	4.470,00
22	PNEU NOVO 12,4X24 8 LONAS	un	4,00	APOLLO R1	0,0000	840,56	3.362,24
27	CAMARA DE AR NOVA 18,4X34	un	2,00	BRANSALES	0,0000	160,20	320,40
28	CAMARA DE AR NOVA 12,4X24	un	3,00	BRANSALES	0,0000	81,23	243,69
Total do Participante —>							13.171,86

Participante: 1631 - JOAÇABA PNEUS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	PNEU NOVO 10.5.65X16	un	10,00	PIRELLI 8 RA28	0,0000	468,00	4.680,00
32	CAMARA DE AR NOVA 90/90X18 MOTO	un	4,00	LEVORIN MSA 18	0,0000	17,80	71,20
Total do Participante —>							4.751,20

Participante: 1971 - RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	PNEU NOVO 175/70 ARO 14	un	24,00	linglong greenmax	0,0000	144,81	3.475,44
7	PNEU NOVO 1400X24 - 16 LONAS	un	6,00	superguider g2/2	0,0000	1.359,45	8.156,70
8	CAMARA DE AR 1000X20 - NOVA	un	10,00	bbw v3	0,0000	44,00	440,00
9	PNEU NOVO 17.5 X 25	un	4,00	superguider g2	0,0000	1.547,68	6.190,72
10	PNEU NOVO 205/75 ARO 16	un	16,00	linglong R666	0,0000	306,33	4.901,28
12	PNEU NOVO 19,5/24 12 LONAS	un	2,00	marcher slr4	0,0000	1.456,71	2.913,42
14	PNEU NOVO 18,4X34 12 LONAS	un	10,00	marcher r1	0,0000	1.502,99	15.029,90
19	PNEU NOVO 12,5/80 X18	un	12,00	superguider r4	0,0000	750,60	9.007,20
24	CAMARA DE AR NOVA 12,5/80X18	un	10,00	bbw tr218	0,0000	55,00	550,00
25	CAMARA DE AR NOVA 1400X24	un	15,00	zc rubber tr218	0,0000	101,00	1.515,00
26	CAMARA DE AR NOVA 19,5X24	un	2,00	bbw tr218	0,0000	150,00	300,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04
R. Celso Tozzo, 27
C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 30/2014 - PR

Processo Administrativo: 45/2014
Processo de Licitação: 45/2014
Data do Processo: 25/04/2014

Folha: 2/2

Participante: 1971 - RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
31	CAMARA DE AR NOVA 17,5X25	un	2,00	bbw tr220	0,0000	148,00	296,00

Total do Participante —> 52.775,66
Participante: 1972 - TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU NOVO 1000X20 BORRACHUDO 16 LONAS	un	20,00	AX SF166	0,0000	826,00	16.520,00
11	PNEU NOVO 90/90 ARO 18	un	5,00	EVERGREAT EG	0,0000	80,00	400,00
16	PNEU NOVO 7,5X16	un	8,00	AX SS200	0,0000	323,00	2.584,00
17	PROTETOR DE PNEUS ARO 20	un	30,00	AXP20	0,0000	18,00	540,00
18	PROTETOR DE PNEUS ARO 24	un	20,00	FOREVER R24	0,0000	27,00	540,00
20	PNEU NOVO 275 X18	un	4,00	EVEGREAT EG	0,0000	73,90	295,60

Total do Participante —> 20.879,60
Participante: 1973 - PNEULOG COMERCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
13	PNEU NOVO 23,1/26 12 LONAS	un	2,00	GY	0,0000	2.999,99	5.999,98
29	CAMARA DE AR NOVA 18-4X30	un	1,00	BBW	0,0000	160,00	160,00

Total do Participante —> 6.159,98
Participante: 1974 - CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
30	CAMARA DE AR NOVA 16 CURTO	un	12,00	SPEEDMAX	0,0000	27,00	324,00

Total do Participante —> 324,00
Total Geral —> 101.934,30

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 21 de Maio de 2014

COMISSÃO:

MICHELE ENDLER - - Pregoeiro(a)
KÁTIA ANA DI DOMENICO - - SECRETARIA
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - - MEMBRO

Ata Resultado PP 30/2014- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 11.427.163/0001-71 R. Maria Ranzan C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2014 - PR Processo Administrativo: 45/2014 Processo de Licitação: 45/2014 Data do Processo: 25/04/2014
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS AOS VEICULOS DA SECRETARIA PARA O EXERCICIO DE 2014.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 21 de Maio de 2014, às 09:44 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 45/2014, Licitação nº 30/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A empresa LAGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA apresentou apenas os envelopes e não possui representante presente na sessão, as demais empresas possuem representantes presentes na sessão e apresentaram as propostas de acordo com o exigido no edital.

Participante: 1368 - COMERCIAL AUTOMOTIVA S/A

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEU NOVO 175/70 R-13	un	24,00	GOODYEAR	0,0000	121,00	2.904,00
Total do Participante —>							2.904,00

Participante: 1971 - RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	PNEU NOVO 205/75 ARO 16	un	20,00	linglong R666	0,0000	306,33	6.126,60
Total do Participante —>							6.126,60
Total Geral —>							9.030,60

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 21 de Maio de 2014

COMISSÃO:

MICHELE ENDLER - - Pregoeiro(a)
KÁTIA ANA DI DOMENICO - - SECRETARIA
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - - MEMBRO

Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação de Contratos 46 A 56/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 46/2014

Contratado: ANGONESE E PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA - ME

Objeto: Prestação de serviços de consultoria administrativa nos diversos setores da administração municipal

Valor: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

Vigência: 02/07/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 47/2014

Contratado: AUTO MECÂNICA BRUGALLI LTDA ME

Objeto: Conserto do caminhão Basc. Worker MDR - 1445

Valor: R\$ 11.681,80 (Onze mil e seiscentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 48/2014

Contratado: LUCENY MARIA BAGGIO CORTINA ME

Objeto: Aquisição de madeiras de eucalipto

Valor: R\$ 25.530,00 (Vinte e cinco mil quinhentos e trinta reais)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 49/2014

Contratado: JOSE MANICA

Objeto: Aquisição de madeiras de eucalipto

Valor: R\$ 4.280,00 (Quatro mil duzentos e oitenta reais)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 50/2014

Contratado: CHAPECÓ SAÚDE EIRELI ME

Objeto: Prestação de serviço de consulta médica de psiquiatra para pacientes do município de Coronel Freitas - SC

Valor: R\$ 8.960,00 (Oito mil novecentos e sessenta reais)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 51/2014

Contratado: DE MARCO S/A COMÉRCIO DE VEÍCULOS

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo 0 km

Valor: R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 52/2014

Contratado: FERNANDO BONETTO SCHINKO ME

Objeto: Prestação de serviço de cirurgias de varizes 6 por mês num total de 42 até 31 de dezembro de 2014 para pacientes do município de Coronel Freitas devendo ser realizadas no hospital do município

Valor: R\$ R\$ 29.400,00 (Vinte nove mil quatrocentos reais)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 53/2014

Contratado: BARP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME

Objeto: Prestação de serviço de apoio técnico institucional à gestão municipal do Sistema Único de Saúde - SUS nos programas:

SIA, CNES, SIAB, SISRCA, FPO, SISVAN WEB, SISPRENATALWEB, ESUS, SISMOB, relatório anual de gestão, Plano Municipal de Saúde e Programação Anual de Saúde

Valor: R\$ 9.681,00 (Nove mil seiscentos e oitenta e um reais)

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 54/2014

Contratado: MAURI ANTÔNIO CAMBRUZZI

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de limpeza, roçadas, pintura de meio-fios e lombadas e poda de árvores na lateral das ruas

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência: 30/09/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 55/2014

Contratado: CLEIDIMAR MACHADO ESCOBAR

Objeto: Contratação de mão de obra para construção de bocas de lobo, colocação de meio fio e calçamento

Valor: R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais).

Vigência: 31/12/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 56/2014

Contratado: RETILIDER RETIFÍCA DE MOTORES LTDA - EPP

Objeto: Conserto da F 2000 Placa LZZ 0906

Valor: R\$ 11.500,00 (Onze mil e quinhentos reais)

Vigência: 31/12/2014

Publicação Ata Registro de Preço Nº 06/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2014

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa de Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 06/2014

Empresa com preços registrados: Knapp e Cia Ltda

CNPJ: 76.376.375/0001-12

Item: 01

Total: R\$ 125.492,00 (Cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais)

Coronel Freitas (SC), 03 de Junho de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Publicação Ata Registro de Preço Nº 07/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2014

Objeto: Registro de Preços de Aquisição de equipamentos de informática, climatizadores e móveis

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 07 A/2014

Empresa com preços registrados: Atual Informática e Assistência Técnica Ltda - ME

CNPJ: 04.326.894/0001-65

Item: 08

Total: R\$ 22.191,40 (Vinte e dois mil, cento e noventa e um reais e quarenta centavos)

Ata Registro de Preço nº 07 B/2014
Empresa com preços registrados: JP Equipamentos Ltda - ME
CNPJ: 13.772.057/0001-50
Item: 06
Total: R\$ 8.844,00 (Oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais)

Ata Registro de Preço nº 07 C/2014
Empresa com preços registrados: Pereira e Souza Informática Ltda
CNPJ: 11.349.408/0001-90
Itens: 05 e 09
Total: R\$ 20.322,00 (vinte mil, trezentos e vinte e dois reais)

Ata Registro de Preço nº 07 D/2014
Empresa com preços registrados: Telecopy Equipamentos Ltda - ME
CNPJ: 04.303.600/0001-80
Item: 10
Total: R\$ 1.820,00 (Um mil, oitocentos e vinte reais)

Ata Registro de Preço nº 07 E/2014
Empresa com preços registrados: MB Catarinense Ltda
CNPJ: 16.961.181/0001-52
Item: 07
Total: R\$ 1.352,00 (Um mil, trezentos e cinquenta e dois reais)

Coronel Freitas (SC), 03 de Junho de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Publicação Ata Registro de Preço Nº 08/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2014
Objeto: Registro de Preços de Aquisição de pneus
Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 08 A/2014
Empresa com preços registrados: Comercial Automotiva Ltda
CNPJ: 45.987.005/0142-29
Item: 18
Total: R\$ 9.120,00 (Nove mil, cento e vinte reais)

Ata Registro de Preço nº 08 B/2014
Empresa com preços registrados: Joaçaba Pneus Ltda
CNPJ: 84.587.245/0010-48
Item: 04
Total: R\$ 47.970,00 (Quarenta e sete mil, novecentos e setenta reais)

Ata Registro de Preço nº 08 C/2014
Empresa com preços registrados: Turbo Auto Peças e Acessórios Ltda
CNPJ: 93.988.921/0001-95
Itens: 02; 16; 17; 22; 25; 26; 27; 28; 31; 34 e 35
Total: R\$ 49.042,00 (Quarenta e nove mil, quarenta e dois reais)

Ata Registro de Preço nº 08 D/2014
Empresa com preços registrados: Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda EPP
CNPJ: 06.889.977/0001-98
Item: 03; 12; 13; 15; 20; 23; 29; 30 e 32
Total: R\$ 98.066,00 (Noventa e oito mil, sessenta e seis reais)

Ata Registro de Preço nº 08 E/2014
Empresa com preços registrados: GF Pneus Comercial e Distribuidora Ltda
CNPJ: 93.894.954/0005-08

Item: 01; 05; 06; 07; 08; 09; 14; 19 e 21
Total: R\$ 168.976,00 (Cento e sessenta e oito mil, novecentos e setenta e seis reais)

Coronel Freitas (SC), 03 de Junho de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Publicação Ata Registro de Preço Nº 09/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2014
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de lixeiras metálicas
Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 09/2014
Empresa com preços registrados: Jacir Luiz Santian - ME
CNPJ: 78.942.125/0001-28
Item: 01
Total: R\$ 14.550,00 (Quatorze mil, quinhentos e cinquenta reais)

Coronel Freitas (SC), 03 de Junho de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Publicação Ata Registro de Preço Nº 10/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2014
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de brinquedos
Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 10/2014
Empresa com preços registrados: Sulbrinquedos Indústria e Comércio Ltda ME
CNPJ: 10.691.359/0001-06
Item: 01; 02; 03; 04; 05 e 06
Total: R\$ 56.926,00 (Cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e seis reais)

Coronel Freitas (SC), 03 de Junho de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Publicação Ata Registro de Preço Nº 11/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2014
Objeto: Registro de Preços para Recauchutagem e Recapagem de Pneus
Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 11 A/2014
Empresa com preços registrados: F Vachileski & Cia Ltda
CNPJ: 93.388.031/0001-42
Item: 01; 04; 05; 07 e 10
Total: R\$ 47.860,00 (Quarenta e sete mil, oitocentos e sessenta reais)

Ata Registro de Preço nº 11 B/2014
Empresa com preços registrados: Borelli Pneus Ltda
CNPJ: 88.644.877/0001-66

Item: 02; 03; 06; 08 e 09
Total: R\$ 25.120,00 (Vinte e cinco mil, cento e vinte reais)

Coronel Freitas (SC), 03 de Junho de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 084 de 29 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 084 DE 29 DE MAIO DE 2014.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DURANTE A COPA DO MUNDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de trabalho dos servidores públicos municipais das Secretarias e Departamentos da administração municipal com relação à participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo.

Art. 2º No dia 12 e no dia 23 de junho de 2014, o horário de atendimento ao público pela parte da manhã será normal, e pela parte da tarde será das 13h00min às 16h00min, nas secretarias e departamentos a seguir:

Gabinete do Prefeito;

Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria de Bem Estar Social;

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

Secretaria de Transportes, obras e Serviços Públicos;

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

Correio;

Conselho Tutelar;

Secretaria de Cultura e Esportes.

Art. 3º No dia 17 de junho 2014, o horário de atendimento ao público pela parte da manhã será normal, e pela parte da tarde será das 13h00min às 15h00min, nas secretarias e departamentos citados no artigo 2º.

Art. 4º Na Secretaria Municipal de Educação, não haverá aula no turno vespertino nos três dias acima citados.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 29 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretaria De Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 083 de 28 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 083 DE 28 DE MAIO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º O Servidor Público Municipal Sr. Elvir Peruzzo, ocupante do Cargo de efetivo Auxiliar de Serviços Gerais, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 30 de maio de 2014, conforme requerimento protocolado sob nº 602 do dia 28/05/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 28 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

Município de Coronel Martins

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no Mural da Prefeitura Municipal e site www.concursosss1.com.br, EDITAL QUE DIVULGA RESULTADO DAS PROVAS OBJETIVA, TÍTULOS E PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR.

Coronel Martins, 02 de junho de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Edital de Processo Seletivo Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, por meio da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº 001/2014, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. RESULTADO DOS RECURSOS RELATIVOS AO GABARITO PRELIMINAR: conforme pareceres da Banca Examinadora, foram julgados improcedentes os recursos impetrados. Os pareceres estão à disposição dos candidatos na Prefeitura Municipal.

2. RESULTADO DAS PROVAS OBJETIVA, DE TÍTULOS E PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR do Processo Seletivo, conforme relatório de notas, Anexo deste Edital, está divulgado no Mural da Prefeitura Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelo [site www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br).

2.1. Os candidatos interessados em interpor recursos relativos às inscrições poderão fazê-lo **nos dias 03 e 04 de junho de 2014**, em conformidade com o disposto no Capítulo VIII, do Edital de Processo Seletivo nº 001/2014. Os recursos deverão ser protocolados on-line, através do [site www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br), clicando no link Recurso On-Line, no prazo estipulado por Edital. Para acesso ao formulário de recursos on-line será exigido o número de inscrição e o CPF do candidato.

Prefeitura Municipal de Coronel Martins, 02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

**ANEXO - RELATÓRIO DE NOTAS DAS PROVAS OBJETIVA, DE TÍTULOS E PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL
PRELIMINAR**

AGENTE ADMINISTRATIVO

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	NOTA	SITUAÇÃO	CLASS
6000153	JULIAN THIAGO MARIA	15,00	9,00	12,00	9,00	28,00	73,00	APROVADO	1
6000114	JOSIANE APARECIDA DE LIMA	12,00	12,00	12,00	9,00	28,00	73,00	APROVADO	2
6000086	FERNANDA PICOLI	15,00	15,00	12,00	9,00	20,00	71,00	APROVADO	3
6000061	WILIAN JOSE AIOLFI	12,00	12,00	12,00	9,00	20,00	65,00	APROVADO	4
6000096	FLAVIA THAIS LEAL BATISTELLA	18,00	15,00	6,00	9,00	16,00	64,00	APROVADO	5
6000012	RAQUELE PEGORARO	12,00	6,00	12,00	9,00	20,00	59,00	APROVADO	6
6000014	SIMONE LIDIA BEBBER	12,00	9,00	6,00	9,00	20,00	56,00	APROVADO	7
6000166	ANGELA STEFFLER	12,00	9,00	0,00	9,00	24,00	54,00	APROVADO	8
6000117	VERLANI PELISSER	12,00	6,00	6,00	9,00	20,00	53,00	APROVADO	9
6000167	MAURICIO GUSATTI	12,00	9,00	6,00	9,00	16,00	52,00	APROVADO	10
6000073	PATRICIA CHERINI	12,00	12,00	3,00	6,00	16,00	49,00	REPROVADO	-
6000047	PAULA CAROLINE DE CAMPOS	12,00	6,00	3,00	6,00	16,00	43,00	REPROVADO	-
6000159	AGUINALDO ZANELLA	9,00	3,00	3,00	6,00	12,00	33,00	REPROVADO	-
6000053	ANDERSON DENIS PERIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	-
6000156	FERNANDO SIMOES GARCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	-
6000090	MARCELO FELIPE MACCARI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	-
6000099	SIMARA BOTTÊGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	-

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

INS	NOME	PORT	MAT	C GER	C ESP	NOTA	SITUAÇÃO	CLASS
6000103	RAFAEL GODOY	18,00	14,00	8,40	37,80	78,20	APROVADO	1
6000118	CAMILA PAULINA BRUM	21,00	16,80	11,20	29,40	78,40	APROVADO	1
6000104	ERONY SALETE MAY TRENTO	18,00	5,60	2,80	29,40	55,80	APROVADO	2
6000119	SILVIA GONCALVES	9,00	11,20	8,40	25,20	53,80	APROVADO	1

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INS	NOME	PORT	MAT	C GER	C ESP	NOTA	SITUAÇÃO	CLASS
6000145	BRUNO LUNARDI	21,00	14,00	8,40	33,60	77,00	APROVADO	1
6000048	GILMAR CAMPAGNOLO	12,00	14,00	11,20	37,80	75,00	APROVADO	2
6000101	RICARDO ANTONIO ANTUNES	9,00	16,80	11,20	37,80	74,80	APROVADO	3
6000098	LORENI APARECIDA CASTRO DOS SANTOS	18,00	14,00	11,20	29,40	72,60	APROVADO	4
6000095	MARCOS VINICIUS CRACO	3,00	16,80	11,20	29,40	60,40	APROVADO	5
6000160	RAFAEL ZANELLA	12,00	2,80	5,60	33,60	54,00	APROVADO	6
6000094	EVANDRO LUIZ ALBARELLO	12,00	8,40	0,00	29,40	49,80	REPROVADO	-
6000064	LEOZIR ANTONIO DE CARLI	6,00	8,40	8,40	25,20	48,00	REPROVADO	-
6000080	JOEL MACHADO	9,00	16,80	0,00	21,00	46,80	REPROVADO	-



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

6000165	PAULO ROBERTO CRACO	9,00	11,20	5,60	21,00	46,80	REPROVADO	-
6000081	VOLMAR LUIZ GONCALVES	3,00	11,20	2,80	21,00	38,00	REPROVADO	-
6000071	VOLMIR GIRARDI	6,00	2,80	2,80	21,00	32,60	REPROVADO	-
6000072	VALDEMAR DOS SANTOS	9,00	2,80	2,80	16,80	31,40	REPROVADO	-
6000070	VANELI PEREIRA	0,00	5,60	5,60	16,80	28,00	REPROVADO	-
6000164	JENOIR ANGELO SEVERGNINI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	-
6000036	JOAO DE ABREU DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	-

ENFERMEIRO

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000013	SAMARA RONCHI	15,00	15,00	12,00	6,00	24,00	72,00	APROVADO	1
6000015	CAROLINE VALGOI	18,00	12,00	12,00	9,00	20,00	71,00	APROVADO	2
6000091	NEIDIANE DA ROSA	12,00	15,00	12,00	9,00	16,00	64,00	APROVADO	3
6000168	SIDIANE DE LARA PAZ	6,00	3,00	0,00	9,00	28,00	46,00	REPROVADO	-
6000128	VANUZA SPINELLO TIBOLA	9,00	3,00	3,00	6,00	16,00	37,00	REPROVADO	-
6000110	JANY LAUJANNA MACEDO PERSIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	-

FARMACÊUTICO

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000023	ALESSANDRA GABRIELE NIEDERLE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	-

MONITOR VIOLÃO

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	PO	PT	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000137	ROGERIO CARLOS PREVIATTI	7,20	4,80	2,40	7,20	19,20	40,80	6,56	47,36	APROVADO	1

MOTORISTA

INS	NOME	PORT	MAT	C GER	C ESP	PO	PP	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000102	GILMAR BELATTO	7,00	6,00	3,00	16,00	32,00	58,00	90,00	APROVADO	1
6000146	FABIO DA SILVA	5,00	5,00	4,00	16,00	30,00	58,50	88,50	APROVADO	2
6000143	LEOCIR BASI	2,00	4,00	3,00	8,00	17,00	-	17,00	REPROVADO	-
6000131	ELOIR PERUZZO	2,00	4,00	2,00	8,00	16,00	-	16,00	REPROVADO	-

OPERADOR DE MÁQUINAS

INS	NOME	PORT	MAT	C GER	C ESP	PO	PP	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000092	ADILSON MAICON CAPELARO	5,00	5,00	4,00	10,00	24,00	60,00	84,00	APROVADO	1

PROFESSOR ÁREA I - EDUCAÇÃO INFANTIL

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	PO	PT	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000140	QUEILA ELIS MARIANI	9,60	4,80	4,80	7,20	22,40	48,80	11,00	59,80	APROVADO	1
6000046	VANDRA CECATTO DE OLIVEIRA	12,00	2,40	4,80	7,20	16,00	42,40	11,00	53,40	APROVADO	2
6000116	LIVIA MARTA SILVA BARBOSA	14,40	7,20	4,80	7,20	19,20	52,80	-	52,80	APROVADO	3
6000133	EDITE DE OLIVEIRA DIAS	14,40	4,80	4,80	7,20	9,60	40,80	11,00	51,80	APROVADO	4



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS**

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

6000062	INDIA NARA TURMINA	2,40	4,80	4,80	7,20	19,20	38,40	-	38,40	REPROVADO	-
6000138	DIANA TEREZINHA PEGORINI BERTUZZI	4,80	2,40	7,20	7,20	16,00	37,60	-	37,60	REPROVADO	-
6000005	ERONITA ESTEVES DA SILVEIRA	9,60	7,20	2,40	4,80	12,80	36,80	-	36,80	REPROVADO	-
6000151	ALINE SPRICIGO	9,60	0,00	4,80	7,20	12,80	34,40	-	34,40	REPROVADO	-
6000144	LUCELIA CINTIA PREVIATTI DA TRINDADE	7,20	4,80	4,80	7,20	9,60	33,60	-	33,60	REPROVADO	-
6000148	CLEDINEIA PICCHI DE SOUZA	12,00	2,40	4,80	7,20	6,40	32,80	-	32,80	REPROVADO	-
6000038	MARCIA VALARDAO	9,60	4,80	4,80	2,40	9,60	31,20	-	31,20	REPROVADO	-
6000142	ANA PAULA KUEMANSKI	7,20	4,80	4,80	7,20	6,40	30,40	-	30,40	REPROVADO	-

PROFESSOR ÁREA II - SÉRIES/ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	PO	PT	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000025	ANA POMIECINSKI GUIMARAES	9,60	4,80	2,40	7,20	22,40	46,40	10,92	57,32	APROVADO	1
6000066	LORINETE DA APARECIDA DE JESUS	0,00	4,80	2,40	4,80	22,40	34,40	-	34,40	REPROVADO	-

PROFESSOR ÁREA III - EDUCAÇÃO FÍSICA

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	PO	PT	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000158	ABEL DA SILVA DEBASTIANI	16,80	9,60	7,20	7,20	22,40	63,20	11,00	74,20	APROVADO	1
6000112	FRANCIELI CRISTINA DO PRADO LOCATELLI	14,40	2,40	2,40	7,20	19,20	45,60	8,00	53,60	APROVADO	2
6000045	LEDIANE MARIN TOIGO	7,20	7,20	4,80	7,20	16,00	42,40	7,04	49,44	APROVADO	3
6000149	GILBERTO PEREIRA MARTINS	7,20	7,20	2,40	7,20	16,00	40,00	8,96	48,96	APROVADO	4
6000058	DAIANE NARA BELATTO	7,20	12,00	4,80	7,20	12,80	44,00	-	44,00	APROVADO	5

PROFESSOR ÁREA III - ARTES

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	PO	PT	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000076	LORECI MARIA GARBIN POZZER	12,00	7,20	9,60	7,20	16,00	52,00	8,00	60,00	APROVADO	1
6000078	CARLA RAVARENA	9,60	2,40	4,80	7,20	19,20	43,20	11,00	54,20	APROVADO	2

PROFESSOR ÁREA III - CIÊNCIAS

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	PO	PT	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000097	MARISA SZCZEPANSKI BETT	16,80	7,20	2,40	7,20	19,20	52,80	-	52,80	APROVADO	1

PROFESSOR ÁREA III - GEOGRAFIA

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	PO	PT	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000063	CRISTIANE MARIA DE CAMPOS BORGES	9,60	2,40	0,00	7,20	19,20	38,40	-	38,40	REPROVADO	-

PROFESSOR ÁREA IV - INFORMÁTICA

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	PO	PT	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000150	DIEGO MARMINTINI	12,00	7,20	9,60	7,20	12,80	48,80	3,44	52,24	APROVADO	1

PROFESSOR ÁREA V - EDUCAÇÃO ESPECIAL

INS	NOME	PORT	MAT	INF	C GER	C ESP	PO	PT	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000130	ADRIANA SALETE MADELLA BURATO	12,00	7,20	2,40	7,20	19,20	48,00	11,00	59,00	APROVADO	1
6000132	RAQUELI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA	9,60	9,60	7,20	4,80	16,00	47,20	8,00	55,20	APROVADO	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

6000082	LORETE ZANCO MORES	7,20	7,20	2,40	7,20	19,20	43,20	11,00	54,20	APROVADO	3
6000093	MARIA IZABEL BORGES	16,80	0,00	2,40	7,20	22,40	48,80	-	48,80	APROVADO	4
6000031	EVA DE LURDES INACIO GROLI	7,20	4,80	0,00	7,20	22,40	41,60	-	41,60	APROVADO	5
6000088	SANDRA REGINA PREVIATTI	12,00	2,40	0,00	7,20	16,00	37,60	-	37,60	REPROVADO	-
6000161	SHEILA CRISTINA CASSOL FACCIO	7,20	4,80	4,80	2,40	12,80	32,00	-	32,00	REPROVADO	-
6000089	KELLIN DAGMAR CASSOL	7,20	2,40	2,40	7,20	12,80	32,00	-	32,00	REPROVADO	-

SERVENTE

INS	NOME	PORT	MAT	C GER	C ESP	NOTA	SITUACAO	CLASS
6000065	ALINE MOLON	21,00	16,80	8,40	33,60	79,80	APROVADO	1
6000126	MARLI BORGES	21,00	14,00	11,20	33,60	79,80	APROVADO	2
6000127	ELIANE ALVES BRENA	18,00	16,80	11,20	33,60	79,60	APROVADO	3
6000129	JUCELI DE FATIMA GIRARDI BRUM	18,00	14,00	8,40	37,80	78,20	APROVADO	4
6000115	SIDINEIA BIAZIN	18,00	14,00	8,40	37,80	78,20	APROVADO	5
6000141	IVONETE VALARDAO FLORES PREVIATTI	18,00	14,00	5,60	33,60	71,20	APROVADO	6
6000106	SIMONE TREVIZOL CECATTO	12,00	16,80	5,60	21,00	55,40	APROVADO	7
6000083	ELIANE BRESOLIN PERUZZO	3,00	14,00	8,40	29,40	54,80	APROVADO	8
6000084	SALETE DE QUADROS PASTORELO	9,00	8,40	5,60	29,40	52,40	APROVADO	9
6000147	IZETE FERNANDES DE OLIVEIRA DOS SANTOS	6,00	5,60	5,60	29,40	46,60	REPROVADO	-
6000123	ROSENILDA CAMARGO	9,00	5,60	2,80	21,00	38,40	REPROVADO	-
6000067	ELENIR RODRIGUES LISBOA PRETO	6,00	8,40	2,80	21,00	38,20	REPROVADO	-

Corupá

PREFEITURA

Lei Nº. 2147/14

LEI Nº. 2147/14

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1001		Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física das Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00	0.0.00.29	Aplicações Diretas	
		TOTAL	300.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria De Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.1007		Modernização Tributária e Constr. Nova Prefeitura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
004.122.0090.2032		Despesas Gerais do Município	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00
		TOTAL	300.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

30 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos trinta dias do mês de maio de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Lei Nº 2148/14

LEI Nº 2148/14

AUTORIZA A FAZER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADE QUE MENCIONA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE CORUPÁ, relativo ao exercício de 2014.

§ 1º - Os recursos serão utilizados para pagamento saldo devedor relativos ao tempo em que a entidade efetuava a administração do Pronto Atendimento 24h, prestando serviços de pronto atendimento na área de saúde e adquirindo de medicamentos, material hospitalar e cirúrgico.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
33.90.00.00	00.29	Aplicações Diretas	180.000,00
		TOTAL	180.000,00

§ 3º - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento geral do Município.

§ 4º O repasse dos valores de que trata o caput poderá ser feito em até 60 (sessenta) meses, de acordo com a necessidade.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 30 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos trinta dias do mês de maio de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 715/2014

DECRETO Nº. 715/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 51.000,00(cinquenta e um mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.50.00.00.00.00	0.0.00.01	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	51.000,00
		TOTAL	51.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	

012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00	0.0.00.01	Aplicações Diretas	51.000,00
		TOTAL	51.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

05 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de maio de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 164/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE MUDAS ENXERTADAS DE UVAS, PARA PROGRAMA DE VITICULTURA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 18/06/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 18/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 30 de maio de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº20/2014.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2014.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Prestação de serviços para publicações de atos oficiais do Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos na imprensa escrita com veiculação no estado de Santa Catarina.

O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 17/06/2014, às 09h00, mesma data e horário marcados para o início da sessão do Pregão. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial. Curitibanos, 30 de maio de 2014.

Carine Tatsch
Secretária Mun. Saúde

Gabriela Q. Almeida Martarello
Pregoeira

Edital de Pregão Presencial Nº 166/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 15 MG, ATRAVÉS DE

LIGAÇÃO PONTO A PONTO, IP DEDICADO, VIA RÁDIO 5,8 GH'z, OU FIBRA ÓPTICA, PARA USO DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO/2014, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 18/06/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 18/06/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 02 de junho de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Decreto 035/2014

DECRETO nº 035 de 19 de maio de 2014.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 52, de 18/12/2006;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Eder Joeni Fronza CPF nº 743.935.969-00, contendo uma área de 38.593,50m² (trinta e oito mil quinhentos e noventa e três metros e cinquenta decímetro quadrado), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem de um imóvel urbano, com área escriturada de 38.593,50m² (trinta e oito mil, quinhentos e noventa e três metros e cinquenta decímetro quadrado), situado no lado par da Rua Santa Catarina, distante a partir do ponto PP, e seguindo pelo lado par da mesma, 152.95m até a esquina que está faz com o lado ímpar da Rua Florianópolis, Centro, cidade de Doutor Pedrinho/SC, devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC, sob matrícula nº6.642, livro 2.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados três lotes e ficando uma área remanescente abaixo descrito.

I - Lote nº01: Terreno urbano, com uma área de 449,66m² (quatrocentos e quarenta e nove metros e sessenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Florianópolis, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel, segue pelo lado ímpar da mesma em 89.20m até a esquina que esta faz com lado par da Rua Santa Catarina, cidade de Doutor Pedrinho - SC. Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado direito do imóvel segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de 87°10'32" e distancia de 30.00m confrontando com terras de Jonas Ferrari (Matricula nº 3.826, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1; sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 92°49'28" em linha reta de 15.00m confrontando com terras da área remanescente do proprietário Eder Joeni Fronza (Matricula nº 6.642, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 87°10'32" em linha reta de 30.00m confrontando com terras do lote Nº2 á desmembrar do proprietário Eder Joeni Fronza Matricula nº 6.642, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 92°49'28" em linha reta de 15.00m confrontando com o lado ímpar da Rua Florianópolis, até o ponto PP inicio desta descrição, sendo esta a Frente.

I - Lote nº02: Terreno urbano, com uma área de 449,66m² (quatrocentos e quarenta e nove metros e sessenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Florianópolis, distante a partir do ponto PP, vértice da frente com o lado direito do imóvel, segue pelo lado ímpar da mesma em 104.20m até a esquina que esta faz com lado par da Rua Santa

Catarina, cidade de Doutor Pedrinho - SC. Inicia-se esta descrição no ponto PP vértice da frente com o lado direito do imóvel segue em direção aos fundos em linha reta com ângulo interno de 87°10'32" e distancia de 30.00m confrontando com terras do lote Nº1 á desmembrar do proprietário Eder Joeni Fronza (Matricula nº 6.642, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P1; sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 92°49'28" em linha reta de 15.00m confrontando com terras da área remanescente do proprietário Eder Joeni Fronza (Matricula nº 6.642, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 87°10'32" em linha reta de 30.00m confrontando com terras da área remanescente do proprietário Eder Joeni Fronza (Matricula nº 6.642, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P3, sendo este o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 92°49'28" em linha reta de 15.00m confrontando com o lado ímpar da Rua Florianópolis, até o ponto PP inicio desta descrição, sendo esta a Frente.

III - Lote nº 3 Terreno Urbano com área de 1.150,00m² (um mil, cento e cinquenta e metros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Santa Catarina, distante a partir do ponto PP, e seguindo pelo lado par da mesma, 152.95m até a esquina que está faz com o lado ímpar da Rua Florianópolis, Centro, cidade de Doutor Pedrinho/SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo, segue num ângulo de 97°47'49" em direção ao lado direito do imóvel, em linha reta de 18.63m, confrontando com o lado par da Rua Santa Catarina, até o ponto P1, sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 121°25'9" em linha reta de 42.05m confrontando com terras da área remanescente do proprietário Eder Joeni Fronza (Matricula nº 6.642, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P2, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 61°25'15" em linha reta de 59.95m até o ponto P3; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 79°11'55" em linha reta de 5.29m até o ponto P4, ambas confrontando com terras da área remanescente do proprietário Eder Joeni Fronza (Matricula nº 6.642, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 100°48'5" em linha reta de 16.30m até o ponto P5; deste ponto segue defletindo a direita com ângulo interno de 259°21'47" em linha reta de 30.00m, até o ponto PP inicio desta descrição, ambas confrontando com terras de Jair Giovanella (Matricula nº 5.858, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), sendo este o Lado Esquerdo.

IV - Área Remanescente: Terreno urbano com área de 36.544,18m² (trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e quatro metros e dezoito decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Santa Catarina, distante a partir do ponto PP, e seguindo pelo lado par da mesma, 171.58m até a esquina que está faz com o lado ímpar da Rua Florianópolis, Centro, cidade de Doutor Pedrinho/SC, fazendo as seguintes confrontações: Inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, vértice da frente com o lado esquerdo, segue num ângulo de 58°34'51" em direção ao lado direito do imóvel, em linha reta de 7.02m, confrontando com o lado par da Rua Santa Catarina, até o ponto P1, sendo esta a Frente; deste segue defletindo à direita num ângulo de 121°25'9" em linha reta de 148.00m, confrontando com terras de Anesio Buzzi (Matricula nº 625, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC) até o ponto P2; deste segue defletindo à direita num ângulo de 110°4'52" numa linha reta de 160.00m dos quais 58.00m confrontando com terras de José Pacher (Matricula nº 490, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC) e 102.00m confrontando com terras de Antonio Nereu Girardi (Matricula nº 5.471, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC) até o ponto P3, sendo este o Lado Direito; deste segue defletindo à direita num ângulo de 97°33'51" numa linha sinuosa de

196.00m confrontando com a margem esquerda do Rio Benedito até o ponto P4, sendo este os Fundos; deste segue defletindo a direita num ângulo de 97°47'14" em linha reta de 30.00m, confrontando com o lado ímpar da Rua Florianópolis, até o ponto P5; deste segue defletindo à direita num ângulo de 87°10'32" em linha reta de 30.00m, confrontando com terras do lote Nº2 á desmembrar do proprietário Eder Joeni Fronza (Matricula nº 6.642, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P6; deste segue defletindo à esquerda num ângulo de 272°49'3" em linha reta de 55.50m, dos quais, 15,00m confrontando com terras do lote Nº2 á desmembrar do proprietário Eder Joeni Fronza (Matricula nº 6.642, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC); 15,00m confrontando com terras do lote Nº1 á desmembrar do proprietário Eder Joeni Fronza (Matricula nº 6.642, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC); 15,00m confrontando com terras de Jonas Ferrari (Matricula nº 3.826, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC) e 10.50m com terras de Ermelindo Tomelin (Matricula nº 4.201, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC) até o ponto P7; deste segue defletindo à direita num ângulo de 138°5'26" em linha reta de 45.00m, até o ponto P8; deste segue defletindo à esquerda num ângulo de 307°3'24" em linha reta de 6.70m, ambas confrontando com terras de Adriane Edeltraudt Quentin (Matricula nº 5.569, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC) até o ponto P9; deste segue defletindo à direita num ângulo de 94°5'6", em linha reta de 13.45m, confrontando com terras de Rosilda Anhaya Prestauski (Matricula nº 4.193, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P10; deste segue defletindo à direita num ângulo de 110°24'52", numa linha reta de 81.50m dos quais 16.30m confrontando com terras de Angelis De Andrade (Matricula nº 4.794, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), 16,30m confrontando com terras de Elenira da Silva (Matricula nº 4.795, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), 16,30m confrontando com terras de Tereza Jandira de Souza (Matricula nº 4.870, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), 16,30m confrontando com terras de Vanderlei Becker (Matricula nº 4.869, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), e 16,30m confrontando com terras de Sergio Engels (Matricula nº 5.167, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC), até o ponto P11; deste segue defletindo à direita num ângulo de 70°51'0" em linha reta de 5.29m até o ponto P12; deste segue defletindo à esquerda num ângulo de 280°48'5" em linha reta de 59.95m até o ponto P13; deste segue defletindo à esquerda num ângulo de 298°34'45" em linha reta de 42.05m até o ponto PP início desta descrição, ambas confrontando com terras do lote Nº3 á desmembrar do proprietário Eder Joeni Fronza (Matricula nº 6.642, livro 2 do 2º Ofício de R. I. de Timbó/SC),, sendo este o Lado Esquerdo. Esta área é gravada com uma faixa de APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 15,00m de largura ao longo da margem esquerda do Rio Benedito com 2.999,00m² (dois mil, novecentos e noventa e nove metros quadrados).

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 19 de maio de 2014; 26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 19 de maio de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

Decreto 036/2014

DECRETO Nº 036, de 20 de maio de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.218,98.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 4.218,98 (Quatro mil duzentos e dezoito reais e noventa e oito centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300	TRANSF CONSÓRCIO PÚBLICO	
3235503	FARMÁCIA BÁSICA ESTADO	2.743,70
1235503	FARMÁCIA BÁSICA ESTADO	1.475,28
TOTAL		4.218,98
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		4.218,98

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 4.218,98 (Quatro mil duzentos e dezoito reais e noventa e oito centavos), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3235503	FARMÁCIA BÁSICA ESTADO	2.743,70
1235503	FARMÁCIA BÁSICA ESTADO	1.475,28
TOTAL		4.218,98
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		4.218,98

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de maio de 2014; 26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 20 de maio de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

Decreto 037/2014

DECRETO Nº 037, de 20 de maio de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 125.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

04.001.26.782.0020.1009	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	CONS. DE PONTES, PONTILHÕES, GALERIAS E GABIÕES	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	25.000,00
TOTAL		25.000,00
07.001.23.695.0110.1033	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.23.695.0110.1033	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.23.695.0110.1033	CONSTR. DE PRAÇAS, MIRANTES E ACESSO A PONTOS TURISTICO	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1245400	TRANSFERENCIA CONVÊNIO UNIÃO	60.000,00
TOTAL		60.000,00
07.001.20.606.0110.2026	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.2026	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	40.000,00
TOTAL		40.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		125.000,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	MELHORAMENTO PATRULHA AGRICOLA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	

440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	65.000,00
1245400	TRANSFERENCIA CONVÊNIO UNIÃO	60.000,00
TOTAL		125.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		125.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de maio de 2014; 26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 20 de maio de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

Decreto 038/2014

DECRETO Nº 038, de 20 de maio de 2014.
Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 401.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 401.000,00 (quatrocentos e um mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

07.001.23.695.0110.1033	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.23.695.0110.1033	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.23.695.0110.1033	CONSTR. DE PRAÇAS, MIRANTES E ACESSO A PONTOS TURISTICO	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1245400	TRANSFERENCIA CONVÊNIO UNIÃO	350.000,00
TOTAL		350.000,00
08.001.13.392.0050.2004	SEC. MUNICIPAL DESPORTO CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	40.000,00
TOTAL		40.000,00
07.001.23.695.0110.2032	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.23.695.0110.2032	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.23.695.0110.2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURISTICAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	11.000,00
TOTAL		11.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		401.000,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 401.000,00 (quatrocentos e um mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.1030	MELHORAMENTO PATRULHA AGRICOLA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1245400	TRANSFERENCIA CONVÊNIO UNIÃO	100.000,00
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		110.000,00
08.002.27.812.0050.1006	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
08.002.27.812.0050.1006	DESPORTO	
08.002.27.812.0050.1006	REFORMA E ILUMINAÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	41.000,00
TOTAL		41.000,00
04.001.26.782.0020.1009	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	CONS. DE PONTES, PONTILHÕES, GALERIAS E GABIÕES	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1245400	TRANSFERENCIA CONVÊNIO UNIÃO	250.000,00
TOTAL		250.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		401.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de maio de 2014; 26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 20 de maio de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Portaria 051/2014

PORTARIA no 051, de 26 de Maio de 2014.

Altera Pregoeiro Titular para atuar em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, e fundamentado nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002; e Considerando-se a necessidade de substituição da servidora pública que integrava a referida comissão e que solicitou afastamento da função por motivos particulares;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora JAQUELINE CESÁRIO, CPF nº 053.893.889-76, ocupante do emprego público de Agente Administrativo II, para atuar como Pregoeira Titular em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, para o exercício de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 26 de maio de 2014; 26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Faxinal dos Guedes**PREFEITURA****Teste Seletivo 003 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2014

EDITAL Nº 001

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna publico que estão abertas, no período de 03 de Junho de 2014 a 12 de Junho de 2014, as inscrições para o provimento de vagas nos cargos de professor e educador social. Inscrições somente pela internet, no portal www.sbauditoria.com.br. Íntegra do Edital ou outras informações, na Prefeitura Municipal, ou na internet nos portais www.sbauditoria.com.br e www.faxinal.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes - SC, em 02 de junho de 2014.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Decisão Administrativa - Pregão Eletrônico Nº. 17/FMS/2014

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/FMS/2014

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Impugnante: INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRI-NENSE LTDA.

RELATÓRIO

O Município de Forquilha lançou o Edital nº 17/FMS/2014 de Pregão Eletrônico cujo objeto é a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

A empresa INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRI-NENSE LTDA apresentou impugnação ao Edital dispondo que a especificação do item 43 (Geladeira para conservação de vacinas - 1 porta min. 280 litros) não cumpre com as exigências para o tipo de conservação pretendida.

DO MÉRITO

Conforme informações obtidas junto à Coordenadoria de Atenção básica do Município de Forquilha/SC, todo equipamento ou material permanente pleiteado através de emendas parlamentares, deverão ser cadastrados no portal do fundo nacional de saúde por meio do sítio eletrônico www.fns.saude.gov.br/sigem, Conforme orienta a PORTARIA Nº 3.134, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013, Art. 1º que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde e o Art. 3 § 1º que a RENEM contém as configurações e acessórios permitidos, os preços de referência e outras informações relacionadas aos equipamentos e materiais permanentes financiáveis e pode ser acessada no portal da saúde, por meio do sítio eletrônico www.fns.saude.gov.br/sigem.

Ao cadastrar a proposta, o sistema obriga a escolha do tipo de ambiente, tipo de serviço e tipo de equipamento. Ao escolher o item conforme a necessidade do município, o próprio sistema gera as especificações técnicas e valor. Conforme nos mostra a tabela abaixo:

Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde	
Setor:	
Ambiente:	Sala de Imunização
Equipamento:	Geladeira para Conservação de Vacinas (1 Porta mín. 280 Lts
Sinônimos:	Refrigerador para Vacinas, Conser-vador de Vacina

Definição e aplicação

Refrigerador para guarda de produtos laboratoriais e conservação de vacinas.

Configurações Permitidas e Características a serem Especificadas:As características a serem especificadas encontram-se pré-definidas na forma de opções de múltipla escolha (agrupadores) que devem ser selecionadas para a composição da configuração desejada, conforme opções apresentadas a seguir:

- Capacidade: mínimo de 280 litros / mínimo de 350 litros

Para o processo licitatório, o proponente/conveniente deverá descrever toda a especificação técnica do item, compatibilizando no descritivo todas as características (agrupadores) selecionadas no sistema, não devendo inserir ou retirar características que modifiquem seu porte e/ou seu valor.

Fonte: <http://www.fns.saude.gov.br/visao/pesquisarEquipamentoDetalhe.jsf>

Este equipamento geladeira/refrigerador ficara lotada em uma unidade básica de saúde, com o objetivo de armazenar uma quantidade pequena de insumos, pois o município possui uma central de refrigeração onde são armazenados e distribuídos os insumos semanalmente para as 8 ESFs.

Por tanto as especificações do objeto proposto na licitação está correto conforme a orientação do Manual da rede de frios, elaborado pelo Ministério da Saúde, 2001, que diz:

São equipamentos de uso doméstico que na Rede de Frio são destinados à estocagem de imunobiológicos em temperaturas positivas a +2°C, devendo para isto estar regulados para funcionar nesta faixa de temperatura. A vacina pode, em algum momento, estar em uma temperatura entre +2o e +8oC sem sofrer perda de potência (em armazenamento). As geladeiras, com capacidade a partir de 280 litros, podem ser utilizadas pelo Programa Nacional de Imunizações.

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, conhecemos e indeferimos o Pedido de Impugnação ao Processo Licitatório - Pregão Eletrônico nº. 17/FMS/2014 formulado pela INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRI-NENSE LTDA., pelos motivos acima expostos.

Forquilha/SC, 02 de junho de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 92/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 92/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 44.177,60 (quarenta e quatro mil cento e setenta e sete reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/08/2014

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (65), (66).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 75/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Aviso de Errata**AVISO DE ERRATA****AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 126/PMF/2014**

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Aviso de Licitação da Tomada de Preços Nº. 126/PMF/2014 publicado em 02 de junho de 2014 neste veículo de comunicação. Em virtude da digitação equivocada, segue retificação:

Onde se lê: "DATA DE ABERTURA: Dia 17 de junho de 2014 às 15:00 horas."

Leia-se: "DATA DE ABERTURA: Dia 18 de junho de 2014 às 14:00 horas."

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 02 de junho de 2014.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

Nota de Revogação de Processo de Compra Nº. 13/PMF/2014**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº. 13/PMF/2014****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 115/PMF/2014**

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de máquina agrícola nova (escavadeira hidráulica), com entrega de uma escavadeira hidráulica usada, pertencente à frota municipal, como parte do pagamento, conforme determinações do edital de chamamento, para atendimento a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Aos dois dias do mês de junho de dois mil e quatorze, reuniram-se a Pregoeira, sua equipe correspondente e assessorias para reavaliação do edital de Pregão Presencial nº. 115/2014 e seus anexos, em função do recebimento de impugnação imputada pela empresa ROMAC MÁQUINAS E EQUIP. LTDA. A fim de realizar julgamento mais criterioso quando as alegações da empresa citada, estes decidiram por revogar o processo licitatório em questão a fim de, posteriormente, lançar um novo processo adequado às necessidades na administração.

Forquilha/SC, 02 de junho de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Aviso de Licitação: Tomada de Preço Nº. 127/PMF/2014.**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 127/PMF/2014.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo, a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Rua Irmã Maria Gertrud Hoepers, Centro, Município de Forquilha, com extensão de 177,57 metros, conforme Proposta nº. 11526 e Programa nº. 2014002151 da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma junto a Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de junho de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos

de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 02 de junho de 2014.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

Nota de Revogação de Processo de Compra Nº. 14/PMF/2014**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº. 14/PMF/2014****TOMADA DE PREÇO Nº. 110/PMF/2014**

OBJETO: O presente edital tem por objetivo, a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica com Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) em logradouros públicos do Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pelo presidente da comissão de licitações, Sr. Ademir Brandieli Pedro, no dia dois do mês de junho de dois mil e quatorze, às nove horas, o mesmo certificou-se de que nenhuma empresa apresentou proposta para participar da referida tomada de preço. Desta forma, a comissão decide por revogar o processo de Tomada de Preço nº. 110/2014 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 02 de junho de 2014.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 1071/2014

PORTARIA N.º 1.071, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0007 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a Comunicação Interna nº 080/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ITOR NUNES GONÇALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 430.271.999-00, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINA - CARREGADEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de junho de 2014 até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1072/2014

PORTARIA N.º 1.072, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0693/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANICE DE FÁTIMA RIBEIRO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 904.815.699-87, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de junho de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1073/2014

PORTARIA N.º 1.073, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0692/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LIZIANE DA FONSECA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 016.932.589-00, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de junho de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1074/2014

PORTARIA N.º 1.074, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora ELAINE DA LUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.387.239-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1075/2014

PORTARIA N.º 1.075, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de THAYSE DELFES DE JESUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 053.406.039-03, contratada em caráter temporário na função de TERAPEUTA OCUPACIONAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 17 de maio de 2014 até 30 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1076/2014

PORTARIA Nº 1.076, DE 02 JUNHO DE 2014.
Revoga Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria n.º 494, de 11 de fevereiro de 2014, que concedeu função gratificada Nível 2, para o servidor LUCAS RAFAEL RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 041.654.339-18, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1077/2014

PORTARIA Nº 1.077, DE 02 JUNHO DE 2014.
NOMEIA COMISSÃO MISTA DE AVALIAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Decreto Municipal nº 100, de 10 de Agosto de 2005

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, para comporem a Comissão Mista de Avaliação de Contribuição de Melhorias do Município de Fraiburgo, as seguintes pessoas:

IDAIR BONETTI - Representante do Município de Fraiburgo;
WIGAND LEONHARDT - Representante do Município de Fraiburgo;
GILMAR SILVA - Representante do Município de Fraiburgo;
ALDAIR MORAIS - Representante das corretoras imobiliárias;
FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA - Representante dos engenheiros civis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial a Portaria nº 998/2007.

Fraiburgo, 02 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Extrato de Contrato Nº Ct14pmf93

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT14PMF93
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: RAPINI EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM PAR DE TABELAS DE BASQUETE MÓVEL PARA O GINÁSIO DE ESPORTES SÃO MIGUEL, AO LADO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL SÃO MIGUEL, LOCALIZADO NA RUA GUIDO BRANDT, NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO. VALOR TOTAL: R\$ 27.100,00 (VINTE E SETE MIL E CEM REAIS). DATA DO CONTRATO: 02.06.2014. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02.06.2014 A 31.10.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0100/2014 - PMF. PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 0004/2014. RECURSOS: 61 (RECURSOS PRÓPRIOS - 1300 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO); E 290 (RECURSOS 9.312 - CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO Nº 2014TR000714 - VINCULADO AO PROJETO SDR09 2935/2013).

FRAIBURGO (SC), 02 DE JUNHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

Prorroga Edital 0005

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0005, DE 20 DE MAIO DE 2014. PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA INSCRIÇÕES

O Sr. ELÓI REGALIN, PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Encontram-se prorrogadas as inscrições do Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário - ACT, n. 0005, de 20 de maio de 2014, para a função pública de Agente Operacional, até o dia 23 de junho de 2014, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizada na Av. Rio das Antas, n. 185, Centro, Centro, município de Fraiburgo, SC. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 02 de junho de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0013/2014 Rp 0012-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0013/2014 - FMS
Registro de Preços nº 0012/2014
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de serviços gráficos para confecção e impressão de formulários, para uso nas Unidades Básicas de Saúde. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 16.06.2014. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 02 de junho de 2014.
Nilce Pinz
Secretária Municipal de Saúde

Aviso do Pregão Presencial Nº 0072/2014-PMF Rp 0038

Aviso de Pregão Presencial Nº 0072/2014 - PMF
Registro de Preços Nº 0038/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de gêneros alimentícios para os Abrigos "Célio Thibes dos Santos" e "João Alves dos Santos", durante o período de julho a outubro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 16.06.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 02 de junho de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA****Extrato de Termo Aditivo Nº 3 ao Contrato Nº 79/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº 79/2013; Processo nº. 226/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 08.801.232/0001-50; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o aumento quantitativo de seu objeto no valor de R\$ 30.882,17 (Trinta mil oitocentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos), conforme planilha e justificativa em anexo a este documento, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexado a este termo; Data da Assinatura: 02/05/2014.

Extrato de Termo Aditivo Nº04 ao Contrato Nº 42/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº 42/2011; Processo nº. 119/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: IZALDO SILVA. CPF Nº. 030.168.469-34; CARLOS JOSÉ DA SILVA ALVES. CPF Nº. 625.719.319-20 Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução do contrato por 02 (dois) meses, passando o mesmo a ter vigência até 21 de julho de 2014; Data da Assinatura: 20/05/2014.

Extrato de Termo Aditivo Nº07 ao Contrato Nº 77/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

7º Termo Aditivo; Contrato nº 35/2011; Processo nº. 77/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda. CNPJ: 10.789.611/0001-14. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 35/2011 por mais 60 (sessenta) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, anexo a este termo; Data da Assinatura: 20/05/2014.

Extrato de Contratado Nº 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 35/2014. Processo nº 75/2014; CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: JL CONSTRUTORA LTDA ME; CNPJ: 12.587.530/0001-67; Objeto: O objeto do presente contrato é a execução de obra de drenagem e pavimentação em peças pré moldadas de concreto em trecho da Avenida dos Açores, bairro Ambrósio, etapa 01 - estaca OPP até o Km 0+320m, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico, contrato de repasse BADESC nº 2013023001. Valor: R\$ R\$ 543.314,08 (Quinhentos e quarenta e três mil trezentos e quatorze reais e oito centavos). Data da Assinatura: 06/05/2014.

Extrato de Contrato Nº 36/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 36/2014. Processo nº 63/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: L1 SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES, FESTAS E EVENTOS LTDA; CNPJ: 14.121.384/0001-05; Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de aviamentos para os trabalhos que serão realizados pelos grupos organizados de mulheres de Garopaba, cadastrados junto a Secretaria de Desenvolvimento Social, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 031/2014. Valor: R\$ 39.875,00 (trinta e nove mil oitocentos e setenta e cinco reais). Data da Assinatura: 08/05/2014.

Extrato de Contrato Nº 37/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 37/2014. Processo nº 77/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADO: ISRAEL GONÇALVES MEI; CNPJ: 17.349.871/0001-18; Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestar serviço de Corte de Grama, limpeza de pátio e pequenos reparos nas Escolas da Rede Municipal da Prefeitura Municipal de Garopaba, conforme especificações da Carta Convite n.º 006/2014. Valor: R\$ 33.743,08 (trinta e três mil setecentos e quarenta e três reais e oito centavos). Data da Assinatura: 09/05/2014.

Extrato de Contrato Nº 39/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 39/2014. Processo nº 108/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: SILVA & SILVA ESTRUTURA METALICAS LTDA ME; CNPJ: 08.380.504/0001-96; Objeto: É objeto deste a contratação de bandas para a realização das apresentações durante a XVI Quermesse e 4ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro no Município de Garopaba. Valor: R\$ 292.772,00 (Duzentos e noventa e dois mil setecentos e setenta e dois reais). Data da Assinatura: 23/05/2014.

Extrato de Contrato Nº 40/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 40/2014. Processo nº 113/2014; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATADO: MARCIO JOSÉ BENTO; CPF: 946.990.709-49; Objeto: Locação de imóvel na Rua Vice Prefeito João Nicomedes, centro, Garopaba SC, com a finalidade de atender as necessidades do Conselho Tutelar deste Município. Valor: R\$ 8.400,00(oito mil e quatrocentos reais). Data da Assinatura: 28/05/2014.

Aviso de Licitação Pe045/2014**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRONICO Nº. 045/2014**

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de fraldas descartáveis para atender a demanda das unidades básicas de saúde municipais e pacientes cadastrados no sistema Único de Saúde. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 16h00min do dia 13/06/2014. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 13/06/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 02 de maio de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 42/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2014**PMG**

Ata nº. 42/2014; Processo nº. 86/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: MECANICA E ACESSÓRIOS AUTO ARROIO LTDA ME; Objeto: Registro de preços para serviços especializados de manutenção automotiva com fornecimento de peças para os veículos a Diesel que compõe a frota da Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$ 200.000,00; Data da Assinatura: 02/06/2014.

Portaria N.º 505/2014.

PORTARIA N.º 505 DE 30 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,

no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, da servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, matrícula funcional n.º 0017, Datilógrafo, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 15/02/1987, da Secretaria de Infra Estrutura para a Secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/05/2014,

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 03/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 507/2014.

PORTARIA N.º 507 DE 30 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, da servidora DANIELA MARIA DOS SANTOS, Matrícula n.º 3693, Agente Administrativo, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 16/08/2010, da Secretaria Municipal de Administração para o Gabinete do Prefeito, da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 03/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

Errata Edital PMG Nº 036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ERRATA EDITAL PMG Nº 036/2014

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: Aquisição de uniformes, com entrega de forma única, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

No item 8.1 do edital, leia-se:

"8.1 - Para os efeitos de julgamento desta Licitação, levar-se-á em consideração, a proposta que apresentar o "menor preço por lote", considerando-se apenas os numerais inteiros, seguidos de centavos com até 02 (dois) dígitos."

Garuva, 02 de junho de 2014.

IVANDRO SÉRGIO LOPES
Pregoeiro

Portaria Nº 348/2014

PORTARIA Nº. 348, de 02 de junho de 2014.
DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 322/2014, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Merendeira, a Senhora FERNANDA OLIVEIRA SALES, CPF nº 063.748.279-45, RG nº 5.571.013 - SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Operacional I, Classe I, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 02 de Junho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 345/2014

PORTARIA Nº. 345, de 02 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 315/2014, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Merendeira, a Senhora ALAYDE BACKES DA SILVA, CPF nº 034.906.319-27, RG nº 3.707.848-8-SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Operacional I, Classe I, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 02 de Junho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 347/2014

PORTARIA Nº. 347, de 02 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 322/2014, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Merendeira, a Senhora MIRIAN ADRIANO PRESTES, CPF nº 638.029.709-00, RG nº 2.018.933 - SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Operacional I, Classe I, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 02 de Junho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 346/2014

PORTARIA Nº. 346, de 02 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 322/2014, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Merendeira, a Senhora ROZILDA DO ROCIO PADILHA, CPF nº 647.052.429-04, RG nº 2.190.373-5 - SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria de Educação, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Operacional I, Classe I, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 02 de Junho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.958, de 29 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.958, DE 29 DE MAIO DE 2014.
ATRIBUI RESPONSABILIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PELA CONTABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos IV e V, do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuída responsabilidade pela contabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social ao servidor público municipal EDUARDO ERNESTO DIAS, inscrito no CPF sob nº 368.908.040-15, Registro CRC RS nº 039.684/0-4T-SC.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.957, de 28 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.957, DE 28 DE MAIO DE 2014.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR RUI LOPES DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 10. Fica declarada, a partir de 30/05/2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do servidor RUI LOPES DE SOUZA, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, em virtude de aposentadoria concedida pelo INSS.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Extrato da Inexigibilidade Nº 98/2014

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade nº 98/2014

Objeto: Credenciamento de estabelecimentos comerciais de Gêneros Alimentícios em geral, em vista a manutenção dos programas sócioassistenciais da Secretaria de Desenvolvimento Social no ano de 2014, para serem distribuídos às pessoas em situação de "vulnerabilidade" Risco Social.. Contratado: MERCADO COR-RADI LTDA. ME (02.166.182/0001-09). Valor Total Julgado: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Base legal: artigo 25, caput, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), em 26 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato da Inexigibilidade Nº 99/2014

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade nº 99/2014

Objeto: Credenciamento de estabelecimentos comerciais de Gêneros Alimentícios em geral, em vista a manutenção dos programas sócioassistenciais da Secretaria de Desenvolvimento Social no ano de 2014, para serem distribuídos às pessoas em situação de "vulnerabilidade" Risco Social.. Contratado: AZU COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA ME (00.374.407/0001-89). Valor Total Julgado: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Base legal: artigo 25, caput, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), em 26 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Termo de Convênio Nº 03/2014 - SMS

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2014 - SMS

CONVENIENTES - O Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde e o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 438.000,00 (quatrocentos e trinta e oito mil reais), a título de Subvenção Social, para o desenvolvimento do "CUSTEIO EMERGENCIAL DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO", conforme plano de trabalho aprovado do Conselho Municipal de Saúde.

DESPESA - o pagamento ocorrerá pela seguinte dotação orçamentária:

Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 2.200152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde
Elemento da Despesa: 3.3.3.50.43.00.00 Subvenção Social
DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - Seis Meses a partir da publicação.
DATA E ASSINATURAS - Gaspar, 02 de Junho de 2014 - Pedro Celso Zuchi, pelo Município de Gaspar, e Comissão Interventora nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5.955/14, pelo Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Extrato do Termo de Convênio Nº 01/2014 - SMS/FMS

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2014 - SMS/FMS

CONVENIENTES - O Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde de Gaspar e o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 1.572.000,00 (um milhão quinhentos e setenta e dois mil reais), a título de Subvenção Social, para o desenvolvimento do "Plano de Ações e Metas em Saúde, especificado no Anexo I", conforme plano de trabalho aprovado do Conselho Municipal de Saúde.

DESPESA - o pagamento ocorrerá pela seguinte dotação orçamentária:

Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 2.200152 Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde
Elemento da Despesa: 3.3.3.50.43.00.00 Subvenção Social

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - Seis Meses a partir da publicação.
DATA E ASSINATURAS - Gaspar, 30 de Maio de 2014 - Pedro Celso Zuchi, pelo Município de Gaspar, e Comissão Interventora nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5.955/14, pelo Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Decreto Nº 5.959 de 02 de Junho de 2014

DECRETO Nº 5.959 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o Decreto Municipal nº. 5.955, de 27 de maio de 2014, que Requisitou para o atendimento hospitalar da população, os Bens e Serviços do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

Considerando o Decreto Municipal nº. 5.955, de 27 de maio de 2014, que nomeou cinco novos membros para substituir a direção do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;
Considerando a deliberação da Comissão Requisitante de 28/05/2014, que nomeou Presidente e Vice-Presidente para a Comissão;

Considerando a deliberação da Comissão Requisitante de 29/05/2014, que delegou ao Presidente e Vice-presidente poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários das contas do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado ao Senhor José Eduardo de Souza, inscrito no CPF sob nº 758.038.959-20 e o Senhor Adilson Carlos Avosani, inscrito no CPF sob nº 485.375.789-91, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários, das contas identificadas pela administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.415, de 02 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 3.415, DE 02 DE MAIO DE 2014.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 12/2013 e 001/2014, da Secretaria Municipal Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ADRIANA SOCORRO DE OLIVEIRA	07/05/14	MERENDEIRA/SERVENTE
ANA PAULA FREITAS AVANCINI	05/05/14	PROFESSOR DOC-I-4
ANELITA SEIBEL LESSA	16/05/14	PROFESSOR DOC-III-3
CLAUDIA APARECIDA DE OLIVEIRA	12/05/14	MERENDEIRA/SERVENTE
EDITHE APARECIDA KOHLS	22/05/14	MERENDEIRA/SERVENTE
ELAINE LUCIA KERCHER	05/05/14	PROFESSOR DOC-I-8
ELENI APARECIDA VIEIRA BAY	07/05/14	MERENDEIRA/SERVENTE
EVANIA CORREA CUNHA SCHNEIDER	05/05/14	BERCARISTA
FABIO LAMIN	07/05/14	PROFESSOR DOC-I-6
FRANCIELE DE FRANCA VELOSO CLEMENTE	05/05/14	BERCARISTA
INGELORE SCHILLER	05/05/14	PROFESSOR DOC-III-8
JAQUELINE STAROSKY	05/05/14	PROFESSOR DOC-III-8
JOAO BATISTA RIBEIRO	19/05/14	ZELADOR ESCOLA
LUZIANE YNDIARA DA SILVA	09/05/14	PROFESSOR DOC-I-4
MARIA LUCIA MACEDO DOS SANTOS	21/05/14	MERENDEIRA/SERVENTE
MELITA MULLER KOHN	12/05/14	BERCARISTA
MIRIA CLEVENICE PEREIRA	12/05/14	MERENDEIRA/SERVENTE
MORGANA DA SILVA	12/05/14	PROFESSOR DOC-III-4
TATIANA ROEDEL	19/05/14	PROFESSOR DOC-III-4
THACIANA TAMARA WEITGENANT	09/05/14	BERCARISTA
VANDERLEIA MARIANO CASTILHO	05/05/14	PROFESSOR DOC-I-8

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 14/2013, 0004/2014 e 006/2014, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ALTAIR RAMOS	05/05/14	MOTORISTA AMBULANCIA
BERNADETE DUARTE SILVA DE OLIVEIRA	15/05/14	AGENTE SERV. GERAIS
CAROLINA THEISS	26/05/14	Agente Comunitário Saúde
EDNEI ALEXANDRE BORBA	06/05/14	MOTORISTA AMBULANCIA
FABRICIO FERNANDO DA ROCHA	06/05/14	MOTORISTA AMBULANCIA
LOURDES ALVES DE OLIVEIRA	02/05/14	Agente Comunitário Saúde
MARIA BERNADETE SANTANA	02/05/14	Agente Comunitário Saúde
OLINDINA BELETTE	02/05/14	AGENTE SERV. GERAIS
SOLANGE REGINA TEIXEIRA	12/05/14	TECNICO ENFERMAGEM
WILSON FRANCISCO DE LIMA	20/05/14	TECNICO ENFERMAGEM

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gaspar, 02 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.940, de 09 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.940, DE 09 DE MAIO DE 2014.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

Considerando o aumento da demanda em todas as unidades de Saúde do Município de Gaspar;

Considerando a necessidade de profissionais especializados para o atendimento da população nos serviços de saúde;

Considerando o interesse público na prestação do serviço de saúde com qualidade;

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 80 (oitenta) horas de serviço extraordinário mensais, individualmente, pelo período de 14 de maio de 2014 a 14 de julho de 2014, conforme a necessidade assim exigir, mediante escala a ser definida pela Secretaria Municipal de Saúde, pelos servidores: Jorge Dellarosa, Denis Alencar Moritz, Edson Carlos Pereira, Eleni Pazzene, Rosa Melato, Odete Fistarol, Rose Venturine, Jorge Pereira, Ana Fernanda Quesada, Karolina Lenfer, Angelita de Cesari, Luzia Bizzatto, Fernanda Miranda, Roberto Morateli, José Feltrin, Fabrício da Rocha, Ednei Borba, Altair de Souza, Raquel Mafiolette, Denis Valin, Elisângela Urbano, Angelita Cesarina Wisbeck, Dorvalino Cardoso, Helen Cristina Hofmann, Maria Salete Zimmermann, Marinei dos Santos e Helenir Pazetti.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Lei Nº 3.582, de 02 de Junho de 2014

LEI Nº 3.582, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA ANEXO DA LEI Nº 3.529, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II, da Lei nº 3.529, de 16 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Gaspar para o Exercício de 2014, modificando as seguintes planilhas de meta física dos programas:

I - Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar; e

II - Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 02 de junho de 2014

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Anexo II - Construção, Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2014
Manutenção das ações da Secretaria	Secretaria	Secretaria	1
Aquisição de veículos	Veículo	Unidade	1
Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores	Ruas pavimentadas	M²	30.000
Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera	Assentamento	Unidade	1
Construção de Pontos de ônibus	Pontos de ônibus	Unidade	10
Construção de Viaduto e seus acessos para Melhoria das Vias	Obra	Unidade	1
Estabilização de Talude do Morro do SAMAE	Obra	Unidade	1
Execução de Trabalhos Socioambiental	Trabalho	Unidade	1
Infraestrutura de Loteamentos	Loteamentos	Unidade	2
Serviços de Contenção de Encostas	Encostas	Unidade	1

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2014
Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário	Sistema	Unidade	1
Melhoria em sistema de Abastecimento de água	Obra	Unidade	1
Construção, Reforma e Ampliação de Terminais Rodoviários Urbanos	Terminais Rodoviários	Unidade	1
Conservação e manutenção do sistema de transporte coletivo	Transporte coletivo	Unidade	1
Construção do Centro de Convivência	Centro Convivência	Unidade	1
Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de caminhada e calçadas	Ciclovias	M²	5000
Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamentos de águas superficiais	Drenagem	Bairros	2

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2014
Programa de regularização de assentamentos informais e cadastro imobiliário	Assentamento	Unidade	1
Implantação de equipamentos urbanos e melhorias em vias existentes	Implantação de infraestrutura	Unidade	1
Contratação de projetos técnicos	Projetos	Unidade	20

Revisão e complementação do plano diretor, e Geoprocessamento	Plano	Unidade	1
Aquisição de terrenos e desapropriações	Terreno	Unidade	5
Educação ambiental, paisagismo e arborização, urbanização de espaços públicos e proteção de encostas e áreas verdes	Plano	Unidade	3
Aquisição de equipamentos de informática, software, móveis e materiais permanentes	Equipamentos	Unidade	10

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2014
Anel viário e via inter-bairros	Extensão	Km	2
Reforma da ponte Hercílio Deeke	Projeto	Unidade	1
Vigilância eletrônica e segurança pública e de espaços públicos.	Projeto	Unidade	2

Anexo II - Gestão da Fundação Municipal de Esporte de Gaspar

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2014
Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	Modalidades	Unidade	6
Aquisição de Veículos	Veículos	Unidade	1
Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	Áreas Esportivas	Unidade	5
Manutenção do Esporte em Gaspar	Esporte	Unidade	1
Aquisição de Equip.Material Permanente/Equip.Academia Popular	Equipamento Permanente	Unidade	20

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2014
Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Decisão do Pregão Presencial Nº 73/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR - SC

DECISÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2014

Objeto: Registro de Preços de prestação de serviços de assistência técnica e manutenção (reparos, consertos, instalações, configurações, manutenção preventiva e corretiva) em equipamentos de informática. PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito, junto aos autos, no uso de suas atribuições legais, profere a seguinte decisão: Conheço o recurso efetuado pela empresa MARCELO WEINRICH - ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, por ser tempestivo, quanto ao mérito, julgo-o IMPROCEDENTE. Fundamentado no Parecer nº 165/2014 da Procuradoria Geral do Município de Gaspar, e no Memorando nº 70/2014, do Depto. de Compras e Licitações. Íntegra no Depto de Compras e Licitações, ou, no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar, 03 de junho de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

SAMAE

Portaria Nº 32 de 30 de Maio de 2014.

PORTARIA N. 32 DE 30 DE MAIO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JAIME DE SOUZA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio ao servidor Jaime de Souza, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro referente ao período aquisitivo de 06/04/2009 a 05/04/2014, que será gozada a partir de 02/06/2014 a 31/07/2014, convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 30 de maio de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Portaria Nº 33 de 30 de Maio de 2014

PORTARIA N. 33 DE 30 DE MAIO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MARCELO POFFO

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio ao servidor Marcelo Poffo, ocupante do cargo efetivo de Almoxarife referente ao período aquisitivo de 23/03/2003 a 16/03/2009, que será gozada a partir de 02/06/2014 a 31/07/2014, convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 30 de maio de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 20/2014 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 20/2014

Data vigência: 30/05/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 31/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CNPJ/CPF do contratado: 04.310.564/0001-81

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de administração de estágio para estudantes de nível superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Valor: R\$ 5.745,60 (cinco mil setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).

Gaspar (SC), em 30 de maio de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Aviso do Pregão Presencial Nº 33/2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº. 33/2014

OBJETO: Aquisição de conexões e hidrômetros.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 17/06/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 17/06/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 30 de maio de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos**SAMAE****Portaria Nº 030/2014**

PORTARIA Nº 30 /2014

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio, de direito adquirido para a funcionária SIMONE EUGENITA DOS PASSOS CABRAL, matrícula nº 58 , no período de 01 de junho de 2014 a 29 de agosto de 2014.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 30 de Maio de 2014.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

Portaria Nº 031/2014

PORTARIA Nº 31/2014

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Conceder férias de direito adquirido de 30 (trinta) dias, para o funcionário VALMOR ZEFERINO, matrícula nº 176 , no período de 01 de junho de 2014 a 30 de junho de 2014.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 30 de maio de 2014.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

Portaria Nº 033/2014

PORTARIA Nº 33 /2014

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio, de direito adquirido para o funcionário DELMI JOÃO OCKER, matrícula nº 61, sendo convertido em dinheiro, conforme Lei nº 478/92.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 02 de Junho de 2014.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

Portaria Nº 034/2014

PORTARIA Nº 33 /2013

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Exonerar do cargo de encanador do Samae o Sr: ALEXSANDRO BERNARDINO LACERDA.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 01 de Julho de 2013.

Admir Norberto Miranda

Diretor Geral do Samae

Portaria Nº 035/2014

PORTARIA Nº 35/2014

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Conceder férias de direito adquirido de 30 (trinta) dias, para a funcionária FERNANDA ROSETE SAGAS, matrícula nº 59 , no período de 01 de junho de 2014 a 30 de junho de 2014.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 02 de junho de 2014.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

Portaria Nº 032/2014

PORTARIA Nº 32 /2014

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio, de direito adquirido para o funcionário RAUL PEREIRA, matrícula nº 87 , no período de 01 de junho de 2014 a 29 de agosto de 2014.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 30 de Maio de 2014.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

Grão Pará**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****Pregão Presencial 04/2014 Aquisição de Veículos**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 8/2014

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 4/2014-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS ZERO QUI-
LÔMETRO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEA-
MENTO DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 16/06/2014,
às 14:00 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazen-
da, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará,
no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital
pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem
ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48)
3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 02 de junho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Convênio 4/2014 Hospital

CONVÊNIO N. 4/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A SOCIEDADE BENEFICENTE SAN-
TA TEREZINHA - HOSPITAL SANTA TEREZINHA DE BRAÇO DO
NORTE

Termo de Convênio, que entre si fazem, de um lado, a Prefeitura
Municipal de Grão-Pará, CNPJ/MF n. 82.558.149/0001-55, situada
na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, SC, dora-
vante denominada somente de "Prefeitura", representada, neste
ato, pelo Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, com in-
terveniência da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento de
Grão-Pará, e, de outro lado, a SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA
TEREZINHA - HOSPITAL SANTA TEREZINHA DE BRAÇO DO NOR-
TE, CNPJ/MF n. 86.437.845/0001-64, estabelecida na Rua Jacob
Batista Uliano, 1370, Centro, Braço do Norte, SC, pessoa jurídica
de direito privado, representada, neste ato, pelo seu Presidente,
Senhor ARLEY JOSÉ FELIPE, portador do CPF 223.629.249-04,
mediante cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos
financeiros à Sociedade Beneficente Santa Terezinha - Hospital
Santa Terezinha de Braço de Norte, durante o exercício de 2014,
por 12 meses, para atendimento de urgência e/ou emergência a
pacientes de Grão-Pará.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA QUANTIDADE DO ATENDIMENTO

O número dos atendimentos deverá ocorrer conforme a neces-
sidade dos pacientes do Município de Grão-Pará.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA QUANTIDADE DO ATENDIMENTO

O presente Convênio tem seu fundamento legal na Lei Municipal
n. 1.949, de 1º de Abril 2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Compete ao Município de Grão-Pará repassar à Sociedade Beneficente Santa Terezinha - Hospital Santa Terezinha de Braço do Norte o valor total R\$ 72.816,00 (setenta e dois mil, oitocentos e dezesseis reais), dividido em 12 (sete) parcelas de R\$ 6.068,00 (seis mil e sessenta e oito reais), ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à prestação de contas da parcela anterior.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO HOSPITAL SANTA TEREZINHA DE BRAÇO DO NORTE

Compete ao Hospital Santa Terezinha de Braço do Norte:

abrir conta bancária especificamente para a finalidade do Convênio;
prestar os serviços relativos à urgência/emergência de que trata este Convênio em instalações exclusivas do Hospital;
responsabilizar-se por eventuais encargos administrativos, fiscais, trabalhistas e previdenciários decorrentes da contratação de profissionais;

prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após recebimento.

Parágrafo Único. A não prestação de contas por parte do Hospital Santa Terezinha de Braço do Norte acarretará o não pagamento por parte do Município das parcelas subsequentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da execução deste Convênio correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

14.01.2.034.3.3.50.00.00.00.00.00002 -

Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (Código Reduzido: 8)

14.01.2.034.3.3.50.00.00.00.00.000154 -

Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (Código Reduzido: 9)

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo da vigência para execução e cumprimento deste Convênio será contado a partir de 16 de maio de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os efeitos deste Convênio Retroagirão a 2 de janeiro de 2014, tendo em vista que os serviços não foram interrompidos.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, pelo não cumprimento de suas cláusulas ou por legislação superior que o torne impraticável.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte para dirimir as questões e litígios decorrentes deste Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem as partes, Prefeitura Municipal de Grão-Pará e Sociedade Beneficente Santa Terezinha - Hospital Santa Terezinha de Braço do Norte, perfeitamente de acordo com as cláusulas e condições aqui pactuadas, firmam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias, visando a um só efeito, na presença de duas testemunhas, que também a este subscrevem, para que se produzam os efeitos legais.

Grão-Pará/ SC, 16 de maio de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ARLEY JOSÉ FELIPE

Presidente do Hospital Santa Terezinha de Braço do Norte

T E S T E M U N H A S

Convênio 5/2014 Sindicato Dentista

CONVÊNIO N. 05/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GRÃO-PARÁ

Termo de Convênio, que entre si fazem, de um lado, a Prefeitura Municipal de Grão-Pará, CNPJ/MF n. 82.558.149/0001-55, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, SC, doravante denominada somente de "Prefeitura", representada, neste ato, pelo Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, brasileiro, casado, residente na Rua Nereu Ramos, Centro, Grão-Pará/ SC, com interveniência da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, de Grão-Pará, e, de outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão-Pará, CNPJ/MF n. 84.075.183/0001-02, estabelecido na Rua Aderbal Ramos da Silva, 62, pessoa jurídica de direito privado, representado, neste ato, pelo seu Presidente, Senhor TARCÍSIO COSTA ENGELS, brasileiro, casado, CPF n. 169.109.239-87, residente na localidade de Capivaras do Meio, neste Município, com endereço na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o pagamento mensal de serviços de profissional médico odontológico, para pacientes do Município de Grão-Pará.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

A Prefeitura repassará, por meio deste Convênio, R\$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais), pagos em 10 parcelas de R\$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - Os efeitos deste convênio retroagirão a 1º de março de 2014, conforme Lei Municipal n. 1.950/2014, de 08 de abril de 2014, tendo em vista que os serviços estão sendo prestados, desde a presente data.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio tem seu fundamento legal na Lei Municipal n. 1.950/2014, de 08 de abril de 2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Analisar as prestações de contas encaminhadas pelo Sindicato, após os repasses das parcelas tratadas na Cláusula II.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GRÃO-PARÁ

Compete ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão-Pará:

elaborar o Plano de Aplicação para os recursos oriundos deste Convênio;
aplicar devidamente os recursos recebidos e prestar contas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DA FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da execução deste Convênio correrão por conta de recursos:

14.01.2.034.3.3.50.00.00.00.00.00002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 8);

14.01.2.037.3.3.50.00.00.00.00.000157 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 25).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução deste Convênio será até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, pelo não cumprimento de suas cláusulas ou por legislação superior que o torne impraticável.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte para dirimir as questões e litígios decorrentes deste Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem as partes, Prefeitura Municipal de Grão-Pará e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão-Pará, perfeitamente de acordo com as cláusulas e condições aqui pactuadas, firmam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias, visando a um só efeito, na presença de duas testemunhas, que também a este subscrevem, para que se produzam os efeitos legais.

Grão-Pará/ SC, 29 de maio de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

TARCÍSIO COSTA ENGELS

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

T E S T E M U N H A S**Guaramirim****PREFEITURA****Extrato do Primeiro Termo Aditivo N. 008/2013 - PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2013 - PMG

Dispensa de Licitação: 27/2013 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS INSTALAÇÕES DA ESCOLHINHA DE KARATÊ E JUDÔ NO BAIRRO CORTICEIRA, SITUADO NA RUA ANTONIO SILVEIRA, S/Nº.

LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. LOCADOR: Pedro Manoel Albano, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 379.698.629-34 e RG nº 541.482, com endereço na rua Antonio Silveira, s/nº, Corticeira, Guaramirim-SC.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato de 01/03/2014 à 28/02/2014 e reajustar o valor do contrato em aproximadamente 5,38% (cinco vírgula trinta e oito), com base no índice nacional de preço ao consumidor - INPC, perfazendo o valor mensal de R\$ 1.074,69 (um mil e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Valor do Contrato: R\$ 10.746,90 (dez mil setecentos e quarenta e seis reais e noventa centavos)

Data da Assinatura: 28/02/2014

GUARAMIRIM (SC), 02/06/2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Ata de Registro de Preços 34/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 034/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2014

Objeto: Aquisição de fraldas geriátricas e infantis.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 010/2014.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: GOLDEN PLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, localizada na rua Dirceu Jose Filippetto, nº 29, centro, Barão de Cotegipe (RS) inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.472.278/0001-64

Vencedor dos itens: 05 e 09.

Valor: R\$ 11.380,00 (onze mil e trezentos e oitenta reais).

Vigência: Início: 14/05/2014 Término: 13/05/2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Ata de Rp Nº18/2014 - Hsa

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2014

Objeto: AQUISICAO DE MEDICAMENTOS.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 18/2014.

Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrito no CNPJ sob o nº 84.092.709/00054, com sede na Rua João Butschardt, n.º 05, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedores: ALTERMED MAT. MED. HOSP. LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.802.002/0001-02.

Valor Total: R\$ 133.933,39 (cento e trinta e três mil novecentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos)

DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.520.829/0001-40.

Valor Total: R\$ 27.050,00 (vinte e sete mil e cinquenta reais)

DIMACI/SC MAT. CIRURGICO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.531.725/0001-20.

Valor Total: R\$ 66.921,50 (sessenta e seis mil novecentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)

Vigência: Início: 13/05/2014 Término: 12/05/2015.

Guaramirim (SC), 02 de junho de 2014.

MÁRCIA ADRIANA PRUESSE

GESTORA DO HSA

Revisão do Plano Diretor Municipal - Pdm

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DA REVISÃO DO PLANO

DIRETOR MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC

Edital de Convocação de Audiência Pública

LAURO FRÖHLICH, Prefeito do Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII do art.66 da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais e em cumprimento a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, CONVIDA todos os cidadãos residentes no Município de Guaramirim e Associações Representativas com sede no Município a participarem da 1ª Audiência Pública integrante do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal - PDM, com o objetivo de garantir a participação da população e associações representativas de comunidades, a ocorrer no local e horário indicados abaixo.

I - OBJETO

Tornar público e dar amplo conhecimento aos munícipes de Guaramirim/SC, sobre o processo de revisão do Plano Diretor do Município de Guaramirim e suas formas de participação.

II - LOCAL, DATA E HORÁRIO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Local: Câmara de Vereadores de Guaramirim

Rua: 28 de agosto, 2042, Centro, Guaramirim/SC.

Data: 16/06/2014

Horário: 19h

Guaramirim/SC, 28 de maio 2014.

Prefeito Municipal

Lauro Fröhlich

Extrato Edital 602014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 60/2014

Tipo: Menor Preço - pelo total geral

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONCLUSÃO DA CEI DA FIGUEIRINHA, BAIRRO FIGUEIRINHA.

Entrega dos Envelopes: 18/06/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 18/06/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 30/05/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Edital 04 2014 Social

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 4/2014

Tipo: Menor Preço - por itens

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA O LAR DA CRIANÇA

Entrega dos Envelopes: 16/06/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 16/06/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247.

GUARAMIRIM (SC), 02/06/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Aviso Licitação 612014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 61/2014

Tipo: Menor Preço - por itens

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Entrega dos Envelopes: 16/06/2014 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 16/06/2014 às 14:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 02/06/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº. 333/2014

DECRETO Nº. 333/2014

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 129.360,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 129.360,00 (cento e vinte e nove mil trezentos e sessenta reais) constante do orçamento Municipal, aprovado pela Lei nº. 4107/2013, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2012	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (19.560,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZACAO
04.001.0004.0126.0004	Administração Geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das atribuições de Apoio Administrativo
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (40.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (50.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ

	Valor: (30.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0023.0333.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. de acoes de apoio à qualificacao profission
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (2.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2032	Manutencao das atividades da Secretaria Municipal
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (7.800,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da secretaria de Desenvolvimento Social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (20.000,00)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2012	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (19.560,00)
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0126	TECNOLOGIA DA INFORMATIZACAO
04.001.0004.0126.0004	Administração Geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das atribuições de Apoio Administrativo
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (40.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (50.000,00)
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: (30.000,00)
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0023.0333.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. de acoes de apoio à qualificacao profission
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (2.000,00)

Dotações Anuladas

Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA

12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2032	Manutencao das atividades da Secretaria Municipal
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: (7.800,00)

Dotações Anuladas

Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da secretaria de Desenvolvimento Social
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (20.000,00)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de maio de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 743/2014

PORTARIA Nº 743/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 26 de maio de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora FERNANDA MARQUEZZE MOTT (Matr. 2851), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 2/D, anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 (quarenta) horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 744/2014

PORTARIA Nº 744/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 27 de maio de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Senhora CLEUSA MARTINI (Matr. 3555), ocupante do Cargo em Provimento Eletivo de Conselheiro Tutelar, 40 horas semanais, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 745/2014

PORTARIA Nº 745/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 29 de maio de 2014 por prazo indeterminado, com fulcro nos Artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor CARLOS JACÓ ALBERTI (Matr. 3634), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Agricultura, Nível - DAS - 1, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 746/2014

PORTARIA Nº 746/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora RENI CAMARA (Matr. 82), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 02 de junho de 2014 a 13 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 747/2014

PORTARIA Nº 747/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor AMARILDO NASCIMENTO (Matr. 589), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de março de 2013 e 06 de março de

2014, para serem gozadas a partir de 02 de junho de 2014 a 01 de julho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 748/2014

PORTARIA Nº 748/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 490/2013, a qual designa o Servidor JULNEI BRUNO BLEICHUHLH (Matr. 3667), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, Nível - DAS-4, 40 horas semanais, para responder interinamente pela Diretoria Municipal de Trânsito, a contar de 02 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 749/2014

PORTARIA Nº 749/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, conforme requerimento em anexo, o Servidor JULNEI BRUNO BLEICHUHLH (Matr. 3667), a partir de 02 de junho de 2014, o qual ocupava o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, Nível - DAS-4, 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 750/2014

PORTARIA Nº 750/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Reduzir a Carga Horária, da Servidora SANDRA VACCARI (Matr. 3820), a qual exerce a função de Professor, Nível/Referência - 2/A, de 40 para 20 horas semanais, com redução salarial, a contar de 02 de Junho de 2014, de conformidade com o que preceitua as Leis Complementares Nº 291/2011 e 314/013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 751/2014

PORTARIA Nº 751/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora DANIELA TEREZINHA DE MATTOS (Matr. 3799), a partir de 02 de junho de 2014, a qual exercia a função de Professor, Nível - 2, Letra "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 752/2014

PORTARIA Nº 752/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, aos Servidores abaixo relacionados, para serem gozadas a partir de 02 de junho de 2014 a 01 de julho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Matrícula	Nome
153	JOSÉ LUIZ CARLOS DA SILVA
212	ANTONIO BORGES DOS SANTOS
437	LOURDES RECALCATTI FACCIN
2781	IDAMARA DE MELO
2791	FABIANA FABRIN POZZA
2793	FRANCIELI ZAGO
2822	IVETE SILVA ROVEA
2829	MARCIA APARECIDA CAVALHEIRO
3022	ROSENILDE PEDROZO DE ALMEIDA
3229	IONE MARIA BELOTTO CORREA

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 753/2014

PORTARIA Nº 753/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 21 (vinte e um) dias de Licença Prêmio, à servidora JAMIR RIBEIRO DA CRUZ (Matr. 2671), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 104, § único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 04 de março de 2008 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 02 de junho de 2014 a 22 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2644/2014

DECRETO Nº 2644, DE 02 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa: 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Projeto/Atividade: 2030 MAN.DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0301- Exerc.Anterior- Recursos de Impost.e Transf.

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Inexigibilidade 001/2014

MUNICÍPIO DE IBIAM

ESTADO DE SANTA CATARINA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2014

OBJETO: Contratação de Banda Musical para animar evento em comemoração ao aniversário do Município de Ibiam, no dia 29/06/2014.

CONTRATANTE: Município de Ibiam, CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO: Jose R. de Souza Neto ME (Banda Cosmo Express), CNPJ: 12.410.855/0001-70

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, III da Lei 8666/93

Valor Total: 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)

Ibiam, 02 de Junho de 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Aditivo 01 Ata 8

TERMO ADITIVO DE REDUÇÃO DE VAROR Nº 001/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 008/2014
PROCESSO LICITATÓRIO N. 007/2014.
PREGÃO PRESENCIAL N. 006/2014
SRP Nº 003/2014

Termo aditivo a Ata de Registro de Preços nº 008/2014, que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nr 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa GRAFICA AMÉRICA LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 82.827.627/0001-85, com sede na Rua Avenida Irmãos Piccoli, 338, Centro, Tangará/SC, CEP: 89.642-000, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. LUCIANO R. Grassi, CPF: 001.036.579-67, CI: 2.822.556, pactuam o presente termo aditivo de redução de valor do item 133, de acordo com o previsto no item 3, subitem 3.3 da ata supra citada, resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica reduzido o valor do item 133, do processo em epigrafe, cotado equivocadamente pela empresa acima identificada conforme segue:

Item	Valor registrado	Valor a partir do aditivo de redução	Descrição do Item	Unidade	Quantidade
133	27,50	13,00	TECIDO BLACKCOU QUE IMPEÇA 85% DA LUMINOSIDADE DOS RAIOS DO SOL COM BOM CAIMENTO 100%.	Metro	80m

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 19 de Maio de 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Grafica América Ltda
CNPJ: 82.827.627/0001-85
Sócio Adm: Luciano R. Grassi
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
Catarina Borsoi Luciana T. Balem
CPF: 572.246.259-49 CPF: 042.307.839-90

Melzi Cavazzola
Advogado - OAB/SC 3.076

Resolução Nº 03/2014 Cms
RESOLUÇÃO Nº 03/2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 063, de 10 de novembro de 1997.

CONSIDERANDO o Relatório de Gestão é o instrumento da gestão do SUS, do âmbito do planejamento, conforme item IV do art. 4º da Lei Nº 8.142/90, referenciado também na Lei Complementar 141/2012 e Portaria 575/2012 do Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do dia 30 de Maio de 2014.

RESOLVE:

Art.1º SARGSUS - Relatório de Gestão - Período 2013;

Art.2º Relatório Detalhado do Quadrimestre anterior - RDQA - período de Janeiro a Abril de 2013, período de Maio a Agosto de 2013 e período de Setembro a Dezembro de 2013.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de 03 de Junho de 2014.

Registrada, Publicada, CUMpra-SE.

IBIAM-SC 02 de Junho de 2014.
LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
Secretário Municipal de Saúde e/ou Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal de Ibiam

Imbituba

PREFEITURA

Processo Seletivo Simplificado Edital PMI/Cersp/Pss Semusa 09/2014 Lista Final

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTOS	Nº
MARIA APARECIDA GIL	04/09/1968	03	7732/2014
SABRINA TEREZA DA ROSA	24/05/1980	03	7716/2014
KELLY SILVEIRA MA-NOEL	06/09/1991	00	8028/2014

Homologação Processo Seletivo Simplificado Edital PMI/Cersp/Pss/Semusa 09/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERP/PSS/SEMUSA N.º 09/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Leis n.º(s) 1.144, e Lei Complementar n.º 3.135/2007; 3.330/2008; 3436/2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERPSP HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERPSP/PSS/SEMUSA N.º 09/2014. Determina, por sua vez, a publicação no DOM - Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 03 de junho de 2014.
JAISON CARDOSO
Prefeito Municipal

Portaria PMI/DGP Nº 230/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 230, de 02 de junho de 2014.
Dispõe sobre a Demissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 03 de maio de 2010, através do Processo Seletivo Público Edital - 02/2009 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 163, de 06 de maio de 2010, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Teresinha Rodrigues Kaleski Cardoso Schereder	Agente Comunitário de Saúde - 40h	027.426.929-59	02/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 02 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 231/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 231, de 02 de junho de 2014.
Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 19 de fevereiro de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Francielle Nunes Mendes	Professora II - 20h	072.880.599-52	02/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 02 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 232/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 232, de 02 de junho de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Adriana Pacheco Alves Pires	Agente Comunitário de Saúde	041.679.339-85	28/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública (Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 233/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 233, de 02 de junho de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Professora de Educação Física - NASF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Francielle Nunes Mendes	Professora de Educação Física NASF	072.880.599-52	03/06/2014

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, em substituição da servidora Thais Gonçalves Mendes, Professora de Educação Física - NASF, matrícula nº 6282, inscrita no CPF sob o nº 062.634.089-60, que encontra-se afastada em Licença-Maternidade, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até o retorno da servidora titular.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública (Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 234/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 234, de 02 de junho de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, o abaixo relacionado, admitido em 17 de março de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Bernardo Gutierrez Lindenbaum	Professor I - 40h	803.421.400-00	26/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 02 de junho de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública (Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 235/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 235, de 02 de junho de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Supervisora de Creches Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARLISE ANTUNES DE CARVALHO, brasileira, Professora III - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 754.563.899-91, para exercer o cargo de Supervisora de Creches Municipais junto a Secretaria Municipal de Educação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, I da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de maio de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de junho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 236/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 236, de 02 de junho de 2014.
Dispõe sobre a exoneração do cargo de Gerente de Programas e Ações Estratégicas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DENISE SILVA MAISTO, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 335.157.190-91, do cargo de Gerente de Programas e Ações Estratégicas junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 31 de maio de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de junho de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 237/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 237, de 02 de junho de 2014.
Dispõe sobre a nomeação de Gerente de Programas e Ações Estratégicas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GLICÉLIA CAMPOS DA ROCHA SPECK, brasileira, Enfermeira, inscrita no CPF sob o n.º 027.496.929-70, para exercer o cargo de Gerente de Programas e Ações Estratégicas junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco

por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, II da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de junho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de junho de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 238/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 238, de 02 de junho de 2014.
Dispõe sobre a nomeação de Gerente do Centro Multimeios Usina do Saber, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DENISE SILVA MAISTO, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 335.157.190-91, para exercer o cargo de Gerente do Centro Multimeios Usina do Saber, junto a Secretaria Municipal de Cultura, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, II da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de junho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de junho de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Edital SEAGP Nº 088/2014

EDITAL SEAGP Nº 088/2014
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO Nº 004/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 004/2014, de 26 de março de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014, de 04 de abril de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 02 de junho de 2014 a 01 de julho de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba 02 de junho de 2014.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente De Gestão De Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 088/2014
Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde-Área 15
ABIGAIR TRIETRO DE CARVALHO

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria CMI Nº 16/2014**

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Imbituba

PORTARIA CMI nº 16/2014

"Altera a Designação de Erica Batista Pitigliani para exercer o Cargo em Comissão de Assessora Jurídica da Presidência"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Alterar a nomeação, efetuada através da Portaria CMI nº 026/2011, de 16 de Fevereiro de 2011, a Sra. Erica Batista Pitigliani, brasileira, casada, RG nº 20044108 SSP/SC e CPF nº 671.517.879-87, residente e domiciliada na Rua Rozendo Isidoro de Freitas, 44, bairro Paes Leme, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessora Jurídica, para o cargo de provimento em comissão de Assessora Jurídica da Presidência da Câmara Municipal de Imbituba, na forma do art. 18 e Anexo I, da Lei Complementar nº 1.145/91, de 15 de maio de 1991, com nova redação dada pelos art. 3 da Lei Complementar nº 3.451, de 04 de fevereiro de 2009.

Imbituba, 30 de maio de 2014.
Luís Antônio Dutra
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 30/05/2014.

Portaria CMI Nº 17/2014

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Imbituba

PORTARIA CMI nº 17/2014

"Altera a Designação de Pierre Vieira Roussenq para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Jurídico da Presidência"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Alterar a nomeação, efetuada através da Portaria CMI nº 041/2013, de 02 de maio de 2013, o Sr. Pierre Vieira Roussenq, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 30819, portador da Carteira de Identidade nº 4.159.577, SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 064.658.789-76, residente e domiciliado na Rua Pedro Bittencourt nº 133, Edifício Solar apto 202, bairro Vila Nova, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, para o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico da Presidência da Câmara Municipal de Imbituba, na forma do art. 18 e Anexo I, da Lei Complementar nº 1.145/91, de 15 de maio de 1991, com nova redação dada pelos art. 3 da Lei Complementar nº 3.451, de 04 de fevereiro de 2009.

Imbituba, 30 de maio de 2014.
Luís Antônio Dutra
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 30/05/2014.

Portaria CMI Nº 18/2014

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Imbituba

PORTARIA CMI nº 18/2014

“Altera a Designação de Anny Caroline Siqueira de Carvalho para exercer o Cargo em Comissão de Assessora de Relações Institucionais”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Alterar a nomeação, efetuada através da Portaria CMI nº 054/2013, de 20 de maio de 2013, a Sra. Anny Caroline Siqueira de Carvalho, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.841.938 SSP/PB, inscrita no CPF sob o nº 076.919.484-25, residente e domiciliada na R. 00007, nº 406, Divinéia, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessora de Comunicação, para o cargo de provimento em comissão de Assessora de Relações Institucionais da Câmara Municipal de Imbituba, na forma do art. 18 e Anexo I, da Lei Complementar nº 1.145/91, de 15 de maio de 1991, com nova redação dada pelos art. 3 da Lei Complementar nº 3.451, de 04 de fevereiro de 2009.

Imbituba, 30 de maio de 2014.
Luís Antônio Dutra
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 30/05/2014.

Portaria CMI Nº 19/2014

PORTARIA CMI Nº 19/2014

“Exonera Maycon Gonçalves de Souza do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Exonera, a partir do dia 02 de Junho de 2014, o Sr. Maycon Gonçalves de Souza, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 5.315.743-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 092.911.339-06, residente e domiciliado na Rua Pedro Antônio Gonçalves, nº 173, bairro Vila Nova, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar.

Imbituba (SC), em 30 de Maio de 2014.
Luís Antônio Dutra
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 30/05/2014.

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto Nº.2063/2014 de 02 de Junho de 2014.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - S/C, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 20 de Junho de 2014, exceto Creche municipal e Núcleos Municipais.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário o presente decreto produzirá efeitos a partir de 02 de Junho de 2014.

Ipumirim, 02 de Junho de 2014.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 12/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 12/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2014, Processo de Licitação nº 8/2014, homologado em 21 de maio de 2014.

Objeto: Locação de imóvel residencial mobiliado, para ocupação imediata, localizado na área central da cidade de Ipumirim-SC, com área de aproximadamente 120, 00 m² (cento e vinte metros quadrados), para o exercício de 2014.

Valor: R\$ 6.300,00 (Seis Mil Trezentos Reais)

Assinatura: 22/05/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: ANDERSON LIBANO CORRETOR DE IMÓVEIS- CRECI/SC 15.2, situada na AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 537, Bairro: CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 046.052.309-04.

Decreto N. 2.064 de 02 de Junho de 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 750.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do

artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 116, Projeto 1.021 - Estruturação e modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0023, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 750.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 750.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0023 - Recursos Convênio Estado Educação, relativos ao termo de repasse nº 1389/2014 assinado com o Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 200.000,00.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0023 - Recursos Convênio Estado Educação, relativos ao termo de repasse nº 1056/2014 assinado com o Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 550.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 750.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 02 de junho de 2.014.

Ipumirim-SC, 02 de junho de 2.014
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 014/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 014/2014
Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada - Clínica Dr. Herzog - Otorrinolaringologia, Medicina do Trabalho e Psicologia Ltda - ME
Objeto - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MEDICO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE OTORRINOLARINGOLOGIA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO.

Valor - R\$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais).

Vigência - 27/05/2014 a 26/05/2015.

Base Legal - Processo Licitatório nº 14/2014 - Inexigibilidade nº 03/2014.

Lei nº 8.666/93 consolidada.

FRANCISCO ERALDO KONKOL
Responsável Interino do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato de Homologação Processo 03/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: Clínica Dr. Herzog - Otorrinolaringologia, Medicina do Trabalho e Psicologia Ltda - ME.

Irineópolis, 27 de maio de 2014.
FRANCISCO ERALDO KONKOL
Responsável Interino do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato do Processo Licitatorio 38/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 38/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 24 de junho de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 9.666/93, visando a CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVENCIA DO IDOSO, COM AREA DE 203M², DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das

08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 02 de junho de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá**PREFEITURA****Aviso de Processo Licitatório Nº 029/2014, Concorrência Nº 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2014
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Concorrência Pública, no dia 07 de Julho de 2014, para concessão não remunerada de incentivos econômicos, através da Cessão do Direito Real de Uso de bens públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a implantação ou ampliação no Município de unidade produtiva, pelo prazo de 10 (dez) anos. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 07 de Julho de 2014 e abertas as 09h00min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9543 e 9508.

Itá SC, 02 de Junho de 2014.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Aviso de Processo Licitatório Nº 030/2014, Tomada de Preço Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2014
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 23 de junho de 2014, visando a contratação de empresa para ampliação e reforma do Terminal Rodoviário Municipal, de acordo com os projetos e memorial descritivo anexo ao Edital. As propostas serão recebidas até às 17h30min do dia 18 de junho de 2014 e abertas as 08h30min do dia 23 de junho de 2014. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508 ou 9528.

Itá SC., 02 de Junho de 2014.
Leide Mara Bender
Prefeita Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Inexigibilidade de Licitação Nº 1/2014

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAIÓPOLIS - Processo Licitatório nº 4/2014 - Inexigibilidade de Licitação nº 1/2014. Objeto: aquisição de 8.600 exemplares de jornais, para realização de campanhas, com o tema "Combate ao Trabalho Infantil". Empresa: Editora Amigos da Natureza Ltda. VALOR GLOBAL: R\$ 16.890,00. PRAZO DE ENTREGA: até 5 (cinco) dias. Fundamentação Legal: artigo 25, inciso I da Lei 8666/93.

Itaiópolis, 30/05/2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 04/2014

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 04/2014. Processo Licitatório nº 17/2014. Pregão Presencial Nº 05/2014. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Materiais de Escritório e de Expediente para a Secretaria Municipal de Saúde e ESF's da SMS. Empresa Teell Técnica e Equipamentos p/ Escritório Leite Ltda, Itens: 1, 2, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 18, 19, 24, 26, 35, 50, 52, 53, 54, 56, 63, 74, 81, 94, 95, 100, 101, 103, 104, 110 e 112, R\$ 11.257,65; Empresa Máxima Papelaria Eireli, itens: 20, 21, 51, 71, 88, 96, e 115, R\$ 1.183,50; Empresa Papelaria São Bento Ltda-ME, itens: 3, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 46, 47, 49, 73, 77, 78, 79, 92, 98, 106, 107, 109, 111 e 113, R\$ 9.340,25; Empresa Elmo Papelaria Ltda -ME itens: 12, 25, 29, 30, 31, 34, 45, 48, 57, 58, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 91, 97, 102 e 117, R\$ 33.643,50; Empresa Blu Distribuidora de Papelaria Eireli - ME, itens 5, 6, 7, 13, 17, 22, 27, 32, 33, 41, 55, 61, 64, 65, 75, 76, 82, 83, 84, 87, 93, 105 e 116, R\$ 4.947,10; Empresa Blunac Distribuidora Eireli - ME, itens: 28, 85, 86, 89, 90 e 114, R\$ 1.812,00; Empresas Bozzano e Bozzano, itens: 23, 60, 62, 99 e 108, R\$ 1.432,60 e Empresa Enia do Rocio Mendes de Moura - ME, itens: 4, 8, 43, 44, 59 e 80, R\$ 2.562,50. Vigência: 29 de maio de 2015.

Itaiópolis, 02 de junho de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Portaria Nº 137/2014

Portaria nº 137 de 2 de junho de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de junho de 2014, Marilusa Bitencourt, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Servente, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 585 classe A-03.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 138/2014

Portaria nº 138 de 2 de junho de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de junho de 2014, Franciele Hickmann Jaehn, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 512 classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 139/2014

Portaria nº 139 de 2 de junho de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de junho de 2014, Jorge Oswald, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Eletricista, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 001/2010, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 510 classe A-02.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 140/2014

Portaria nº 140 de 2 de junho de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 2 de junho de 2014, Noeli Mueller Reis, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Servente, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 585 classe A-03.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 2 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Licitação Nº 88/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 88/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 88/2014, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada de utensílios, equipamentos e outros materiais destinados para as creches, escolas municipais e as diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 17 de junho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 02 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Licitação Nº89/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 89/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 89/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada, para execução parcelada, de serviços de limpeza e desinfecção de caixas de água, para atender as necessidades do setor de saneamento, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 18 de junho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 02 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Licitação Nº 90/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 90/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 90/2014, cujo objeto é a contratação de laboratório especializado para realização de análises de água de amostras e coletas nas estações de tratamento de água ao consumo humano, em atendimento a portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 18 de junho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 02 de junho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Aviso de Alteração de Edital E de Reabertura de Prazo- Pregão Nº 35/2014

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E DE REABERTURA DE PRAZO

Ref: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 - PROCESSO Nº 64/2014
- Objeto: Aquisição de 01 (uma) máquina de demarcação viária horizontal (pintura a frio), conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

Em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, o Município de Itapoá torna público, as alterações promovidas no edital de Pregão nº 35/2014, em virtude do recurso impetrado pela empresa: PARTICIPA EQUIPAMENTOS E SERVIÇO EIRELLI-EPP, Protocolo nº 2333/2014, julgado provido, que culminou na presente errata, alterando os seguintes itens:

AONDE CONSTA

13. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

13.1.1.2. Certificado de Registro da Marca do Equipamento no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).

ANEXO V - TERMO DE REFERENCIA - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Máx. Unit. R\$	Valor Máx. Total R\$
1	MÁQUINA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL - para pintura a frio de faixas; guias de sarjetas; postes; zebraados; faixas de pedestres; setas; legendas, etc..., totalmente nova e com as devidas garantias, dotada de pistolas mecânica, manual e espalhadores de micro-esfera. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: -Pistola manual longa: corpo da pistola fabricada em plástico de engenharia e tubulação em inox duplo estágio um para Ar e um para Tinta, com bico para pintura em RCC e tungstênio temperado para alta resistência à abrasão. Cabo longo mínimo 550 mm.	1		125.166,00	125.166,00
VALOR TOTAL					125.166,00

PASSA A VIGORAR:

13. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

13.1.1.2. SUPRIMIDO

ANEXO V - TERMO DE REFERENCIA - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Máx. Unit. R\$	Valor Máx. Total R\$
1	MÁQUINA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL - para pintura a frio de faixas; guias de sarjetas; postes; zebraados; faixas de pedestres; setas; legendas, etc..., totalmente nova e com as devidas garantias, dotada de pistolas mecânica, manual e espalhadores de micro-esfera. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: -Pistola manual longa: corpo da pistola fabricada em plástico de engenharia ou aço inox e alumínio e tubulação em inox duplo estágio um para Ar e um para Tinta, com bico para pintura em RCC e tungstênio temperado para alta resistência à abrasão. Cabo longo mínimo 550 mm.	1		125.166,00	125.166,00
VALOR TOTAL					125.166,00

Os envelopes com as propostas e documentos de habilitação devem ser protocolados impreterivelmente até as 10h:30min do dia 13 de junho de 2014 no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá. O Município não se responsabiliza por envelopes protocolados fora do prazo, sendo inabilitadas de pronto as licitantes que perderem o horário de recebimento do protocolo, conforme edital.

Às 11h:00min do dia 13/06/2014, a sessão de abertura dos envelopes de habilitação e proposta.

Itapoá, 02 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Tomada de Preço Nº 08/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 18/06/2014 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 08/2014 - Processo nº82/2014, para a Contratação de empresa para prestação serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá aos Hospitais, clínicas e Postos de Saúde de Joinville, conforme determinação da Secretaria de Saúde, e especificações constantes no Anexo I do edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O

horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 02 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

Pregão Nº 43/2014- Registro de Preço Nº 18/2014-Processo Nº 79/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2014
PROCESSO Nº 79/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até as 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 17/06/2014, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de material de expediente para uso das Secretarias de Administração e Finanças e Secretaria de Saúde, conforme anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 02 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA IZABEL BLANSKI
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CRISTIAN ANGELO GRASSI
SECRETÁRIO DE SAÚDE

Pregão Nº 45.2014-Gêneros Alimentícios-CRAS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº45/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2014
PROCESSO Nº81/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 23/06/2014, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com

credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção do Abrigo Provisório, Pastoral da Criança, CRAS, Conselhos, Suplemento alimentar, Projeto geração de renda, Projeto de Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculo, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 02 de junho de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA
SECRETÁRIA DO BEM ESTAR SOCIAL

Ituporanga

PREFEITURA

Edital 007

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 007/2014

O Prefeito de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso III do Artigo 145 da Constituição Federal, com os Artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional e com o Código Tributário Municipal, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa e, principalmente, aos proprietários e/ou possuidores do domínio ou posse dos imóveis beneficiados por obras de engenharia, que a Secretaria Municipal de Urbanismo construirá diretamente ou através de empresa(s) vencedora(s) de licitação pública, a cobrança de Contribuição de Melhoria, conforme descrito a seguir.

I - Descrição e finalidade da obra

Constitui objeto do presente Edital de Contribuição de Melhoria a pavimentação e drenagem pluvial da Rua Duque de Caxias, situada no Bairro Vila Nova, tendo como beneficiários os imóveis ali circunscritos.

II - Delimitação das áreas e zonas de influências

A área de influência está compreendida pelo conjunto dos imóveis cujas testadas estejam na Rua Duque de Caxias no trecho entre a Rua Leonel Thiesen até o imóvel da Associação Regional de Policiais Civis - 21º ARPOC., situada no Bairro Vila Nova, Ituporanga/SC.

III - Memorial Descritivo do Projeto

O Memorial Descritivo faz parte do Anexo I deste edital.

IV - Orçamento do custo da obra

A obra está orçada em R\$ 313.360,54 e a descrição pormenorizada encontra-se no Anexo II deste Edital.

Havendo fato superveniente que altere o custo final das obras, o mesmo será publicado informando os motivos, bem como os novos cálculos decorrentes da alteração.

V - Determinação do custo da obra a ser ressarcida pela CM

O Município participará com 70% do custo da obra, e os moradores beneficiados com 30% do referido valor.

VI - Da contribuição de melhoria

A contribuição de melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, previsto no artigo 8º da Lei nº 24, de 14/12/2009, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência, proporcionalmente à

valorização adquirida por cada um dos imóveis beneficiados, de acordo com a seguinte equação:

$$Vcm = Vdo - Vao$$

Onde Vcm = valor da contribuição de melhoria

Vdo = valor do imóvel depois da obra

Vao = Valor do imóvel antes da obra

A determinação da Contribuição de Melhoria (Vcm) de cada imóvel será feita conforme previsão do artigo 7º, § 1º da Lei Complementar nº 027/2009, após a conclusão da obra.

VII - Determinação do Fator de Absorção

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

VIII - Lançamento e Parcelamento

Ao final de todas as obras, ou de parte delas desde que possibilite a cobrança, e após a apuração conclusiva do Valor de Contribuição de Melhoria - Vcm, a Secretaria da Fazenda republicará os dados que julgar necessários e, respeitados os prazos legais constantes do Código Tributário Municipal para impugnação, o crédito decorrente da Contribuição de Melhoria será constituído mediante lançamento feito pelo Secretário da Fazenda em nome do sujeito passivo constante no Cadastro Imobiliário do Município.

O pagamento da Contribuição de Melhoria poderá ser feito à vista ou parcelado.

IX - Impugnação aos Elementos do Edital

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados pelas obras de que trata o presente Edital têm o prazo de 30 dias, a contar da data de publicação, para apresentar impugnação de quaisquer elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Planejamento, durante o horário normal de atendimento, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida ao Secretário de Planejamento, através de petição que servirá para o início de processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e área de influência do benefício.

X - Disposições Finais

Mais informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal do Planejamento, durante o horário normal de atendimento.

Ituporanga, 30 de maio de 2014.

Arno Alex Zimmermann Filho

Prefeito de Ituporanga

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.584 de 28 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.584 DE 28 DE MAIO DE 2014.

Institui o Programa de Melhoria da Qualidade dos Dados Cadastrais dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, determina a utilização do Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social (SIPREV).

O prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições conferidas por Lei. DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Melhoria da Qualidade dos Dados dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, relativo aos Poderes Executivo e Legislativo, que implementará o carregamento e manutenção de Banco de Dados do Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS), composto pelas aplicações Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social (SIPREV/Gestão), protocolado no INPI em segunda fase, a partir das novas ações implementadas sob protocolo: 0000271206909618; Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Próprios de Previdência Social - CNIS/RPPS a ser carregado por força no art. 3º da Lei 10.887/2004 e o INFORME/CNIS/RPPS que fornecerá a esta Administração informações gerenciais decorrentes do tratamento dos dados deste RPPS e cruzamento destes com dados de outros sistemas, principalmente os administrados pelo Ministério da Previdência Social.

Art. 2º Fica obrigatória a utilização do SIPREV/Gestão como banco de dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores públicos do Município de Joaçaba, podendo tal sistema ser utilizado simultaneamente com outros sistemas de gestão de pessoal.

Art. 3º O Programa será desenvolvido sob as seguintes diretrizes:

- I - integração de sistemas e bases de dados;
- II - melhoria substancial da qualidade dos dados dos servidores públicos objetivando a efetivação de avaliação atuarial fundamentada em base cadastral atualizada, completa e consistente e a garantia na agilidade da concessão de aposentadoria e pensão;
- III - inclusão dos dados cadastrais, previdenciários, funcionais e financeiros no SIPREV/Gestão de forma progressiva;
- IV - realização de censo previdenciário utilizando a aplicação SIPREV/Gestão;
- V - validação dos dados no SIPREV/Gestão e transmissão para o CNIS/RPPS;
- VI - tratamento das informações retornadas em forma de relatórios gerenciais via INFORME/CNIS/RPPS; e
- VII - ampliação do movimento da qualidade e produtividade no setor público.

Art. 4º Fica constituída a Comissão Especial constante no Anexo I deste Decreto para a implementação do Programa, ao qual competirá:

- I - proceder à atualização, depuração e adequação dos dados cadastrais, funcionais, previdenciários e financeiros dos segurados do RPPS Municipal, possibilitando, inclusive, o cruzamento das bases de dados entre os demais entes federativos e daquelas administradas pelo Ministério da Previdência Social viabilizando a identificação de óbitos, de vínculos e de benefícios recebidos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bem como o levantamento de todas as remunerações visando à observância dos limites remuneratórios previstos na legislação;
- II - utilizar como banco de dados de nível local o SIPREV/Gestão, promovendo a validação dos dados, inclusive para possibilitar a manutenção do banco de dados de nível nacional - CNIS/RPPS -, que em breve passará a ser de alimentação obrigatória pelos entes federativos em cumprimento à Lei nº 10.887, de 2004.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 28 de maio de 2014.

RAFAEL LASKE
Prefeito Municipal

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Presidente do IMPRES

ANEXO I

COMISSÃO ESPECIAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DOS DADOS CADASTRAIS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, PREVISTA NO ART. 4º DESTE DECRETO.

Nome	Cargo	Função na Comissão	Lotação
Elisabet Maria Zanela Sartori	Diretora-Presidente IMPRES	Presidente	SIMAE
Patrícia Callegari Warken	Contadora	Membro	SIMAE
Eliane Ceron Vier	Escriturária	Membro	SIMAE
Juliana Dartora Besbatti	Técnica em Administração	Membro	Prefeitura
Vania Brandalize	Advogada	Membro	Prefeitura
Francieli Guaragni Fiorin	Auxiliar Administrativa	Membro	Prefeitura
Tatiana Beal Dariva Comin	Técnica em Administração	Membro	Prefeitura
Luiz Vaccari	Técnico em Administração	Membro	Prefeitura

Decreto Nº 4.585 de 28 de Maio de 2014

DECRETO Nº 4.585 DE 28 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 16 da Lei Municipal 4.439 de 20/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 62.377,14 (sessenta e dois mil trezentos e setenta e sete reais e quatorze centavos), provenientes do superávit do exercício anterior dos recursos ordinários do município:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade orçamentária: 01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA Proj./Atividade 2.088 MANUTENÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.03 - 6

Valor: R\$ 62.377,14

Art. 2º (Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 28 de maio de 2014.

RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.586 de 28 de Maio de 2014

DECRETO Nº 4.586 DE 28 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15 incisos I e II da Lei Municipal 4.439 de 20/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 38.600,00 (trinta e oito mil e seiscentos reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, que será proveniente do provável excesso de arrecadação de recursos vinculados de Abrigo municípios:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.113 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE - ABRIGO
Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.053.0 - 67
Valor: R\$ 21.660,00

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.053.0 - 68
Valor: R\$ 16.940,00

Art. 2º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.101 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.063.0 - 30
Valor: R\$ 8.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior, será proveniente da anulação da dotação abaixo relacionada:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade orçamentária: 16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.101 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.063.0 - 32
Valor: R\$ 8.000,00

Art. 3º (Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 28 de maio de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato de Termo de Convênio Nº 01/2014 - FIA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2014 - FIA
CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),
CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO JOAÇABENSE DE VOLEIBOL - AJOV

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTES CONVÊNIO, CUJA

FINALIDADE É O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 15.974,50 (QUINZE MIL NOVECENTOS SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), EM PARCELAS MENSIS DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTES CONVÊNIO.

ORGÃO 17: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.243.0004

ATIVIDADE: 2.088 - MANUTENÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 4.4.50.00.00.00.00.00.0.3.000

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE QUATRO MESES.

JOAÇABA-SC, 28 DE MAIO DE 2014.

RAFAEL LASKE
PREFEITO

LUIZ CARLOS PEREIRA
PRESIDENTE

Extrato de Termo de Convênio Nº 02/2014 - FIA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2014 - FIA
CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),
CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA - APAE

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTES CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 11.500,00 (ONZE MIL E QUINHENTOS REAIS), EM PARCELA ÚNICA DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTES CONVÊNIO.

ORGÃO 17: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.243.0004

ATIVIDADE: 2.088 - MANUTENÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 4.4.50.00.00.00.00.00.0.3.000

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE SESSENTA DIAS.

JOAÇABA-SC, 28 DE MAIO DE 2014.

RAFAEL LASKE
PREFEITO

WALDEMAR RONSSEM JUNIOR
PRESIDENTE

Extrato de Termo de Convênio Nº 03/2014 - FIA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2014 - FIA

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),
CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA - APAE

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 8.788,50 (OITO MIL SETECENTOS OITENTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), EM PARCELA ÚNICA DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO.

ORGÃO 17: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.243.0004

ATIVIDADE: 2.088 - MANUTENÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 4.4.50.00.00.00.00.0.3.000

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE SESSENTA DIAS.

JOAÇABA-SC, 28 DE MAIO DE 2014.

RAFAEL LASKE
PREFEITOWALDEMAR RONSSEM JUNIOR
PRESIDENTE**Extrato de Termo de Convênio Nº 04/2014 - FIA**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2014 - FIA

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),
CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA - APAE

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 13.600,00 (TREZE MIL E SEISCENTOS REAIS), EM PARCELA ÚNICA DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO.

ORGÃO 17: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.243.0004

ATIVIDADE: 2.088 - MANUTENÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 4.4.50.00.00.00.00.0.3.000

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE SESSENTA DIAS.

JOAÇABA-SC, 28 DE MAIO DE 2014.

RAFAEL LASKE
PREFEITOWALDEMAR RONSSEM JUNIOR
PRESIDENTE**Extrato de Termo de Convênio Nº 05/2014 - FIA**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2014 - FIA

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),
CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO PRÓ TÊNIS DE MESA

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), EM PARCELA ÚNICA DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO.

ORGÃO 17: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.243.0004

ATIVIDADE: 2.088 - MANUTENÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 4.4.50.00.00.00.00.0.3.000

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE SESSENTA DIAS.

JOAÇABA-SC, 28 DE MAIO DE 2014.

RAFAEL LASKE
PREFEITOUBIRATÃ DURANT GONZALES
PRESIDENTE**Extrato de Termo de Convênio Nº 06/2014 - FIA**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2014 - FIA

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),
CONVENIADO: CRECHE IRMÃ SHEILA

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 20.439,84 (VINTE MIL QUATROCENTOS TRINTA E NOVE REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), EM PARCELAS MENSIS DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO.

ORGÃO 17: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.243.0004

ATIVIDADE: 2.088 - MANUTENÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 4.4.50.00.00.00.00.0.3.000

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE OITO MESES.

JOAÇABA-SC, 28 DE MAIO DE 2014.

RAFAEL LASKE LEOVANE DA SILVA ASSANDRI
PREFEITO PRESIDENTE

Extrato de Termo de Convênio Nº 07/2014 - FIA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2014 - FIA

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),

CONVENIADO: NSTITUTO UNIMED SANTA CATARINA

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 5.336,20 (CINCO MIL TREZENTOS TRINTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS), EM PARCELAS MENSAIS DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO.

ORGÃO 17: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.243.0004

ATIVIDADE: 2.088 - MANUTENÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 4.4.50.00.00.00.00.0.3.000

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE CINCO MESES.

JOAÇABA-SC, 28 DE MAIO DE 2014.

RAFAEL LASKE LUIZ ANTONIO DECZKA
PREFEITO PRESIDENTE

Extrato de Termo de Convênio Nº 08/2014 - FIA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 08/2014 - FIA

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),

CONVENIADO: SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA DE JOAÇABA E HERVAL D'OESTE - SCAJHO

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 17.138,10 (DEZESSETE MIL CENTO TRINTA E OITO REAIS E

DEZ CENTAVOS), EM PARCELA ÚNICA DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO.

ORGÃO 17: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE 01: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.243.0004

ATIVIDADE: 2.088 - MANUTENÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 4.4.50.00.00.00.00.0.3.000

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE SESSENTA DIAS.

JOAÇABA-SC, 28 DE MAIO DE 2014.

RAFAEL LASKE NEIRON LUIZ DE CARVALHO
PREFEITO PRESIDENTE

Ordem de Serviço Nº235/2014 - Recebida Em 26/05/20145

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 235/2014

Autorizo por meio desta, a empresa CONSTRULACER - COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA, CNPJ/MF nº 06.123.883/0001-03 a execução dos serviços com fornecimento do material e equipamentos necessários para a construção de edificação destinada à instalação de uma Unidade Básica de Saúde, na Estrada Municipal Orestes Genuíno Grando, bairro São Brás, neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 14/2014/FMS - Edital TP nº 1/2014/FMS, homologado em 26/05/2014. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 477.699,31 (Quatrocentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 54/2014/FMS de 26 de maio de 2014. O prazo de vigência é de até 7 (sete) meses contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço. Joaçaba (SC), 26 de maio de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____

RAFAEL LASKE
Prefeito

Contratada: CONSTRULACER - COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA

Representante: ELSON LEONI CHAVES

Assinatura e carimbo _____
CPF: 705.394.649-53

RECEBI EM ____/____/____

OBS: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

Decreto Nº 4.587 de 30 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.587 DE 30 DE MAIO DE 2014.

ALTERA O DECRETO N. 2.920/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições conferidas por Lei. DECRETA:

Art. 1º O art. 9º do Decreto n. 2.920/2007 passa a ter a seguinte redação:

Art. 9º - As perícias médicas destinadas a comprovar a invalidez total e permanente do servidor, impossibilitada a readaptação, serão realizadas por JMO constituída de, no mínimo 03 (três) médicos, embasado em laudo de médico especialista na enfermidade preponderante que acomete o servidor.

§ 1º. A responsabilidade pela realização da perícia de verificação da incapacidade total e permanente será do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES.

§ 2º Caso a JMO oficial reconhecer a incapacidade temporária ou parcial, emitirá laudo, o qual será aceito pelo Município.

Art. 2º O art. 41 do Decreto n. 2.920/2007 passa a ter a seguinte redação:

Art. 41 - Os custos dos exames necessários para a perícia médica serão suportados pela Unidade Gestora na forma estabelecida neste Decreto. As perícias previstas no art. 9º deste decreto serão suportadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES.

Art. 3º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 30 de maio de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.588 de 30 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.588 de 30 de MAIO de 2014.

"SUBSTITUI SERVIDOR PARA COMPOR O SERVIÇO ADMINISTRATIVO DO FUNREBOM, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a servidora SIMONE MARTINS DE JESUS NISSOLA, pelo servidor ADONES MARCIANO, para a função de Contador, de que trata a Lei Nº 1.291 de 22.12.1986 e alterações e o Decreto nº 3.378/09.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 30 de maio de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria N.º 2663

PORTARIA Nº 2.663 DE 02 DE JUNHO DE 2014

"RETIFICAR PORTARIA N.º 2.626/2014".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 2.626/2014 na qual EXONERAR o(a) Servidor(a) MARIA CRISTINA FRANÇA ANTUNES, Professor Pós Graduado Nível II (Mestrado), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação - Centro de Educação Frei Bruno, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014.

Onde lê-se: EXONERAR o(a) Servidor(a) MARIA CRISTINA FRANÇA ANTUNES, Professor Pós Graduado Nível II (Mestrado), Leia-se: EXONERAR A PEDIDO o(a) Servidor(a) MARIA CRISTINA FRANÇA ANTUNES, Professor Pós Graduado Nível II (Mestrado), conforme pedido protocolado sob n.º 134.348 de 20 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 26 de maio de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de junho de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2664

PORTARIA Nº 2.664 DE 02 DE JUNHO DE 2014

"RETIFICAR PORTARIA N.º 2.630/2014".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 2.630/2014 na qual EXONERAR o(a) Servidor(a) CRISTIANE GODOY MARCA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação - Centro de Educação Frei Bruno, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014..

Onde lê-se: EXONERAR o(a) Servidor(a) CRISTIANE GODOY MARCA, Professor Nível II (Pós Graduação), Leia-se: EXONERAR A PEDIDO o(a) Servidor(a) CRISTIANE GODOY MARCA, Professor Nível II (Pós Graduação), conforme pedido protocolado sob n.º 134.357 de 20 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 26 de maio de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de junho de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2665

PORTARIA Nº 2.665 DE 02 DE JUNHO DE 2014
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. RICARDO FELIPE MASSIGNANI para acompanhar e fiscalizar os contratos nº 174/2014/PMJ de 28 de maio de 2014, proveniente do Processo de Licitação nº 40/2014/PMJ - Tomada de Preço nº 02/2014/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei nº 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 02 de junho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2666

PORTARIA Nº 2.666 DE 02 DE JUNHO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) ALESSANDRO RAMOS ARRUDA, Diretor de Engenharia, Obras e Urbanismo, nível CC-2, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 02 de junho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2667

PORTARIA Nº 2.667 DE 02 DE JUNHO DE 2014

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) JESSICA APARECIDA BOFF durante o período de 02 de junho de 2014 a 01 de dezembro de 2014, para exercer as funções de ENFERMEIRO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo nº 04/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de junho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Homologação dos Classificados Processo Seletivo SAMU Nº 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MEMORANDO INTERNO Nº 287/2014

SECRETARIA DE SAÚDE SETOR RH
HOMOLOGAÇÃO DOS CLASSIFICADOS
PROCESSO SELETIVO SAMU Nº 005/2014

PARA: DEPARTAMENTO PESSOAL - PMJ
JOAÇABA - SC, 27 de maio de 2014.

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, por meio do setor de Recursos Humanos, COMUNICA a nomeação da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado para o SAMU, designando as seguintes servidoras:

- Desiree Aparecida Pino Gomes;
- Paula Giovana Kleber;
- Marcia Maria Zimmermann Magro;
- Marcella de Mattos.

Sendo assim, a comissão julgadora do edital FMS nº 005/2014, por meio deste atesta a entrega da documentação avaliada dos participantes e descreve abaixo o resultado parcial.

Sem a interposição de recursos no prazo determinado de 48h após a publicação desta pré-homologação de classificação, considera-se esta a homologação final.

Ambas as desclassificações se deram pelo mesmo requisito, o não alcance da pontuação mínima (5 pontos).

MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	OBS
0004	EDUARDO CAVALLI	9,0	1º LUGAR
0001	JORGE ANDRE ROBAERT	8,0	2º LUGAR
0009	MARCIO LUCIANO VIANA	7,0	3º LUGAR
0007	VALMOR LOURENÇO	6,2	4º LUGAR
0005	SOLANO KOZLINSKI DO PRADO	5,8	5º LUGAR
0003	CLODOMAR NATAL CASARIM	5,0	6º LUGAR
0002	ADILSON LEANDRO DE SOUZA	*	Desclassificado
0006	VALMIR PRATTO	*	Desclassificado
0008	JALCEMIR DANIELESKI	*	Desclassificado

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	OBS
0010	FRANCIELI FRAZÃO DA SILVA	7,0	1º LUGAR
0001	MARIA DE FATIMA MARTINAZZO	7,0	2º LUGAR
0004	JUCELI BONAMIGO	6,0	3º LUGAR
0008	JORGE ANDRE ROBAERT	6,0	4º LUGAR
0006	AROVANA CRISTINA MARCON	6,0	5º LUGAR
0009	TEREZINHA APARECIDA DORNELES	5,44	6º LUGAR
0002	MICHEL PAGNO	5,0	7º LUGAR
0003	VERA LUPE ALEXANDRI ROSI	5,0	8º LUGAR
0005	LUIZ FERNANDO FRAGOSO	*	Desclassificado
0007	SILVANA REGINA BUSSACRO	*	Desclassificado

Portanto, solicita-se publicação deste memorando.
Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

PAULA GIOVANA KLEBER
DIRETORA DE SAÚDE

Processo Seletivo Educação - Homologação Preliminar das Inscrições

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
EDITAL Nº 01/2014, de 13 de maio de 2014
PROCESSO SELETIVO
EDITAL 02 - HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito do Município de Joaçaba, do Estado de Santa Catarina, Rafael Laske, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o que segue:

1 - A inexistência de solicitação por parte dos candidatos de atendimento especial para o dia da prova e de comprovação de jurado.

2 - A inexistência de solicitação para homologação de candidatos como portadores de deficiência.

3 - A divulgação, por cargo, da HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo 01/2014, conforme ANEXO I, mediante pagamento do boleto bancário.

4 - A abertura de Período Recursal de dois dias, 04/06 e 05/06, para correção de dados ou contra os itens 1, 2 e 3 deste Edital.

Joaçaba, 03 de junho de 2014.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Rafael Laske
Prefeito Municipal de Joaçaba

ANEXO - HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS INSCRITOS

AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS

	NOME	INSCRIÇÃO	NASCIMENTO
1	ANDRESSA FERNANDA DOS ANJOS	19	23/06/1993
2	ELLEN DIANA DE JESUS LIMA	8	07/12/1991
3	EVA MARIA VIEIRA	10	10/04/1981
4	EVERTON FERNANDO GONÇALVES	16	11/11/1991
5	LUCELIA APARECIDA DE OLIVEIRA	7	03/10/1966
6	LUCIANE APARECIDA EBERT LIMBERGER	17	02/08/1985
7	MARIZA VIEIRA	3	18/03/1983
8	SOLANGE CHAVES	2	01/12/1977

PROFESSOR DE ARTE DE ENSINO FUNDAMENTAL

	NOME	INSCRIÇÃO	NASCIMENTO
1	ANDRESSA STREY	12	11/12/1991
2	ELISA CARMEM RIBEIRO DOS SANTOS	3	04/07/1972
3	FRANCISCO DE ASSIS FORMAIO	10	21/08/1957
4	LENITA LAVRATTI PEREIRA	4	15/11/1967
5	MARIA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	13	10/06/1982
6	NOELI LOURDES BALESTRIN DE-PELEGRIN	1	29/03/1967
7	SABRINA APARECIDA DADALT	15	29/01/1991
8	VIVIAN EMILLI FALLGATTER SILVA	11	24/07/1985
9	VIVIAN PATRÍCIA FLAMIA	14	12/06/1977

PROFESSOR DE CIÊNCIAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

	NOME	INSCRIÇÃO	NASCIMENTO
1	ARIANE ANSCHAU	4	23/08/1991
2	FRANCIELLI MELLO FERRI	2	27/10/1981
3	JULIANA LETICIA DEBERTOLIS CAVALLI	1	14/07/1988
4	LUCIANO PADILHA	12	18/08/1985
5	MARIA REGINA FALCHETTI	8	27/05/1974
6	TAYNA ANDOLFATTO	7	03/09/1993

PROFESSOR DE DANÇA

	NOME	INSCRIÇÃO	NASCIMENTO
1	DEIVED BENTO MORAIS	1	24/05/1992

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ENSINO FUNDAMENTAL

	NOME	INSCRIÇÃO	NASCIMENTO
1	CLAITON ANTONIO PEREIRA	10	18/12/1987

2	DAIANA APARECIDA VALMORBIDA	9	30/05/1985
3	DENILSON SANTOS AMORA	14	19/08/1967
4	EVANDRO ROSSI JUNIOR	12	14/12/1992
5	FABIANO ZARDO	8	22/04/1987
6	JENIFER COLET NASCIMENTO	4	15/08/1993
7	MACKSUEL OSMAR DA SILVA	2	01/05/1988
8	MAIELI DA SILVA AMORA	3	22/10/1989
9	MAURO ESPIT	6	26/04/1968
10	RAFAEL DA ESPADA	13	14/10/1974

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

	NOME	INSCRI- ÇÃO	NASCIMENTO
1	ADRIANA PELENTIR KARSBURG	83	12/01/1982
2	ALEXANDRA APARECIDA DE MAT- TOS GIRARDI	149	12/06/1974
3	ALINE ALVES BEDIN	76	27/10/1993
4	ALINE BEATRIZ CAVALLI LAMB	20	11/11/1991
5	ALINE MARIANI	3	11/06/1994
6	ANA CLAUDIA HERMANN	166	11/03/1991
7	ANA MARIA RODRIGUES PAIANO	113	04/08/1979
8	ANA PAULA DALMAGRO DA SILVA	160	21/05/1987
9	ANA PAULA FIORESE	94	01/12/1989
10	ANDRÉA ANDRADE	65	07/12/1972
11	ANDREA DA CRUZ MOREIRA	157	23/06/1973
12	ANDREIA BONASSI RAMPON	104	04/10/1978
13	ANGÉLICA BIANCHETTI DA SILVA	30	21/06/1985
14	BEATRIZ CIARNOSCHI	133	03/06/1967
15	CARLA FIORESE KRUG	21	15/10/1976
16	CARMEM SALETE DAL SANTO GAIO	14	21/07/1976
17	CAROLLINE AYALA DE OLIVEIRA	81	10/03/1994
18	CLOCI ODETE DALLA VECCHIA BAGGIO	105	06/02/1966
19	CRISTIANE LIMA	154	12/06/1982
20	CRISTINA PICCOLI	125	26/06/1984
21	DAIANA ALVES DE CAMPOS	75	28/09/1988
22	DANIELI DEBUS	99	06/05/1981
23	DEBORA ZANBON DURIGON	74	26/06/1980
24	DENYSE CARLETI	41	08/09/1975
25	EDILAINE APARECIDA DE BARBA DE COL	146	12/10/1978
26	ELAINE HORN	27	23/11/1991
27	ELINÉIA CRISTINA PEREIRA	163	27/09/1985
28	ELISANDRA PRESOTTO DA NUNZ	111	07/09/1981
29	ELISIANE WARKEN	130	15/03/1985
30	EULÉZIA FÁTIMA VANZIN LISSA DAL PRÁ	39	30/03/1968
31	EUNICE RIBEIRO DE CAMPOS DA SILVA	128	10/10/1976
32	FABIANA APARECIDA LOURENÇO	68	08/09/1979
33	FABIANA BARBOSA	89	27/06/1983

34	FABIANA GONÇALVES PEREIRA	50	05/01/1988
35	FABIANA PAROLIN ANTES	37	29/06/1989
36	FABIANA SCHMIDT DOS SANTOS	8	25/02/1982
37	FABÍOLA GOETZE	135	09/10/1988
38	FERNANDA FACHIN	162	20/06/1991
39	FERNANDA KRUG	56	05/10/1994
40	FRANCIELI DUTRA	132	28/08/1986
41	FRANCIELI NEIVA MEDEIROS	121	06/04/1988
42	GABRIÉLA LETICIA BAZEI	36	29/01/1994
43	GABRIELA PEREIRA ZANINI	28	23/10/1990
44	GELISE CIARNOSKI	33	13/05/1982

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (Continuação)

	NOME	INSCRI- ÇÃO	NASCIMENTO
45	GIGLIOLA RAQUEL BIZINELA MENEHINI	80	24/03/1978
46	GISÉLI BORSOI	1	06/04/1988
47	GISLEINE DA LUZ	69	16/07/1985
48	GLAUCEMERI CADORE PIRES DE LIMA CASTANHA	90	27/03/1978
49	GRAZIELA DE MARCO BASSO	6	27/09/1985
50	HAIDE SUELI W. COSTANARO	123	27/05/1958
51	IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR	26	26/01/1979
52	IVONETE MARCON	106	09/07/1971
53	JÉSSICA CHIAMULERA	59	25/07/1994
54	JOICE FRANCIELE PAROLIN	46	20/03/1994
55	JOSEANE DE OLIVEIRA PRESTES	140	17/12/1987
56	JULIANA KUDRECK ALVES	96	02/06/1977
57	JULIANA SAMOURA	98	15/09/1982
58	JULIANA SBRUZZI	51	06/03/1990
59	JULIANE APARECIDA CAMPAG- NOLLO BELANDI	151	14/02/1987
60	JULIE SOARES ANTUNES	158	07/12/1988
61	JUNE BAHU ROVEA	67	24/09/1963
62	JUREMA CARICIMI	127	16/12/1967
63	KARINA ALBERTI DA FONSECA	13	15/05/1979
64	KARINE GRASSMANN	134	06/01/1991
65	KARLA PEZAVENTO	119	19/02/1993
66	KATHIA ALVES GRONDEK	55	16/10/1986
67	KELLY ANILY PEREIRA	17	05/01/1992
68	LEILA TREVISOL	78	16/01/1989
69	LICIANE BULGARELLI	9	13/02/1989
70	LILIAN SCALCO	152	12/08/1993
71	LUANA FILIPINI	120	03/08/1990
72	LUCIA CATARINA ALVES DE JESUS	22	03/12/1965
73	LUCIANA BITTENCOURT DOS SANTOS	29	24/04/1987
74	LUCIANE CARPEGGIANI	115	25/09/1988

75	LUCIANE DONDONI	117	28/06/1984
76	LUCILENE APARECIDA FERNANDES	42	17/08/1989
77	MADELEINE MARIA LUVIZON	147	01/05/1990
78	MAIARA SLAVIERO	4	28/04/1994
79	MAIARA ZAMBIAZZI	92	05/03/1996
80	MAIELI DE AGOSTINI TIEPO	165	17/03/1994
81	MARCIA SALETE VACCARI ZORZZI	53	12/12/1967
82	MARCIANA APARECIDA ROSA	93	08/12/1988
83	MARI SIRENE DE MATOS DA LUZ	97	15/02/1965
84	MARIA HELENA DAHMER OLIVO	15	29/03/1979
85	MARIA SALETE PIGATTO	73	30/09/1962
86	MARIAH NINA BELLÓ	11	10/01/1992
87	MARILUCI FERREIRA DA SILVA ESPIT	72	17/04/1970
88	MARISETE CORDOVA PASSOS DAHMER	23	08/06/1975

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (Continuação)

	NOME	INSCRI- ÇÃO	NASCIMENTO
89	MARISTELA DA SILVA MATOS	52	01/02/1976
90	MARIZA APARECIDA PASSOS DE MATOS	66	07/03/1970
91	MARLI TEREZINHA RIEDI	143	07/09/1975
92	MARTA RECALCATTI	49	15/10/1983
93	MAYARA MACHADO	168	21/03/1992
94	MONALIZA SCHLINDWEIN	57	25/10/1994
95	MONALIZA SURDI GEMELLI	153	03/06/1987
96	NALIGIA MATTIUZ	24	19/02/1975
97	NATHÁNA BRUNA LOURENÇO DE ALMEIDA	82	31/01/1991
98	NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO	48	18/03/1968
99	NOELI SALETE SCHEUER ZARDO	161	12/02/1964
100	PÂMELA RODRIGUÊS OLIVO	38	01/09/1987
101	PATRICIA APARECIDA SBRUZZI	58	23/04/1991
102	PATRÍCIA BOTTEGA	77	02/03/1991
103	PATRICIA CONCEIÇÃO MATANA	126	11/07/1986
104	PRISCILA ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	110	02/11/1992
105	PRISCILA DE QUADROS	60	09/09/1985
106	PRISCILLA NUNES	164	27/04/1990
107	QUENIA CRISTINE DE AGOSTINHO	19	28/11/1982
108	RAFAELA DARTORA DOS SANTOS	112	20/02/1984
109	REGINA INÊS REISDORFER	137	01/11/1966
110	REJANE DOS SANTOS	34	14/02/1967
111	ROSANGELA RIBEIRO BEHERNS PINTRO	32	23/01/1964
112	ROSANGELA SCHUVAIZERSKI DE OLIVEIRA	63	07/11/1979
113	ROSELEI BAUERMANN MEISTERLIN	118	03/04/1980
114	ROSILENE SALETE DA SILVA	116	21/06/1977

115	RÚBIA SIBÉLIS CHIAMULERA DUARTE	45	07/03/1977
116	SANDRA MARIA BERTELLI	141	13/09/1988
117	SANDRA VACCARI	122	21/07/1971
118	SHEILA DE MELLO RICARDO	62	23/02/1983
119	SIMONE SCHINDLER	139	09/08/1981
120	SÔNIA MAIA MORAES ZENATTI	131	04/12/1987
121	SÔNIA MARIA LOPES DA SILVA	95	12/11/1967
122	SUELEN FERLIN	148	15/05/1982
123	TAIZE CONTE	70	30/09/1987
124	TAYLA REGINA DE BAIRO	159	28/10/1994
125	THAIANE BONATTO	142	07/01/1986
126	THAIS LIANA BELLÓ COLUSSO	86	02/06/1980
127	VANESSA ALBERTI WILLMSEN	12	13/12/1982
128	VANESSA ELIZA MAZIERO	5	09/12/1982
129	VANESSA PEREIRA DA COSTA	145	02/07/1985
130	VERIDIANA APARECIDA FILGUEIRA	18	16/03/1980
131	VILMA CAROLINA BROETO	108	14/09/1980
132	ZÉLIA VICENTE DE AMORIM ANTUNES	35	21/11/1975

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS

	NOME	INSCRI- ÇÃO	NASCIMENTO
1	ALESSANDRA COLUSSO	35	10/05/1982
2	ALINI ALVES CABRAL	31	24/09/1988
3	ALZIRA MAESTRI	54	31/12/1955
4	ANA RAQUEL MARCON	36	23/11/1971
5	CONSTANCIA RODRIGUES	45	26/04/1955
6	CRISTINA WASSERBERG	26	12/05/1973
7	DANIELI FAVARO	50	03/04/1980
8	EDA NAIR BASEGGIO	52	29/09/1971
9	ELAINE RODRIGUES	4	11/12/1981
10	FRANCELI FRIGO	30	25/02/1987
11	GIOVANA DA SILVA SCAPINI	15	27/08/1980
12	IVANETE GASPARINI	49	18/12/1967
13	JESSICA KANGENSKI DA SILVA	48	12/02/1991
14	JOICE SALETE ROSSONI NEGRI	47	06/04/1962
15	JOSELAINE DE SOUZA	51	12/06/1985
16	LILIAN CRISTINE MOREIRA	42	12/10/1973
17	LUCIANA MARIA ALBUQUERQUE CAVANUS	28	21/02/1973
18	LUCIANA SCHULER ROSEGHINI	3	18/01/1976
19	MARCIA BORSOI	41	10/12/1975
20	MARIA ELIZABETE ALVES	12	24/03/1955
21	MARLENE DOLSAN DOLSAN	17	01/02/1961
22	NEUSA DE FATIMA GERVASIO	53	04/01/1975
23	PATRICIA APARECIDA SBRUZZI	20	23/04/1991
24	PATRICIA DEMARCHE DAHMER	46	13/05/1980
25	ROSANGELA MARIA DALLACOSTA	22	04/04/1968
26	SALETE BEATRIZ BORDIN	27	17/11/1961

27	SHIRLEI IARA MOREIRA	23	10/11/1983
28	SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA	9	31/08/1978
29	SIMONE APARECIDA FRANÇA	57	09/04/1982
30	SIMONE DA SILVA RIBEIRO	34	27/12/1984
31	SOLANGE FORTES	61	17/11/1979
32	SONILEI APARECIDA PERONI GUARDA	62	06/08/1979
33	TAIZE CONTE	25	30/09/1987
34	VANESSA MATOS DE SOUZA PEREIRA	55	08/01/1985
35	VERIDIANA APARECIDA FILGUEIRA	5	16/03/1980

PROFESSOR DE GEOGRAFIA DE ENSINO FUNDAMENTAL

	NOME	INSCRI- ÇÃO	NASCIMENTO
1	ZENAIDE CORREIA BRASIL DAMIM	6	30/03/1967

PROFESSOR DE HISTÓRIA DE ENSINO FUNDAMENTAL

	NOME	INSCRI- ÇÃO	NASCIMENTO
1	DANIELI SCHLEMMER	8	17/12/1979
2	DIOMAR FLORES DE CAMARGO	10	05/03/1983
3	JAQUELINI STORTI CASSANIGA	9	15/08/1988
4	MARLENE PASTORI BOTT	11	01/09/1971
5	ROSELENE NARDI NEIZ	4	30/08/1974
6	ROSILDE BACHES	6	11/10/1967

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

	NOME	INSCRI- ÇÃO	NASCIMENTO
1	CLARICE DUDAS	1	07/10/1988
2	RONALDO DALLA COSTA	7	25/12/1976
3	SÍLVIO ANTONIO DE OLIVEIRA	5	28/09/1984

PROFESSOR DE INGLÊS DE ENSINO FUNDAMENTAL

	NOME	INSCRI- ÇÃO	NASCIMENTO
1	FERNANDA LOURENÇO DE ALMEI- DA	3	10/06/1989
2	FERNANDA LOURENÇO DE ALMEI- DA	3	10/06/1989
3	NAISSARA DANIELA FONCECA TROMBETTA	2	08/03/1978
4	PAULA STECHENSKI ZACCARON	1	08/03/1992

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA DE ENSINO FUNDAMENTAL

	NOME	INSCRI- ÇÃO	NASCIMENTO
1	FABIANI REGINA BOF	2	08/08/1979
2	PAULA STECHENSKI ZACCARON	3	08/03/1992
3	SÔNIA STOFFEL DE SOUZA	1	24/07/1975

PROFESSOR DE MATEMÁTICA DE ENSINO FUNDAMENTAL

	NOME	INSCRI- ÇÃO	NASCIMENTO
1	ANA PAULA DA COSTA	5	06/01/1987
2	CÉLIA FRIGO	3	18/05/1983

3	CRISTIANE TURRA	8	08/05/1990
4	IEDA CRISTINA MARTINS	7	18/11/1982
5	ROBERTO CARLOS DA SILVA	2	26/09/1979
PROFESSOR DE MÚSICA			
	NOME	INSCRI- ÇÃO	NASCIMENTO
1	JULIANO VESOLOSKI LECHNER	2	30/07/1980
2	ODERLAN LIMA	3	11/04/1974
3	SOLIMAR ORTIZ BARROS	4	01/03/1964

SIMAE**Nota de Empenho Jhl0699-700/2014 Ata de Registro de Preços 07/2013****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 20/05/2014

Nº do empenho : **699/14**

Estimativa

Processo : 70/2013

Órgão:	14	- Órgão 14
Unidade:	14.01	- SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
Funcional:	17.512.0028	- SANEAMENTO RESPONSÁVEL
Projeto/Atividade:	1.052	- CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO
Elemento:	4.4.90.30.01.00.00.00.01.0000	- Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
Cód. Detalham.:	0 - Sem detalhamento das destinações de recursos	
Código reduzido:	000016	

Dotação Inicial:	1.689.000,00	Empenhos anteriores :	646.740,71
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	842,41
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	1.689.000,00	Total (B) :	647.583,12
		Saldo (A - B) :	1.041.416,88

Credor: **6052 ABASTECEDORA DE COMB.E TRANSP.BORTOLI LT**

Endereço: RUA SANTOS DUMOT 1090

Cidade: Herval d'Oeste

UF: SC

C.N.P.J.: 84-590-124/0001-64

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.498.197

Banco:

Agência:

Fone: 35540353

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ÓLEO DIESEL - (Cód. 02-09-0003) Marca: BRANCA	LT	342,444	2,4600	842,41

Histórico:

AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL PARA ABASTECER AS RETROESCAVADEIRAS RANDON PLACA MHY-7333, E CASE 580L DE PROPRIEDADE DO SIMAE QUE ESTARÃO TRABALHANDO NAS REDES DE ÁGUA NAS CIDADES DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA.

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.

PGTO QUINZENAL

FICARÁ SUJEITO A APLICAÇÃO DE MULTA CFE EDITAL DE PREGÃO 0052/2013.

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0416/2014.

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	842,41
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 842,41 (oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02 DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 05/12/2006

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
		Contadora CRC SC 029205/O-3	Diretora Presidente

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO****Nota de Empenho**

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 20/05/2014

Nº do empenho : **700/14**

Estimativa

Processo : 70/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00.01.0000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	1.950.777,94
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	1.820,65
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	1.952.598,59
		Saldo (A - B) :	713.991,42

Credor: **6052 ABASTECEDORA DE COMB.E TRANSP.BORTOLI LT**

Endereço: RUA SANTOS DUMOT 1090

Cidade: Herval d'Oeste

UF: SC

C.N.P.J.: 84-590-124/0001-64

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.498.197

Banco:

Agência:

Fone: 35540353

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM - (Cód. 02-09-0001) Marca: BRANCA	LT	342,190	2,7100	927,33
2	ÓLEO DIESEL - (Cód. 02-09-0003) Marca: BRANCA	LT	363,140	2,4600	893,32

Histórico:

AQUISIÇÃO DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL PARA ABASTECER OS VEÍCULOS DO SIMAE: MOTOS PARATI LYF-2528, SAVEIRO MAL-3704, GOL POWER MCR-4695 (ÁLCOOL E GASOLINA), ZAFIRA MHM-8126 (ÁLCOOL E GASOLINA), MOTO BROS NXR MDV-5038, SAVEIRO MCR-7035 (ÁLCOOL E GASOLINA), MOTOS XR 200R MAY-8031, MAY-8121, CG 125 MKR-0083, MKR-0093 E MKR-0133, MAY-8221, MAY-8311, FIORINO MGR-3980, FIAT DOBLÔS MCI-9034 E MCI-9064, FIAT STRADAS MJB-5617 E MBH-0317, BEM COMO OS EQUIPAMENTOS ROÇADEIRAS HUSQVARNA E STHIL E MÁQUINA DE CORTAR ASFALTO, TOYOTAS MBC-1206 E MBC-1236, RANGER LZW-4084, DUCATO MDS-4409, F-4000 LZN-4621, FORD CARGO MEB-6131, CAMINHÃO LXU-6273, CAMINHÃO MHH-4895, BEM COMO OS EQUIPAMENTOS: COMPRESSOR E MÁQUINA HIDROJATEADORA.

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.

PGTO QUINZENAL

FICARÁ SUJEITO A APLICAÇÃO DE MULTA CFE EDITAL DE PREGÃO 0052/2013.

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0417/2014.

Fonte de recursos : 00.01.0000 - Recursos Ordinários	Total empenhado :	1.820,65
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 1.820,65 (um mil oitocentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02 DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 05/12/2006

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
		Contadora CRC SC 029205/O-3	Diretora Presidente

Pagina:

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 023/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 023/2014 - FMS

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 04.989.294/0001-87, com sede a Avenida Oscar Barcelos, 380 - Bairro Centro CEP 88160-000 - Rio do Sul/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de materiais de consumo para Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento Odontológico da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, a partir da data da assinatura do Contrato;

2.2 Da entrega, em até 15 dias da solicitação da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ R\$ 3.386,10 (três mil trezentos e oitenta e seis reais e dez centavos).

Lages, 27 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages.

Extrato de Contrato Nº086/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 086/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Higiene, Limpeza, Expediente e Consumo para o Banco de Alimentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2. De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.359,95 (cinco mil, trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos),

Lages. 15 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 087/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 087/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 12.903.455/0001-04, com sede a Rua: Marfim, Nº 261 - Centro, CEP: 88.131-50 - Palhoça/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Higiene, Limpeza, Expediente e Consumo para o Banco de Alimentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2. De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 4.573,00 (quatro mil, quinhentos e setenta e três reais),

Lages. 15 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº093/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 093/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 83.197.277/0001-83, com sede a Rua Araci Paim, Nº19, Bairro: Araucária, CEP 88.512-680 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Consumo Diversos, para CRAS I, II, III, IV V.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2. De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 389,40 (trezentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos),

Lages. 15 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

PP 29 E 30-2014 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Executivo de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 29-2014 SMS Objeto: Aquisição de Materiais e Equipamentos para o SAMU

Tipo: Menor Preço Por Item Abertura: 13/06/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 238.390,13

Modalidade: PP 30-2014 SMS Objeto: Aquisição de Equipamentos

Tipo: Menor Preço Por Item Abertura: 16/06/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 21.699,60

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br/www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 02 de junho de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Rerratificação PP 57-5014 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Executivo de Licitações e Contratos
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014 PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- Incluir subitem 14.8.7: Todos os equipamentos ofertados deverão comprovar no momento da abertura do pregão, que estão cadastrados ao CFI do BNDES, através da impressão dos equipamentos cadastrados do fabricante, o mesmo deverá estar grifado para facilitar a identificação.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 02 de junho de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Extrato de Contrato - Termo de Convênio 019/2014

EXTRATO DE CONTRATO
O MUNICÍPIO DE LAGES/SC
Torna público:
Termo de Convênio nº 019/2014 SED

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO

DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PLANALTO SERRANO, inscrita no CNPJ sob nº 015.515.579/0001-98, com sede à Rua Cândido Ramos, nº 282, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. ADILSON MENDES FRANÇA, CPF nº 912.904.499-53, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes: OBJETO: Auxílio financeiro para promover, organizar e integrar ações que beneficiem seus associados, manutenção e custeio de despesas da Entidade.

VALOR: R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais) em 10 parcelas.

VIGÊNCIA: 17/04/2014 a 31/01/2015.

Lages, 02 de junho de 2014.

Extrato de Contrato Nº36/2013 PML 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 36/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADO: PROSUL - PROJETOS, SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 80.996.861/0001-00, com sede à Rua Saldanha Marinho nº 116 - 3º andar Ed. Liberal Center, Florianópolis/SC - cep: 88.010-450.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO A Contratação de pessoa jurídica de assessoria e consultoria técnica especializada para execução do Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) no âmbito dos eixos e macroações de: mobilização e comunicação, ações informativas, suporte às Intervenções Físicas, articulação para parcerias, avaliação e monitoramento, participação comunitária e desenvolvimento sócio organizativo, mobilização e organização comunitária, atividades socioculturais, empreendedorismo, geração de trabalho e renda, capacitação profissional, educação, educação ambiental, educação sanitária, educação patrimonial, educação para mobilidade urbana, educação para a saúde e remoção e reassentamento com apoio ao remanejamento de famílias, realizando todas as atividades e acompanhamento relativo a execução da obra de macro e microdrenagem do Ribeirão Ponte Grande, Urbanização da Avenida Ponte Grande e Sistema Integrado Ponte Grande, da Prefeitura do Município de Lages.

De acordo com "CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - O(s) preço(s) será(ão) reajustado(s) pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), a cada doze meses, tendo como data base a da apresentação da proposta na licitação", o índice a ser aplicado a partir dos pagamentos de Fevereiro/2014 será de 5,6224%, considerando a data da abertura da proposta de preços 21/01/2013, descontado os valores já pagos, o saldo contratual reajustado passa a ser R\$ 1.465.807,27 (um milhão, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e sete reais e vinte e sete centavos).

Lages, 07 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 284/2013 PML 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 284/2013 - 2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: AS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.434.177/0001-04, estabelecida à Rua Frei Rogério n.º 11 - Apto 1002, centro em Lages/SC - CEP: 88.502-160.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Recomposição de Pavimentos de Paralelepípedos, Pedra Irregular, Lajota Sextavada e Paver, com fornecimento de material, em diversos locais do Município de Lages, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para execução: Fica prorrogada até a data de 31/12/2014

2.2 - Do contrato: Fica prorrogado até a data de 31/12/2014

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 106/2013 PML 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 106/2103 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: GRANDO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.562.696/0001-38, com sede à Av. Juscelino K. de Oliveira nº 8860 - Vacaria/RS - cep: 95.000-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Prestação de Serviços de Recapagem, Recauchutagem e Vulcanização de Pneus, para uso nos Veículos e Máquinas da Frota do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 87/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 31/05/2014;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 31/05/2014;

Lages, SC, 19 de dezembro de 2013

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 44/2013 SMS 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 44/2013 - 2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MENFIS IMOBILIÁRIA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.162.057/0001-14, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos n.º 84 - centro, Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel sito a Rua Sete de Setembro, sem número, centro, onde será instalado o CASM da Secretaria da Saúde de Lages.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

O valor da locação é de R\$ 1.484,45 (hum mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) mensais a partir de Abril/2014.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 43/2013 SMS 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 43/2013 - 2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MENFIS IMOBILIÁRIA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.162.057/0001-14, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos n.º 84 - centro, Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel sito a Rua Aristiliano Ramos, 542 Centro, onde será instalado o Caps infantil.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

O valor da locação é de R\$ 2.332,71 (dois mil, trezentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos) mensais a partir de Abril/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 153/2012 SMS 6º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 153/2012, 6º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63 - Lages/SC - CEP: 88.501-170 - fone: 32262327.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de uma Unidade Básica de Saúde, no Bairro São Miguel, com fornecimento de material, conforme autorização de fornecimento nº 283/2012, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital Correlato.

Pela não execução de serviços que estão em quantidade maior

que o necessário, comprovados através de Planilha com anuência da Fiscal da Obra, Secretaria Municipal da Saúde e Procuradoria Geral do Município, faz-se a SUPRESSÃO de R\$ 4.117,12 (quatro mil cento e dezessete reais e doze centavos) ao valor inicial ao Contratado.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Março de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 214/2012 SMS 3º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 214/2012 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.375.841/0001-46, com sede à Rua Almir dos Santos Miranda nº 1111 - Tubarão/SC - cep: 88.704-240.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Lages, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas Orçamentárias/Quantitativas, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

De acordo com a "CLÁUSULA SEXTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, item 6.2 Os preços serão reajustado(s) pelo IGP-DI, a cada doze meses, tendo como data base a da apresentação da proposta na licitação", e Parecer Favorável da Secretaria Municipal da Saúde e Procuradoria Geral do Município, o valor contratual reajustado é de R\$ 15.273,57 (quinze mil duzentos e setenta e três reais e cinquenta e sete centavos).

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 28 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 214/2012 SMS 4º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 214/2012 - 4º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.375.841/0001-46, com sede à Rua Almir dos Santos Miranda nº 1111 - Tubarão/SC - cep: 88.704-240.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Lages, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas Orçamentárias/Quantitativas, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

De acordo com a "CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA item 8.3 Aceitar, nas mesmas

condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, pertinentes ao quantitativo, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares", e Planilha com anuência da Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Fazenda e Procuradoria Geral do Município, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 67.911,52 (sessenta e sete mil novecentos e onze reais, e cinquenta e dois centavos).

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 02/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Extrato do Contrato de Aditivo nº 02/2014, 3º termo do Contrato nº 01/2011

Vigência: 02/01/2014, Vencido: 31/12/2014

Objeto: Prestação do Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, no Estado de Santa Catarina, com fornecimento de 40 (quarenta), sendo que as 40 (quarenta) linhas serão através de portabilidade numérica, associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço, com franquia global. Contratada: TELEFÔNICA BRASIL S.A., - CNPJ: (02.558.157/0001-62).

Lages/SC, 02 de janeiro de 2014.

Anilton Freitas

Presidente

Extrato de Contrato Nº 03/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Extrato do Contrato nº 03/2014

Vigência: 20/02/2014, Vencido: 31/12/2014

Objeto: O presente contrato visa à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ÁUDIO, VÍDEO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.. Contratada: NARCISO & CIA LTDA CNPJ nº 84.933.597/0001-17. No valor total: R\$ 73.822,20 (setenta e três mil oitocentos e vinte e dois reais e vinte centavos).

Lages/SC, 20 de fevereiro de 2014.

Anilton Freitas

Presidente

Extrato de Contrato Nº 04/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Extrato do Contrato Nº 4/2013

Vigência: 20/02/2014 Vencido: 31/12/2014 Carta Convite nº. 02/2014. Objeto: O presente contrato visa à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, COPA COZINHA, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL

Contratado: MERCEARIA REALEZA - JULIO C. R. DELFES (82.894.718/0001-33). Valor total: R\$ 66.987,50 (sessenta e seis mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Lages/SC, 20 de fevereiro de 2014.

Anilton Freitas

Presidente

Lauro Muller

PREFEITURA

Extrato de Contrato 117/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 117/2014 PMLM

Contrato 117/2014

Processo Licitatório nº 58/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 58/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de tubos de pvc e materiais para jardinagens de praças e jardins públicos do município de Lauro Muller - SC., para o ano de 2014.

Contratado: MADEIREIRA SÃO MATEUS LTDA EPP

Valor: R\$ 9.890,00 (nove mil oitocentos e noventa reais).

Prazo de Vigência: 08/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 118/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 118/2014 PMLM

Contrato 118/2014

Processo Licitatório nº 58/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 58/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de tubos de pvc e materiais para jardinagens de praças e jardins públicos do município de Lauro Muller - SC., para o ano de 2014.

Contratado: VALDECIR MALIO MARIANI

Valor: R\$ 5.095,00 (cinco mil e noventa e cinco reais).

Prazo de Vigência: 08/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 119/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 119/2014 PMLM

Contrato 119/2014

Processo Licitatório nº 53/2014 - TOMADA DE PREÇO 53/2014
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças de ônibus e caminhões, e molas pertencentes à frota municipal para o exercício de 2014, conforme anexo.

Contratado: MERCECRIL COM. PEÇAS LTDA

Valor: R\$ 100.251,28 (cem mil duzentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos).

Prazo de Vigência: 08/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 128/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 128/2014 PMLM

Contrato 128/2014

Processo Licitatório nº 53/2014 - TOMADA DE PREÇO 53/2014
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças de ônibus e caminhões, e molas pertencentes à frota municipal para o exercício de 2014, conforme anexo.

Contratado: PUTRIKUS LTDA ME

Valor: R\$ 60.858,67 (sessenta mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

Prazo de Vigência: 08/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 120/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 120/2014 PMLM

Contrato 120/2014

Processo Licitatório nº 64/2014 - TOMADA DE PREÇO 64/2014
Objeto: Contratação, através de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de peças para maquinários, todos pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Lauro Muller - SC.

Contratado: GAMAPE COMERCIO DE PEÇAS FERRAMENTAS SERV LTDA EPP

Valor: R\$ 104.251,00 (cento e quatro mil duzentos e cinquenta e um reais).

Prazo de Vigência: 08/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 121/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 121/2014 PMLM

Contrato 121/2014

Processo Licitatório nº 65/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 65/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material de construção para Reforma de residências no âmbito do programa COHAB CIDADÃ, no Município de Lauro Muller/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias e memoriais descritivos.

Contratado: MADEIREIRA SÃO MATEUS LTDA EPP

Valor: R\$ 70.189,94 (setenta mil cento e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Prazo de Vigência: 08/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 122/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 122/2014 PMLM

Contrato 122/2014

Processo Licitatório nº 66/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 66/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de kits de auxílio natalidade para a Secretaria de Assistência Social e IPIs secretaria de Obras para o ano de 2014

Contratado: MARIVALDO PESCADOR ME

Valor: R\$ 8.020,67 (oito mil vinte reais e sessenta e sete centavos).

Prazo de Vigência: 29/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 123/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 123/2014 PMLM

Contrato 123/2014

Processo Licitatório nº 66/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 66/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de kits de auxílio natalidade para a Secretaria de Assistência Social e IPIs secretaria de Obras para o ano de 2014

Contratado: TM SCHILKMANN & CIA LTDA ME

Valor:R\$ 26.922,24 (vinte e seis mil novecentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos).

Prazo de Vigência: 29/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 124/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 124/2014 PMLM

Contrato 124/2014

Processo Licitatório nº 67/2014 - PREGÃO PRESENCIA 67/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino para cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o ano letivo de 2014

Contratado: MARIVALDO PESCADOR ME

Valor:R\$ 4.761,40 (quatro mil setecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).

Prazo de Vigência: 16/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 125/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 125/2014 PMLM

Contrato 125/2014

Processo Licitatório nº 67/2014 - PREGÃO PRESENCIA 67/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino para cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o ano letivo de 2014

Contratado: DIFABA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Valor:R\$ 9.810,00 (nove mil oitocentos e dez reais).

Prazo de Vigência: 16/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 126/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 126/2014 PMLM

Contrato 126/2014

Processo Licitatório nº 68/2014 - Inexigibilidade de licitação 68/2014

Objeto: Inexigibilidade de Licitação de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de LAURO MULLER/SC., conforme resolução Nº. 26 do FNDE

Contratado: COOPERATIVA AGROPECUARIA SERRA DO RIO DO RASTRO.

Valor:R\$ 179.715,00 (cento e setenta e nove mil setecentos e quinze reais), a ser dividido entre todos credenciados.

Prazo de Vigência: 16/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 127/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 127/2014 PMLM

Contrato 127/2014

Processo Licitatório nº 68/2014 - Inexigibilidade de licitação 68/2014

Objeto: Inexigibilidade de Licitação de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de LAURO MULLER/SC., conforme resolução Nº. 26 do FNDE

Contratado: COOFASUL COOPERATIVA FAMILIAR AG CATARINENSE.

Valor:R\$ 179.715,00 (cento e setenta e nove mil setecentos e quinze reais), a ser dividido entre todos credenciados.

Prazo de Vigência: 16/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 129/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 129/2014 PMLM

Contrato 129/2014

Processo Licitatório nº 71/2014 - CARTA CONVITE 71/2014

Objeto: Contratação, através de empresas do ramo pertinente, para aquisição de equipamentos de informática e eletrônicos e escritório, para entrega IMEDIATA, para atendimento das necessidades do corpo de bombeiros o exercício de 2014

Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA ME

Valor:R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais).

Prazo de Vigência: 02/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 130/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 130/2014 PMLM

Contrato 130/2014

Processo Licitatório nº 71/2014 - CARTA CONVITE 71/2014

Objeto: Contratação, através de empresas do ramo pertinente, para aquisição de equipamentos de informática e eletrônicos e escritório, para entrega IMEDIATA, para atendimento das necessidades do corpo de bombeiros o exercício de 2014

Contratado: BORQUETTE INFORMATICA LTDA ME

Valor:R\$ 4.562,00 (quatro mil quinhentos e sessenta e dois reais).

Prazo de Vigência: 02/06/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 131/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 131/2014 PMLM

Contrato 131/2014

Processo Licitatório nº 72/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 72/2014

Objeto: Contratação de empresa para realização de projeto ocupacional, tendo como objetivo a contratação de 6 instrutores/professores para capacitação em trabalhos manuais das técnicas de bordado livre, patch applique e crivo com início no mês de maio e termino em dezembro de 2014, sendo os mesmos, voltados aos 36 grupos de inclusão Social do município de Lauro Muller/SC através da Secretaria de Assistência Social, para o desenvolvimento das atividades inclusos, para início imediato

Contratado: MARCIA REGINA RIGUETTO MAFRA ME

Valor:R\$ 4.562,00 (quatro mil quinhentos e sessenta e dois reais).

Prazo de Vigência: 02/06/2014 à 31/12/2014
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Extrato de Contrato 32/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 32/2014 FMS

Contrato 32/2014

Processo Licitatório nº 13/2014 - TOMADA DE PREÇO 13/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para RE-FORMA do CAPS do Município de LAURO MULLER/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias e memoriais descritivos

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA ME

Valor:R\$ 41.746,11 (quarenta e um mil setecentos e quarenta e seis reais e onze reais)

Prazo de Vigência: 14/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 33/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 33/2014 FMS

Contrato 33/2014

Processo Licitatório nº 16/2014 - CARTA CONVITE 16/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para serviços gráficos para exercício de 2014.

Contratado: GRAFICA E BRINDES GUGA LTDA

Valor:R\$ 38.690,00 (trinta e oito mil seiscentos e noventa reais)

Prazo de Vigência: 12/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 34/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 34/2014 FMS

Contrato 34/2014

Processo Licitatório nº 14/2014 - PREGAO PRESENCIAL 14/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de móveis em geral hospitalar, equipamentos eletrônicos e equipamento médico, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha, memorial descritivo e projeto

Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA ME

Valor:R\$ 1.239,00 (mil duzentos e trinta e nove reais).

Prazo de Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 35/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 35/2014 FMS

Contrato 35/2014

Processo Licitatório nº 14/2014 - PREGAO PRESENCIAL 14/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de móveis em geral hospitalar, equipamentos eletrônicos e equipamento médico, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha, memorial

descritivo e projeto

Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Valor:R\$ 1.309,35 (mil trezentos e nove reais e trinta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 36/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 36/2014 FMS

Contrato 36/2014

Processo Licitatório nº 14/2014 - PREGAO PRESENCIAL 14/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de móveis em geral hospitalar, equipamentos eletrônicos e equipamento médico, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha, memorial descritivo e projeto

Contratado: JET MED COM MAT MEDICO CIRURGICO HOSPITALAR LTDA

Valor:R\$ 4.219,80 (quatro mil duzentos e dezenove reais e oitenta centavos).

Prazo de Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 37/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 37/2014 FMS

Contrato 37/2014

Processo Licitatório nº 14/2014 - PREGAO PRESENCIAL 14/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de móveis em geral hospitalar, equipamentos eletrônicos e equipamento médico, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha, memorial descritivo e projeto

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor:R\$ 4.720,02 (quatro mil setecentos e vinte reais e dois centavos).

Prazo de Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 38/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 38/2014 FMS

Contrato 38/2014

Processo Licitatório nº 14/2014 - PREGAO PRESENCIAL 14/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de móveis em geral hospitalar, equipamentos eletrônicos e equipamento médico, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha, memorial descritivo e projeto

Contratado: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

Valor:R\$ 8.062,20 (oito mil sessenta e dois reais e vinte centavos).

Prazo de Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 39/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 39/2014 FMS

Contrato 39/2014

Processo Licitatório nº 14/2014 - PREGAO PRESENCIAL 14/2014
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de móveis em geral hospitalar, equipamentos eletrônicos e equipamento médico, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha, memorial descritivo e projeto

Contratado: SANDRO VILMAR PIRES

Valor:R\$ 17.099,00 (dezessete mil e noventa e nove reais).

Prazo de Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 40/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 40/2014 FMS

Contrato 40/2014

Processo Licitatório nº 14/2014 - PREGAO PRESENCIAL 14/2014
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de móveis em geral hospitalar, equipamentos eletrônicos e equipamento médico, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha, memorial descritivo e projeto

Contratado: PUBLICIT DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP

Valor:R\$ 1.106,00 (mil cento e seis reais).

Prazo de Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 41/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 41/2014 FMS

Contrato 41/2014

Processo Licitatório nº 14/2014 - PREGAO PRESENCIAL 14/2014
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de móveis em geral hospitalar, equipamentos eletrônicos e equipamento médico, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha, memorial descritivo e projeto

Contratado: EQUIPEL COMERCIO DE MOVEISDE ESCRITORIO ME

Valor:R\$ 3.445,00 (três mil quatrocentos e quarenta e cinco reais)

Prazo de Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 42/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 42/2014 FMS

Contrato 42/2014

Processo Licitatório nº 14/2014 - PREGAO PRESENCIAL 14/2014
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de móveis em geral hospitalar, equipamentos eletrônicos e equipamento médico, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha, memorial descritivo e projeto

Contratado: HERCILIO DE MATTIA ME

Valor:R\$ 574,00 (quinhentos e setenta e quatro reais).

Prazo de Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 43/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 43/2014 FMS

Contrato 43/2014

Processo Licitatório nº 14/2014 - PREGAO PRESENCIAL 14/2014
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de móveis em geral hospitalar, equipamentos eletrônicos e equipamento médico, para atendimento das necessidades do Fundo Municipal de Saúde, dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha, memorial descritivo e projeto

Contratado: PAULLINEA LOTTERMANN DOS REIS

Valor:R\$ 9.594,00 (nove mil quinhentos e noventa e quatro reais).

Prazo de Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 44/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 44/2014 FMS

Contrato 44/2014

Processo Licitatório nº 15/2014 - PREGAO PRESENCIAL 15/2014
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de gêneros de alimentícios objetivando a realização de eventos - coffee break, em atendimento as necessidades das Secretarias Municipais de Lauro Muller/SC e Fundo Municipal de Saúde conforme especificações previstas na minuta do edital em anexo.

Contratado: MARIVALDO PESCADOR LTDA ME

Valor:R\$ 12.096,85 (doze mil noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos)

Prazo de Vigência: 22/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 45/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 45/2014 FMS

Contrato 45/2014

Processo Licitatório nº 22/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 22/2014

Objeto: ALUGUEL DE CASA LOCALIZADA NA RODOVIA SC 108 BAIRRO CENTRO S/N MUNICIPIO DE LAURO MULLER/ SC COM AREA TOTAL DE 528,50M². PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DA SAMU

Contratado: JOSE DIAR FILHO.
Valor:R\$ 8.240,00 (oito mil duzentos e quarenta reais).
Prazo de Vigência: 30/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 117/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 117/2014 FMS

Contrato 117/2014

Processo Licitatório nº 12/2014 - TOMADA DE PREÇO 12/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para execução das obras de REFORMA Unidade de Saúde da Família Antônio Leopoldino no distrito de Guatá, no Município de LAURO MULLER/SC.

Contratado: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME
Valor:R\$ 59.419,51 (cinquenta e nove Mil quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e um centavos).

Prazo de Vigência: 02/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 45/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 45/2014 HMHL

Contrato 45/2014

Processo Licitatório nº 30/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO EM CARATER EMERGENCIAL DEVIDO A PRORROGAÇÃO DO PREGÃO 24/2014 PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO.

Contratado: DIMASTER COM DE PROD HOSPITALARES LTDA

Valor:R\$ 3.106,00 (três mil cento e seis reais).

Prazo de Vigência: 16/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 46/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 46/2014 HMHL

Contrato 46/2014

Processo Licitatório nº 30/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO EM CARATER EMERGENCIAL DEVIDO A PRORROGAÇÃO DO PREGÃO 24/2014 PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO.

Contratado: CRISTALIA PROD QUIMICO E FARMACEUTICO LTDA

Valor:R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Prazo de Vigência: 16/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 47/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 47/2014 HMHL

Contrato 47/2014

Processo Licitatório nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje,

durante o exercício de 2014.

Contratado: DIMASTER COM DE PROD HOSPITALARES LTDA

Valor:R\$ 15.991,50 (quinze mil novecentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)

Prazo de Vigência: 30/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 48/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 48/2014 HMHL

Contrato 48/2014

Processo Licitatório nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje, durante o exercício de 2014.

Contratado: METROMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor:R\$ 6.088,54 (seis mil oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

Prazo de Vigência: 30/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 49/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 49/2014 HMHL

Contrato 49/2014

Processo Licitatório nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje, durante o exercício de 2014.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor:R\$ 58.503,39 (cinquenta e oito mil quinhentos e três reais e trinta e nove centavos)

Prazo de Vigência: 30/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 50/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 50/2014 HMHL

Contrato 50/2014

Processo Licitatório nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje, durante o exercício de 2014.

Contratado: CRISTALIA PROD QUIMICOS LTDA ME

Valor:R\$ 23.191,35 (vinte e três mil cento e noventa e um reais e trinta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: 30/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 51/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 51/2014 HMHL

Contrato 51/2014

Processo Licitatório nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje, durante o exercício de 2014.

Contratado: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA

Valor: R\$ 7.603,50 (sete mil seiscentos e três reais e cinquenta centavos).

Prazo de Vigência: 30/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 52/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 52/2014 HMHL

Contrato 52/2014

Processo Licitatório nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje, durante o exercício de 2014.

Contratado: ISAMED MATERIAS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
Valor: R\$ 33.439,38 (trinta e três mil quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e oito centavos).

Prazo de Vigência: 30/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 53/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 53/2014 HMHL

Contrato 53/2014

Processo Licitatório nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje, durante o exercício de 2014.

Contratado: FUFA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 4.140,00 (quatro mil cento e quarenta reais).

Prazo de Vigência: 30/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 54/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 54/2014 HMHL

Contrato 54/2014

Processo Licitatório nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje, durante o exercício de 2014.

Contratado: PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E LABORATORIAIS LTDA

Valor: R\$ 34.017,92 (trinta e quatro mil dezessete reais e noventa e dois centavos).

Prazo de Vigência: 30/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 55/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 55/2014 HMHL

Contrato 55/2014

Processo Licitatório nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje, durante o exercício de 2014.

Contratado: MEDICAMENTO DE AZ LTDA EPP

Valor: R\$ 9.406,97 (nove mil quatrocentos e seis reais e noventa e sete centavos).

Prazo de Vigência: 30/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 56/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 56/2014 HMHL

Contrato 56/2014

Processo Licitatório nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 24/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar, para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Laje, durante o exercício de 2014.

Contratado: GIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor: R\$ 4.128,03 (quatro mil cento e vinte e oito reais e três centavos).

Prazo de Vigência: 30/05/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 114/2014 Pmlm

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 114/2014 PMLM

Contrato Original: 114/2014

Processo Licitatório nº 61/2014 - Carta Convite nº 61/2014

Objeto: Contratação, através de empresas do ramo pertinente, para aquisição de Alimentos, Material de Copa e Cozinha para a Festa dos Funcionários, para entrega IMEDIATA, para o exercício de 2014, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Contratado: BEBIDAS PORTAL LTDA

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo 001/2014 ao Contrato 54/2014 Pmlm

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 54/2014 PMLM

Contrato Original: 54/2014

Processo Licitatório nº 26/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2013

Objeto: Aquisição de material de consumo agregados de construção para Secretaria de Obras para o exercício de 2014

Contratado: PARMAZZATTI COMERCIO DE MATERIAIS DE

CONSTRUÇÃO LTDA
Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo 002/2014 de Supressão ao Contrato 68/2013 Pmlm

EXTRATO DE ADITIVO 002/2014 DE SUPRESSÃO AO CONTRATO 68/2013 PMLM
Contrato Original: 68/2013

Processo Licitatório nº 68/2013 - TOMADA DE PREÇO nº 68/2013
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, COM SUPORTE TÉCNICO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS JÁ INCLUSAS ALTERAÇÕES LEGAIS E MANUTENÇÃO CORRETIVAS SE HOVEREM, INCLUINDO MIGRAÇÃO DE TODOS OS SISTEMAS ORA EM USO, CONFORME CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL

Contratado: TECNOLOGIA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

RREO 2ºbim/2014

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.793.092,00	39.793.092,00	5.073.474,42	12,75	9.764.497,21	24,54	30.028.594,79
RECEITAS CORRENTES	30.273.439,25	30.273.439,25	4.814.529,03	15,90	9.278.739,97	30,65	20.994.699,28
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.295.701,00	3.295.701,00	646.887,95	19,63	890.279,32	27,01	2.405.421,68
IMPOSTOS	2.943.296,00	2.943.296,00	560.114,32	19,03	708.111,71	24,06	2.235.184,29
TAXAS	352.405,00	352.405,00	86.773,63	24,62	182.167,61	51,69	170.237,39
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	63.600,00	63.600,00	15.897,13	25,00	28.297,20	44,49	35.302,80
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	63.600,00	63.600,00	15.897,13	25,00	28.297,20	44,49	35.302,80
RECEITA PATRIMONIAL	70.900,00	70.900,00	14.100,64	19,89	49.957,17	70,46	20.942,83
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	70.900,00	70.900,00	14.100,64	19,89	49.957,17	70,46	20.942,83
RECEITA DE SERVIÇOS	131.949,75	131.949,75	0,00	0,00	21.185,83	16,06	110.763,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.914.884,00	25.914.884,00	4.090.282,48	15,78	8.202.475,32	31,65	17.712.408,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.243.092,00	25.243.092,00	3.931.226,90	15,57	7.984.957,70	31,63	17.258.134,30
Transf. de Conv.	671.792,00	671.792,00	159.055,58	23,68	217.517,62	32,38	454.274,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	796.404,50	796.404,50	47.360,83	5,95	86.545,13	10,87	709.859,37
Multas e Juros de Mora	116.600,00	116.600,00	22.971,08	19,70	38.174,10	32,74	78.425,90
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	407.578,00	407.578,00	9.155,60	2,25	17.554,24	4,31	390.023,76
RECEITAS DIVERSAS	272.226,50	272.226,50	15.234,15	5,60	30.816,79	11,32	241.409,71
RECEITAS DE CAPITAL	9.519.652,75	9.519.652,75	258.945,39	2,72	485.757,24	5,10	9.033.895,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.919.652,75	8.919.652,75	258.945,39	2,90	485.757,24	5,45	8.433.895,51
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.919.652,75	8.919.652,75	258.945,39	2,90	485.757,24	5,45	8.433.895,51
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.793.092,00	39.793.092,00	5.073.474,42	12,75	9.764.497,21	24,54	30.028.594,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	39.793.092,00	39.793.092,00	5.073.474,42	9.764.497,21	24,54	30.028.594,79
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	39.793.092,00	39.793.092,00	5.073.474,42	9.764.497,21	24,54	30.028.594,79
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	245.571,49	—	245.571,49	—	—
Superávit Financeiro	—	245.571,49	—	245.571,49	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.793.092,00	2.871.482,49	42.664.574,49	6.967.682,41	13.295.632,47	4.746.217,60	9.229.538,46	33.435.036,03
DESPESAS CORRENTES	26.488.481,00	2.958.211,81	29.446.692,81	6.138.415,55	12.067.846,11	4.518.308,77	8.800.780,14	20.645.912,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.040.000,00	-583.428,51	15.456.571,49	2.798.799,08	5.735.786,11	2.646.505,06	5.549.450,94	9.907.120,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.448.481,00	3.541.640,32	13.990.121,32	3.339.616,47	6.332.060,00	1.871.803,71	3.251.329,20	10.738.792,12
DESPESAS DE CAPITAL	13.254.611,00	-72.800,00	13.181.811,00	829.266,86	1.227.786,36	227.908,83	428.758,32	12.753.052,68
INVESTIMENTOS	12.494.611,00	-72.800,00	12.421.811,00	816.188,14	1.147.807,39	214.830,11	348.779,35	12.073.031,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	760.000,00	0,00	760.000,00	13.078,72	79.978,97	13.078,72	79.978,97	680.021,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	-13.929,32	36.070,68	0,00	0,00	0,00	0,00	36.070,68
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	39.793.092,00	2.871.482,49	42.664.574,49	6.967.682,41	13.295.632,47	4.746.217,60	9.229.538,46	33.435.036,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	39.793.092,00	2.871.482,49	42.664.574,49	6.967.682,41	13.295.632,47	4.746.217,60	9.229.538,46	21,63
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	534.958,75	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	39.793.092,00	2.871.482,49	42.664.574,49	6.967.682,41	13.295.632,47	4.746.217,60	9.764.497,21	21,63
								33.435.036,03

FONTE:
Lauro Muller, 02/06/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planej

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.793.092,00	42.664.574,49	6.967.682,41	13.295.632,47	4.746.217,60	9.229.538,46	100,00	21,63
Legislativa	1.440.000,00	1.440.000,00	191.623,14	377.100,43	191.623,14	377.100,43	4,09	26,19
Ação Legislativa	1.440.000,00	1.440.000,00	191.623,14	377.100,43	191.623,14	377.100,43	4,09	26,19
Administração	4.902.500,00	5.532.500,00	862.017,57	1.987.800,67	814.733,36	1.620.235,03	17,55	29,29
Administração Geral	4.565.000,00	4.565.000,00	862.017,57	1.764.652,67	749.319,56	1.519.254,73	16,46	33,28
Alimentação e Nutrição	287.500,00	287.500,00	0,00	233.148,00	65.413,80	100.980,30	1,09	35,12
Ensino Superior	50.000,00	680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	116.600,00	116.600,00	5.425,16	14.805,69	4.192,40	13.572,93	0,15	11,64
Policimento	116.600,00	116.600,00	5.425,16	14.805,69	4.192,40	13.572,93	0,15	11,64
Assistência Social	1.909.040,00	1.958.030,00	294.369,99	473.543,69	165.220,92	253.503,56	2,75	12,95
Assistência ao Idoso	425.000,00	425.000,00	27.149,51	72.023,36	5.215,16	6.978,16	0,08	1,64
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.065.600,00	1.065.600,00	57.956,39	74.022,21	9.112,73	24.469,20	0,27	2,30
Assistência Comunitária	418.440,00	467.430,00	209.284,09	327.498,12	150.893,03	222.056,20	2,41	47,51
Saúde	7.713.372,00	9.226.593,00	1.738.659,69	3.944.037,98	1.280.155,39	2.643.813,49	28,65	28,65
Atenção Básica	6.948.372,00	8.461.593,00	1.673.367,02	3.855.912,94	1.213.609,72	2.556.151,65	27,70	30,21
Vigilância Sanitária	665.000,00	665.000,00	63.433,67	80.914,34	63.433,67	80.914,34	0,88	12,17
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	100.000,00	1.859,00	7.210,70	3.112,00	6.747,50	0,07	6,75
Educação	10.127.000,00	10.372.571,49	1.491.529,30	2.901.201,64	1.495.903,07	2.569.275,11	27,84	24,77
Ensino Fundamental	6.507.000,00	6.752.571,49	908.760,42	1.661.371,04	778.620,54	1.353.121,16	14,66	20,04
Educação Infantil	3.620.000,00	3.620.000,00	582.768,88	1.239.830,60	717.282,53	1.216.153,95	13,18	33,60
Cultura	540.000,00	540.000,00	298.340,48	348.697,57	1.250,00	51.607,09	0,56	9,56
Difusão Cultural	540.000,00	540.000,00	298.340,48	348.697,57	1.250,00	51.607,09	0,56	9,56
Urbanismo	2.550.580,00	2.748.209,32	575.861,84	778.445,08	145.340,24	319.100,97	3,46	11,61
Infra-Estrutura Urbana	1.140.000,00	1.140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	1.410.580,00	1.608.209,32	575.861,84	778.445,08	145.340,24	319.100,97	3,46	19,84
Habitação	1.300.000,00	1.300.000,00	3.840,00	4.210,00	3.590,00	3.960,00	0,04	0,30
Habitação Urbana	1.300.000,00	1.300.000,00	3.840,00	4.210,00	3.590,00	3.960,00	0,04	0,30
Saneamento	1.260.000,00	1.260.000,00	268.050,79	384.863,95	58.860,07	134.153,23	1,45	10,65
Saneamento Básico Urbano	1.260.000,00	1.260.000,00	268.050,79	384.863,95	58.860,07	134.153,23	1,45	10,65
Agricultura	1.284.000,00	1.284.000,00	377.520,67	591.705,46	111.968,01	256.489,09	2,78	19,98
Extensão Rural	1.284.000,00	1.284.000,00	377.520,67	591.705,46	111.968,01	256.489,09	2,78	19,98

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.793.092,00	42.864.574,49	6.967.682,41	13.295.632,47	4.746.217,60	9.229.538,46	100,00	21,63
Indústria	1.500.000,00	1.500.000,00	18.700,00	18.700,00	2.337,50	2.337,50	0,03	0,16
Promoção Industrial	1.500.000,00	1.500.000,00	18.700,00	18.700,00	2.337,50	2.337,50	0,03	0,16
Comércio e Serviços	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	3.100.000,00	3.350.000,00	796.982,70	1.271.741,34	436.392,42	795.721,06	8,62	23,75
Transporte Rodoviário	3.100.000,00	3.350.000,00	796.982,70	1.271.741,34	436.392,42	795.721,06	8,62	23,75
Desporto e Lazer	1.200.000,00	1.200.000,00	33.380,07	41.024,74	23.270,07	30.914,74	0,33	2,58
Desporto Comunitário	1.200.000,00	1.200.000,00	33.380,07	41.024,74	23.270,07	30.914,74	0,33	2,58
Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	11.381,01	157.754,23	11.381,01	157.754,23	1,71	31,55
Outros Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	11.381,01	157.754,23	11.381,01	157.754,23	1,71	31,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	36.070,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	39.793.092,00	42.864.574,49	6.967.682,41	13.295.632,47	4.746.217,60	9.229.538,46	100,00	21,63

FONTE:

Lauro Muller, 02/06/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planej.

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RECEITA		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
ESPECIFICAÇÃO		Maio/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		2.893.829,46	2.463.418,34	2.390.296,41	2.543.038,71	2.584.927,52	2.503.868,47	2.810.816,66	3.826.741,49	2.436.781,65	2.559.869,12	3.051.933,70	2.001.722,78	32.070.041,31	32.031.414,25
RECEITA TRIBUTÁRIA		294.513,35	131.694,54	87.517,30	93.938,92	108.135,06	99.907,41	98.600,03	618.590,04	72.550,38	170.840,99	607.596,19	39.301,76	2.423.145,97	3.271.896,00
I.P.T.U.		214.466,46	11.289,84	11.304,03	2.849,46	7.108,11	2.337,41	1.419,75	0,00	546,17	15.830,89	392.504,23	0,00	659.656,37	729.763,00
I.R.R.F.		10.976,35	10.840,37	10.848,19	10.742,23	10.946,05	7.474,95	10.346,29	470.702,99	55.485,54	11.469,00	2.804,89	37,24	557.188,55	740.364,00
I.S.S.		49.073,22	76.351,37	38.653,94	37.355,56	34.378,27	51.771,72	56.002,93	116.201,24	48.210,77	48.210,77	80.151,09	39.264,52	682.900,17	954.000,00
I.T.B.I.		3.699,67	19.021,09	15.590,90	29.831,76	25.444,51	13.014,97	6.275,72	13.181,60	3.487,94	12.965,08	45.552,35	0,00	187.865,59	519.169,00
Outras Receitas Tributárias		16.297,65	14.191,87	11.120,24	13.159,89	30.280,12	25.308,36	24.555,34	18.474,21	13.028,73	82.365,25	86.773,63	0,00	335.535,29	328.600,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.360,38	6.030,69	6.692,41	9.204,72	28.297,20	63.600,00
RECEITA PATRIMONIAL		4.373,21	10.951,95	11.147,88	8.457,91	8.719,34	9.845,90	8.155,49	6.963,21	31.356,22	4.236,55	7.482,63	6.618,01	118.103,00	55.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		10.696,00	11.688,59	8.494,83	6.155,26	9.512,00	9.538,01	5.152,00	4.400,28	11.696,00	9.499,83	0,00	0,00	85.722,80	131.949,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.549.142,25	2.247.838,39	2.243.261,04	2.403.266,04	2.423.892,00	2.335.754,07	2.655.519,96	3.134.641,44	2.294.998,61	2.365.100,84	2.409.840,48	1.942.540,53	29.005.795,65	27.829.164,00
Cota-Parte do F.P.M.		914.277,48	762.774,91	543.193,07	710.216,26	587.797,15	587.806,17	817.626,44	843.322,78	991.395,62	1.056.624,83	1.009.322,28	335.500,04	9.161.757,03	11.448.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		540.696,75	505.675,98	501.262,64	527.987,76	575.491,46	612.613,98	579.571,66	609.762,04	603.889,82	567.871,44	574.403,10	561.745,76	6.760.973,29	7.208.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		110.198,21	120.380,97	103.255,98	135.144,13	119.759,78	93.682,70	142.754,95	97.558,98	51.607,31	114.031,05	97.808,62	106.930,82	1.296.113,70	1.484.000,00
Cota-Parte do ITR.		362,45	0,00	1.854,65	0,00	980,58	8.355,90	221,84	41,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.816,42	0,00
Outras Transferências Correntes		563.812,63	484.017,85	720.546,72	634.575,00	737.932,66	646.574,58	676.613,73	1.158.694,32	188.015,56	168.177,65	314.135,89	517.453,36	6.808.552,95	3.109.984,00
Transferências da LC 61/1989		7.924,97	7.922,86	7.804,21	8.350,56	7.595,90	8.120,07	9.007,28	9.765,72	7.723,20	6.538,65	6.398,10	6.955,45	94.097,97	127.200,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB		411.869,76	367.064,82	365.343,87	386.992,33	394.334,47	378.600,67	429.724,06	415.496,60	452.374,10	451.857,22	407.871,29	410.955,10	4.872.484,29	4.452.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		35.104,65	61.344,87	39.875,26	31.218,58	34.674,52	48.823,08	43.386,18	66.176,52	19.811,06	4.170,22	20.331,99	4.057,76	407.976,69	679.804,50
DEDUÇÕES (II)		315.074,54	279.463,48	231.592,26	276.430,71	258.453,65	262.218,24	309.894,52	310.683,25	329.886,55	351.469,51	336.324,85	201.953,37	3.463.444,93	4.063.510,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		315.074,54	279.463,48	231.592,26	276.430,71	258.453,65	262.218,24	309.894,52	310.683,25	329.886,55	351.469,51	336.324,85	201.953,37	3.463.444,93	4.063.510,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.578.754,92	2.183.954,86	2.158.704,15	2.266.608,00	2.326.473,87	2.241.650,23	2.500.921,14	3.516.058,24	2.106.895,10	2.208.399,61	2.715.608,85	1.799.769,41	28.606.596,38	27.967.904,25
FONTE:															
Lauro Muller. 02/06/2014.															

FABRICIO KUSMINALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.795.509,72	2.782.949,37	2.769.870,65
DEDUÇÕES (II)	670.541,21	975.217,84	1.575.899,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	720.656,74	1.678.070,64	2.554.851,76
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	50.115,53	702.852,80	978.952,60
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.124.968,51	1.807.731,53	1.193.971,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	2.124.968,51	1.807.731,53	1.193.971,49

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2014 (C - A)
VALOR	-613.760,04	-930.997,02

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Lauro Muller, 02/06/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	30.202.539,25	4.800.428,39	9.228.782,80	8.688.545,19
Receita Tributária	3.295.701,00	646.887,95	890.279,32	939.959,96
I.P.T.U.	729.763,00	392.504,23	408.883,29	398.268,82
I.S.S.	954.000,00	119.415,61	223.111,92	184.791,71
I.T.B.I.	519.169,00	45.352,35	61.805,37	59.125,67
I.R.R.F.	740.364,00	2.842,13	14.311,13	45.873,56
Outras Receitas Tributárias	352.405,00	86.773,63	182.167,61	251.900,20
Receita de Contribuição	63.600,00	15.897,13	28.297,20	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	63.600,00	15.897,13	28.297,20	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	70.900,00	14.100,64	49.957,17	19.652,37
(-) Aplicações Financeiras	70.900,00	14.100,64	49.957,17	19.652,37
Transferências Correntes	25.914.884,00	4.090.282,48	8.202.475,32	7.524.293,56
F.P.M.	9.582.400,00	1.075.785,88	2.712.947,64	2.184.699,20
I.C.M.S.	5.766.400,00	908.919,38	1.846.328,48	1.695.081,95
Convênios	671.792,00	159.055,58	217.517,62	319.345,64
Outras Transferências Correntes	9.894.292,00	1.946.521,64	3.425.681,58	3.325.166,77
Demais Receitas Correntes	928.354,25	47.360,83	107.730,96	224.291,67
Dívida Ativa	407.578,00	9.155,60	17.554,24	31.885,07
Diversas Receitas Correntes	520.776,25	38.205,23	90.176,72	192.406,60
RECEITAS DE CAPITAL (II)	9.519.652,75	258.945,39	485.757,24	0,00
Operações de Crédito (III)	600.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.919.652,75	258.945,39	485.757,24	0,00
Convênios	8.919.652,75	258.945,39	485.757,24	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	8.919.652,75	258.945,39	485.757,24	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	39.122.192,00	5.059.373,78	9.714.540,04	8.688.545,19

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	29.446.692,81	4.518.308,77	8.800.780,14	8.502.595,97
Pessoal e Encargos Sociais	15.456.571,49	2.646.505,06	5.549.450,94	5.150.636,14
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.990.121,32	1.871.803,71	3.251.329,20	3.351.959,83
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	29.446.692,81	4.518.308,77	8.800.780,14	8.502.595,97
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	13.181.811,00	227.908,83	428.758,32	345.887,32
Investimentos	12.421.811,00	214.830,11	348.779,35	113.607,64
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	760.000,00	13.078,72	79.978,97	232.279,68
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	12.421.811,00	214.830,11	348.779,35	113.607,64

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	36.070,68	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	41.904.574,49	4.733.138,88	9.149.559,49	8.616.203,61
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.782.382,49	326.234,90	564.980,55	72.341,58
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	245.571,49	0,00
Superávit Financeiro	-	-	245.571,49	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

Lauro Muller, 02/06/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.350.874,00	3.350.874,00	569.269,92	725.665,95	21,66
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.137.341,00	1.137.341,00	401.659,83	426.437,53	37,49
1.1.1- IPTU	729.763,00	729.763,00	392.504,23	408.883,29	56,03
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	407.578,00	407.578,00	9.155,60	17.554,24	4,31
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	519.169,00	519.169,00	45.352,35	61.805,37	11,90
1.2.1- ITBI	519.169,00	519.169,00	45.352,35	61.805,37	11,90
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	954.000,00	954.000,00	119.415,61	223.111,92	23,39
1.3.1- ISS	954.000,00	954.000,00	119.415,61	223.111,92	23,39
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	740.364,00	740.364,00	2.842,13	14.311,13	1,93
1.4.1- IRRF	740.364,00	740.364,00	2.842,13	14.311,13	1,93
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.267.200,00	20.267.200,00	2.701.965,37	6.103.637,29	30,12
2.1- Cota-Parte FPM	11.448.000,00	11.448.000,00	1.344.732,32	3.394.742,77	29,65
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.448.000,00	11.448.000,00	1.344.732,32	3.394.742,77	29,65
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.208.000,00	7.208.000,00	1.136.148,86	2.307.910,12	32,02
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	127.200,00	127.200,00	13.344,55	27.606,40	21,70
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	1.484.000,00	1.484.000,00	207.739,64	373.378,00	25,16
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.618.074,00	23.618.074,00	3.271.235,29	6.829.303,24	28,92
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	716.016,00	716.016,00	105.883,53	147.312,85	20,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	477.000,00	477.000,00	74.379,99	115.434,43	24,20
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	153.827,00	153.827,00	31.228,00	31.228,00	20,30
5.4- Transferências Diretas - PNATE	85.189,00	85.189,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	275,54	650,42	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	1.026,63	2.002,54	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	1.026,63	2.002,54	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	212.500,00	212.500,00	186.029,25	267.696,76	125,97
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	928.516,00	928.516,00	292.939,41	417.012,15	44,91
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.063.510,00	4.063.510,00	538.278,22	1.219.634,28	30,01
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.289.600,00	2.289.600,00	268.946,44	681.795,13	29,78
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.441.600,00	1.441.600,00	227.229,48	461.581,64	32,02
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.420,00	7.420,00	510,22	1.530,66	20,63
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	25.440,00	25.440,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.650,00	2.650,00	44,27	51,56	1,95
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	296.800,00	296.800,00	41.547,81	74.675,29	25,16
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.452.000,00	4.452.000,00	819.703,89	1.727.438,71	38,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.452.000,00	4.452.000,00	818.826,39	1.723.057,71	38,70
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	877,50	4.381,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	388.490,00	388.490,00	280.548,17	503.423,43	129,58
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.000.000,00	4.245.571,49	866.246,71	1.635.977,97	38,53
13.1- Com Educação Infantil	1.200.000,00	1.200.000,00	375.438,97	714.109,40	59,51
13.2- Com Ensino Fundamental	2.800.000,00	3.045.571,49	490.807,74	921.868,57	30,27
14- OUTRAS DESPESAS	452.000,00	452.000,00	14.675,64	14.675,64	3,25
14.1- Com Educação Infantil	152.000,00	152.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	300.000,00	300.000,00	14.675,64	14.675,64	4,89
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.452.000,00	4.697.571,49	880.922,35	1.650.653,61	35,14
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.650.653,61
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					94,71
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,85
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					4,45
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	5.904.518,50	5.904.518,50	817.808,82	1.707.325,81	28,92
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.170.000,00	3.170.000,00	560.642,23	1.016.153,95	32,06
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.700.000,00	4.945.571,49	616.669,79	1.113.750,22	22,52
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.100.000,00	3.345.571,49	505.483,38	936.544,21	27,99
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.600.000,00	1.600.000,00	111.186,41	177.206,01	11,08
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.870.000,00	8.115.571,49	1.177.312,02	2.129.904,17	26,24
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					503.423,43
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.381,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					507.804,43
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.622.099,74
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,75
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	477.000,00	477.000,00	117.600,17	190.061,41	39,85
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.700.000,00	1.700.000,00	198.929,03	247.247,68	14,54
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.177.000,00	2.177.000,00	316.529,20	437.309,09	20,09
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.047.000,00	10.292.571,49	1.493.841,22	2.567.213,26	24,94

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	245.571,49	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.723.057,71	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.532.975,33	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.532.975,33	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.381,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	440.034,87	0,00

Lauro Muller, 02/06/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES	EDUARDO GONZAGA BETT
Prefeito Municipal	Secret. de Adm. Finanças e Planej

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.350.874,00	3.350.874,00	725.665,95	21,66	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	729.763,00	729.763,00	408.883,29	56,03	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	519.169,00	519.169,00	61.805,37	11,90	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	954.000,00	954.000,00	223.111,92	23,39	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	740.364,00	740.364,00	14.311,13	1,93	
Dívida Ativa dos Impostos	407.578,00	407.578,00	17.554,24	4,31	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.819.200,00	8.819.200,00	2.708.894,52	30,72	
Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cota-Parte IPVA	1.484.000,00	1.484.000,00	373.378,00	25,16	
Cota-Parte ICMS	7.208.000,00	7.208.000,00	2.307.910,12	32,02	
Cota-Parte IPI-Exportação	127.200,00	127.200,00	27.606,40	21,70	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.170.074,00	12.170.074,00	3.434.560,47	28,22	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.595.772,00	8.166.793,00	3.940.823,64	48,25	2.642.045,49	32,35
Pessoal e Encargos Sociais	3.935.000,00	3.293.000,00	1.724.958,40	52,38	1.615.211,86	49,05
Outras Despesas Correntes	2.660.772,00	4.873.793,00	2.215.865,24	45,46	1.026.833,63	21,07
DESPESAS DE CAPITAL	1.117.600,00	1.059.800,00	3.214,34	0,30	1.768,00	0,17
Investimentos	1.117.600,00	1.059.800,00	3.214,34	0,30	1.768,00	0,17

Continua 1/4

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.117.600,00	1.059.800,00	3.214,34	0,30	1.768,00	0,17
Investimentos	1.117.600,00	1.059.800,00	3.214,34	0,30	1.768,00	0,17
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.713.372,00	9.226.593,00	3.944.037,98	42,75	2.643.813,49	28,65
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.363.600,00	3.538.821,00	1.150.810,04	29,18	1.096.329,37	41,47
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.141.200,00	2.316.421,00	724.070,41	18,36	720.360,67	27,25
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.222.400,00	1.222.400,00	426.739,63	10,82	375.968,70	14,22
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.363.600,00	3.538.821,00	1.150.810,04	29,18	1.096.329,37	41,47
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.349.772,00	5.687.772,00	2.793.227,94	13,57	1.547.484,12	-12,81
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5			45,06			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIb)/100]⁶			1.032.300,05			

Continua 2/4

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	0,00				0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	0,00	0,00			0,00			
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
	-		-		-			
	LIMITE NÃO CUMPRIDO							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100			
	6.948.372,00	8.461.593,00		3.855.912,94	97,77	2.556.151,65	96,68	
	665.000,00	665.000,00		80.914,34	2,05	80.914,34	3,06	
	100.000,00	100.000,00		7.210,70	0,18	6.747,50	0,26	
TOTAL	7.713.372,00	9.226.593,00		3.944.037,98		100,00		2.643.813,49
100,00								

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 14/12/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 14/12/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15 \times illb)/100$

Continua 3/4

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

Lauro Muller, 02/06/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

Lebon Regis

PREFEITURA

Homologação Processo Licitatório Nº 24/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14

HOMOLOGAÇÃO: 30/05/14

CONTRATADO: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa Contratação de empresa especializada para implantação de solução de gestão escolar on-line, incluindo: implantação do software público i-Educar, implantação de módulo administrativo integrado, serviços de migração de dados, customização e treinamentos, manutenção corretiva e evolutiva, e; também fornecer suporte técnico ao usuário, pelo período de 12 (dez) meses E que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no edital VALOR DA DESPESA: R\$ 17.150,00 (dezesete mil cento e cinquenta reais)

DATA: 30/05/14

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 52/2014

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME

Valor: 17.150,00 (dezesete mil cento e cinquenta reais)

Vigência: Início: 30/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 9/2014

Recursos: Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.055.3.3.90.00.00.00.00.00 (59), 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (77)

Objeto: O presente contrato visa Contratação de empresa especializada para implantação de solução de gestão escolar on-line, incluindo: implantação do software público i-Educar, implantação de módulo administrativo integrado, serviços de migração de dados, customização e treinamentos, manutenção corretiva e evolutiva, e; também fornecer suporte técnico ao usuário, pelo período de 01/07/14 a 31/12/14 (seis meses)

Homologação Processo Licitatório Nº 5/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/14

HOMOLOGAÇÃO: 02/06/14

CONTRATADO: COMERCIAL LUCIANO LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, água mineral e gás de cozinha, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos VALOR DA DESPESA: R\$ 77.490,00 (setenta e sete mil quatrocentos e noventa reais)

DATA: 02/06/14 - ROSANE REGINA DE SOUZA - Secretária Municipal De Assistencia Social.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/14

HOMOLOGAÇÃO: 02/06/14

CONTRATADO: CONFEITARIA ALTAS HORAS LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, água mineral e gás de cozinha, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos VALOR DA DESPESA: R\$ 33.750,00 (trinta e três mil setecentos e cinquenta reais)

DATA: 02/06/14 - ROSANE REGINA DE SOUZA - Secretária Municipal De Assistencia Social.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/14

HOMOLOGAÇÃO: 02/06/14

CONTRATADO: CIA ULTRAGAZ S/A

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, água mineral e gás de cozinha, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos VALOR DA DESPESA: R\$ 2.612,50 (dois mil seiscentos e doze reais e cinquenta centavos)

DATA: 02/06/14 - ROSANE REGINA DE SOUZA - Secretária Municipal De Assistencia Social.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 06/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS

Contratada: COMERCIAL LUCIANO LTDA

Valor: 77.490,00 (setenta e sete mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência: Início: 02/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 5/2014

Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (6), 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (15), 2.079.3.3.90.00.00.00.00.00 (18)

Objeto: O presente contrato visa à aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, água mineral e gás de cozinha, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos Lebon Régis, 2 de Junho de 2014

Contrato Nº: 07/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS

Contratada: CONFEITARIA ALTAS HORAS LTDA ME

Valor: 33.750,00 (trinta e três mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência: Início: 02/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 5/2014

Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (6), 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (15), 2.079.3.3.90.00.00.00.00.00 (18)

Objeto: O presente contrato visa à aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, água mineral e gás de cozinha, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos Lebon Régis, 2 de Junho de 2014

Contrato Nº: 08/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS

Contratada: CIA ULTRAGAZ S/A

Valor: 2.612,50 (dois mil seiscentos e doze reais e cinquenta

centavos)

Vigência: Início: 02/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 5/2014

Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00
(6),
2.039.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00
(15),

2.079.3.3.90.00.00.00.00.00 (18)

Objeto: O presente contrato visa à aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, água mineral e gás de cozinha, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos

Leoberto Leal

PREFEITURA

Processo Licitatório N.º 002/2014 - Pregão Presencial N.º 001/2014 - Iprell

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Inst. de Prev. dos Servidores Públicos de Leoberto Leal - IPRELL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014

TIPO: Menor Preço (global) Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro à Regime Próprio de Previdência Social Municipal, fornecendo o suporte técnico necessário nas questões relacionadas aos investimentos financeiros, ao IPRELL, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 001/2014. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 13 de junho de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 02.06.2014.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Diretora Executiva do IPRELL.

Decreto N.º 050/2014

DECRETO Nº 050, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

"NOMEIA COMISSÃO PARA VERIFICAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE ESGOTOS NAS EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no inciso VIII, do Art. 66 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de verificação do sistema de tratamento e disposição final de esgotos nas residências do Município de Leoberto Leal, conforme segue:

Anderson Hoffmann - Fiscal da Vigilância Sanitária;

Jandir José Kreusch - Coordenador de Obras Públicas;

Jackson Marcondes Calbuch - Engenheiro Civil;

Renato Roberto Otto - Secretário Municipal da Administração;

Vitor Norberto Alves - Secretário Municipal da Saúde;

Cassiano Greick Eger - Técnico Agrícola.

Art. 2º A Comissão caberá, sob a presidência do Servidor Vitor Norberto Alves, realizar vistoria in locu, para verificação do sistema de tratamento e disposição final de esgotos nas edificações do Município de Leoberto Leal.

Art. 3º Após a realização da referida vistoria, a Comissão deverá apresentar à Prefeita Municipal, um relatório dos imóveis vistoriados, descrevendo a situação dos referidos imóveis quanto à

existência de fossa, filtro e sumidouro para destinação final dos esgotos.

Art. 3º Caberá ainda ao Fiscal Anderson Hoffman, realizar a notificação dos proprietários dos imóveis em situação eventualmente irregular para que procedam à adequação, nos moldes das Normas Legais Vigentes.

Art. 3º A Comissão acima designada deverá realizar o trabalhos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a publicação deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 02 de junho de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Pregão Presencial Nº 030/2014 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2014

TIPO: Menor Preço (global) Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com aquisição de material para o conserto do freio da Motoniveladora G930, marca Volvo, ano/modelo 2012, pertencente ao Município Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 030/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 16 de junho de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 02/06/2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

1º Termo Aditivo - Arp PML Nº 0011.14 - PL PML Nº 0007.2014 - PP Rp PML Nº 0005.2014 - Guilherme Braghirolli Me

1º TEMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0011.2014.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0007.2014.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0005.2014.

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços PML nº 0011.2014, oriundas do Processo Licitatório PML nº 0007.2014, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0005.2014, com validade inicial de 12 (doze) meses, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e GUILHERME BRAGHIROLLI ME, com o fito de repactuar o preço dos itens abaixo indicados, em função de variação comprovada do atual preço de mercado.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e de outro GUILHERME BRAGHIROLLI ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 440, sala 02, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.638.257/0001-27, neste ato representada por seu sócio-proprietário OLMAR LUIZ BRAGHIROLLI, brasileiro, casado, empresário, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/R 459.992 e inscrito no CPF sob o nº 294.839.219-53, residente e domiciliado na Rua Luiz Specht, nº 270, 1º andar, Bairro Cruzeiro do Sul, em Joaçaba/SC), doravante simplesmente denominados FORNECEDORES; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a repactuação do preço dos itens abaixo indicados, em função de variação comprovada do atual preço de mercado.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	PREÇO UNITÁRIO ATUAL (R\$)	PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO (R\$)
4	ACELGA VERDE, nova; de 1ª qualidade; folhas sãs e sem ruptura; isenta de sujidades, parasitas e larvas; acondicionadas em embalagem transparente e resistente, com etiqueta de prazo de validade semanal.	UN	1,95	4,13

18	BATATA INGLESA LAVADA, nova, de 1ª qualidade, tamanho grande, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; isenta de sujidades, parasitas e larvas; acondicionadas em embalagem transparente e resistente.	KG	1,60	3,20
36	CEBOLA, de 1ª qualidade, sem réstia, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura, sem manchas, compacta e firme, com tamanho e coloração uniforme, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionadas em embalagem transparente e resistente.	KG	1,70	2,20
74	MAÇA GALA OU FUGI, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem fermentos, firmes, tenras e com brilho, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	KG	1,95	2,40
92	OVO DE GALINHA (TIPO COLO-NIAL), casca lisa, embalagem em dúzias, em caixa de papelão, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega, os ovos deverão estar limpos, não trincados e nem com odores estranhos.	DZ	3,20	4,63
110	TOMATE, tamanho grande, com grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, aspecto globoso, cor vermelhas, de polpa firme e intacta, isento de enfermidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações, cortes ou rachaduras, acondicionadas em embalagem transparente e resistente.	KG	2,70	4,20

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste aditivo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 20 de maio de 2014.
 MOISÉS DIERSMANN
 MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC
 ÓRGÃO GERENCIADOR

OLMAR LUIZ BRAGHIROLI
 GUILHERME BRAGHIROLI ME
 FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

Contrato PML Nº 073.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 073/ 2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 062/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 034/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1-DURALINE TECNOLOGIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Rui Barbosa, nº 1341, Bairro Costa e Silva, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.690.638/0001-15, neste ato representada por seu sócio administrador MARLON JOSÉ DOS ANJOS, brasileiro, maior, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade nº 4.018.670 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 056.680.479-46, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº1394, Bairro Bucarein, em Joinville/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 062/2014, Pregão Presencial PML nº 034/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais de informática de acordo com o Anexo I Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
4	<p>MICRO COMPUTADOR: Configurações Mínimas: processador com pelo menos quatro núcleos, com frequência mínima de processamento 2.90GHz com cache de no mínimo 3 Mb para L2 socket LGA1155 ou tecnologia superior. O processador deve ter capacidade de interpretar instruções de 32 bits e extensões de 64 bits. A placa mãe deve ser de fabricação própria para o produto ofertado, com 02 Slot PCIe X1 e 01 Slot PCIe X16, deve possuir no mínimo 2 (duas) conexões SATA 6Gbp/s internas no total ou tecnologia SATA superior, 06 Conexões USB 2.0, controlador de vídeo integrado com capacidade de alocar no mínimo 512 MB da memória principal para vídeo, serão aceitos compartilhamento dinâmico ou pre-definido. No mínimo (01) uma saída VGA integrada à placa mãe. Conector RJ-45 integrado com total compatibilidade a rede Ethernet - padrões IEEE 802.2 e 802.3 com taxa de transmissão de no mínimo 1000Mbps. Memória de no mínimo 4GB (1 x 4GB) DDR3 com frequência de no mínimo 1333MHz, Unidade de disco rígido com no mínimo 500 Gb SATA com velocidade de 7200 RPM. Possuir tecnologia SMART III, para detectar pré-falhas do disco rígido, DVD-RW, Gabinete Minitorre, o equipamento deverá ser entregue com o sistema operacional Pré-Instalado (licença para Demonstração de 30 dias) Windows 7 profissional Português Brasil. Mouse óptico com fio e scroll, mínimo 800DPI, com funcionamento em qualquer superfície, e que acompanhe Mouse Pad, com conector USB (sem uso de adaptador) e teclado com 107 teclas em português-Brasil padrão ABNT2 com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive o "Ç", com conector USB (sem uso de adaptador), caixas acústicas amplificadas USB, Fonte de alimentação ATX de no mínimo 450W, 100 VAC à 240 VAC, seleção automática de tensão; Deve acompanhar todos os cabos para instalação, bem como CD's/DVD's do Sistema Operacional, Drivers da placa-mãe e Aplicativo de produtividade. Garantia mínima de 36 meses on-site. Certificado NBR ISO 9001. Declarações do Fabricante:</p> <p>1- De que o licitante é revendedor autorizado e assistência técnica autorizada.</p> <p>2- De que os equipamentos ofertados pelo seu revendedor são de sua fabricação própria ou por regime de OEM e que garante total funcionalidade.</p>	Un.	50	2.700,00	135.000,00

O FORNECEDOR 1- DURALINE TECNOLOGIA LTDA EPP responsável pelo fornecimento do item descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão ser entregues no Setor de Compras e Licitações, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11 horas e das 13h30min às 17 horas.

1.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.6. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.7. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.8. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.9. Os equipamentos deverão ser originais, de mesma marca e mesmo fabricante.

1.10. Os equipamentos deverão estar acompanhados de todos os cabos, acessórios e manuais de instalação, configuração e operação.

1.11 Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.12 A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.16. O FORNECEDOR deverá prestar garantia on site (isto é, no local onde estiverem instalados os bens por ela fornecidos) de no mínimo 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da data da emissão do termo de recebimento definitivo. Durante o período de garantia, o FORNECEDOR ficará obrigado a efetuar, as suas expensas, as alterações, substituições e reparos de todo e qualquer bem que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como falha ou imperfeição constatada em suas características de operação. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante do produto for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

1.17. O FORNECEDOR deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes a prestação do serviço de garantia acima citado, tais como deslocamento, alimentação, hospedagem, frete, etc.

1.18. Além da obrigação de prestação de garantia, o FORNECEDOR também se obriga a respeitar o prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de cada chamado, para o comparecimento ao Município de Luzerna/SC para a execução da assistência técnica e o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para solucionar o problema, contado a partir da data de comparecimento. Se a distância entre a sede do

FORNECEDOR e a cidade de Luzerna impossibilitar a prestação da assistência técnica dentro do prazo anteriormente fixado, o FORNECEDOR deverá obrigatoriamente subcontratar empresa com capacidade técnica para executar tal assistência, cuja sede deverá estar dentro de um raio de localização que viabilize o atendimento no prazo ora exigido.

1.19. Na hipótese de subcontratar a assistência técnica para a prestação da garanta, o FORNECEDOR deverá entregar a CONTRATANTE copia autenticada ou via original do pertinente instrumento particular de contrato firmado entre o FORNECEDOR e a empresa terceirizada (com firmas devidamente reconhecidas em cartório), sob pena de rescisão unilateral do presente termo contratual, sem prejuízo das sanções dispostas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.20. Caso descumpra o prazo a que se refere o item 1.18 desta cláusula, o FORNECEDOR ficará sujeita as sanções administrativas previstas na Cláusula Quinta, sendo que, no caso de multa, seu valor corresponderá a 1% (um por cento) do valor total do(s) bem(ns) inoperante(s) pela falta de reparo por dia de atraso.

1.21. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.22. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1.O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3.O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou E-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700); E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2.Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5.Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações

posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

Projeto/atividade	Recurso	Despesa/ano	Descrição
2.010.4490.00	0	26/2014	Manutenção do convenio da radio patrulha
2.013.3390.00	55	31/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.011.4490.00	0	28/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros

2.081.3390.00	0	41/2014	Manutenção do conselho tutelar
2.028.3390.00	1	79/2014	Manutenção da educação infantil
2.002.3390.00	0	3/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.004.3390.00	0	9/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.006.4490.00	0	20/2014	Manutenção do departamento de administração
2.060.3390.00	0	135/2014	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.030.3390.00	1	61/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.030.4490.00	1	63/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.042.3390.00	0	106/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.042.4490.00	0	107/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.005.3390.00	0	12/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.006.3390.00	0	18/2014	Manutenção do departamento de administração
2.013.4490.00	55	32/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.002.4490.00	0	4/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.005.4490.00	0	13/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.011.3390.00	0	27/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros
2.015.3390.00	0	37/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.028.4490.00	1	80/2014	Manutenção da educação infantil
2.060.4490.00	0	137/2014	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.015.4490.00	0	38/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.040.4490.00	0	96/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.052.4490.00	0	116/2014	Manutenção dos serviços urbanos
2.012.3390.00	54	29/2014	Manutenção do convenio funpom
2.081.4490.00	0	42/2014	Manutenção do conselho tutelar
2.040.3390.00	0	95/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.004.4490.00	0	10/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.010.3390.00	0	25/2014	Manutenção do convenio da radio patrulha
2.012.4490.00	54	30/2014	Manutenção do convenio funpom
2.052.3390.00	0	115/2014	Manutenção dos serviços urbanos

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura

pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MARLON JOSÉ DOS ANJOS
DURALINE TECNOLOGIA LTDA EPP
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 074.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 074/ 2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 062/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 034/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

2 - LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Marechal Deodoro, nº 337, Centro, na cidade de Campos Novos/SC, CEP 89620-000, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.851/0001-47, neste ato representada por seu sócio administrador LUCIANO PILATTI, brasileiro, maior, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.948.939-46, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 062/2014, Pregão Presencial PML nº 034/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais de informática de acordo com o Anexo I Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX 200W Reais, com (2) dois conectores SATA, proteção interna contra curto-circuito, cooler de 80mm x 80mm embutido, Pinos 20+4 com tensão de entrada 115 - 230V automático, acompanha cabo de forma padrão brasileiro, cor cinza.	Un.	30	45,90	1.377,00
5	MODEM ADSL com (1) uma interface LAN 10/100Mbps RJ-45, (1) uma Porta RJ-11 WAN DSL, fonte de alimentação externa 9V CC / 0,6ª com tensão de 115 a 230V automática e garantia de 1 ano.	Un.	5	107,00	535,00

6	MONITOR LCD DE 18.5" widescreen; Base com ajuste de altura mínimo de 10 cm e rotação (90°); Tempo de resposta de, pelo menos, 5ms; interface DVI-D e VGA; Tamanho da tela (diagonal) de 18.5 polegadas; Resolução do visor de, pelo menos, 1440 x 900; Brilho (normal) de, pelo menos, 250 nits (cd/m²); Relação de contraste de, pelo menos, 1000:1, 3000:1 dinâmico; Ângulo de visualização do visor de até 170° horizontal, 160° vertical; Alimentação de energia de 100 a 240 Vac, 60Hz; Deve acompanhar cabo de alimentação no novo padrão de tomada, cabo VGA, garantia de 12 Meses.	Um.	30	460,00	13.800,00
7	MOUSE com conector USB 2.0, (3) três botões + Scroll, resolução de 800 DPI, sensor óptico, cor preta.	Un.	30	14,50	435,00
9	SISTEMA OPERACIONAL: WinPro 8.1 OLP NL Gov Legalization GetGenuine com direito a Downgrade	Un.	10	574,00	5.740,00
11	TECLADO COM CONECTOR USB, deve possuir 107 teclas + 8 teclas de atalho, padrão ABNT2, resistente a respingos d'água, tipo multimídia, caracteres gravados a laser (não descolam com o uso), teclas suaves ao toque, acabamento em black piano, redutor de ruídos durante a digitação.	Un.	30	24,00	720,00

O FORNECEDOR 2 - LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 22.607,00 (vinte e dois mil seiscentos e sete reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão ser entregues no Setor de Compras e Licitações, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11 horas e das 13h30min às 17 horas.

1.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.6. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.7. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações

de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.8. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.9. Os equipamentos deverão ser originais, de mesma marca e mesmo fabricante.

1.10. Os equipamentos deverão estar acompanhados de todos os cabos, acessórios e manuais de instalação, configuração e operação.

1.11 Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.12 A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.16. O FORNECEDOR deverá prestar garantia on site (isto é, no local onde estiverem instalados os bens por ela fornecidos) de no mínimo 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da data da emissão do termo de recebimento definitivo. Durante o período de garantia, o FORNECEDOR ficará obrigado a efetuar, as suas despesas, as alterações, substituições e reparos de todo e qualquer bem que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como falha ou imperfeição constatada em suas características de operação. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante do produto for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

1.17. O FORNECEDOR deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes a prestação do serviço de garantia acima citado, tais como deslocamento, alimentação, hospedagem, frete, etc.

1.18. Além da obrigação de prestação de garantia, o FORNECEDOR também se obriga a respeitar o prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de cada chamado, para o comparecimento ao Município de Luzerna/SC para a execução da assistência técnica e o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para solucionar o problema, contado a partir da data de comparecimento. Se a distância entre a sede do FORNECEDOR e a cidade de Luzerna impossibilitar a prestação da assistência técnica dentro do prazo anteriormente fixado, o FORNECEDOR deverá obrigatoriamente subcontratar empresa com capacidade técnica para executar tal assistência, cuja sede deverá estar dentro de um raio de localização que viabilize o atendimento no prazo ora exigido.

1.19. Na hipótese de subcontratar a assistência técnica para a prestação da garantia, o FORNECEDOR deverá entregar a CONTRATANTE cópia autenticada ou via original do pertinente instrumento particular de contrato firmado entre o FORNECEDOR e a empresa terceirizada (com firmas devidamente reconhecidas em cartório), sob pena de rescisão unilateral do presente termo contratual, sem prejuízo das sanções dispostas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.20. Caso descumpra o prazo a que se refere o item 1.18 desta cláusula, o FORNECEDOR ficará sujeita as sanções administrativas previstas na Cláusula Quinta, sendo que, no caso de multa, seu valor corresponderá a 1% (um por cento) do valor total do(s) bem

(ns) inoperante(s) pela falta de reparo por dia de atraso.

1.21. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.22. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1.O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3.O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou E-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700); E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2.Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5.Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no

importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna,

considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

Projeto/atividade	Recurso	Despesa/ano	Descrição
2.010.4490.00	0	26/2014	Manutenção do convenio da radio patrulha
2.013.3390.00	55	31/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.011.4490.00	0	28/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros
2.081.3390.00	0	41/2014	Manutenção do conselho tutelar
2.028.3390.00	1	79/2014	Manutenção da educação infantil
2.002.3390.00	0	3/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.004.3390.00	0	9/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.006.4490.00	0	20/2014	Manutenção do departamento de administração
2.060.3390.00	0	135/2014	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.030.3390.00	1	61/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.030.4490.00	1	63/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.042.3390.00	0	106/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb

2.042.4490.00	0	107/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.005.3390.00	0	12/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.006.3390.00	0	18/2014	Manutenção do departamento de administração
2.013.4490.00	55	32/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.002.4490.00	0	4/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.005.4490.00	0	13/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.011.3390.00	0	27/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros
2.015.3390.00	0	37/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.028.4490.00	1	80/2014	Manutenção da educação infantil
2.060.4490.00	0	137/2014	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.015.4490.00	0	38/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.040.4490.00	0	96/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.052.4490.00	0	116/2014	Manutenção dos serviços urbanos
2.012.3390.00	54	29/2014	Manutenção do convenio funpom
2.081.4490.00	0	42/2014	Manutenção do conselho tutelar
2.040.3390.00	0	95/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.004.4490.00	0	10/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.010.3390.00	0	25/2014	Manutenção do convenio da radio patrulha
2.012.4490.00	54	30/2014	Manutenção do convenio funpom
2.052.3390.00	0	115/2014	Manutenção dos serviços urbanos

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia

consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

LUCIANO PILATTI
LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 075.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 075/ 2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 062/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 034/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

3 - ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.248.680/0001-10, com endereço na Av. XV de Novembro, nº 818, Centro, em Joaçaba/SC, representada por seu sócio proprietário, Sr. ROBERTO ANTONIO TESSARO, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 2.140.493 e inscrito no CPF/MF sob nº 518.086.929-34, residente à Av. XV de Novembro, nº 818, Centro, em Joaçaba/SC, doravante denominado FORNECEDOR3;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 062/2014, Pregão Presencial PML nº 034/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais de informática de acordo com o Anexo I Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
12	PROJETOR MULTIMÍDIA. Configurações mínimas 3000 Lumens (1920x1080) HDMI, com projeção Frontal, Teto, Mesa e traseiro; lâmpada 230W; tamanho da imagem 50" a 300"; entradas: 1 HDMI; 01 Video RCA; 01 SVideo; 01 15 pinos RGB (Monitor); 01 Porta RS232; sistema de cor NTSC, NTSC4.43, PAL (incluindo PAL-M e N), SECAM, PAL-60, Entrada de vídeo: 480i / p, 576i / p, 1080i 60/50, 60/50/24 1080p, 720p; bivolt; incluso: Cabo de fonte de energia (1,8 m); Controle remoto; 02 pilhas AA; Cabo de sinal RGB; Tampa da lente.	Un.	05	2.440,00	12.200,00
13	FRAGMENTADOR DE PAPEL. Fragmentadora de papel com cesto com capacidade de 20 litros, com corte em partículas de até 10 folhas A4 (75g/m2), compacto, leve e portátil.	Un.	05	582,00	2.910,00

O FORNECEDOR 3 ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME - responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 15.110,00 (quinze mil cento e dez reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão ser entregues no Setor de Compras e Licitações, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11 horas e das 13h30min às 17 horas.

1.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.6. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.7. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.8. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.9. Os equipamentos deverão ser originais, de mesma marca e mesmo fabricante.

1.10. Os equipamentos deverão estar acompanhados de todos os cabos, acessórios e manuais de instalação, configuração e operação.

1.11 Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.12 A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.16. O FORNECEDOR deverá prestar garantia on site (isto é, no local onde estiverem instalados os bens por ela fornecidos) de no mínimo 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da data da emissão do termo de recebimento definitivo. Durante o período de garantia, o FORNECEDOR ficará obrigado a efetuar, as suas despesas, as alterações, substituições e reparos de todo e qualquer bem que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como falha ou imperfeição constatada em suas características de operação. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante do produto for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

1.17. O FORNECEDOR deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes a prestação do serviço de garantia acima citado, tais como deslocamento, alimentação, hospedagem, frete, etc.

1.18. Além da obrigação de prestação de garantia, o FORNECEDOR também se obriga a respeitar o prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de cada chamado, para o comparecimento ao Município de Luzerna/SC para a execução da assistência técnica e o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para solucionar o problema, contado a partir da data de comparecimento. Se a distância entre a sede do FORNECEDOR e a cidade de Luzerna impossibilitar a prestação da assistência técnica dentro do prazo anteriormente fixado, o FORNECEDOR deverá obrigatoriamente subcontratar empresa com capacidade técnica para executar tal assistência, cuja sede deverá estar dentro de um raio de localização que viabilize o atendimento no prazo ora exigido.

1.19. Na hipótese de subcontratar a assistência técnica para a prestação da garantia, o FORNECEDOR deverá entregar a CONTRATANTE cópia autenticada ou via original do pertinente instrumento particular de contrato firmado entre o FORNECEDOR e a empresa terceirizada (com firmas devidamente reconhecidas em cartório), sob pena de rescisão unilateral do presente termo contratual, sem prejuízo das sanções dispostas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.20. Caso descumpra o prazo a que se refere o item 1.18 desta cláusula, o FORNECEDOR ficará sujeita as sanções administrativas previstas na Cláusula Quinta, sendo que, no caso de multa, seu valor corresponderá a 1% (um por cento) do valor total do(s) bem(ns) inoperante(s) pela falta de reparo por dia de atraso.

1.21. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.22. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1.O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3.O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou E-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700); E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2.Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e

de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão

final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

Projeto/atividade	Recurso	Despesa/ano	Descrição
2.010.4490.00	0	26/2014	Manutenção do convenio da radio patrulha
2.013.3390.00	55	31/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.011.4490.00	0	28/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros
2.081.3390.00	0	41/2014	Manutenção do conselho tutelar
2.028.3390.00	1	79/2014	Manutenção da educação infantil
2.002.3390.00	0	3/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.004.3390.00	0	9/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.006.4490.00	0	20/2014	Manutenção do departamento de administração
2.060.3390.00	0	135/2014	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.030.3390.00	1	61/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.030.4490.00	1	63/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.042.3390.00	0	106/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.042.4490.00	0	107/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.005.3390.00	0	12/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.006.3390.00	0	18/2014	Manutenção do departamento de administração
2.013.4490.00	55	32/2014	Manutenção do convenio funpoc

2.002.4490.00	0	4/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.005.4490.00	0	13/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.011.3390.00	0	27/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros
2.015.3390.00	0	37/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.028.4490.00	1	80/2014	Manutenção da educação infantil
2.060.4490.00	0	137/2014	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.015.4490.00	0	38/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.040.4490.00	0	96/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.052.4490.00	0	116/2014	Manutenção dos serviços urbanos
2.012.3390.00	54	29/2014	Manutenção do convenio funpom
2.081.4490.00	0	42/2014	Manutenção do conselho tutelar
2.040.3390.00	0	95/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.004.4490.00	0	10/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.010.3390.00	0	25/2014	Manutenção do convenio da radio patrulha
2.012.4490.00	54	30/2014	Manutenção do convenio funpom
2.052.3390.00	0	115/2014	Manutenção dos serviços urbanos

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos

quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ROBERTO ANTONIO TESSARO
ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME
FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 076.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 076/ 2014
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 062/2014
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 034/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

4 - VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.275.370/0001-18, com endereço na Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, nº 533, Loja 01, Centro, em Concórdia/SC, CEP: 89700-000, representada por seu sócio administrador, Sr. VALÉRIO SAMUEL VANCIN, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 14/R 1.879.223-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 949.928.519-91, residente e domiciliado à Rua João Mosele, nº 72, Centro, Concórdia/SC, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 062/2014, Pregão Presencial PML nº 034/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais de informática de acordo com o Anexo I Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
2	MEMÓRIA PARA COMPUTADOR com capacidade mínima de 2GB, do tipo DDR2, Bus Rate de 800 Mhz, 1 ano de garantia.	Un.	10	145,00	1.450,00
3	MICRO COMPUTADOR: Configurações Mínimas: processador com pelo menos (4) quatro núcleos e (8) oito threads, com frequência mínima de processamento 3.40GHz com cache de no mínimo 8 Mb para L2, Microarquitetura Ivy Bridge, socket LGA1155 ou tecnologia superior. Largura de dados de 64 bits. A placa mãe deve ser de fabricação própria para o produto ofertado, com Suporte a Dual Channel DDR3 Suporta até 32GB de memória 4 slots DDR3 SDRAM (240 pinos) Suporta memórias DDR3 1.066 / 1.333 / 1.600 / 2.400*Mhz (*OC), Slot de expansão de: 1x PCI -3x PCI Express x1- 1x PCI Express x16 (x16) (3.0)- 1x PCI Express x8 (x16) - 1x PCI Express x4 (x16), deve possuir 2x canais SATA 6Gb/s, Suporta SATA RAID 0, RAID 1, 6x Conexões USB 3.0, 2x conexões USB 2.0, Áudio: Canais: 8 (7.1), suporte S/PDIF, Vídeo que Suporte 2-Way AMD CrossFireX™/NVIDIA SLI- 1x D-Sub - 1x HDMI, suporta resolução máxima de 1920x1200 - 1x DVI-D*, suporta resolução máxima de 1920x1200- A porta DVI-D não suporta conexão D-Sub com adaptador, Conector RJ-45 integrado com total compatibilidade a rede Ethernet - padrões IEEE 802.2 e 802.3 com taxa de transmissão de no mínimo 1000Mbps. Memória de no mínimo 4GB (1 x 4GB) DDR3 com frequência de no mínimo 1333MHz, Unidade de disco rígido com no mínimo 500 Gb SATA com velocidade de 7200 RPM. Possuir tecnologia SMART III, para detectar pré-falhas do disco rígido, DVD-RW, Gabinete Minitorre, o equipamento deverá ser entregue com o sistema operacional Pré-Instalado (licença para demonstração de 30 dias) Windows 7 profissional x64 Português Brasil,. Mouse óptico com fio e scroll, mínimo 800DPI, com funcionamento em qualquer superfície, e que acompanhe Mouse Pad, com conector USB (sem uso de adaptador) e teclado com 107 teclas em português-Brasil padrão ABNT2 com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive o "Ç", com conector USB (sem uso de adaptador), caixas acústicas amplificadas USB, Fonte de alimentação ATX de no mínimo 300W Reais, 100 VAC à 240 VAC, seleção automática de tensão; Deve acompanhar todos os cabos para instalação, bem como CD's/DVD's do Sistema Operacional, Drivers da placa-mãe e Aplicativo de produtividade. Garantia Mínimo: 12 Meses. Certificado NBR ISO 9001. Placa de Vídeo VGA DEDICADA: Configurações Mínimas: interface PCI Express 3.0, Chipset com base de clock (MHz) 1020, memória padrão de 2028 MB com sua velocidade de 5.4 Gbps, Tipo GDDR5, interface de 128 Bits, DirectX 11.2 (recurso de 11_0), Open GL 4.4, Portas DVI e HDMI, deve acompanhar adaptador DVI para VGA, garantia mínima de 36 meses on-site. Declarações do Fabricante: 1 De que o licitante é revendedor autorizado e assistência técnica autorizada.2 De que os equipamentos ofertados pelo seu revendedor são de sua fabricação própria ou por regime de OEM e que garante total funcionalidade.	Un.	5	4.200,00	21.000,00
10	APLICATIVO: OfficeStd 2013 OLP NL Gov com direito a Downgrade	Un.	10	965,00	9.650,00
14	RACK DESMONTÁVEL 19" X 24U (600X600 mm) PRETO: RACK 19" X 24U (600 X600 mm) DESMONTÁVEL PRETO, Atende especificações ANSI/EIA RS-310-D, IEC 297-2, D/N41494 partes 1 e 7, grau de proteção IP20, estrutura em aço 2,0 mm, capacidade de carga estática de 500 kg, rack totalmente desmontável laterais com fecho rápido com a opção de utilização de chaves nas laterais porta frontal reversível em vidro temperado cristal de 4 mm com frisos vermelhos fechadura tipo cilindro, Ângulo de abertura da porta de 180° porta traseira em aço com chave, planos (frontal e traseiro) galvanizados e com numeração de U's, estrutura do rack possui terminais de aterramento, entrada e saída de cabos pelo teto ou pela base do rack, teto com preparação para instalação de ventiladores acompanham o conjunto: quatro pés niveladores e quatro rodas (duas com trava) pintura em micro epóxi, cor preta RAL 9004	Un.	02	1.000,00	2.000,00
15	BRACKET FECHADO 6U X 450 mm PRETO: Bracket Padrão 19" com 600 mm de largura e profundidade de 450 mm. Na altura de 6U, Atende especificações ANSI/EIA RS-310-D, IEC 297-2, D/N41494 partes 1 e 7, Grau de proteção IP20, Porta frontal reversível em vidro temperado, com fechadura tipo cilindro, Ângulo de abertura da porta de 180, Estrutura em aço 1,5 mm, Capacidade de carga estática de 60 kg, Laterais com fecho rápido, com a opção de utilização de chaves nas laterais, Dois planos de fixação, Sistemas de fixação à parede com gabarito, facilitando a montagem do conjunto, Entrada e saída de cabos pelo teto ou pela base do rack com acabamento de proteção, Teto com preparação para instalação de ventiladores, Corpo do bracket com terminal de aterramento, acompanha gabarito de instalação e Pintura na cor PRETA.	Un.	02	450,00	900,00
16	PATCH CORD 1,0 MT CAT6	Un.	80	21,60	1.728,00

O FORNECEDOR 4 VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA - responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 15.110,00 (quinze mil cento e dez reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão ser entregues no Setor de Compras e Licitações, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11 horas e das 13h30min às 17 horas.

1.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.6. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.7. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.8. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.9. Os equipamentos deverão ser originais, de mesma marca e mesmo fabricante.

1.10. Os equipamentos deverão estar acompanhados de todos os cabos, acessórios e manuais de instalação, configuração e operação.

1.11 Para todos os itens que compõem o objeto deverão ser observadas as garantias de fabricação.

1.12 A garantia dos produtos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso dos mesmos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, a título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

1.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.15 Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.16. O FORNECEDOR deverá prestar garantia on site (isto é, no local onde estiverem instalados os bens por ela fornecidos) de no mínimo 12 (doze) meses consecutivos contados a partir da data da emissão do termo de recebimento definitivo. Durante o período de garantia, o FORNECEDOR ficará obrigado a efetuar, as suas despesas, as alterações, substituições e reparos de todo e qualquer bem que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como falha ou imperfeição constatada em suas características de operação. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante do produto for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

1.17. O FORNECEDOR deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes a prestação do serviço de garantia acima citado, tais como deslocamento, alimentação, hospedagem, frete, etc.

1.18. Além da obrigação de prestação de garantia, o FORNECEDOR também se obriga a respeitar o prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de cada chamado, para o comparecimento ao Município de Luzerna/SC para a execução da assistência técnica e o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para solucionar o problema, contado a partir da data de comparecimento. Se a distância entre a sede do FORNECEDOR e a cidade de Luzerna impossibilitar a prestação da assistência técnica dentro do prazo anteriormente fixado, o FORNECEDOR deverá obrigatoriamente subcontratar empresa com capacidade técnica para executar tal assistência, cuja sede deverá estar dentro de um raio de localização que viabilize o atendimento no prazo ora exigido.

1.19. Na hipótese de subcontratar a assistência técnica para a

prestação da garantia, o FORNECEDOR deverá entregar a CONTRATANTE copia autenticada ou via original do pertinente instrumento particular de contrato firmado entre o FORNECEDOR e a empresa terceirizada (com firmas devidamente reconhecidas em cartório), sob pena de rescisão unilateral do presente termo contratual, sem prejuízo das sanções dispostas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.20. Caso descumpra o prazo a que se refere o item 1.18 desta cláusula, o FORNECEDOR ficará sujeita as sanções administrativas previstas na Cláusula Quinta, sendo que, no caso de multa, seu valor corresponderá a 1% (um por cento) do valor total do(s) bem(ns) inoperante(s) pela falta de reparo por dia de atraso.

1.21. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.22. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1.O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3.O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou E-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700); E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- 4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1.As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

Projeto/atividade	Recurso	Despesa/ano	Descrição
2.010.4490.00	0	26/2014	Manutenção do convenio da radio patrulha
2.013.3390.00	55	31/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.011.4490.00	0	28/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros
2.081.3390.00	0	41/2014	Manutenção do conselho tutelar
2.028.3390.00	1	79/2014	Manutenção da educação infantil
2.002.3390.00	0	3/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.004.3390.00	0	9/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.006.4490.00	0	20/2014	Manutenção do departamento de administração

2.060.3390.00	0	135/2014	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.030.3390.00	1	61/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.030.4490.00	1	63/2014	Manutenção do ensino fundamental
2.042.3390.00	0	106/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.042.4490.00	0	107/2014	Manutenção da secretaria da agricultura e meio amb
2.005.3390.00	0	12/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.006.3390.00	0	18/2014	Manutenção do departamento de administração
2.013.4490.00	55	32/2014	Manutenção do convenio funpoc
2.002.4490.00	0	4/2014	Manutenção do gabinete do prefeito
2.005.4490.00	0	13/2014	Manutenção da assessoria de planejamento
2.011.3390.00	0	27/2014	Manutenção do convenio do corpo de bombeiros
2.015.3390.00	0	37/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.028.4490.00	1	80/2014	Manutenção da educação infantil
2.060.4490.00	0	137/2014	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.015.4490.00	0	38/2014	Manutenção do departamento de fazenda
2.040.4490.00	0	96/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.052.4490.00	0	116/2014	Manutenção dos serviços urbanos
2.012.3390.00	54	29/2014	Manutenção do convenio funpom
2.081.4490.00	0	42/2014	Manutenção do conselho tutelar
2.040.3390.00	0	95/2014	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.004.4490.00	0	10/2014	Manutenção da assessoria jurídica
2.010.3390.00	0	25/2014	Manutenção do convenio da radio patrulha
2.012.4490.00	54	30/2014	Manutenção do convenio funpom
2.052.3390.00	0	115/2014	Manutenção dos serviços urbanos

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

VALÉRIO SAMUEL VANCIN
VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 077.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 077/2014
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 060/2014
PREGÃO PML Nº 032/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Emilio Vescovi, nº 153, Bairro Santa Tereza, no Município de Videira(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 04.489.202/0001-08, neste ato representada por sua sócia administradora EUZENIR CANSAN, brasileira, maior, solteira, comerciante, portadora da cédula de identidade nº 11/R 2.637.861-SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº 765.170.989-68, residente e domiciliada na Rua Ângelo Grazziotin, nº 291, Bairro Matriz, na cidade de Videira/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 060/2014, Pregão nº 032/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de uniformes destinados às atividades esportivas realizadas pelos alunos cursantes do ensino fundamental no Município de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
2	Camiseta em tecido 100% poliéster, modelo Masculino nas cores Azul com Amarelo e Branco, manga modelo raglan curta, gola redonda, com estampas no sistema de sublimação, com numeração de 2 a 21, conforme modelo em anexo, nos tamanhos: G/8 un; e GG/10 un.	UN	20,00	21,40	428,00
3	Camiseta em tecido 100% poliéster, modelo Masculino nas cores Verde com Vermelho e Branco, manga modelo raglan curta, gola redonda, com estampas no sistema de sublimação, com numeração de 2 a 17, conforme modelo em anexo, nos tamanhos: P/8 un; e M/8 un.	UN	16,00	21,80	348,80
6	Camiseta em tecido 100% poliéster, modelo Feminino nas cores Verde com Vermelho e Branco e Branco, manga modelo raglan curta, gola redonda, com estampas no sistema de sublimação, com numeração de 2 a 17, conforme modelo em anexo, nos tamanhos : P/8 un ; e M/8 un.	UN	16,00	22,40	358,40
7	Camiseta em malha pique- 53% algodão e 47% poliester, na cor vermelha, gola polo com botão comparte de dentro da abertura em preto, manga curta, com bordado lado esquerdo da bandeira de Luzerna, nos tamanhos: P/10 un; M/10 un; G/10 un; GG/10 un.	UN	40,00	23,40	936,00
10	Blusa de Moletom, 50% algodão e 50% poliester, na cor vermelha e amarela, com estampa lado esquerdo da bandeira com escrita Handebol + numero 1 + Luzerna, conforme modelo em anexo, nos tamanhos : P/2 un; M/2 un; G/2 un.	UN	6,00	34,40	206,40

12	Calção em tecido 100% poliéster, modelo masculino nas cores azul com amarelo, estampas no sistema de sublimação, na perna direita escrito Luzerna e na perna esquerda o numero de 2 ao 17 conforme modelo em anexo, nos tamanhos P/8 un; M/8 un.	UN	16,00	16,90	270,40
13	Calção em tecido 100% poliéster, modelo masculino nas cores azul com amarelo, estampas no sistema de sublimação, na perna direita escrito Luzerna e na perna esquerda o numero de 2 ao 21 conforme modelo em anexo, nos tamanhos G/10 un; GG/10 un.	UN	20,00	16,90	338,00
14	Calção em tecido 100% poliéster, modelo masculino nas cores vermelho com preto, estampas no sistema de sublimação, na perna direita escrito Luzerna e na perna esquerda o numero de 2 ao 17 conforme modelo em anexo, nos tamanhos P/8 un; M/8 un; G/10 un; e GG/10 un.	UN	16,00	16,90	270,40
16	Bermuda feminina em tecido 100% poliamida, na cor preta com estampa perna esquerda Luzerna e numero de 2 ao 17 na perna direita, conforme modelo em anexo, nos tamanhos: P/8 un; M/8 un.	UN	16,00	21,90	350,40
17	Bermuda feminina em tecido 100% poliamida, na cor vermelha com estampa perna esquerda Luzerna e numero de 2 ao 17 na perna direita, conforme modelo em anexo, nos tamanhos: P/8 un; M/8 un.	UN	16,00	21,90	350,40

1.2. O FORNECEDOR 1 - HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA EPP, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 3.857,20 (três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos);

1.3. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.5. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante - não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais;

1.6. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.7. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte, nas dependências da Prefeitura de Luzerna, de segunda a sexta-feira, das 08 horas às

11h30min e das 13h30min às 17h30min.

1.8.O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.12.O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PAGAMENTOS**

3.1. O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) dias após o recebimento das mercadorias, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700).

3.4. a apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICIPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento

dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do

recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser identificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de

Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento: 3.3.90.30.23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Reduzido: 095

Fonte 00 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EUZENIR CANSAN

HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA EPP

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 078.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 078/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 060/2014

PREGÃO PML Nº 032/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. XV de Novembro, nº42, Fundos, Bairro Centro, no Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.920.994/0001-79 neste ato representado por seu sócio administrador JOÃO CARLOS SAMOURA, brasileiro, maior, casado, vendedor, portador da cédula de identidade nº 14/R 1706603 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 504.989.249-04, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 060/2014, Pregão nº 032/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de uniformes destinados às atividades esportivas realizadas pelos alunos cursantes do ensino fundamental no Município de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Camiseta em tecido 100% poliéster, modelo Masculino nas cores Azul com Amarelo e Branco, manga modelo raglan curta, gola redonda, com estampas no sistema de sublimação, com numeração de 2 a 17, conforme modelo em anexo, nos tamanhos: P/8 un; e M/8 un.	UN	16,00	20,50	328,00
4	Camiseta em tecido 100% poliéster, modelo Masculino nas cores Verde com Vermelho e Branco, manga modelo raglan curta, gola redonda, com estampas no sistema de sublimação, com numeração de 2 a 21, conforme modelo em anexo, nos tamanhos: G/10 un; e GG/10 un.	UN	20,00	21,70	434,00

5	Camiseta em tecido 100% poliéster, modelo Feminino nas cores Azul com Amarelo e Branco, manga modelo raglan curta, gola redonda, com estampas no sistema de sublimação, com numeração de 2 a 17, conforme modelo em anexo, nos tamanhos: P/8 un; e M/8 un.	UN	16,00	22,50	360,00
8	Camiseta em malha pique, modelo baby look, 53% algodão e 47% poliéster, na cor vermelha, gola polo com botão comparte de dentro da abertura em preto, manga curta, com bordado lado esquerdo da bandeira de Luzerna, nos tamanhos: P/17 un; M/12 un; G/6 un.	UN	35,00	22,20	777,00
9	Camiseta em malha pique, 53% algodão e 47% poliéster, na cor vermelha, gola redonda, manga curta com punho na barra, com bordado lado esquerdo da bandeira de Luzerna, nos tamanhos: 8/6 un; 10/6 un; 12/8 un.	UN	20,00	22,40	448,00
11	Calça moleton, com tecido 50% algodão e 50% poliéster, na cor vermelha e amarela, com estampa na perna direita Luzerna, nos tamanhos: P/2 un; M/2 un; G/2 un.	UN	6,00	30,20	181,20
15	Calção em tecido 100% poliéster, modelo masculino nas cores vermelho com preto, estampas no sistema de sublimação, na perna direita escrito Luzerna e na perna esquerda o numero de 2 ao 21 conforme modelo em anexo, nos tamanhos G/10 un; GG/10 un.	UN	20,00	16,50	330,00

1.2. O FORNECEDOR 2 - SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 2.858,20 (dois mil oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos);

1.3. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.4. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.5. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante - não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais;

1.6. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.7. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte, nas dependências da

Prefeitura de Luzerna, de segunda a sexta-feira, das 08 horas às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

1.8.O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.12.O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.13. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.14. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) dias após o recebimento das mercadorias, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700).

3.4. a apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizara o pagamento, isentando o MUNICIPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5.Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais a fim de comprovar o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento

dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do

recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de

Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade: 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Reduzido: 095
Fonte 00 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;
9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de maio de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

JOÃO CARLOS SAMOURA
SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Receitas Federais do Dia 30/05/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 30/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		128.876,31
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	143.514,33
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	143.514,33
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	143.514,33
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	143.514,33
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	86.108,60
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	35.878,58
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	21.527,15
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	14.064,84
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	14.064,84
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	8.438,90
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.625,94
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-28.702,86
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-28.702,86
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-28.702,86
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-28.702,86

Luzerna, 02/06/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira

PREFEITURA

Decreto 1394

DECRETO Nº1394, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Regulamenta o programa de Apoio e Incentivo ao Produtor Rural para contratação de empresa particular terceirizada para prestação de serviço para o ano de 2014.

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, SC, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei nº 546, de 25 de outubro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º. - O programa de apoio e incentivo previsto pela Lei 546/2011, fica regulamentado por este Decreto, sendo implementado para o ano de 2014, com conjeturas por este decreto.

Parágrafo único - Os trabalhos de incentivos e apoio regulados por este Decreto terão sua vigência até o dia 31/12/2014, ou até que houver recursos.

Art. 2º. - O incentivo e apoio concedido ao produtor rural macieirense será de horas máquinas, que serão contratadas pela Prefeitura junto às empresas terceirizadas e especializadas neste trabalho, sendo prestados na propriedade do interessado, sendo 50% do valor dos serviços de máquinas pago através de incentivo ao produtor rural pela Prefeitura Municipal e 50% do valor das horas pagas pelo produtor.

Parágrafo primeiro - Compreende-se no trabalho de horas máquinas, a utilização de trator de esteiras, para a implementação do trabalho de agricultura previsto pelo parágrafo 3º. Da Lei 546/2011.

Parágrafo segundo - Para a contratação das empresas terceirizadas deverão se observar os processos licitatórios nos moldes legais previstos.

Parágrafo terceiro - O número de horas a ser concedido a cada interessado, de acordo com o disposto no art. 5º. da Lei 546/2011, não poderá exceder a 20 horas/máquina por interessado/beneficiário.

Parágrafo quarto - O período de trabalho das máquinas terceirizadas contratadas será realizado até o dia 31/12/2014, ou até se esgotar o recurso previsto por este Decreto, independentemente de quantos interessados/beneficiários estiverem escritos.

Art. 3º. - A habilitação dos interessados beneficiários e plano de trabalho para a implementação do serviço, será na forma prevista pelo art. 7º. e seus parágrafos da Lei 546/2011.

Parágrafo primeiro - O prazo de habilitação dos interessados/beneficiários será do período de 01/05/2014 a 20/12/2014.

Parágrafo segundo - Não serão aceitos pedidos de habilitação fora do prazo prescrito pelo parágrafo anterior.

Parágrafo terceiro - No caso de não serem atendidos todos os interessados/beneficiários que se habilitarem, quer seja por falta de recurso, ou qualquer outra situação que obste o trabalho das máquinas, e ainda, ultrapassado o período previsto para a implementação deste programa de incentivo e apoio, serão considerados suspensos os trabalhos, até a edição de novo Decreto,

devendo o interessado/beneficiário novamente se habilitar junto à Secretaria competente.

Art. 4º. - Para cobrir as despesas com programa de incentivo e apoio será utilizado recurso na ordem de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais) da dotação do Orçamento Geral do Município, conforme prevê o art. 11 da Lei 546/2011.

Parágrafo primeiro - No caso de vencido o prazo deste Decreto, ou esgotados os recursos previstos, serão encerrados os trabalhos do programa de incentivo e apoio através de horas máquinas.

Parágrafo segundo - Em se encerrando os trabalhos do programa, bem como no caso de vencido o prazo deste Decreto, e havendo saldo remanescente do recurso previsto, deverá o numerário retornar aos cofres públicos.

Art. 5º. - Para cada serviço realizado na propriedade do interessado/beneficiário, deverá ser emitido pela Secretaria de Agricultura, um relatório constando as horas máquinas trabalhadas, a espécie de serviço prestados, quais as máquinas que foram utilizadas e ao final constar a data e assinatura do Secretário da Agricultura e do interessado/beneficiário, para fins de conferência e prestação de contas do recurso público aplicado.

Art. 6º. - O pagamento da empresa terceirizada contratada para a realização e implementação dos serviços de horas máquinas, será de acordo com o cronograma de pagamentos mantidos pela municipalidade.

Art. 7º. - Este decreto deverá ser publicado e afixado em locais públicos, de forma que possa chegar ao conhecimentos de todos os interessados/beneficiários para fim da habilitação para o programa de incentivo e apoio.

Art. 8º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, 02 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

FICHA DE HABILITAÇÃO

INSCRIÇÃO No. _____

PRODUTOR RURAL: _____

CPF: _____

INSCRIÇÃO PRODUTOR/NOTA PRODUTOR: _____

LOCALIDADE RURAL: _____

ESPECIE DE SERVIÇO: _____

Por força deste documento, declaro estar ciente dos termos do Decreto Municipal que regulamenta o programa de incentivo e apoio ao produtor rural, da numeração da minha inscrição, e principalmente da forma da prestação do trabalho de horas máquinas a serem destinados em minha propriedade, sabedor inclusive que, se por alguma condição alheia ao previsto pelo programa ocorrer, poderei deixar de receber o incentivo das horas, devendo me habilitar novamente quando da publicação de novo Decreto para tal fim.

Declaro ainda que, a propriedade rural indicada para os trabalhos é de minha propriedade, sob pena de responder criminalmente pela falta cometida, sem prejuízo de ressarcir os cofres públicos o investimento que me foi destinado.

Por fim, declaro estar plenamente em dia com os tributos fiscais para receber o benefício das horas máquinas, sob pena de responder pela declaração de falsidade.

Macieira ____/____/____.

Interessado/Beneficiado: _____

Assinatura do Requerente

RELATÓRIO DO SERVIÇO PRESTADO

PRODUTOR RURAL: _____

LOCALIDADE RURAL: _____

HORAS MÁQUINAS: _____

ÉSPECIE DE SERVIÇO PRESTADO: _____

MÁQUINAS UTILIZADAS: _____

O presente relatório tem por finalidade cumprir à determinação do art. 5º. Do Decreto Municipal.

Ademais, com a assinatura do presente, o interessado/beneficiado declara ter recebido o trabalho das horas máquinas acima especificadas na propriedade indicada de acordo com o que postulou na ficha de habilitação, dando por satisfeito e implementado o serviço pleiteado, nada mais tendo a reclamar.

Macieira, ____/____/____.

Interessado/Beneficiado Secretário da Agricultura

Produtor Rural

Portaria 3160A

PORTARIA N.º 3160A/2014

"Admite, os Servidores que Especifica"

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA	SECRETARIA
Rudinei Citadin	Motorista	40	05/05/2014	Saúde
Natani Zam-boni	Enfermeira	20	29/04/2014	Saúde

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 12 de maio de 2014.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

Portaria 3171

PORTARIA N.º 3171/2014

"Exonera, os Servidores que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Ângelo Castilho da Silva	Motorista II - efetivo	12/05/2014
Evandro João Wurges	Motorista I - efetivo	19/05/2014
Ana Claudia Cerry	Professora - contratada	12/05/2014

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 22 de maio de 2014.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

Portaria 3172

PORTARIA N.º 3172/2014

"Concede Licença Premio ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar Municipal nº 39, de 28/12/2009, com previsão legal no Artigo 136, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal, Fermino Jose de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, 15(quinze) dias de Licença Premio, no período de 13/05/2014 a 27/05/2014.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 22 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Portaria 3169

PORTARIA N.º 3169/2014

"Concede Licença Maternidade à Servidora que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, a Servidora Pública Municipal, Roseli Panata, ocupante do cargo de Diretora da Saúde, por 120(cento e vinte) dias, conforme atestado em anexo, no período de 15/05/2014 a 11/09/2014.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 22 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Portaria 3170

PORTARIA N.º 3170/2014

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 36, de 18/06/2009,

Considerando, a necessidade de designação de servidor responsável pelo assessoramento direto ao Secretário Municipal da Saúde;

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços;

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora LUCILA CARMEN SERIGHELLI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Matrícula nº 256, lotada na Secretaria da Saúde, para exercer as funções de assessoramento direto ao Secretário Municipal de Saúde, agendamento de consultas, exames, encaminhamento de TFDs, bem como atendimento dos pacientes nas ausências do Secretário.

Para desempenho da atribuição ora designada, a servidora fará jus, nos termos do parágrafo único do artigo 50 da Lei Complementar Municipal nº 36, de 18 de junho de 2009, a uma gratificação de função (FG), de 14% (catorze por cento), sobre o vencimento básico de seu cargo efetivo, sem direito a incorporação. A gratificação concedida tem vigência a partir deste mês, e efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 22 de maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Portaria 3164

PORTARIA 3164/2014

Chegou ao conhecimento do gestor municipal, que o funcionário efetivo, investido no cargo de mecânico, através do último concurso público, Sr. Arthur Moreira Paganela, que ainda se encontra em estágio probatório, não correspondeu às prerrogativas do cargo, causando prejuízo ao erário nas seguintes situações:

No dia 05/05/2014, o mecânico solicitou o motor de arranque do Microônibus placas MCB5126 para conserto sob a justificativa de que o mesmo estaria com problemas. Como não tinha conhecimento técnico sobre o motor de arranque, orientou que fosse encaminhado a uma empresa especializada, como de fato ocorreu. Contudo, ao se examinar a peça com problemas, a empresa emitiu laudo informando que não havia qualquer problema no motor de arranque. Isso causou prejuízos aos cofres públicos.

Na data de 07/05/2014, ao receber ordens para desmontar a caixa de transmissão da Motoniveladora, que se encontrava no Km. 30, demorou cinco dias para desmontar e montar, e ainda não solucionou o problema. Pelo contrário, ao montar errado a transmissão

agravou mais ainda o problema. O prejuízo redundante da falta de conhecimento e experiência do funcionário gerou um prejuízo de R\$ 4.000,00, quando poderia ser solucionado com R\$ 400,00 conforme laudo técnico incluso.

Diante dos prejuízos causados, inicialmente o funcionário foi advertido verbalmente e posteriormente com suspensão disciplinar.

E, diante da falta de conhecimento técnico e competência para atuar na função de mecânico, corroborado com a provável continuidade de prejuízos aos cofres públicos, tanto pelos consertos necessários, como pelo tempo que ficam indisponíveis os veículos, assim como pelo pagamento do salário sem a efetiva contraprestação, se faz necessário a instalação de processo administrativo para a investigação dos fatos ocorridos assim como da qualificação do servidor público, para poder ou não atuar na função de mecânico.

Para tanto, determino a instalação de processo administrativo para investigar, objetivando a aplicação da penalidade disciplinar legal.

Junte-se ao processo a Portaria de nomeação do funcionário nomeado; suspensões aplicadas; laudos técnicos e demais documentos inerentes ao prejuízo suportado pelos cofres públicos.

Os atos do processo realizar-se-ão no Paço Público, sede deste Município, que deverá ser concluído no prazo de 60 dias, prorrogáveis por igual prazo se necessário for.

Na instrução do feito, deverão os membros da comissão ouvir o servidor público Arthur Moreira Paganela, sobre os fatos supra mencionados, e demais envolvidos, bem como eventuais testemunhas arroladas pelo mesmo.

Oficie-se à empresa RETIFICA SUDESTE LTDA - ME com sede na Rodovia RS463, Km. 3,5 Lotes 01, 02, 07 e 08, no Bairro João Fortunato, no Município de Tapejara RS, CEP 99.950-000, para que forneça comprovantes que habilitem a empresa a ministrar cursos técnicos, assim como os cursos a que foi submetido o servidor investigado, o período, e sua habilitação profissional. Requisite-se ainda cópia do contrato de trabalho havido e qual função exercida com a referida empresa.

Oficie-se a cada uma das empresas que ministraram cursos técnicos ao servidor público, pois alguns certificados carecem de credibilidade, são cópias, como por exemplo o VER assessoria e treinamento automotivo, pois o servidor é nascido no ano de 1992 e aos dez anos de idade já fazia o curso. Da mesma forma quando tinha 15/16 anos de idade e sequer possuía CTPS assinada também fez cursos na empresa Meclo Ferramentas e Metalúrgica Riosulense S/A.

Os diplomas apresentados se constituem em cópia e até a presente data não foram substituídos pelos originais.

Nomeio COMISSÃO DISCIPLINAR na pessoa dos seguintes funcionários: PRESIDENTE: Edemar Nicolau Kuhn; SECRETÁRIOS: Ronivon Luiz Bridi, Adriano Lazarotti e Ocimar Carlos Pioli;

Nomeio o servidor Adriano Lazarotti oficial para os atos citatórios.

O presidente da comissão dirigirá o processo administrativo, competindo-lhe:

I - convocar e presidir as reuniões da comissão;

II - exercer o poder de polícia nas reuniões;

III - assegurar ao acusado o direito ao contraditório e ampla defesa;

IV - determinar a produção das provas necessárias à instrução do processo;

V - velar pelo rápido andamento do processo, cumprindo os prazos determinados;

VI - prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Administração, que representa;

VII - orientar a elaboração do Relatório Final de modo a que represente a verdade real obtida no processo;

VIII - orientar os atos da comissão de forma que as provas sejam apreciadas com isenção;

IX - não retardar, sem motivo justo, o andamento da instrução do processo;

X - substituir o secretário da comissão em suas faltas ou impedimentos;

XI - comunicar à autoridade competente a falta de qualquer membro da comissão, podendo solicitar sua substituição;

XII - assinar, com o secretário, todos os atos da comissão;

Ao secretário da comissão compete:

I - redigir os ofícios, mandados, e demais atos da comissão;

II - executar as ordens emanadas da presidência promovendo citações e intimações;

III- comparecer a todas as reuniões do colegiado, ou não podendo, fazê-lo, comunicar com antecedência ao presidente para que promova sua substituição para o ato;

IV - ter sob sua guarda e responsabilidade, os autos do processo e demais papéis da comissão;

V - fornecer, com autorização do presidente, certidão de qualquer ato do processo.

Observe-se para todos os fins os critérios procedimentais pertinentes e vinculados à administração pública e os princípios legais correspondentes.

Publique-se esta Portaria para todos os fins legais.

Macieira, 22 de Maio de 2014.
EMERSON ZANELLA
PREFEITO

Lei 718

LEI Nº 718, DE 27 DE MAIO DE 2014
ALTERA ANEXO I, DA LEI Nº 639, DE 19/02/2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º. - Fica alterado o Anexo I da LEI Nº 639, de 19 de fevereiro de 2013, alterando valores das Diárias conforme segue:

ANEXO I
(LEI nº 639, de 19/02/2013.)

GRUPOS	CARGO/FUNÇÃO	VALOR DIÁRIAS		
		Capital Federal	Cidade com mais de 200 mil habitantes	Demais Cidades
01	Prefeito, Vice-Prefeito	635,00	450,00	400,00
02	Secretários Municipais, Procurador Geral do Município e Diretor Geral Contabilidade	395,85	350,00	300,00
03	Demais cargos comissionados e Funções Gratificadas	350,00	350,00	300,00
04	Servidor nível superior	395,85	350,00	300,00
05	Demais servidores	317,00	200,00	160,00

Art. 2º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de maio de 2014.
EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Lei 717

LEI Nº 717, DE 27 DE MAIO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.04	Séc. Mun. De Educação, Cultura e Esportes
20.38	Apoio ao ensino Medio
33.90	Aplicações Diretas
R\$ 2.560,00	

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.04	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
20.41	Manutenção das Festiv. E Atividades Culturais
33.90	Aplicações Diretas
R\$ 2.560,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de Maio de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Lei 719

LEI Nº719, DE 27 DE MAIO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

10.0	Fundo Municipal de Saúde
10.01	Fundo Municipal de Saúde
20.33	Manutenção Vig. Em Saúde Sanitária.
44.90	Aplicações Diretas
R\$ 27.000,00	

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

10.00	Fundo Municipal de Saúde
10.01	Fundo Municipal de Saúde
20.33	Manutenção Vig. Em Saúde Sanitária.
33.90.3.66	Aplicações Diretas
R\$ 27.000,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de Maio de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Lc 65

LEI COMPLEMENTAR Nº 65, de 27 de maio de 2014.

PARA ALTERAÇÃO DA LEI 055/1994 QUE INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACIEIRA, VISANDO A ADEQUAÇÃO HIERÁRQUICA LEGAL E ATUALIZAÇÃO BEM COMO ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO DA CIDADE DE MACIEIRA SC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Educação de Macieira - CME, de acordo com o artigo 155 da lei estadual n.º 6809 de 03 de julho de 1986, observadas as diretrizes e bases para a organização da educação nacional, as políticas e planos educacionais da União e do Estado de Santa Catarina, bem como a lei nº. 11.494 de 20 de junho de 2007.

§1º O Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) passa a integrar o Conselho Municipal de Educação, constituindo uma de suas Câmaras.

§2º O Conselho Municipal de Educação de Macieira será composto por duas Câmaras:

- I. Câmara de Educação Básica;
- II. Câmara do FUNDEB.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação, regulamentado em regimento interno, é órgão colegiado integrante do Sistema Municipal de Ensino de Macieira - SME, com atribuições normativa, deliberativa, mobilizadora, fiscalizadora, consultiva, propositiva, de controle social e de assessoramento aos demais órgãos e instituições do Sistema de Ensino do Município.

Parágrafo único: O Regimento Interno será elaborado ou revisado pelo Conselho, sendo aprovado através de parecer por dois terços dos conselheiros titulares.

Art. 3º Compete ao Conselho:

I. promover a participação da sociedade civil no planejamento, no acompanhamento e na avaliação da educação municipal;

II. zelar pela qualidade pedagógica e social da educação no Sistema Municipal de Ensino;

III. zelar pelo cumprimento da legislação vigente, no Sistema Municipal de Ensino;

IV. participar da elaboração e acompanhar a execução e a avaliação do Plano Municipal de Educação de Macieira;

V. assessorar os demais órgãos e instituições do Sistema Municipal de Educação no diagnóstico dos problemas e deliberar a respeito de medidas para aperfeiçoá-lo;

VI. emitir pareceres, resoluções, indicações, instruções e recomendações sobre assuntos do Sistema Municipal de Educação de Macieira, em especial, sobre autorização de funcionamento, credenciamento e supervisão de estabelecimentos de ensino públicos e privados de seu sistema, bem como a respeito da política educacional nacional;

VII. manter intercâmbio com os demais Sistemas de Educação dos municípios e do Estado de Santa Catarina;

VIII. analisar as estatísticas da educação municipal anualmente, oferecendo subsídios aos demais órgãos e instituições do Sistema Municipal de Educação de Macieira;

IX. emitir pareceres, resoluções, indicações, instruções e recomendações sobre convênio, assistência e subvenção a entidades públicas e privadas filantrópicas, confessionais e comunitárias, bem como seu cancelamento;

X. acompanhar o recenseamento e a matrícula da população em idade escolar para a educação infantil e ensino fundamental, em todas as suas modalidades;

XI. mobilizar a sociedade civil e o Estado para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, no sistema regular de ensino;

XII. dar publicidade quanto aos atos do Conselho Municipal de Educação;

XIII. mobilizar a sociedade civil e o Estado para a garantia da gestão democrática nos órgãos e instituições públicas do Sistema Municipal de Ensino;

XIV. acompanhar, controlar e fiscalizar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

XV. conferir e emitir pareceres quanto as prestações de contas referentes a educação municipal;

XVI. supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito do município, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização da educação no município.

§1º Cada Câmara cuidará das matérias a ela pertinentes.

§2º As matérias específicas a uma câmara serão estudadas e debatidas no conselho pleno, mas só deliberadas em seção exclusiva da Câmara responsável pela matéria tendo caráter terminativo.

§3º As matérias comuns às duas Câmaras serão estudadas e deliberadas no Conselho Pleno sendo assinadas pelos presidentes das respectivas câmaras, do Conselho Pleno e pelos conselheiros presentes.

§4º As deliberações normativas serão homologadas pelo

secretário(a) e levadas ao conhecimento da Comunidade.

Art. 4º O Conselho Municipal de Educação será composto por até 15 (quinze) membros, na forma da lei, titulares representantes da sociedade civil e do Poder Público, eleitos por seus pares e indicados pelas suas respectivas entidades e nomeados, por ato do Prefeito Municipal.

§1º Os membros do Conselho serão distribuídos da seguinte forma:

I - Câmara da Educação Básica:

- a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação;
- b) 1 (um) representante do Magistério Público Municipal;
- c) 1 (um) representante dos Diretores de Unidades de Educação e Ensino da Rede Pública Municipal;
- d) 1 (um) representante dos Conselhos Escolares Municipais ou equivalentes;
- e) 1 (um) representante da Escola Estadual no município, se houver;

II - Câmara do FUNDEB, nos termos da Lei nº. 11.494, de 2007:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública municipal;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas municipais;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;
- e) 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- f) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal, que não sejam servidores públicos municipais;
- g) 2 (dois) representantes dos estudantes universitários que não sejam servidores públicos municipais.

§2º Cada conselheiro titular terá seu respectivo suplente que o substituirá na ausência temporária ou definitiva com iguais direitos e deveres.

§3º O Presidente do Conselho Municipal de Educação será indicado pelo plenário, por eleição aberta, com maioria absoluta, para um mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução.

§4º As Câmaras elegerão seus respectivos Presidentes a cada ano, permitida uma recondução.

§5º A eleição do Presidente da Câmara do FUNDEB será nos termos da Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007.

§6º Cabe ao Presidente do Conselho Municipal de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias antes de findar o mandato dos conselheiros, mobilizar as instituições para convocação das assembleias que escolherão os novos representantes para a composição das Câmaras.

§7º No caso do presidente não cumprir o disposto no parágrafo acima competirá ao Secretário Municipal de Educação executar a ação.

§8º Os representantes da Secretaria Municipal de Educação serão indicados pelo Secretário.

Art. 5º São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Educação:

- I. cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau do prefeito e do vice-prefeito;
- II. tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos da educação, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III. pais de alunos que:

- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos; ou
- b) prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato, fica vedada:

I. sua exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

II. a atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

III. o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 7º O mandato de cada membro do Conselho Municipal de Educação terá duração de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§1º O conselheiro pode ser substituído a qualquer tempo por interesse do segmento, órgão ou entidade representada ou, ainda, por afastamento definitivo conforme critérios estabelecidos no Regimento Interno do Conselho, ressalvados os casos previstos na Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007.

§2º Ocorrendo vaga no Conselho Municipal de Educação, será nomeado novo membro que completará o mandato do anterior.

Art. 8º Ao final do mandato, no máximo 40% (quarenta por cento) dos conselheiros de cada câmara, poderão ser reconduzidos ao Conselho.

Parágrafo único: A recondução se dará através de eleição secreta realizada pelo próprio Conselho e ratificada pelo segmento, órgão ou entidade representada, em conformidade com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Macieira-SC.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal da Educação garantirá infra-estrutura e condições logísticas adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecerá ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e composição do respectivo Conselho.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº530 de 08/09/2011 e ficam expressamente revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Macieira
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação _ Processo Nº 0027/2014 Registro de Preços Nº 0009/2014

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2014

REGISTRO DE PREÇO Nº 0009/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0027/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº

0021/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇO nº 0009/2014 que até 09h00min, do dia 13 de junho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de abril de 2014, estará recebendo propostas para o Registro de Preço, para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo óleo diesel S10 - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota municipal do Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no ANEXO I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 13/06/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0021/2014, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 02 de junho de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial - Nº 084/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública com acesso simultâneo para usuários da administração municipal direta e indireta, que atenda as especificações técnicas, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 24/06/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 02 de junho de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz

Pregoeira Municipal

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 292/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 292/2014.

FORNECEDOR: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - FUNC.

CNPJ: 83.395.921/0001-28.

OBJETO: Contratação de Instituição para realização de Processo Seletivo para cargos diversos da Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Ação Social e Secretaria de Agricultura, visando admitir em caráter temporário.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XIII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Mafra, (SC) 02 de junho de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial - Nº 073/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de materiais de construção, persiana, vidros e grades de ferro, destinado a reforma do

correio localizado no Avencal do Meio, através da secretaria de Administração, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 16/06/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 30 de maio de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz
Pregoeira Municipal

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 12.667.876/0001-75

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA

Nota Fiscal nº. 3415 R\$ 605,60

Nota Fiscal nº. 3416 R\$ 751,40

Valor Total: R\$ 1.357,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de materiais didáticos destinados as Escolas da Educação Fundamental e Infantil através da Secretaria Municipal de Educação. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 03 de junho de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES
Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

Maracajá

PREFEITURA

Decreto 44/2014

DECRETO Nº 44 DE 30 DE MAIO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR IDADE A SERVIDORA NORMÉLIA COELHO ESTÁCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Idade requerido pela servidora Normélia Coelho Estácio;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011;

Considerando, o parecer administrativo nº 001/2014 da Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;

Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a aposentadoria da servidora Normélia Coelho Estácio.

DECRETA:

Art.1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 26 de Maio de 2014, aposentadoria por idade a servidora NORMÉLIA COELHO ESTÁCIO, brasileira, nascida em 13 de Fevereiro de 1954, portador do CPF Nº 019.243.459-43, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 277, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com base no artigo 40 da Constituição Federal, parágrafo primeiro, inciso III, alínea 'b', com vigência imediata, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art.2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 001/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do Benefício por Aposentadoria por Idade (Proventos Proporcionais) com valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria da servidora, homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art.3º Exonera a servidora NORMÉLIA COELHO ESTÁCIO, brasileira, nascida em 13 de Fevereiro de 1954, portadora do CPF Nº 019.243.459-43, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 277, em razão da aposentadoria por idade, homologada no art.1º desse Decreto, a partir da concessão da aposentadoria, conforme parecer administrativo 001/2014.

Art.4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 30 de Maio de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 30 de Maio de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Decreto 45/2014

DECRETO Nº 45 DE 30 DE MAIO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA AO SERVIDOR JOSÉ MANOEL DA ROCHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria Compulsória requerida por José Manoel da Rocha;

Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011;

Considerando, o parecer administrativo nº 002/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;

Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria Compulsória requerida por José Manoel da Rocha;

Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art.1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 26 de Maio de 2014, a Aposentadoria Compulsória do servidor JOSÉ MANOEL DA ROCHA, brasileiro, nascido em 25 de Setembro de 1943, portador do CPF Nº 288.787.529-91, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 286.

Art.2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 002/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria Compulsória com o valor de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria compulsória do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art.3º Exonera o servidor JOSÉ MANOEL DA ROCHA, brasileiro, nascido em 25 de Setembro de 1943, portador do CPF Nº 288.787.529-91, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 286, em razão do pedido de aposentadoria compulsória, homologada no art.1º desse Decreto.

Art.4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 30 de Maio de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 30 de Maio de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Decreto 42/2014

DECRETO Nº 42 DE 28 DE MAIO DE 2014.

ESTABELECE A REVISÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DE DEFICIT ATUARIAL, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 875 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá/SC, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 73, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art.1º Fica estabelecida a revisão do Plano de Amortização para equacionamento de déficit atuarial, em conformidade com o § 2º do art. 2º Lei nº 875 de 08 de Novembro de 2011, nos termos do artigo seguinte.

Art.2º Conforme indicado no Parecer Atuarial do exercício de 2014, o valor do passivo atuarial do Município de Maracajá/SC é de R\$ 11.866.399,52 (onze milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, trezentos e noventa e nove reais, cinquenta e dois centavos), que será amortizado no curso de 32 anos a uma taxa suplementar inicial de 4,71% (quatro vírgula setenta e um por cento) no ano de 2014, de acordo com a tabela abaixo:

Nº	Ano	Alíquota Amortizante
01	2014	4,71 %
02	2015	10,21 %
03	2016	15,71 %
04	2017	21,22 %
05	2018	26,72 %
06	2019	32,22 %
07	2020	37,72 %
08	2021	43,22 %
09	2022	48,73 %
10	2023	48,73 %
11	2024	48,73 %
12	2025	48,73 %
13	2026	48,73 %
14	2027	48,73 %
15	2028	48,73 %
16	2029	48,73 %
17	2030	48,73 %
18	2031	48,73 %
19	2032	48,73 %
20	2033	48,73 %
21	2034	48,73 %
22	2035	48,73 %
23	2036	48,73 %
24	2037	48,73 %
25	2038	48,73 %
26	2039	48,73 %
27	2040	48,73 %
28	2041	48,73 %
29	2042	48,73 %
30	2043	48,73 %
31	2044	48,73 %
32	2045	48,73 %

Parágrafo Único. A taxa suplementar de que trata este caput, terá seus efeitos retroativos desde 01 de Janeiro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 28 de Maio de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 28 de Maio de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 219/2014

PORTARIA n.º 219/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita MARIA DE LOURDES MARTINS, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à Servidora Rosinéia da Silva Tomazi, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 220/2014

PORTARIA n.º 220/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE FONOAUDIÓLOGA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita LEILA ROSSO DUZIONI, para ocupar o cargo de Fonoaudióloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Extrato Aditivo Nº 001/2014 - Contrato Nº 002/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 001/2014 (Acréscimo valor)

Contrato n.º. 002/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: AUTO POSTO MELEIRO LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL E GASOLINA) PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Valor: 32.868,45

Data da assinatura: 02 de maio de 2014.

Extrato Aditivo Nº 001/2014 - Contrato Nº 003/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 001/2014 (Acréscimo valor)

Contrato n.º. 003/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: AUTO POSTO MELEIRO LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL E GASOLINA) PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Valor: 40.449,00

Data da assinatura: 02 de maio de 2014.

Extrato Aditivo Nº 005/2014 - Contrato Nº 102/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 005/2013 (Prorrogação do Prazo de Vigência)

Contrato n.º. 102/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto: Prestação de serviço de engenharia na construção de módulos sanitários e sistema de tratamento de esgoto, com fornecimento de materiais e mão de obra conforme planilhas orçamentárias e projeto básico em anexo no edital.

Vigência: Início: 13/03/2014 Término: 30/05/2014

Data da assinatura: 10 de março de 2014.

Extrato Aditivo Nº 006/2014 - Contrato Nº 027/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 006/2014 (acréscimo valor)

Contrato n.º. 027/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: MANOEL IRINEU DA ROSA ME

Objeto: Compõe o objeto do presente termo aditivo de Contrato a

prestação de serviços contínuos de triagem de resíduos sólidos domésticos e comerciais urbano produzidos no município de Meleiro.

Valor: 4.899,77

Data da assinatura: 02 de maio de 2014.

Extrato Aditivo Nº 008/2014 - Contrato Nº 078/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 008/2014 (Prorroga vigência)

Contrato n.º. 078/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CARLESSI ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA

Objeto: Construção do sistema de esgotamento sanitário de Meleiro, compreendendo rede coletora de esgoto, ligações domiciliares, estação de recalque e estação de tratamento sanitário, tudo de conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares.

Vigência: Início: 20/03/2014 Final: 18/04/2014

Data da assinatura: 17 de março de 2014

Termo de Homologação Carta Convite Nº 050/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO CARTA CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA n.º. 050/2014.

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei n.º. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo n.º. 050/2014

Modalidade: Carta Convite para Obras e Serviços de Engenharia.

Data da homologação: 30/05/2014

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA NA REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO JOÃO FRANCISCO OSTETTO LOCALIZADO NA RUA LUIZA NAPOLI CANELA - CENTRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO.

Empresa Vencedora: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Valor do Objeto: R\$ 132.550,00

Meleiro/SC, 02 de junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Termo de Homologação Carta Convite Nº 052/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO CARTA CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA n.º. 052/2014.

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em

vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 052/2014

Modalidade: Carta Convite para Obras e Serviços de Engenharia.

Data da homologação: 02/06/2014

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL NA RUA 73 E RUA 79 DO BAIRRO SANGA GRANDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO EM ANEXO.

Empresa Vencedora: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Valor do Objeto: R\$ 146.755,31

Meleiro/SC, 02 de junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 42/2014

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 42/2014

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 12:00 horas do dia 18/JUNHO/2014. Abertura da sessão no dia 18/JUNHO/2014 às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Federal nº 3931 de 19/setembro/2001, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - Pregão presencial para a prestação de SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO EM EQUIPAMENTOS; a com fornecimento de todo o material, animais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para sua execução, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital.

2 - DA EXECUÇÃO

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos serviços licitados, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência contratual, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - Os serviços e produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora iniciará os serviços mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de oito dias.

2.4 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 - Os serviços licitados deverão ser executados por profissionais especializados, em numero suficiente para execução sem interrupção, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com o Município de Monte Carlo.

2.6 - Os serviços serão executados em um dia por semana, com duração de oito horas e com atendimento a no mínimo trinta (30) crianças.

2.7 - O dia da semana será definido pela Secretaria de Educação e quando não houver possibilidade de trabalho para o dia marcado

em razão de mau tempo este será transferido, sem prejuízo ao Município.

2.7 - Em razão da especificidade do serviço, e dos deslocamentos necessários é imprescindível que o serviço seja prestado o mais próximo possível do centro da cidade, para tanto é indispensável que a empresa preste os serviços em rota atendida pelo transporte escolar.

3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar enumeradas no item nº 6 do presente Edital.

3.2 - Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.3 - Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.4 - É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5 - Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.6 - Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.7 - Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 - Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

3.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.10 - Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.11 - Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data inferior a 30 (trinta) dias da apresentação ou Contrato Social na forma de Lei.

4.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.2.1 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

4.3 - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação", modelo Anexo IV.

4.4 - No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão manifestar esse interesse no momento do credenciamento, prerrogativa esta comprovada com a apresentação da Certidão Simplificada mencionada no item 4.1

4.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1 a 4.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

4.6 - Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 - Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

REGISTRO DE PREÇOS

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

5.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo

especificação detalhada dos serviços ou produtos segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item e o preço global (somatório do preço total de cada item), em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos (unitários, totais e globais) trazidos pelo Termo de Referência.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários, preços totais e preço global inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital. Ou seja, não basta apenas o respeito ao preço global máximo, mas também, deve-se respeitar os preços unitários e total máximos. O momento da verificação do respeito ao limite máximo se dará ao final da etapa de lances verbais.

f) conter prazo de validade contratual;

g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

5.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO III).

5.5 - Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

5.5.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

5.5.2 - Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

5.5.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

5.5.4 - Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014
REGISTRO DE PREÇOS
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

6.2.1 - Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei.

6.2.2 - Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

6.2.3 - Quanto a Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata.

6.2.4 - Quanto a Qualificação Técnica:

a) Alvará Municipal.

b) Comprovação de capacidade técnica, por meio de certificados, diplomas ou outra forma de capacitação dos instrutores.

6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

7.1 - Entregar e/ou prestar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

7.2 - Realizar os serviços na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado o serviços, na parte que couber.

7.3 - Prestar os serviços licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

7.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o documento referido no item anterior, ou fazer constar na NF em campo específico para informações adicionais o número da Ordem de Fornecimento.

7.5 - Entregar os serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

7.7 - Ter disponibilidade de atender no mínimo de vinte crianças dia.

7.8 - Dispor de cavalos e material de apoio necessário e adequado ao desenvolvimento das atividades.

7.9 - Dispor de instalações sanitárias adequadas para pessoas com deficiência e uso comum.

7.10 - Equipamentos e locais adequados para montar e apegar os praticantes (se possível com rampa).

7.11 - Local adequado para a prática de equitação em dias de frio, chuva ou sol forte. Pode ser picadeiro coberto, galpão ou local apropriado.

7.12 - O piso usado nas atividades deve ser de areia, grama ou chão batido, evitando-se terrenos acidentados.

7.13 - Os locais ao ar livre devem ser cercados, ter limites claros e porteira para evitar a saída indesejada e outras situações difíceis com os animais.

7.16 - Baías suficientes para garantir a higienização e bem estar dos animais.

7.17 - Local adequado para guardar os materiais de montaria e de lida com os cavalos, bem como de serragem, feno, ração, esterquia e medicamento para os animais.

7.18 - Todas as despesas com manutenção dos animais e do local das praticas de equitação são de inteira responsabilidade da contratada.

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

8.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.3. - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

8.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

8.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

8.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

8.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

8.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que

apresente defeito.

8.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 - Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

8.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

8.15 - Rejeitar a prestação dos serviços para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou se houver, que não seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem

preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02(dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

9.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM desde que atendidas às exigências deste Edital.

11 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 - Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2 - A propositura de esclarecimento por via postal, não impede

a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3 - Somente serão aceitos pedidos de impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo -SC.

11.3.1 - Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

11.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12 - CONTRATO

12.1 - As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e/ou serviços constantes no Edital a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através de contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura até a data de 31/dezembro/2014.

12.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM - Diário Oficial dos Municípios, a firmar contrato no prazo máximo de até 3 (três) dias corridos, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

12.3 - O licitante que, convocado para assinar o contrato, deixar de fazê-lo no prazo fixado, do processo será excluído.

12.4 - Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.5 - Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13 - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - O valor contratado poderá sofrer alterações dentro do prazo de contratação, desde que devidamente fundamentado e comprovado pela contrata e aprovado pela contratante..

14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a contratação dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

14.7 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

14.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

14.9 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.10 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

14.11 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por

cento) calculada sobre o valor total do contrato;
c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.13 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 14.14, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA - 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

14.14 - Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	6	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	1	Por ocorrência

8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	1	Por ocorrência
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado	2	Por ocorrência
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	2	Por ocorrência
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência

14.15 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

14.16 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.17 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 - A contratação poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 - O preço contratado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens contratados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as necessárias negociações.

15.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições contratuais;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17 - DA DOTAÇÃO

17.1 - As despesas decorrentes da entrega/realização do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014.

Órgão 07

Unidade 01

Projeto / Atividade 2.010

71 - 3.3.90.00.00.00.00.0001

Projeto / Atividade 2.011

79 - 3.3.90.00.00.00.00.0001

18 - DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela execução dos serviços, objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 - Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

18.3 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

18.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência,

sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.5 - O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme art. 65 §1º, da Lei 8.666/93.

19.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.10 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:30 horas, através dos telefones 49/3546.0194, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

19.11 - São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- ANEXO I - Procuração;
- ANEXO II - Proposta de Preços;
- ANEXO III - Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- ANEXO IV - Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- ANEXO V - Relação dos Órgãos Participantes;
- ANEXO VI - Minuta do Contrato.
- ANEXO VII - Relação de quantidades aproximadas.
- ANEXO VIII - Modelo Declaração de Idoneidade.
- ANEXO IX - Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal.
- ANEXO X - Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- ANEXO XI - Declaração de elaboração independente de proposta.
- ANEXO XII - Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.
- ANEXO XIII - Termo de Referência.

Monte Carlo - SC, 30 de Maio 2014.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
PREFEITO

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

PROCURAÇÃO

____<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>____, por meio de ____<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. ____<NOME COMPLETO, RG, CPF>____, outorgando-lhe poderes gerais para representar

a referida empresa na Licitação ____<MODALIDADE, NÚMERO/ANO>____, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

____<Cidade/Estado>____, ____<data>____

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante
reconhecida em Cartório.

ANEXO II PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014 PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____

Nome de Fantasia: _____

Endereço: _____

Bairro: _____Município: _____

Estado: _____

CEP: _____ Fone/Fax: _____

CNPJ: _____

Inscrição Estadual: _____

Inscrição Municipal _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo Contratual: xxx/xxxxxx/xxxx

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão incluídos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante

Carimbo da empresa

Continua...

ANEXO II - continuação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

PROPOSTA DE PREÇOS

4 - OBJETO DA PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL

Monte Carlo - SC, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx
(representante legal)

Carimbo CNPJ:

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:

CIDADE:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE:

TITULAR DA CONTA CORRENTE:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), ____ < DATA > _____
Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Nº XX/2014

Aos dias do mês de do ano de dois mil e catorze, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM contratar a empresa: xxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. xxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxx inscrita no C.N.P.J. sob o nº xxxxxxxxxx, neste ato representada pelo, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, portador do cpf nº xxxxxxxxxx doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos/serviços descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as regras editalícias decorrentes do Pregão Presencial nº 24/2014. Integram o presente Contrato, independente de suas transcrições os termos e especificações constantes do Processo Licitatório nº 42/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO:

1.1 - A presente contratação, de serviços de treinamento em equitação com fornecimento de todo o material, animais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para sua execução.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - A licitante vencedora executará o objeto do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 08 (oito) dias.

2.2 - A contratada se obriga a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.3 - Os serviços licitados deverão ser executados por profissionais especializados, em numero suficiente para execução sem interrupção, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com o Município de Monte Carlo.

2.4 - Os serviços serão executados em um dia por semana, com duração de oito horas e com atendimento a no mínimo trinta (30) crianças.

2.5 - O dia da semana será definido pela Secretaria de Educação e quando não houver possibilidade de trabalho para o dia marcado em razão de mau tempo este será transferido, sem prejuízo ao Município.

2.6 - Em razão da especificidade do serviço, e dos deslocamentos necessários é imprescindível que o serviço seja prestado o mais próximo possível do centro da cidade, para tanto é indispensável que a empresa preste os serviços em rota atendida pelo transporte escolar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - A contratante pagará a contratada pelo do objeto descrito na cláusula primeira o valor total de R\$: xxxx(xxxxxxxxxxxxxx)

3.2 - O pagamento será feito em favor da contratada, mediante transferência bancária da contratada até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte da emissão da respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, com a seguinte classificação:

Órgão 07

Unidade 01

Projeto / Atividade 2.010

71 - 3.3.90.00.00.00.00.0001

Projeto / Atividade 2.011

79 - 3.3.90.00.00.00.00.0001

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Entregar e/ou prestar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 - Realizar os serviços na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado o serviços, na parte que couber.

5.3 - Prestar os serviços licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

5.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o documento referido no item anterior, ou fazer constar na NF em campo específico para informações adicionais o número da Ordem de Fornecimento.

5.5 - Entregar os serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

5.7 - Ter disponibilidade de atender no mínimo de vinte crianças dia.

5.8 - Dispor de cavalos e material de apoio necessário e adequado ao desenvolvimento das atividades.

5.9 - Dispor de instalações sanitárias adequadas para pessoas com deficiência e uso comum.

5.10 - Equipamentos e locais adequados para montar e apeiar os praticantes (se possível com rampa).

5.11 - Local adequado para a prática de equitação em dias de frio, chuva ou sol forte. Pode ser picadeiro coberto, galpão ou local apropriado.

5.12 - O piso usado nas atividades deve ser de areia, grama ou chão batido, evitando-se terrenos acidentados.

5.13 - Os locais ao ar livre devem ser cercados, ter limites claros e porteira para evitar a saída indesejada e outras situações difíceis com os animais.

5.16 - Baias suficientes para garantir a higienização e bem estar dos animais.

5.17 - Local adequado para guardar os materiais de montaria e de lida com os cavalos, bem como de serraragem, feno, ração, esterquia e medicamento para os animais.

5.18 - Todas as despesas com manutenção dos animais e do local das praticas de equitação são de inteira responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - Independente da transcrição, as penalidades por descumprimento das obrigações são aquelas mencionadas no Edital de origem do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

7.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial e, pelos demais motivos enumerados no art. 78 da lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA E DO PRAZO

8.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura,

com duração até 31/dezembro/2014.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

9.1- O presente instrumento contratual encontra-se vinculado ao Processo Licitatório nº 42/2014 na modalidade Pregão Presencial nº 24/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA - NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos a normas da Lei 8666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, xx de xxxxxxxx de 2014.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

FONECEDOR

Marcos Nei Correa Siqueira

Representante Legal

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

Beatriz Amazonas: _____

ANEXO VII**PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014****RELAÇÃO DE QUANTIDADES APROXIMADAS E PREÇOS MÁXIMOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	R\$ MÁXIMO/UNIDADE	R\$/TOTAL
1	SERVIÇOS DE EQUITAÇÃO	MESES	06	1.500,00	9.000,00

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº xx/xxxx, DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____ (ENDEREÇO)

COMERCIAL) _____, declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), ____ < DATA> _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO XI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no item 5.5.5 do Edital - Pregão Presencial acima identificado, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da

presente licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Administração do Município de Monte Carlo antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante)

ANEXO - XII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

_____, (nome), portador do CPF N.º _____, na condição de preposto da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____,

DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

_____, em ____/____/____.

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

ANEXO - XIII

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EQUITAÇÃO.

1 - OBJETIVO

1.1 - O presente termo tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação para a de SERVIÇOS DE EQUITAÇÃO; com fornecimento de todo o material, mão de obra, animais, ferramentas e equipamentos necessários para sua execução, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital.

1.2 - Por equitação, entende-se como a arte de andar a cavalo.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 - A contratação de serviços de equitação se justifica pela necessidade de manter as atividades desenvolvidas pela administração pública junto as crianças com idade escolar.

2.2 - As referidas atividades não são finalísticas da Administração Municipal, o que faz com que a mesma não possua uma estrutura de quadro de pessoal e equipamento próprio que comporte a sua realização com eficácia, daí a necessidade da presente contratação.

2.3 - O fornecimento pela contratada dos equipamentos e demais materiais necessários para a execução das atividades e não pelo

próprio órgão contratante se justifica pelos seguintes motivos:

2.3.1 - As empresas, na realização dos serviços possuem os animais, equipamentos, tais como local, profissionais, instalações, para este fim específico, mão de obra treinada para executar o objeto da contratação com segurança e eficácia.

2.3.2 - Mesmo que a Administração pudesse realizar tais serviços, por preço reduzido em relação ao da empresa contratada, deveriam ser considerados outros custos incidentes nos controles dos mesmos, tais qual a remuneração dos servidores envolvidos, aquisição de equipamentos especiais e as despesas decorrentes de eventuais perdas, entre outros. Além disso, a especialização da contratada garante maior eficácia nos resultados finais.

2.4 - A equitação oferece um meio com condições adequadas de desenvolvimento das crianças ao estimular uma contribuição a área de esporte com as atividades de volteio com fins educacionais.

2.5 - Com a utilização de equinos, em especial o cavalo, em uma abordagem interdisciplinar, busca-se o desenvolvimento biopsicosocial das pessoas.

3 - ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1 - Lei nº 8.666/1993 de 21 de junho de 1993.

3.2 - Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000.

3.3 - Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001.

3.4 - Decreto nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

3.5 - Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002.

4 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Valor e quantidade estimado é aquele constante em tabela anexa, após consulta no comércio que presta serviços inerentes ao objeto, bem como junto a órgãos públicos que já realizaram contratação com objeto similar.

4.2 - A presente contratação será efetuada através de licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, julgamento por item.

5 - DA ÁREA E CARACTERÍSTICAS DOS LOCAIS ONDE SERÃO PRESTADOS OS SERVIÇOS

5.1 - O local de prestação do serviço deverá ser em local próximo ao centro da cidade, em que ofereça segurança aos participantes, que seja de fácil acesso por linha de transporte de estudantes, que seja devidamente cercada para evitar fuga dos animais e que tenha parte do terreno plano e coberto por grama ou chão batido, bem como deve ter instalações para abrigo dos animais e dos participantes.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial 140/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE CESTAS BASICAS DEVIDAMENTE FECHADAS EM EMBALAGENS PLASTICAS CONTENDO GENEROS ALIMENTICIOS (NÃO PERECIVEIS) PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AOS BENEFICIADOS DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 13/06/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 13/06/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 02 de junho de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Decreto 443 Prorroga Efeitos de Processo Seletivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO Nº 443 DE 2 DE JUNHO DE 2014
PRORROGA EFEITOS DE PROCESSO SELETIVO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogados os efeitos do Processo Seletivo nº 003/2012.

Art. 2º A prorrogação de que trata o artigo anterior compreende o período de 02 (dois) anos, de 30/6/2014 a 30/6/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 30/6/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 2 de junho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria 018 Exonerações por Aposentadoria

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA Nº 18 DE 6 DE JANEIRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, incisos I, III e VI,

RESOLVE:

I EXONERAR o senhor APARECIDO SILVA GOMES do cargo efetivo de Vigia, haja vista a sua aposentadoria concedida pelo Navegantesprev a partir de 6/1/2014, processo 2013.01.00039.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE JANEIRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 6 de janeiro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA Nº 815 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, incisos I, III e VI,

RESOLVE:

I EXONERAR o senhor CARLOS ENORIDO FELÍCIO do cargo efetivo de Vigia, haja vista a sua aposentadoria concedida pelo Navegantesprev a partir de 18/2/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1294 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, incisos I, III e VI,

RESOLVE:

I EXONERAR o senhor JOSÉ MANOEL MARTINS do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, haja vista a sua aposentadoria concedida pelo Navegantesprev a partir de 5/3/2014, processo n.º 2014.02.00002.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 28 de fevereiro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1671 DE 24 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDOR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, incisos I, III e VI,

RESOLVE:

I EXONERAR o senhor PAULO AFONSO GAYA do cargo efetivo de Tesoureiro, haja vista a sua aposentadoria concedida pelo Navegantesprev a partir de 1º/4/2014, processo n.º 2014.04.00008.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 24 de março de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1699 DE 26 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDORA POR APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, incisos I, III e VI,

RESOLVE:

I EXONERAR a senhora MARIA DE FÁTIMA GAYA MAFRA do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, haja vista a sua aposentadoria concedida pelo Navegantesprev a partir de 1º/4/2014, processo n.º 2014.03.00009.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE MARÇO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 26 de março de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 2268 DE 28 DE MAIO DE 2014
EXONERA SERVIDORA POR APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, incisos I, III e VI,

RESOLVE:

I EXONERAR a senhora MARLENE PEREIRA DOS SANTOS do cargo efetivo de Atendente de Posto de Saúde, haja vista a sua aposentadoria concedida pelo Navegantesprev a partir de 5/6/2014, processo n.º 2014.02.00098.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 5/6/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE MARÇO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de março de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2278 DE 28 DE MAIO DE 2014

EXONERA SERVIDOR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, incisos I, III e VI,

RESOLVE:

I EXONERAR o senhor JOSÉ ANACLETO do cargo efetivo de Vigia, haja vista a sua aposentadoria concedida pelo Navegantesprev a partir de 5/6/2014, processo n° 2014.04.00101.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 5/6/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE MARÇO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de março de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2290 DE 2 DE JUNHO DE 2014

EXONERA SERVIDORA POR APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, incisos I, III e VI,

RESOLVE:

I EXONERAR a senhora GLÓRIA REGINA PEREIRA do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, haja vista a sua aposentadoria por invalidez concedida pelo Navegantesprev a partir de 5/6/2014, processo n° 2014.03.00102.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 5/6/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Tomada de Preço 144/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO N° 144/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAC, LOCALIZADO NO BAIRRO MEIA PRAIA, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. ATRAVÉS DO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM, PROPOSTA SIGEF N° 10026. Data da entrega dos envelopes: 18/06/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 18/06/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n° 100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 02 de junho de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Homologação TP 109/2014.

Homologação TP 109/2014

Tomada de Preço N° 109/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DA AVENIDA RIO DO SUL, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

Empresa/Fornecedor: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Ltda. Valor: R\$ 159.237,55 (cento e cinquenta e nove mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

Navegantes, 03 de junho de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Extrato Contratual N° 144/2014.

Extrato Contratual PMN N° 144/2014.

Contrato N°.: 144/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

CNPJ: 18.205.110/0001-55.

Vigência : Início: 29/05/2014 Término: 26/09/2014.
Valor.....: R\$ 180.660,33 (cento e oitenta mil seiscentos e sessenta reais e trinta e três centavos).
Licitação : Tomada de Preços nº 079/2014.
Recursos : Dotação: 1.019.4490.00.00.00.00.00
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia (com fornecimento de material) para execução da obra de construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Municipal Professora Badia de Faria, localizada no Bairro Hugo de Almeida, através da Tomada de Preço nº 079/2014.

Nova Trento

PREFEITURA

Comunicado COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Nova Trento, através do Setor de Recursos Humanos (RH), comunica a quem interessar possa, que ficam anuladas todas as publicações referente aos Contratos SP/2014 (Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público), publicados no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, de forma errônea, nas Edições abaixo identificadas:

- Edição nº 1.487, de 16 de maio de 2014;
- Edição nº 1.488, de 19 de maio de 2014;
- Edição nº 1.489, de 20 de maio de 2014;
- Edição nº 1.496, de 29 de maio de 2014;
- Edição nº 1.497, de 30 de maio de 2014.

Os textos dos contratos devidamente corrigidos, serão publicados oportunamente, de forma sintetizada, neste órgão de publicação oficial dos municípios.

Nova Trento, em 02 de maio de 2014.
Josemar Guilherme Franzói
Prefeito Municipal em Exercício

Orleans**PREFEITURA****Aviso de Licitação 69/2014 Pregão Presencial**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TRUCK TRAÇADO COM BASCULANTE E DE UM TRATOR AGRÍCOLA DE PNEU, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO AO PRESENTE EDITAL, PARA O MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC.

Recebimento das Propostas: até o dia 17/06/2014 às 13h45minm.

Abertura das Propostas: dia 17/06/2014, às 14h: 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 02 de Junho de 2014.

Paial**PREFEITURA****Pregão Presencial 017/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 017/2014
Processo de Licitação 30/2014

Objeto: aquisição de Diesel S10 para máquinas da Prefeitura Municipal, conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 13:45 hs do dia 18/06/2014

Abertura: 18/06/2014 as 14:00hs

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 02 de junho de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Mês 05/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL
EXTRATO CONTRATUAL

"Aditivo Nº : 3 TA ao 16/2013 - Contrato Nº: 16/2013

Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada...: LEANDRO PAGLIARI - ME

Valor : 14.465,45 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 29/05/2014 Término: 01/07/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2013

Objeto : Execução de obra para Reforma da Unidade Básica de Saúde de Paial.

Paial, 2 de Junho de 2014

Palhoça

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo Nº140

T. A Nº 140/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 002/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA VINICIUS GOEDERT ME.

Pelo instrumento de Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2014, que entre si celebram, de um lado, o Município de Palhoça, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280 - Parque Residencial Pagani, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob nº 82.892.316/0001-08, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Senhor DANIEL BROERING HARGER, pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Shirley Nobre Scharf, e pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Palhoça, Sr. José Tadeu da Cunha, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa VINICIUS GOEDERT ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Capitão Augusto Vidal, nº 3.190 - Centro - Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 14.249.022/0001-02, neste ato representada por seu representante legal Senhor Vinícius Goedert, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência ao Processo Licitatório nº 150/2013 - Concorrência Pública, homologado em 25/11/2013, tem justo e convencionado a seguinte mudança contratual:

CLÁUSULA I - Fica acrescido o valor de R\$ 123.558,62 (cento e vinte e três mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos), sendo R\$ 86.491,04 (oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e um reais e quatro centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 37.067,58 (trinta e sete mil, sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 20,3084% do valor atualizado do contrato nº 002/2014, correspondente ao Item 02, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

CLÁUSULA II - As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento
Da Secretaria Municipal de Educação, através do elemento de despesa: "116" -13.01.1.162.4.4.90.51.91.00.

CLÁUSULA III - A readequação mencionada no presente termo aditivo está devidamente embasado no artigo 65, inciso I, alínea "b" e parágrafo 1º da Lei de Licitações.

CLÁUSULA IV - O presente termo aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato nº 002/2014, bem como Solicitação de Compras nº 576/2014 - encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, e Parecer Jurídico.

CLÁUSULA V - As demais cláusulas pactuadas no Contrato nº 002/2014, permanecem inalteradas.

CLÁUSULA VII - Este termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura.

E por assim estarem acordes, assinam as partes, o presente termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 30 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

Contratante

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

JOSÉ TADEU DA CUNHA

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 5847-2

VINICIUS GOEDERT ME.

Vinicius Goedert

Contratada

TESTEMUNHAS:

01. _____

02. _____

Extrato de Termo Aditivo Nº141

T. A Nº 141/2014.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 060/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

Pelo instrumento de Termo Aditivo ao Contrato nº 060/2014, que entre si celebram, de um lado, a SAMAE - SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Parque Residencial Pagani, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 11.594.126/0001-58, neste ato representado pelo Presidente, Senhor Sergio Matiola, e o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280 - Parque Residencial Pagani, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob nº 82.892.316/0001-08, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração e Secretário de Planejamento e Infraestrutura, Senhor DANIEL BROERING HARGER, e pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Palhoça, Sr. Rodolpho Pagani Martins, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Manoel Apolinário da Silva, 20, bairro Barra do Aririú - Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.940.541/0001-53, neste ato representada por seu representante legal Senhor Alicio José Hang, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência ao Processo Licitatório nº 235/2013 - Tomada de Preços, homologado em 10/02/2014, ao Primeiro Termo Aditivo (T.A nº 133/2014), firmado em 23/05/2014, tem justo e convencionado a seguinte mudança contratual:

CLÁUSULA I - Fica acrescido o valor de R\$ 40.404,84 (quarenta mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos), sendo R\$ 26.483,63 (vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e três centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 13.921,20 (treze mil, novecentos e vinte reais e vinte centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 24,45% do valor atualizado do contrato nº 060/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

CLÁUSULA II - As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento, da Secretaria e Autarquia:

- SAMAE - SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA: "14" - 26.01.2.0135.4.4.90.51.91.00.

- Secretaria de Planejamento e Infraestrutura: "363" - 14.01.1.023.4.4.90.51.91.00.

CLÁUSULA III - A readequação mencionada no presente termo aditivo está devidamente embasado no artigo 65, inciso I, alínea "b" e parágrafo 1º da Lei de Licitações.

CLÁUSULA IV - O presente termo aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato nº 060/2014, bem como Solicitação de Compras nºs 061/2014- encaminhado pelo SAMAE, e 539/2014 - encaminhado pela Secretaria de Planejamento e Infraestrutura, e as peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, e Parecer Jurídico.

CLÁUSULA V - As demais cláusulas pactuadas no Contrato nº 060/2014, permanecem inalteradas.

CLÁUSULA VI - Este termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura.

E por assim estarem acordes, assinam as partes, o presente termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 30 de maio de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração e Secretário de Planejamento e Infraestrutura
Contratante

SÉRGIO MATIOLA

Presidente da SAMAE

RODOLPHO PAGANI MARTINS

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 087007-5

HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP

Alicio José Hang
Contratada

TESTEMUNHAS:

01. _____

02. _____

IPPA

Portaria Nº 021/2014

PORTARIA Nº 021/2014

Concede aposentadoria por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º inciso III alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei municipal nº 1320/01, autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10887/04, e declara a vacância do cargo público da servidora Maria Espíndola Martins.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art.1(Aposentar, por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora Maria Espíndola Martins, detentora da matrícula funcional nº 400199, inscrita no CPF sob o nº 245.671.169-68 e no PIS/PASEP sob o nº 100.593.683-11, lotada na Secretaria da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2(Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, em caráter proporcional, correspondente a 56,67% (cinquenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de cálculo disposta nos §§3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 23 de maio de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo

Matrícula 300155

IPPA/mtbf

Portaria Nº 022/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

PORTARIA Nº 022/2014

Concede pensão por morte, em caráter integral a Nadir Catarina Schmitz, dependente presumida do servidor inativo falecido,

Osmar de Souza, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal e dá outras providências.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1 Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal a Senhora Nadir Catarina Schmitz, inscrita no CPF nº 145.029.259-34 e portadora do RG 498.957, dependente presumida do servidor inativo Osmar de Souza, falecido em 09/05/2014.

Art. 2 Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ 1º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, alterada pela Emenda Constituição 070/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar extinta a aposentadoria por Invalidez em caráter Integral concedida ao servidor falecido nos termos da Portaria nº 020/2005, alterada pela Portaria nº 030/2012.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 09/05/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 26 de maio de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Andréa Mara H. Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo

Matrícula 300169
IPPA/mtbf

CÂMARA MUNICIPAL

Projeto de Lei Nº. 279/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 279/2014.

UTILIDADE PÚBLICA. Centro Espírita Canto de Oxum-Ceco.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública CENTRO ESPÍRITA CANTO DE OXUM-CECO, inscrita sob o CNPJ nº 15.599.672/0001-32, localizada na Rua Pedro Vaz de Caminha, nº 67, CEP 88132-420, Bairro Caminho Novo, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 30 de maio de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

Palmitos

PREFEITURA

Processo 71/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº71/14 Modalidade: Tomada de preço nº09/14. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM POSTES DE REDE DA CELESC, CONFORME DESCRIÇÃO EM ANEXO I.. Entrega do Envelopes: 23/06/2014, até as 14:30 horas. Abertura do Envelopes: 23/06/2014 as 15:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 02 de junho de 2014.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

Contrato 60/2014

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório: nº 62/2014. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 02/2014. Contrato: nº 60/2014. Objeto: Aquisição de 1(um) Caminhão novo, zero km, de fabricação nacional. Valor Total R\$: R\$ 222.500,00. Contratada: Dicave Gärtner Distribuidora Catariense De Veículos LTDA. Vigência: 29/07/2014.

Palmitos 29/05/2014.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito.

Contrato 61/2014

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório: nº 62/2014. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 02/2014. Contrato: nº 61/2014. Objeto: Aquisição de uma carrocera metálica basculante, cor branca, para no mínimo 10m³ e instalada. Valor Total R\$: R\$ 28.750,00. Contratada: Thago Metalurgica LTDA - EPP. Vigência: 29/07/2014.

Palmitos 29/05/2014.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito.

Processo 72/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 72/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA CIVIL/ARQUITETURA, NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, ACOMPANHAMENTO DE OBRAS, FISCALIZAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE LAUDOS. Data da entrega dos envelopes: 18/06/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 18/06/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 02 de Junho de 2014.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços Nº 076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de serviços de trator de esteiras, retroescavadeira, rolo compactador e caminhões equipados com pranchas para transporte de máquinas pesadas. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 12 de junho de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 12/06/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 02 de junho de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Decreto Nº 024/2014 Suplementação Sup. Financeiro Exercício Anterior.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Secretaria de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 024/2014, DE 06 DE MARÇO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o artigo 7º, Inciso IV, da Lei Municipal Nº 910 de 26 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 135.441,69 (Cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e um reais com sessenta e nove centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 ENSINO REGULAR

Proj./Ativ. 1.009 Ampl. Constr. Reforma Rede Física Ensino Básico
4.4.90.00.00.00.00.00 0703(172) Aplicações Diretas R\$ 40.491,69

Proj./Ativ. 2.010 Manutenção do Ensino Regular
4.4.90.00.00.00.00.00 0149(173) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Proj./Ativ. 2.011 Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00 0149(174) Aplicações Diretas R\$ 34.950,00

Total R\$ 135.441,69

Parágrafo Único: Os recursos de que trata o artigo 1º estão creditados em Contas Correntes de Movimento, na fonte de recursos próprios educação Nº. 21.914-2 e na Conta Corrente Nº. 11.823-0, do Banco do Brasil, Agência 778-1, Torres/RS, Salário Educação, correspondentes aos saldos financeiros em 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres 06 de março de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de março de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº 025/2014 Suplementação FMS.

DECRETO Nº 0025/2014, DE 06 DE MARÇO DE 2014.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES"

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 919, de 06 de março de 2014.
DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres as dotações orçamentárias nas Atividades abaixo discriminadas, ao valor total de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), por conta da transposição de dotações, como segue:

Entidade 2: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 15: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 1.029: Aquisição área, Constr. Ampl. e Reforma de Unidades

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0001 (05) - Aplicações Diretas R\$ 76.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior, correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Entidade 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Órgão 03: Secretaria de administração e Finanças

Atividade 2.007: Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.100 (143) - Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

Órgão 13: Encargos Gerais

Atividade 2.022: Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.100 (143) - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL R\$ 76.000,00

Parágrafo Único: Os recursos de que trata o artigo 1º serão transferidos pela Prefeitura ao Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei Federal 4.320/64 e normas financeiras e contábeis pertinentes.

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº 900/2013 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº 902/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 06 de março de 2014

Paulo Roberto Cordeiro

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 06 de março de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 026/2014 Suplementação Prefeitura.

DECRETO Nº 026 DE 13 DE MARÇO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES".

PAULO ROBERTO CORDEIRO, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 920, de 13 de março de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Passo de Torres, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.170.000,00 (um milhão, cento e setenta mil reais) para a suplementação do seguinte programa:

Órgão 02: Gabinete do Prefeito

Projeto 1.005: Construção da Sede Administrativa

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.083 (03) - Aplicações Diretas

Valor do Crédito: R\$ 1.170.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 917, de 12 de fevereiro de 2014.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 13 de março de 2014.

Paulo Roberto Cordeiro

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 13 de março de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 027/2014 Suplementação FMS - Câmara Vereadores.

DECRETO Nº 027/2014, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E NA CÂMARA DE VEREADORES, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES"

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 921, de 13 de março de 2014.
DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres e na Câmara de Vereadores as dotações orçamentárias nas Atividades abaixo discriminadas, ao valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por conta da transposição de dotações como segue:

Entidade: CÂMARA DE VEREADORES

Órgão 01: Câmara de Vereadores

Projeto 1.002: Equipamentos Funcionais para o Legislativo

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.100 (___) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 15: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 1.029: Aquisição área, Constr. Ampl. e Reforma de Unidades

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0001 (05) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior, correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Entidade: CÂMARA DE VEREADORES

Órgão 01: Câmara de Vereadores

Atividade 2.001: Manutenção do Processo Legislativo

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.100 (___) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 15: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 1.028: Aquisição Equip. Veículos Infra-estrutura da Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0001 (01) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº 900/2013 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº 902/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 13 de março de 2014

Paulo Roberto Cordeiro

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 13 de março de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 035/2014 Suplementação Prefeitura.

DECRETO Nº. 035/2014, DE 24 DE ABRIL DE 2014.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinando com o artigo 7º, Inciso III da Lei Municipal Nº 910 de 26 de

dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, abaixo discriminado, no montante de R\$ 228.175,00 (Duzentos e vinte e oito mil, cento e setenta e cinco reais), no orçamento do Exercício de 2014:

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj./Ativ. 2.007 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.1.70.00.00.00.00.00 0100(10) Aplicações Diretas R\$ 1.204,00

3.3.50.00.00.00.00.00 0100(12) Aplicações Diretas RS 19.990,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 ENSINO REGULAR

Proj./Ativ. 2.010 Manutenção do Ensino Regular

3.3.90.00.00.00.00.00 0695(38) Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA DE ESPORTE

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Proj./Ativ. 2.020 Manutenção da Secretaria de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(58) Aplicações Diretas R\$ 4.981,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj/Atividade 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00 0052(79) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(80) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 0148(168) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 11 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONOMICO

Unidade: 01 DEPARTAMENTO ECONOMICO

Proj./Ativ. 2.047 Manutenção do Departamento do Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(98) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS

Proj./Atividade 2.048 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(131) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Total R\$ 228.175,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj./Ativ. 2.007 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(11) Aplicações Diretas R\$ 19.990,00

4.4.71.00.00.00.00.00 0100(15) Aplicações Diretas R\$ 532,00

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(16) Aplicações Diretas R\$ 672,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 ENSINO REGULAR

Proj./Ativ. 2.010 Manutenção do Ensino Regular

3.3.50.00.00.00.00.00 0695(32) Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 0695(39) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 05 SECRETARIA DE ESPORTE

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Proj./Ativ. 2.020 Manutenção da Secretaria de Esportes

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(57) Aplicações Diretas R\$ 4.981,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj./Ativ. 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(81) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00 0052(77) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 0052(169) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 11 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONOMICO

Unidade: 01 DEPARTAMENTO ECONOMICO

Proj./Ativ. 2.047 Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Economico

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(99) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS

Proj./Ativ. 2.048 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(133) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Total R\$ 228.175,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal Nº 900/2013 de 29 de outubro de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal Nº. 902/2013 de 20 de novembro de 2013, e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei Nº 910/2013 de 26 de dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações do presente Decreto.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 24 de abril de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de abril de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária de Administração e Finanças

Extrato de Convênio Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do Convênio nº 004/2014/PMPT

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Conveniente: ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN

Valor R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Vigência: Inicio 28.05.2014 Término: 31.12.2014

Dotação: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2007 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.50.00.00.00.00.00.0100. - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (12) - Transferência R\$ 35.000,00

Objeto: Atendimento de crianças em regime de abrigo provisório.

Passo de Torres, 28 de Maio de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Passos Maia

PREFEITURA

Decreto Nº 268, de 2 de Junho de 2014.

DECRETO N.º 268, de 2 de junho de 2014.

"NOMEIA OS MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei nº 599/2009, que "Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências",

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas como membros do Conselho Municipal de Educação:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Esporte:
Titular: Noeli Fatima Tamanho Canonica;
Suplente: Ivania Sangalli Dal'Orsoletta.

II - Representantes dos Gestores da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Fabiana Zanchet Moretto;
Suplente: Kelli Francisco Marques.

III - Representantes dos Professores da Educação Infantil:
Titular: Luciana Ribeiro;
Suplente: Lisnara Desanti.

IV - Representantes dos Professores dos Anos Iniciais:
Titular: Juliana Saade;
Suplente: Marineide de Matos.

V - Representantes dos Professores dos Anos Finais:
Titular: Simone Leandra Tomazelli;
Suplente: Tanara Comunello.

VI - Representantes dos Professores da Educação Especial:
Titular: Vanderleia Zago Rigo;
Suplente: Grazielle Iracema Wilmsen.

VII - Representantes dos Professores das Escolas Multisseriadas:
Titular: Eliane Aparecida da Rosa Paveski;
Suplente: Viviane Waes.

VIII - Representantes dos Pais e Alunos:
Titular: Jaqueline Pacazza Camarotto;
Suplente: Juliane Cizinande Linck.

IX - Representantes dos Movimentos Sociais:
Titular: Eliza de Biaszi Gustmann;
Suplente: Elodir Lourenço de Souza.

X - Representantes da Associação Comercial e Industrial de Passos Maia e da Câmara de Dirigentes dos Lojistas:
Titular: Aline Machado da Silva;
Suplente: Rodrigo Loregian.

XI - Representantes dos Sindicatos Municipais:
Titular: Gecir Luis Sutil;
Suplente: Iracema Pasquali Benatto.

Art. 2º - Atuará como presidente do Conselho Municipal de Educação a Sr. Ivania Sangalli Dal'Orsoletta e como vice-presidente a Sra. Noeli Fatima Tamanho Canonica.

Art. 3º - A composição ora nomeado para este Conselho terá o mandato de 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 132, de 23 de maio de 2013.

Passos Maia-SC, 2 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Decreto Nº 269, de 2 de Junho de 2014.

DECRETO N.º 269, de 2 de junho de 2014.

"CONTITUI E NOMEIA A COMISSÃO DE ESTUDO E REVISÃO DO ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PASSOS MAIA - LEI COMPLEMENTAR Nº 002/98, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal se encontra desfasado e em desarmonia com a situação real;

Considerando, assim, a necessidade de realizar uma análise minuciosa e posterior revisão e adequação do Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Estudo e Revisão do Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 2º. A presente Comissão será composta pelos membros abaixo relacionados:

- Marizete Arcari (Representante dos Professores da Educação Infantil);
- Juliana Saad José (Representante dos Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental);
- Simone Tomazelli (Representante dos Professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental);
- Ivania Sangalli Dall'Orsoletta (Representante do Conselho Municipal de Educação);
- Fabiana Zanchet Moretto (Representante dos Diretores das Escolas Municipais);
- Jussara Rodrigues Pimentel (Representante dos Diretores das Escolas Municipais);
- Nilse Bortolini de Oliveira (Representante dos Diretores das Escolas Municipais);
- Diogo Fernando Goulart (Representante da Assessoria Jurídica Municipal).

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 240, de 7 de março de 2014.

Passos Maia-SC, 2 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Processo Administrativo Nº 0036/2014

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0036/2014

TOMA DE PREÇO N. 0004/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 0004/2014 - Objeto - Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MÚLTIPLO USO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO 29 DE JUNHO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Projetos anexos ao presente. Com recursos oriundos do convênio firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 08:45hs do dia 26 de junho de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 02 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria Nº 218/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 218/2014

EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Fernanda Pereira Boteqa, nomeada em comissão pela portaria nº109/2014, brasileira, portadora do CPF nº 059.607.489-16, matrícula nº 11004, ocupante do Cargo de Chefe de Unidade Sanitária, a disposição na Secretaria Municipal de Saúde, por motivos pessoais.

Município de Paulo Lopes-SC, em 30 de Maio de 2014.

Everaldo Evilasio dos Santos

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 19/2014

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 19/2014

Ata nº 19/2014; Processo nº016/2014; Objeto: O registro de preço para aquisição de toner e cartucho de tinta para uso das secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratada: PSV INFORMÁTICA LTDA ME, valor contratado: R\$ 57.999,92 (Cinquenta e sete mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).Data da Assinatura: 26 de maio de 2014.

Penha

PREFEITURA

Pregão Presencial 13/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE ESPECIALIDADES NAM, NASF, CEFIR E PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 16/06/2014

ATÉ AS: 17h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/06/2014

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC, 02 de junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 106/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 47/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 20/2014 -PMP.

CONTRATADA: INTER COATINGS COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA.

OBJETO: Aquisição de Tinta Especial Envenenada para Embarcações dos Pescadores Cadastrados na Prefeitura Municipal de Penha/SC.

R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

Penha, 02 de junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

Portaria Nº 184/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 184/2014

ALTERAR: a pedido, a carga horária da professora Não Titulada EMÍLIA MARIA DUARTE, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/06/2014 a 19/12/2014. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 02 de junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 333/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 07/2013

CONTRATO Nº 333/2014 - RH/PMP

Contratado (A): JUSSARA MARIA BORBA VIEIRA, na função de Servente/Merendeira, início em 02/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 02 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 334/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 07/2013

CONTRATO Nº 334/2014 - RH/PMP

Contratado (A): JESSICA FERNANDA DAMASIO, na função de Professor I - Projeto, início em 03/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 03 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 335/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 07/2013

CONTRATO Nº 335/2014 - RH/PMP

Contratado (A): AMARA MARIA FERREIRA, na função de Servente/Merendeira, início em 03/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 03 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 336/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 07/2013

CONTRATO Nº 336/2014 - RH/PMP

Contratado (A): GIANE CRISTINA RISTOW, na função de Servente/Merendeira, início em 03/06/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 03 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Decreto Nº2038/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2038/2014

Nomeia o funcionário PAULO CESAR MELLIES, ao cargo em comissão de COODERNADOR DE FROTA, da Secretaria de Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 02 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 170/2014 - PMP, firmado entre a Sra. AMARA MARIA FERREIRA e esta PREFEITURA, em 13 de fevereiro de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 02 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 325/2013 - PMP, firmado entre a Sra. GIANE CRISTINA RISTOW e esta PREFEITURA, em 17 de junho de 2013, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 02 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato de Estagiário nº 07/2014 - PMP, firmado entre a Sra. JESSICA FERNANDA DAMASIO e esta PREFEITURA, em 10 de fevereiro de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 02 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 80/2014 - PMP, firmado entre a Sr. MARTIN KRUEGER e esta PREFEITURA, em 05 de fevereiro de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 02 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Portaria Nº 185/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 185/2014

NOMEIA: WILSON MISTURA, como membro do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, na condição de 2º suplente, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02/06/2014 a 01/11/2014. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 02 de junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Notificação Extrajudicial Licitação Nº 019

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Av. Mal Costa e Silva, através da presente, NOTIFICAR CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n. 05.140.822/0001-91, com sede na Rodovia Airtton Sena da Silva, 890, Município de Fraiburgo - SC, na forma que segue:

DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA - DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL

Mediante licitação pública n. 019/2012, modalidade Tomada de Preços, essa empresa fora contratada para execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação, com pedras irregulares, de via pública localizada nas Ruas "c" e "d" do Bairro Tranquilo Benjamin Guzzi, num total de 2.085 m², Contrato Administrativo n. 227/2012.

Expedida ordem de serviço em 15/01/2013, e já tendo encerrado o prazo de entrega, a obra não fora concluída, razão pela qual fora expedida notificação extrajudicial.

Não obstante, esta empresa continuou inadimplente, tendo, inclusive, paralisado as obras.

Ante o exposto, notificamos essa Empresa para que fique ciente que se encontra inadimplente em razão do Contrato Administrativo 227/2012, devendo dar andamento imediato na obra, sob pena de rescisão unilateral do contrato, ensejando a aplicação de penalidades previstas no contrato, sem prejuízo de responsabilização civil.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de defesa escrita.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 29 DE MAIO DE 2014.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Notificação Extrajudicial Licitação Nº 204/2012

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Av. Mal Costa e Silva, através da presente, NOTIFICAR CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n. 05.140.822/0001-91, com sede na Rodovia Airtton Sena da Silva, 890, Município de Fraiburgo - SC, na forma que segue:

DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA - DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL

Mediante licitação pública n. 204/2012, modalidade Tomada de Preços, essa empresa fora contratada para execução de obra de engenharia, consistente na execução do sistema de coleta e tratamento de esgoto no Bairro Tranquilo Benjamin Guzzi, Contrato

Administrativo n. 251/2012.

Expedida ordem de serviço em 03/07/2012, a obra não fora concluída no prazo contratado de 120 (cento e vinte) dias.

Assim, na forma do disposto na cláusula quinta do contrato, serão aplicadas as penalidades previstas, especialmente multa de 20 % sobre o valor do contrato e multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), bem como suspensão do direito de licitar com o poder público e declaração de inidoneidade.

Ante o exposto, notificamos essa Empresa para que fique ciente que se encontra inadimplente em razão do Contrato Administrativo 251/2012, o que ensejará a aplicação de penalidades previstas na cláusula quinta, sem prejuízo de responsabilização civil.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de defesa escrita.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 30 de maio de 2014.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 209, de 23 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 209, DE 23 DE MAIO DE 2014.

NOMEIA MEMBROS COMITÊ DIRETOR LOCAL DO PROGRAMA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando

O Termo de Referência, referente elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Comitê Diretor Local, nomeando para compô-lo os seguintes membros:

I - BRUNA BERTONCELLO, Vigilante Sanitária;

II - EDSON RABUSKE, Secretário de Agricultura;

III - VALDEMAR BOGONI, Secretário de Obras;

IV - HADRIEL DALMOLIN, Fiscal de Tributos;

V - EDER FARINA, Secretário de Administração.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 23 de maio de 2014.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.º212 , de 29 de Maio de 2014.

PORTARIA N.º212 , DE 29 DE MAIO DE 2014.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA ENORI FRIEBEL APTO PARA EXERCER O CARGO DE MOTORISTA, CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 12.2 e 12.3 do edital de concurso público n.º 001/2014;

Considerando o parecer do Laudo médico;

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar o exame médico Admissional e declarar apto para o trabalho o candidato ENORI FRIEBEL, para exercer o cargo de MOTORISTA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 29 de Maio de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada**PREFEITURA****Ratificação 0047/2014**

RETIFICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0047/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0016/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fica adiada a data de abertura do pregão 0016/2014 para o dia 17/06/2014 às 14:00 horas, e o recebimento das amostras até o dia 11/06/2014.

Demais informações seguem de acordo com o teor já publicado.

Ponte Serrada, 02 de Junho de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1.214, de 28 de Abril de 2014

DECRETO Nº 1.214, DE 28 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 18, da Lei Municipal nº 2108, de 26/11/2013 - LOA, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 108.750,00 (Cento e oito mil setecentos e cinquenta reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.242.0005

Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 29 / 01.1052

Valor: R\$ 38.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0007

Atividade: 2.034 - Manut dos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 24 / 01.1000

Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.365.0017

Projeto: 1.020 - Const. Ampliação e Reforma de Núcleos de Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 68 / 03.3044

Valor: R\$ 68.000,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura

Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Cultura

Funcional-Programática: 13.392.0020

Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 13 / 03.3000

Valor: R\$ 1.750,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro verificado no período, observada a destinação por fonte de recurso, sendo R\$1.750,00 (hum mil setecentos e cinquenta reais) proveniente de recursos ordinários, R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) do fundo especial do petróleo, e também serão cobertos com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação, conforme a seguinte destinação por fonte de recursos: R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) proveniente do piso básico fixo da assistência social e R\$ 1.000,00 (hum mil reais) de recursos ordinários.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de abril de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto Nº 1.213, de 28 de Abril de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.213, DE 28 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 18, da Lei Municipal nº 2108, de 26/11/2013 - LOA, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 242.091,20 (Duzentos e quarenta e dois mil, noventa e um reais e vinte centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0028

Atividade: 2.014 - Conservação do Patrimônio Público - Obras

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 72 / 01.1000

Valor: R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 - Conservação do Patrimônio Público - Obras

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 68 / 01.1000

Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 1 - Gabinete do Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003

Projeto: 2.004 - Manutenção do Orçamento Participativo

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 14 / 01.1000

Valor: R\$ 23.000,00

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Administração

Funcional-Programática: 04.122.0003

Projeto: 2.008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 28 / 01.1000

Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.241.0005

Projeto: 2.031 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social ao Idoso

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 2 / 01.1000

Valor: R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.242.0005

Projeto: 2.070 - Manutenção do Centro de Cidadania

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 4 / 01.1000

Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0005

Projeto: 2.030 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 17 / 01.1000
Valor: R\$ 3.896,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.244.0005
Projeto: 2.032 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 21 / 01.1000
Valor: R\$ 950,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.244.0007
Projeto: 2.034 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 24 / 01.1000
Valor: R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.242.0005
Projeto: 2.070 - Manutenção do Centro de Cidadania
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 5 / 01.1000
Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-Programática: 12.361.0014
Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 17 / 01.1001
Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 14 - Fundo Municipal Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal M. Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Funcional-Programática: 06.182.0004
Atividade: 2.037 - Manutenção do FUNREBOM
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 4 / 01.1000
Valor: R\$ 2.743,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esportes
Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Esportes
Funcional-Programática: 27.812.0027
Atividade: 2.047 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 8 / 01.1000
Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Cultura
Funcional-Programática: 13.392.0020
Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 8 / 01.1000
Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Turismo
Funcional-Programática: 23.695.0025
Atividade: 2.063 - Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 18 / 01.1000
Valor: R\$ 4.502,20

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos proveniente da anulação parcial das dotações abaixo descritas na importância de R\$ 242.091,20 (Duzentos e quarenta e dois mil, noventa e um reais e vinte centavos).
ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv Públicos
Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv

Públicos
Funcional-Programática: 15.452.0028
Atividade: 2.014 - Conservação do Patrimônio Público - Obras
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 73 / 01.1000
Valor: R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv Públicos
Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Transporte, Obras e Serv Públicos
Funcional-Programática: 15.452.0021
Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serv Públicos
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 66 / 01.1000
Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito
Unidade Orçamentária: 1 - Gabinete do Prefeito
Funcional-Programática: 04.122.0003
Atividade: 2.004 - Manutenção do Orçamento Participativo
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 15 / 01.1000
Valor: R\$ 11.000,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito
Unidade Orçamentária: 1 - Gabinete do Prefeito
Funcional-Programática: 04.122.0003
Atividade: 2.004 - Manutenção do Orçamento Participativo
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 12 / 01.1000
Valor: R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração
Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Administração
Funcional-Programática: 04.122.0003
Atividade: 2.008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
Modalidade de Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00 / 29 / 01.1000
Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 03 - Secretaria de Administração
Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Administração
Funcional-Programática: 04.122.0003
Atividade: 2.008 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 26 / 01.1000
Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.241.0005
Atividade: 2.031 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social ao Idoso
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 / 1 / 01.1000
Valor: R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.242.0005
Atividade: 2.070 - Manutenção de Centro de Cidadania
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 3 / 01.1000
Valor: R\$ 4.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.244.0005
Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 20 / 01.1000
Valor: R\$ 3.896,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.244.0005
Atividade: 2.032 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 22 / 01.1000
Valor: R\$ 950,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional-Programática: 08.244.0007
Atividade: 2.034 - Manutenção Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 / 23 / 01.1000
Valor: R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-Programática: 12.361.0014
Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 13 / 01.1001
Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 14 - Fundo M Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Unidade Orçamentária: 1 - Fundo M Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Funcional-Programática: 06.182.0004
Atividade: 2.037 - Manutenção do FUNREBOM
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 3 / 01.1000
Valor: R\$ 2.743,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esporte
Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Esporte
Funcional-Programática: 27.812.0027
Atividade: 2.047 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 / 00 / 01.1000
Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Cultura
Funcional-Programática: 13.392.0020
Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 / 6 / 01.1000
Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Turismo
Funcional-Programática: 23.695.0025
Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 20 / 01.1000
Valor: R\$ 4.002,20

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Turismo
Funcional-Programática: 23.695.0025
Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
Modalidade de Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00 / 19 / 01.1000
Valor: R\$ 500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de abril de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto Nº 1.207, de 21 de Março de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.207, DE 21 DE MARÇO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 18, da Lei Municipal nº 2108, de 26/11/2013 - LOA, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 1.160.017,59 (Um milhão cento e sessenta mil e dezessete reais e cinquenta e nove centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano

Funcional-Programática: 06.182.0004

Atividade: 2.016 - Manutenção do Departamento de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 116/ 03.3056

Valor: R\$ 35.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 117/ 03.3056

Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.015 - Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 115/ 03.3017

Valor: R\$ 200.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Projeto: 1.036 - Construção/Ampliação/Reforma de UBS

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 64 / 03.3064

Valor: R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.306.0013

Atividade: 2.027 - Manutenção de Merenda Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 59 / 0.03.3060

Valor: R\$ 33.062,85

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.361.0014

Atividade: 2.026 - Manutenção do Programa de Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 60 / 0.03.3061

Valor: R\$ 11.709,87

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 / 61 / 0.03.3022

Valor: R\$ 13.002,37

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.361.0014

Projeto: 1.017 - Const. Ampliação e Reforma de Unidades Esc do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 62 / 0.03.3058

Valor: R\$ 121.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-Programática: 12.365.0017
Projeto: 1.019 - Aquisição de Imóvel para Educação Infantil
Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00 / 64 / 0.03.3058
Valor: R\$ 80.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-Programática: 12.361.0014
Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 65 / 0.03.3058
Valor: R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcional-Programática: 12.365.0017
Atividade: 2.023 - Manutenção da Educação Infantil
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 / 66 / 0.03.3022
Valor: R\$ 65.971,50
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 67 / 0.03.3022
Valor: R\$ 2.271,00

ÓRGÃO: 13 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental
Funcional-Programática: 17.512.0023
Atividade: 2.036 - Man e Funcionamento do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 2 / 0.03.3000
Valor: R\$ 56.500,00

ÓRGÃO: 14 - Fundo M Reequip. do Corpo de Bombeiros Municipal
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo M Reequip. do Corpo de Bombeiros Municipal
Funcional-Programática: 06.182.0004
Atividade: 2.037 - Manutenção do FUNREBOM
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 5 / 0.03.3000
Valor: R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esporte
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esporte
Funcional-Programática: 27.812.0027
Atividade: 2.047 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 15 / 0.03.3000
Valor: R\$ 24.000,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura
Funcional-Programática: 13.392.0020
Atividade: 2.076 - Promoção e Apoio de Eventos Culturais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 12 / 0.03.3000
Valor: R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
Funcional-Programática: 23.695.0026
Atividade: 2.068 - Promoção e Incentivo ao Turismo
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 32 / 0.03.3000
Valor: R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo
Funcional-Programática: 23.695.0026
Atividade: 2.065 - Captação e Apoio a Eventos Geradores de Turismo
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 33 / 0.03.3000
Valor: R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 22 - Fundo Municipal de Meio Ambiente-FAMAB
Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Meio Ambiente-FAMAB
Funcional-Programática: 18.541.0030
Atividade: 2.041 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 15 / 0.03.3000
Valor: R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 22 - Fundo Municipal de Meio Ambiente-FAMAB
Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Meio Ambiente-FAMAB
Funcional-Programática: 18.541.0030
Projeto: 1.028 - Implantação da Coleta Seletiva de Lixo
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 16 / 0.03.3000
Valor: R\$ 117.500,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro verificado no período, observada a destinação por fonte de recurso, sendo R\$45.000,00(quarenta e cinco mil reais) do convenio de trânsito, R\$200.000,00(duzentos mil reais) da Cosip, R\$100.000,00(cem mil reais) da atenção básica, R\$33.062,85(trinta e três mil sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) do PNAE, R\$11.709,87(once mil setecentos e nove reais e oitenta e sete centavos) do PNATE, R\$81.244,87(oitenta e um mil duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) do recurso de convênio, R\$241.000,00(duzentos e quarenta e um mil reais) do Salário Educação, R\$448.000,00(quatrocentos e quarenta e oito mil reais) de recursos ordinários.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de março de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto Nº 1.206, de 21 de Março de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.206, DE 21 DE MARÇO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 18, da Lei Municipal nº 2108, de 26/11/2013 - LOA, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 802.317,00 (Oitocentos e dois mil, trezentos e dezessete reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.003 - Manutenção da Imprensa.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 10/ 01.000

Valor: R\$ 35.000,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Planejamento Urbano

Funcional-Programática: 14.451.0003

Projeto: 2.029 - Manutenção da Secretaria Planejamento Urbano

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 / 86 / 01.000

Valor: R\$ 13.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serv. Públicos
 Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Transportes, Obras e Serv. Públicos
 Funcional-Programática: 15.452.0021
 Projeto: 2.013 - Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /68 / 01.1000
 Valor: R\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 07 - Secretaria de Pesca e Agricultura
 Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Pesca e Agricultura
 Funcional-Programática: 20.606.0024
 Projeto: 2.019 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Pesca e Agricultura
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /98 / 01.1000
 Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Projeto: 2.052 - Manutenção de Programa de Agentes Comunitários de Saúde
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /19 / 01.1002
 Valor: R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Projeto: 2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /27 / 01.1002
 Valor: R\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde
 Funcional-Programática: 10.304.0009
 Projeto: 2.061 - Ações Básicas de Vigilância Sanitária
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /52 / 01.1002
 Valor: R\$ 39.602,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde
 Funcional-Programática: 10.302.0012
 Atividade: 2.059 - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade - MAC
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /47 / 01.1065
 Valor: R\$ 44.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde
 Funcional-Programática: 10.301.0010
 Projeto: 1.036 - Construção/Ampliação/Reforma de UBS
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 / 2 / 01.1023
 Valor: R\$ 130.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde
 Funcional-Programática: 10.302.0012
 Atividade: 2.053 - Implantação e Manut. de Unidade PA
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /37 / 01.1002
 Valor: R\$ 155.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /26 / 01.1052
 Valor: R\$ 300,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /17 / 01.1000
 Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /17 / 01.1001
 Valor: R\$ 86.915,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /19 / 01.1058
 Valor: R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.365.0017
 Atividade: 2.023 - Manutenção da Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /41 / 01.0001
 Valor: R\$ 41.000,00

ÓRGÃO: 16 - Fundo Previdência Capitalizado
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Previdência Capitalizado
 Funcional-Programática: 04.272.0008
 Atividade: 2.040 - Manutenção das Ativ. Adm. Fundo Previdenciário Capitalizado
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /03 / 01.1003
 Valor: R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esporte
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Esporte
 Funcional-Programática: 27.812.0027
 Atividade: 2.047 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /10 / 01.1000
 Valor: R\$ 1.500,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.076 - Promoção e Apoio de Eventos Culturais
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /02 / 01.1000
 Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /08 / 01.1000
 Valor: R\$ 7.000,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0025
 Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /18 / 01.1000
 Valor: R\$ 37.000,00

ÓRGÃO: 22 - Fundação Municipal de Meio Ambiente-FAMAB
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Meio Ambiente-FAMAB
 Funcional-Programática: 18.541.0030

Atividade: 2.041 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 /6 / 01.1000
 Valor: R\$ 8.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos proveniente da anulação parcial das dotações abaixo descritas na importância de R\$ 802.317,00 (Oitocentos e dois mil trezentos e dezessete reais)

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 1 - Gabinete do Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.003 - Manutenção da Imprensa

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /11 / 01.1000

Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 1 - Gabinete do Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.003 - Manutenção da Imprensa

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 /09 / 01.1000

Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 1 - Gabinete do Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.003 - Manutenção da Imprensa

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /08 / 01.1000

Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Planejamento Urbano

Funcional-Programática: 15.451.0003

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria do Planejamento Urbano

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /84 / 01.1000

Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transporte Obras e Serv Públicos

Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Transporte Obras e Serv Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria de Transporte Obras e Serv Públicos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /69 / 01.1000

Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 05 - Secretaria de Transporte Obras e Serv Públicos

Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Transporte Obras e Serv Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria de Transporte Obras e Serv Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /66 / 01.1000

Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Planejamento Urbano

Funcional-Programática: 15.451.0003

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /87 / 01.1000

Valor: R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 07 - Secretaria de Pesca e Agricultura

Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Pesca e Agricultura

Funcional-Programática: 20.606.0024

Atividade: 2.019 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Pesca e Agricultura

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 /97 / 01.1000

Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 07 - Secretaria de Pesca e Agricultura

Unidade Orçamentária: 1 - Secretaria de Pesca e Agricultura

Funcional-Programática: 20.606.0024

Atividade: 2.019 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Pesca e Agricultura

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 /97 / 01.1000

Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.052 - Manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /21 / 01.1002

Valor: R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.052 - Manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /16 / 01.1002

Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.056 - Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /25 / 01.1002

Valor: R\$ 60.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde

Funcional-Programática: 10.304.0009

Atividade: 2.061 - Manut. Ações Básicas de Vigilância Sanitária

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /54 / 01.1002

Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde

Funcional-Programática: 10.304.0009

Atividade: 2.061 - Manut. Ações Básicas de Vigilância Sanitária

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /56 / 01.1002

Valor: R\$ 19.602,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde

Funcional-Programática: 10.302.0012

Atividade: 2.059 - Manut. das Ações de Média e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /48 / 01.1065

Valor: R\$ 44.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Projeto: 1.036 - Construção/Ampliação/Reforma de UBS

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /1 / 01.1002

Valor: R\$ 130.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde

Funcional-Programática: 10.302.0012

Atividade: 2.053 - Implantação e Manut. de Unidade PA

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /38 / 01.1023

Valor: R\$ 130.000,00

ÓRGÃO: 09 - Fundo Municipal da Saúde
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal da Saúde
 Funcional-Programática: 10.302.0012
 Atividade: 2.053 - Implantação e Manut. de Unidade PA
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /36 / 01.1002
 Valor: R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /14 / 01.1052
 Valor: R\$ 300,00

ÓRGÃO: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social
 Funcional-Programática: 08.244.0005
 Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /13 / 01.1000
 Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /21 / 01.1001
 Valor: R\$ 51.915,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00 /20 / 01.1001
 Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.021 - Manutenção da Educação Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /22 / 01.1058
 Valor: R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.365.0017
 Atividade: 2.023 - Manutenção da Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /32 / 01.1001
 Valor: R\$ 41.000,00

ÓRGÃO: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Atividade: 2.021 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /13 / 01.1001
 Valor: R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 16 - Fundo Previdência Capitalizado
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Previdência Capitalizado
 Funcional-Programática: 04.272.0008
 Atividade: 2.040 - Manutenção das Ativ. Adm. Fundo Previdenciário Capitalizado
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /03 / 01.1003
 Valor: R\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esporte
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Esporte
 Funcional-Programática: 27.812.0027

Atividade: 2.047 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 Modalidade de Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00 /09 / 01.1000
 Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 19 - Fundação Municipal de Esporte
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Esporte
 Funcional-Programática: 27.812.0027
 Atividade: 2.047 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 /06 / 01.1000
 Valor: R\$ 500,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 04.272.0008
 Atividade: 2.040 - Manutenção das Ativ. Adm. Fundo Previdenciário Capitalizado
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /02 / 01.1000
 Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 /7 / 01.1000
 Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 20 - Fundação Municipal de Cultura
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Cultura
 Funcional-Programática: 13.392.0020
 Atividade: 2.045 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /6 / 01.1000
 Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0025
 Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 /17 / 01.1000
 Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 12 - Fundação Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundação Municipal de Turismo
 Funcional-Programática: 23.695.0025
 Atividade: 2.063 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /16 / 01.1000
 Valor: R\$ 27.000,00

ÓRGÃO: 22 - Fundo Municipal do Meio Ambiente-FAMAB
 Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal do Meio Ambiente-FAMAB
 Funcional-Programática: 18.541.0030
 Atividade: 2.041 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /5 / 01.1000
 Valor: R\$ 8.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de março de 2014.
 EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
 PREFEITO DE PORTO BELO

Lei Municipal Nº 2.157, de 28 de Maio de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.157, DE 28 DE MAIO DE 2014.

"INSTITUI O DIA MUNICIPAL DOS CUIDADOS COM A VOZ NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO" (Autor: Estevão B. Guerreiro)

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal dos Cuidados com a Voz no Município de Porto Belo, a ser comemorado no dia 16 do mês de abril de cada ano, a exemplo do Dia Municipal da Voz.

Art. 2º O "Dia Municipal dos Cuidados com a Voz" será promovido pelo Poder Executivo, através das Secretarias de Educação e Saúde, capitaneado pelo setor de fonoaudiologia, podendo contar com outros parceiros do setor público e privado.

Art. 3º A comemoração referida no artigo 1º compreenderá, entre outras ações, a divulgação em escolas e espaço e órgãos públicos, associações e outras entidades da sociedade civil organizada, promovendo orientações dos cuidados com a voz, através de materiais e campanhas educativas, palestras entre outros, despertando a sensibilização dos cidadãos para o tema.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de maio de 2014.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.156, de 28 de Maio de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.156, DE 28 DE MAIO DE 2014.

"DÁ DENOMINAÇÃO À SERVIDÃO" (Autor: Francisco Scottini)

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "AMARANTE", a servidão que tem seu início na Avenida José Neoli Cruz e tem seu termino em terras de propriedade da Família Richartz (Pedro Alemão), no Bairro Alto Pereque, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de maio de 2014.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.155, de 28 de Maio de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.155, DE 28 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL COM CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO E O CONSELHO GRUPO DE ESCOTEIROS DO MAR "NOVA ERICEIRA".

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, mediante celebração de convênio com o Grupo de Escoteiros do Mar "Nova Ericeira", pessoa jurídica sem fins

lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 12.872.091/0001-34, com sede na Rua Francisco Severiano dos Santos, s/n, Centro, neste Município.

Art. 2º O objeto do Convênio consiste na manutenção do Grupo de Escoteiros do Mar "Nova Ericeira".

Art. 3º O repasse do recurso financeiro será em conformidade com o Convênio assinado pela entidade conveniada, no valor total de R\$ 3.753,00 (três mil setecentos e cinquenta e três reais), em uma única parcela, que serão depositados em conta específica em nome da instituição.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município, caso não seja efetuada a prestação de contas dentro de 30 (trinta) dias contados do pagamento da parcela.

Art. 5º A entidade deverá apresentar toda a documentação necessária para a assinatura do Convênio em conformidade com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Instrução Normativa nº 02/2013, do Controle Interno do Município.

Art. 6º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária municipal:

Órgão: 20 - Fundo Municipal de Cultura

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Cultura

Projeto/Atividade: 2.076 - Promoção e Apoio de Eventos Culturais

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de maio de 2014.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.154, de 28 de Maio de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.154, DE 28 DE MAIO DE 2014.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em doação a reforma, materiais para a reforma e equipamentos para a Escola Municipal Fidelis Antonio Garcia e dá outras providências".

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a receber em doação a reforma a ser efetuada na Escola Municipal Fidelis Antonio Garcia, localizada na Rua Bento João Silvino, s/n, Bairro Sertão de Santa Luzia, bem como autoriza a receber a doação de equipamentos e materiais, conforme o anexo I e II.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de maio de 2014.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.153, de 28 de Maio de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.153, DE 28 DE MAIO DE 2014.

ALTERA ARTIGO 16 DA LEI 2.042 DE 2 DE MAIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O artigo 16 da Lei 2.042 fica acrescido do § 1º, 2º e 3º, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. (...)

§1º. A pavimentação e manutenção das calçadas são de inteira responsabilidade do proprietário do imóvel.

§2º. Verificando que a calçada não se encontra adequada aos padrões adotados pelo Município, este procederá a notificação do proprietário para regularização, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 100 UFM.

§3º. Transcorrido o prazo, o Município de Porto Belo fará vistoria no local e constatando que não foi pavimentada a calçada, lavrará a multa, ficando autorizado a proceder a respectiva obra, devendo os custos serem inscritos em dívida ativa.

§4º. Se após a aplicação da multa, o proprietário realizar a pavimentação da calçada, nos padrões adotados pelo Município, a penalidade tornar-se-á sem efeito, a requerimento do proprietário.”

Art. 2º Este Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de maio de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.152, de 28 de Maio de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.152, DE 28 DE MAIO DE 2014.

“Institui o Plano Municipal de Cultura de Porto Belo e dá outras providências”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica Instituído o Plano Municipal de Cultura de Porto Belo, constante do anexo da presente Lei, com duração de 10 (dez) anos.

§ 1º O Plano Municipal de Cultura de Porto Belo é o instrumento de Planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política municipal de cultura, com previsão de ações de curto, médio e longos prazos.

§ 2º O Plano Municipal de Cultura, construído a partir dos subsídios pela sociedade civil e pelos gestores públicos, participantes das edições da Conferência Municipal de Cultura realizadas nos anos de 2005, 2009, 2013 e balizado pelo Conselho Municipal de Política Cultural, é regido pelos seguintes princípios:

I - respeito aos direitos humanos;

II - responsabilidade socioambiental;

III - direito universal à arte e à cultura;

IV - direito a memória e às tradições;

V - Liberdade de expressão, criação e fruição;

VI - diversidade das expressões culturais;

VII - direito a informação, à comunicação e à crítica cultural;

VIII - universalização do acesso aos agentes, bens incentivos e serviços culturais;

IX - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento humano;

X - desenvolvimento da economia criativa;

XI - transversalidade e abrangência das políticas culturais

XII - cooperação entre os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura;

XIII - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

XIV - integração e interação das políticas, programas, projetos e ações culturais;

XV - transparência e compartilhamento e informações;

XVI - autonomia e cooperação das instituições culturais;

XVII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais;

XVIII - descentralização articulada e pactuada de gestão, dos recursos e das ações culturais

XIX - fomento à produção, preservação, difusão e circulação do conhecimento, das ações e dos bens culturais;

XX - compromisso dos agentes públicos na implementação das políticas culturais.

Art. 2º São objetivos do Plano Municipal de Cultura de Porto Belo:

I - reconhecer e valorizar os direitos humanos e a diversidade cultural;

II - promover a cultura em toda a sua amplitude;

III - levantar, proteger e promover o patrimônio cultural do Município, material e imaterial;

IV - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;

V - universalizar o acesso à arte e à cultura;

VI - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;

VII - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;

VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental;

IX - desenvolver a economia da cultura e a economia criativa;

X - formar, profissionalizar e especializar os agentes e gestores

culturais;

XI - estimular a organização e a sustentabilidade de grupos, associações, cooperativas e outras entidades atuantes na área cultural;

XII - garantir o acesso democrático e transparente aos mecanismos municipais de incentivo financeiro à cultura;

XIII - garantir os investimentos destinados à ampliação dos equipamentos públicos, bens e ações culturais;

XIV - promover a transparência dos investimentos na área cultural;

XV - estimular a transversalidade da cultura, em ações integradas às políticas de educação, saúde, esporte, turismo, assistência social, segurança pública, meio ambiente, urbanismo, comunicação, ciência e tecnologia, políticas internacionais, desenvolvimento econômico, desenvolvimento agrário, dentre outras;

XVI - incentivar parcerias no âmbito do setor público e com o setor privado, na área de gestão e promoção da cultura;

XVII - estabelecer e implementar políticas culturais de longo prazo, em consonância com as necessidades e aspirações da comunidade;

XVIII - qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;

XIX - implementar, de maneira descentralizada, as políticas públicas de cultura;

XX - garantir continuidade aos projetos culturais já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade;

XXI - consolidar o sistema Municipal de Cultura em todas as suas Instâncias.

Art. 3º O Plano Municipal de Cultura será orientado conforme os seguintes eixos temáticos:

I - Gestão e Institucionalidade da Cultura;

II - Cultura, Sustentabilidade e Desenvolvimento;

III - Cultura e Cidadania;

IV - Produção Simbólica e diversidade Cultural;

V - Cultura e Meios Urbanos e Rurais.

Parágrafo Único - Os eixos temáticos constituirão programas de desenvolvimento da cultura e orientarão as políticas culturais, podendo ser desdobrados em outros programas de acordo com as atualizações que se fizerem necessárias ou que forem solicitadas na avaliações Periódicas do Plano.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS PODER PÚBLICO

Art. 4º Compete ao poder público municipal, nos termos desta Lei:

I - Assegurar a implementação do Plano Municipal de Cultura garantindo a efetivação de seus objetivos, Estratégias, avaliação e monitoramento periódicos;

II - Coordenar o processo de elaboração das metas;

III - Coordenar o processo de construção dos Planos Setoriais de Cultura, e

IV - Criar, por lei específica, o Sistema Municipal de Cultura, com seus outros elementos constitutivos:

Coordenação:

Secretária Municipal de Cultura.

2. Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação:

a) Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC

b) Conferência Municipal de Cultura - CMC

3. Instrumentos de Gestão:

a) Plano Municipal de Cultura - PMC

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura;

c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

Programa Municipal de Formação na Área de Cultura.

IV - Sistemas Setoriais de Cultura: (não obrigatório)

a) Sistema Municipal de Patrimônio Cultural - SMP

b) Sistema Municipal de Museus - SMM;

c) Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLL;

Outros que venham a ser constituídos.

DO FINANCIAMENTO

Art. 5º Os planos plurianuais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual serão orientadas para o desenvolvimento dos objetivos, estratégias ações e metas do Plano Municipal de Cultura, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 6º O fundo Municipal de Cultura será principal mecanismo de fomento às políticas culturais: poderá, entretanto, o órgão gestor de cultura, estabelecer novas formas de financiamento para implementação do plano Municipal de Cultura.

Art. 7º Além dos recursos originários dos orçamentos do Fundo Municipal de Cultura o Município poderá destinar recursos das receitas próprias para execução do disposto nesta Lei.

Art. 8º A alocação de recursos deverá observar as objetivos, estratégias e ações estabelecidas no anexo nesta Lei.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Compete ao órgão gestor da Cultura coordenar o monitoramento e avaliação periódica do alcance das diretrizes e eficácia das metas do Plano Municipal de Cultura, por meio do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais e das Conferências Municipais de Cultura.

Parágrafo Único - O processo de monitoramento, avaliação periódica do Plano Municipal de Cultura será realizado nas edições da Conferência Municipal de Cultura ou fórum permanente da Cultura, com a participação do Conselho Municipal de Política Cultural, podendo contar com o apoio de especialistas, técnicos e agentes culturais, institutos de pesquisa, universidades. Instituições culturais, organização e redes socioculturais, além do apoio de outros órgãos colegiados de caráter consultivo.

Art. 10 O Plano Municipal de Cultura será revisado periodicamente, sendo que a primeira revisão em até 4 (quatro) anos da promulgação desta Lei, tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento de suas Ações e metas.

Parágrafo Único - Para revisão deve estar assegurada a ampla representação do poder público e da sociedade civil e a posterior validação pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 11 O processo de construção das metas para os 10 (dez) anos de vigência do Plano Municipal de Cultura será desenvolvido por comissão específica paritária, poder público e sociedade civil, para a função designada pelo órgão gestor, aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural e rubricadas até 180 (cento e oitenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 12 O Município deverá dar ampla publicidade e transparência ao seu conteúdo, bem como à realização de objetivos, estratégias, ações e metas, estimulando a transparência e o controle social em sua implementação.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de maio de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.158, de 28 de Maio de 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.158, DE 28 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DOENÇAS GRAVES E/OU INCURÁVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (Autor: Gilson Manoel Cota)

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Os procedimentos administrativos em que figurem como parte ou interessado, pessoas portadoras de doenças graves e/ou incuráveis terão prioridade na tramitação, sendo:

- a) exames de média e alta complexidade;
- b) medicamentos de alto custo; e
- c) cirurgias.

§1º Considera-se também, para efeitos desta Lei, aquelas portadoras de deficiência intelectual, além das portadoras das doenças que se enquadrem na Classificação Internacional de Doenças e de Problemas Relacionados à Saúde - Tabela CID - 10.

§2º Considera-se doença grave tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia, maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose e anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida ou outras doenças graves, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

Art. 2º A prioridade referida nesta Lei é auto aplicável, desde que instruído com laudo médico que comprove ser o requerente portador de moléstia constante no parágrafo 2º do artigo 1º.

Art. 3º As despesas para a consecução desta Lei correm à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de maio de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Modalidade de Licitação: Concorrência Pública - 001/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Concorrência Pública - 001/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço;

Objeto: Concessão de serviço de interesse público relativo a administração e operação do terminal rodoviário de passageiros urbano e interurbano do município de porto belo, pelo período de 10 (dez) anos, conforme especificações constantes do anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 02/07/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 02/07/2014, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 02 de junho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Modalidade de Licitação: Pregão - Registro de Preço - 010/2014 FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 010/2014 FME

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de material esportivo para serem utilizados nas aulas desenvolvidas pela Fundação Municipal de Esportes de Porto Belo pelo período de 12 meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 13/06/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 13/06/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 02 de junho de 2014.
CHIRLEY LAURENCIO
Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 467/2014

DECRETO Nº 467, de 30 de maio de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO	0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2066 - Manutenção da Atenção Básica		
MODALIDADE	3390 - 103 - Aplicações Diretas	6	150.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2066 - Manutenção da Atenção Básica		
MODALIDADE	3191 - 103 - Aplicações Diretas - Oper. Intraorçamentárias	5	150.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		150.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de maio de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Saúde

Portaria Nº 016/2014

PORTARIA Nº 016, de 02 de junho de 2014.

Dispõe sobre o expediente na Prefeitura Municipal de Porto União durante a Copa do Mundo FIFA 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "g" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer, em caráter excepcional, que o horário de expediente na Prefeitura Municipal de Porto União, nos dias das partidas da 1ª fase da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014 (12/06/2014 - 17/06/2014 - 23/06/2014), será das 8 às 14 horas ininterruptamente, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Parágrafo único. Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e funcionamento dos serviços considerados essenciais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de junho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Justificativa de Dispensa de Licitação 006/2014 Cultura

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 006/2014 - CULTURA

Dispensa de Licitação n.º 003/2014

Caracterização da Situação: O município possui o Parque Monge João Maria, para visitação pública, deste modo necessita de um responsável para preservação do patrimônio público, bem como realizar a abertura e fechamento do parque, inclusive nos finais de semana e feriados.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, contratação de assistente de atendimento a visitantes do Parque Monge João Maria, para atuar como vigilante da preservação do patrimônio do espaço durante os horários de visitação pública, bem como pela abertura e fechamento do parque.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Neidi Stelmaschuk, uma vez a mesma reside próxima ao Parque, facilitando o acesso e realização do serviço

Do Preço: O valor mensal a ser pago será de R\$ 600,00 (seiscientos reais), para um período de 12 (doze) meses, totalizando R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Órgão 1400 - Fundação Municipal de Cultura

Unidade 1401 - Fundação Municipal de Cultura

Atividade 2054 - Manutenção atividades Culturais

Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas

Cod. 01

Complemento 33903905 - Serviços Técnicos Profissionais

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 12 de maio de 2014

PAULO RUBENS BUCH

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 376/2014

Extrato de Contrato 011/2014 Cultura

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 011/2014- CULTURA

Partes: Município de Porto União e Neidi Stelmaschuk

Objeto: contratação de assistente de atendimento à visitantes do Parque Monge João Maria, para atuar como vigilante da preservação do patrimônio do espaço durante os horários de visitação pública, bem como pela abertura e fechamento do parque, todos os dias da semana, incluindo finais de semana e feriados.

Valor mensal de R\$ 600,00 (seiscientos reais), totalizando R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser renovado por igual período, se houver interesse entre as partes.

Base legal: Dispensa de Licitação 003/2014 - CULTURA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 19 de Maio de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Neidi Stelmaschuk

Contratada

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0413/RH

PORTARIA N. 0413/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matrícula	Cargo	Protocolo
EDVIRGES REGINA ROSSETT	101443/1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO II	144835/2014
ESTER HASSE	171450/2	GUARDA MUNICIPAL	130431/2011
JOSE CARDOSO	171476/1	GUARDA MUNICIPAL	145157/2014
PATRICIA RAQUEL MAYR	78158/2	AGENTE ADMINISTRATIVO	145069/2014

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0417/RH

PORTARIA N. 0417/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matrícula	Cargo	Protocolo
GRAZIELA GRAH	173371/1	GUARDA MUNICIPAL	139917/2013

PAULO GEOVANI CAETANO	156981/2	GUARDA MUNICIPAL	145636/2014
-----------------------	----------	------------------	-------------

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0419/RH

PORTARIA N. 0419/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o segundo Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matrícula	Cargo	Protocolo
JACKSON RODRIGO ZEMKE	155934/1	TECNICO DE ENFERMAGEM	128579/2011
LEONARDO ANTONIO DA SILVEIRA	171344/1	GUARDA MUNICIPAL	126891/2011

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0632/RH

PORTARIA N. 0632/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 26 a 29, dos autos da Sindicância Administrativa n. 018/2013, instaurada pela Portaria n. 1050/RH de 27 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 02 de setembro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 31 dos mesmos autos, no que

tange à apuração e comprovação do denunciado,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 018/2013, instaurada para apuração da responsabilidade pelo acidente ocorrido no dia 14 de abril de 2013 com a viatura modelo Ford Fiesta 1.6 Flex 2012/2013, de placa MJX 3266 e número de frota 368 de propriedade do Município de Rio do Sul e parte integrante da frota da Guarda Municipal, em virtude do veículo não ter sido consertado no ato do sinistro, desta forma, inviabilizando a cobrança sob responsabilidade do Sr. Magaiver Giovanella.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 30 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0633/RH

PORTARIA N. 0633/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

As conclusões da Comissão Sindicante de fls. 25 a 28, dos autos da Sindicância Administrativa n. 016/2013, instaurada pela Portaria n. 1025/RH de 21 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 29 de agosto de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 30 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que seja notificado via ofício o Secretário Municipal de Agricultura, para sinalizar o estacionamento que encontra-se no pátio do Pavilhão Hermann Purnhagen.

Art. 2º. Determinar que seja instaurado Processo Administrativo Disciplinar, em virtude de restar comprovada a responsabilidade do servidor Wilson Vieira no sinistro entre o veículo Celta da Secretaria de Administração e o Toyota da Secretaria de Agricultura.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 30 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0620/2014

PORTARIA Nº. 0620/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Protocolo 146871/2014, à servidora municipal MARCIA CORREA RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal (40h), durante o período de 02/06/2014 à 31/05/2016, de acordo com o Art. nº. 137, da Lei Complementar nº. 207 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

Decreto Nº 4060, de 19 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4060, de 19 de maio de 2014.

“REGULAMENTA A LEI Nº 5.440, QUE DISCIPLINA A CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DE GRANDE PORTE NA CIDADE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, prevista no inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º- É permitida a circulação de veículos de grande porte, com Peso Bruto Total (PBT) até 45 toneladas, nas seguintes vias e trechos de vias (Rota de Caminhões), no horário compreendido entre as 19h30min e 06h30min; das 08h30min até as 10h30min; das 14h até as 16h30min:

I - Rua Dom Pedro II;

II - Rua Princesa Isabel, no trecho compreendido entre a Rua Padre Anchieta e a Rua Eng. Baungarten;

III - Rua Engenheiro Baungarten;

IV - Ponte Waldemar Bornhausen;

V - Rua Marconi;

VI - Avenida Barão do Rio Branco;

VI - Avenida Barão do Rio Branco;

VIII - Rua Professor João Conrado Stoll, no trecho compreendido entre a Rua Vidal Ramos e a Rua Ruy Barbosa;

IX - Rua Ruy Barbosa, no trecho compreendido entre a Avenida Barão do Rio Branco e a Rua Leopoldo Fuchs;

X - Rua Leopoldo Fuchs;

XI - Ponte Professora Hannelore Hartmann Eyng;

XII - Rua Guilherme Joos;

XIII - Rua XV de Novembro, no trecho compreendido entre a Rua Pedro Moretto e a SC-350;

XIV - Avenida Governador Ivo Silveira;

XV - Ponte Ministro Mário Andreaza;

XVI - Travessa Paulo Ledra;

XVII - Alameda Aristiliano Ramos, no trecho compreendido entre a Rua George Lucas e a Praça Gino de Lotto;

XVIII - Rua George Lucas, no trecho compreendido entre a Alameda Aristiliano Ramos e a Rua Dom Bosco;

XIX - Rua Dom Bosco, no trecho compreendido entre a Rua George Lucas e a Trav. Paulo Ledra;

XX - Rua Ângelo Tomio;

XXI - Avenida Oscar Barcelos, no trecho compreendido entre a Rua George Lucas e a Trav. Paulo Ledra;

XXII - Estrada Blumenau;

XXIII - Rua Pedro Moretto, no trecho compreendido entre a Rua XV de Novembro e a Rua dos Caçadores;

XXIV - Rua dos Caçadores, no trecho compreendido entre a Rua Pedro Moretto e a Rua Maranhão;

XXV - Rua Maranhão, no trecho compreendido entre a Rua XV de Novembro e a Rua dos Caçadores.

Parágrafo único - É expressamente proibida a circulação de veículos com PBT acima de 23 (vinte e três) toneladas, nas vias estabelecidas neste artigo, nos horários compreendidos entre as 06h30min até as 08h30min; das 10h30min até as 14h e das 16h30min até as 19h30min.

Art. 2º- Fica permitida a circulação de veículos de transporte de cargas, cujo Peso Bruto Total (PBT) não ultrapasse 16 (dezesseis) toneladas, nas seguintes vias e trechos de vias, nos horários compreendidos entre as 19h30min e 06h30min; das 08h30min até as 10h30min; das 14h até as 16h30min; na área central da cidade:

I - Praça Nereu Ramos;

II - Praça Dias Velho;

III - Rua Carlos Gomes;

IV - Rua São João;

V - Rua Anita Garibaldi;

VI - Rua Coelho Neto;

VII - Alameda Aristiliano Ramos, no trecho compreendido entre a Avenida 7 de Setembro e Rua George Lucas;

VIII - Rua XV de Novembro, no trecho compreendido entre a Praça Nereu Ramos e a Avenida Oscar Barcelos;

IX - Praça Ermemberggo Pellizzetti;

X - Rua Tuiuti;

XI - Rua dos Pioneiros;

XII - Rua Nova Era;

XIII - Avenida Oscar Barcelos, no trecho compreendido entre a Rua XV de Novembro e o Largo Paula Claudino Ferreira;

XIV - Elevado Deputado José Thomé;

XV - Rua 7 de Setembro.

Parágrafo único - É expressamente proibida a circulação de veículos de carga com PBT acima de 3,5 toneladas, nas vias estabelecidas neste artigo, nos horários compreendidos entre as 06h30min até as 08h30min; das 10h30min até as 14h e das 16h30min até as 19h30min.

Art. 3º- O desrespeito à rota de caminhões e à proibição instituídas por este Decreto sujeitará o infrator às medidas administrativas e penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 4º- A circulação e estacionamento de veículos de carga não especificados no presente Decreto necessitam de Autorização Especial de Circulação e Estacionamento (AECE), nos termos da Lei Nº 5.440/2013.

Art. 5º- Este Decreto entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4075, de 23 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4075, de 23 de maio de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação de Recursos Federais, oriundos da Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313 - Lei Rouanet), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural do Município de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
1.038	Projetos, Eventos e Contrapartidas		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
1240054	Transferências de Convênios - União	R\$	65.000,00
	TOTAL	R\$	65.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de maio de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4079, de 27 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4079, de 27 de maio de 2014.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2014 - FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 024/2014 -FMS, de 06 de maio de 2014.

Parágrafo Único - Locação de imóvel para acomodar a Estratégia da Saúde da Família do Fundo Canoas durante o período de reforma.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Decreto Nº 4090, de 28 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4090, de 28 de maio de 2014.

"DESIGNA GIVANILDO SILVA".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010.

DECRETA:

Art.1º - Fica designado GIVANILDO SILVA - Secretário Municipal de Administração, para responde interinamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, durante o impedimento do titular por motivo de férias no período de 26/05/2014 a 14/06/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4091, de 29 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4091, de 29 de maio de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 002/2014."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e ainda, de acordo a Lei n. 3796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 002/2014, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital.

Art. 2º - Os Anexos I e II são partes integrantes deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de maio de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

Anexo I - Processo Seletivo n. 002/2014

RESULTADO FINAL APÓS RECURSO

Nº Inscrição	Candidato	NOTA PROVA	TÍTULOS	CLASSIFICAÇÃO	Desempate
2523	Cassia Leonora de Souza	7,37	5,0	12,37	
2483	Elide Maria Anzoategui	8,71	0,0	8,71	
2464	Romulo Mutschler	8,04	0,0	8,04	
2494	Joao Carlos Popeng	7,37	0,0	7,37	Item 8.1.2 / 4º
2526	Alexandre Luis Coeho	7,37	0,0	7,37	Item 8.1.2 / 4º
2450	Helena Caroline Micheletto de Medeiros	7,37	0,0	7,37	Item 8.1.2 / 4º
2473	Evandro Galkowski	5,36	0,0	5,36	
2455	Adriana Aparecida Soares	N.C	0,0	Desclassificado	
2478	Alan Aparecido de Almeida	N.C	0,0	Desclassificado	
2456	Aline Baars	N.C	0,0	Desclassificado	
2510	Andreson Elizanilson da Silva Gomes	N.C	0,0	Desclassificado	
2514	Barbara Pissolatto	N.C	0,0	Desclassificado	
2442	Beatriz Krtger	N.C	0,0	Desclassificado	
2486	Cátia Pereira	N.C	0,0	Desclassificado	
2466	Charlene Rogéria Ramos Moraes	N.C	0,0	Desclassificado	
2515	Denise Mafra	N.C	0,0	Desclassificado	
2447	Elias dos Santos Alfien	N.C	0,0	Desclassificado	
2446	Entília Barbosa	N.C	0,0	Desclassificado	
2463	Fernanda da Rocha	N.C	0,0	Desclassificado	

2443	Geovane dos Santos Dihl	N.C	0,0	Desclassificado
2481	Giovana Mara Branger	N.C	0,0	Desclassificado
2499	Glauce Regina Gerber	N.C	0,0	Desclassificado
2517	Jakson Moraes	N.C	0,0	Desclassificado
2513	Juliano Carlos Jacinto	N.C	0,0	Desclassificado
2462	Karina Leonilda Niemeyer Moser	N.C	0,0	Desclassificado
2449	Lohana Lamim	N.C	0,0	Desclassificado
2448	Leonardo Constantino	N.C	0,0	Desclassificado
2484	Maria Helena da Silva	N.C	0,0	Desclassificado
2525	Mauricio Gilz	N.C	0,0	Desclassificado
2480	Maurina Cordeiro dos Santos	N.C	0,0	Desclassificado
2482	Mayara Trevizan	N.C	0,0	Desclassificado
2439	Michael Jose Pacheco Calixtro	N.C	0,0	Desclassificado
2474	Paulo Lobo do Espirito Santo Ramella	N.C	0,0	Desclassificado
2441	Priscila Pereira	N.C	0,0	Desclassificado
2438	Regina Costa Spindola	N.C	0,0	Desclassificado
2476	Roseli Maria Cassemiro de Oliveira	N.C	0,0	Desclassificado
2451	Rosemeri Schutze	N.C	0,0	Desclassificado
2453	Rudinei da Cunha	N.C	0,0	Desclassificado
2444	Saunara Vambommel	N.C	0,0	Desclassificado
2472	Sidelma Simao Arseno	N.C	0,0	Desclassificado
2454	Tatiana Aparecida Nunes	N.C	0,0	Desclassificado
2471	Teresinha Dias Amorim	N.C	0,0	Desclassificado

Rio do Sul, 29 de maio de 2014

Anexo II - Processo Seletivo n. 002/2014 RELATÓRIO DE RESPOSTAS AOS RECURSOS

A Comissão Especial designada por meio do Decreto n. 3968 de 31/03/2014, divulga as respostas dos recursos impetrados referente ao Resultado Final do Processo Seletivo n. 002/2014:

Candidato: ELIDE MARIA ANZOATEGUI

Número de Inscrição: 2483

Resposta:

No quesito da prova objetiva, ao qual a candidata refere-se que deveria ser aumentada sua nota, em virtude de ter errado apenas uma questão e não duas questões, conforme computado, a Comissão entende como incabível acatar a solicitação, em virtude dos itens 9.1.3.5 e 9.1.4.3, "f" do Edital, onde se lê:

"9.1.3.5 A folha de resposta é o único documento oficial para dirimir toda e qualquer dúvida acerca das respostas assinaladas pelo candidato". (grifo nosso)

"9.1.4.3 Será considerada nula a resposta do candidato quando:
f) A resposta assinalada não coincida com o gabarito oficial".

A folha de resposta da candidata em questão, apresenta a resposta não condizente com o gabarito oficial, nas questões de número "7" e "13", e não apenas na questão de número "13", a qual ela se refere no impetramento do recurso, não podendo ser computada a mais a pontuação pretendida pela candidata.

No quesito experiência profissional, ao qual a candidata refere-se que não foi apontada nenhuma pontuação, sendo que a qual faria jus a pontuação devido a apresentação da CTPS, entendeu-se não ser possível pontuar com base no contrato de trabalho anotado e as normas previstas no Edital, em conformidade com os itens 9.2.2, 9.2.2.1 "d", e 9.2.2.1.1 do Edital, onde se lê:

"9.2.2 DOS TÍTULOS

9.2.2.1 Será considerado como título:

d) Original e fotocópia de Certidão/Declaração circunstanciada de tempo de serviço, cuja função esteja relacionada com as atribuições de Monitor de Transporte Escolar, expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação (devendo obrigatoriamente constar dia, mês e ano do período de atuação) ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social, onde conste a data de entrada e saída, a página com foto e qualificação civil. Caso o contrato ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão/Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação. No caso de profissionais autônomos, declaração por ele firmada, (devendo obrigatoriamente constar dia, mês e ano do período de atuação) com firma reconhecida, acompanhada de documento particular e/ou público que demonstre o período trabalhado.

9.2.2.1.1 A análise de cursos e experiências profissionais relacionadas com a função de Monitor de Transporte Escolar, será efetuada com base nas atribuições da função, conforme Anexo I deste edital". (grifo nosso)

A anotação do contrato de trabalho apresentada na cópia da CPTS entregue para análise não faz referência à função relacionada com quaisquer das atribuições do cargo de Monitor de Transporte Escolar, não podendo então ser validada e pontuada por esta Comissão, conforme item 9.2.2.1.2 do Edital, que versa:

"9.2.2.1.2 Não serão pontuados:

g) Títulos que não estejam em conformidade com as normas previstas neste edital".

Desta forma, a Comissão INDEFERE suas solicitações.

Rio do Sul, 29 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Presidente Comissão Especial - Decreto n. 3968 de 31/03/2014

Processo Seletivo 002/2014

Decreto Nº 4086, de 27 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4086, de 27 de maio de 2014.

“CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO À Sra. DILZA APARECIDA LEITE DAROLT”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra “c” inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério à Sra. Dilza Aparecida Leite Darolt, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 7/R 1.220.739 e CPF nº 548.606.529-91 domiciliada e residente na Rua Justina de Barba Ledra, 431, Bairro Santana em Rio do Sul - SC, no cargo de Professora, nível 3, classe A, com proventos integrais e paridade, a partir de 01º de maio de 2014.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra “c” inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 4081, de 27 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4081, de 27 de maio de 2014.

“CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA HIDRELÉTRICA SENS LTDA.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007.

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a empresa HIDRELÉTRICA SENS LTDA, CNPJ Nº 02.444.931/0001-04, que irá instalar-se em sua nova sede situada na BR 470, no Bairro Barra do Trombudo, neste município; Cadastro Imobiliário Nº 37.634, Matrícula no Registro de Imóveis Nº 4.328, com base no Parecer Jurídico, inserido nos autos do Protocolo Geral Nº 147.110/2014, incentivo econômico com base no art. 5º, da Lei nº 4.201, de 11 de julho de 2005, na forma que segue, incentivo econômico na forma que segue:

- Execução, em no máximo de 60%(sessenta por cento), dos serviços de terraplenagem, aterro, corte, vias de acesso à empresa beneficiada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4077, de 27 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4077, de 27 de maio de 2014.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 025/2014 - FMS”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 025/2014 FMS de 016.05.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- UNIDAS VEÍCULOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO DECRETO Nº 4077/2014.

Pregão Presencial Nº 025/2014 de 16.05.2014.

Objeto da Licitação: Compra de carro para visitas domiciliares e transporte das equipes da Estratégia da Saúde da Família.

Participante:

- UNIDAS VEÍCULOS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou o vencedor

o licitante:

- UNIDAS VEÍCULOS LTDA.

Portaria Nº 0602/RH

PORTARIA N. 0602/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor DANIEL JUPPA DA SILVA, matrícula n. 75060/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Lei 5.473

LEI Nº 5.473, de 20 de maio de 2014.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA VISANDO À CRIAÇÃO DE BANCO DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SUPORTE À REABILITAÇÃO FÍSICA”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar parceria com entidades objetivando a criação do banco de cadeiras de rodas, cadeiras de banho, andadores, muletas, talas e outros equipamentos do gênero, destinados aos deficientes, às vítimas de acidentes de trânsito, de trabalho e àqueles que estejam passando por tratamentos médicos ou fisioterapêuticos e que tenham necessidade de algum equipamento para se locomover ou para realizar seu tratamento.

Art. 2º- O Executivo Municipal determinará, por decreto, as entidades com as quais realizará a parceria.

§ 1º- A parceria deverá ser firmada com entidades prestadoras de serviços sociais, estabelecidas e em atividade na cidade de Rio do Sul por pelo menos 02 (dois) anos.

§ 2º- A parceria deverá ter a validade de dois anos e poderá ser renovada.

Art. 3º- As entidades serão responsáveis pela avaliação das condições dos equipamentos doados, assim como pela manutenção dos mesmos.

Art. 4º- A entidade encarregar-se-á da campanha de divulgação

nos veículos de comunicação para aquisição e também para o recebimento das doações.

Art. 5º- As doações das cadeiras de rodas e demais equipamentos e o cadastramento de pretendentes serão divulgados quando da realização da campanha e ficarão sob a guarda e responsabilidade da entidade.

Art. 6º- A entidade, sempre que tiver disponibilidade, cederá os equipamentos às vítimas de acidente de trabalho, de trânsito e àqueles que estejam passando por tratamento médico ou fisioterapêutico.

§ 1º- Os critérios a serem observados para a doação serão os da real necessidade do usuário e da carência do requerente, devidamente comprovadas.

§ 2º- Nos casos de necessidade permanente, os equipamentos serão doados ao usuário e deverão ser devolvidos à entidade em caso de eventual aquisição, substituição por outro equipamento ou óbito.

§ 3º- Nos casos de tratamento temporários, os equipamentos serão cedidos ao usuário e deverão ser devolvidos à entidade para nova cessão.

Art. 7º- O Poder Executivo regulamentará esta Lei, naquilo que couber, no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 8º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

20 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Dispensa de Licitação 097/2014

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 097/2014

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. EPAGRI

Valor aproximado em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso I da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 02 de junho de 2014

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Decreto Nº 4987, de 27 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4087, de 27 de maio de 2014.

"EXONERA CLEBER MARCEO MACHADO DE SOUZA".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, a pedido, CLEBER MARCEO MACHADO DE SOUZA do cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, sendo 27/05/2014 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4080, de 27 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4080, de 27 de maio de 2014.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA PERFIL ETIQUETAS EIRELI ME."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007.

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a empresa PERFIL ETIQUETAS EIRELI ME; Localizada na Estrada da Madeira, 570 no Bairro Budag, neste município; Cadastro Imobiliário Nº 48090, Matrícula no Registro de Imóveis Nº 1623, com base deferimento da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do Protocolo nº 139407/2013, incentivo econômico com base no art. 5º, da Lei nº 4.201, de 11 de julho de 2005, na forma que segue, incentivo econômico na forma que segue:

- 04 horas máquina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Termo de Posse E Exercício - Juceli Pagani Negri

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JUCELI PAGANI NEGRI, nomeado (a) pela Portaria n. 0478/RH, de 29/04/2014, publicada no DOM na data de 07/05/2014, para exercer o cargo efetivo de ENFERMEIRO, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 10/06/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 26 de maio de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 0606/RH

PORTARIA Nº. 0606/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a HELOISA PAMPLONA CUNHA, nomeado pela Portaria nº 0463/RH de 29 de abril de 2014, publicada em 07 de maio de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo Farmacêutico, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0607/RH

PORTARIA Nº. 0607/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a MARCIO DE OLIVEIRA VIEIRA, nomeado pela Portaria nº 0470/RH de 29 de abril de 2014, publicada em 07 de maio de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0608/RH

PORTARIA Nº. 0608/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a MONICA DE SOUZA, nomeado pela Portaria nº 0390/RH de 08 de abril de 2014, publicada em 23 de abril de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo Professor - Geografia, 20h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0609/RH

PORTARIA Nº. 0609/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0434/2014/RH de 24/04/2014, a qual nomeia ANIELI SASSE para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do

Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0611/RH

PORTARIA Nº. 0611/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0544/2014/RH de 09/05/2014, a qual nomeia IVANA SCHAFER para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0612/RH

PORTARIA Nº. 0612/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SARAH MELLO DEPINE para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0610/RH

PORTARIA Nº. 0610/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ROSANE KUESSNER para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csf

Portaria Nº 0604/RH

PORTARIA Nº. 0604/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0543/2014/RH de 09/05/2014, a qual nomeia BARBARA ELISA DA SILVA para exercer o cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, em virtude da desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0605/RH

PORTARIA Nº. 0605/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, VIVIANE MARIA WEHRMEISTER para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Termo de Convocação - Viviane Maria Wehrmeister**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) VIVIANE MARIA WEHRMEISTER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0605/RH de 27/05/2014, publicada em 03/06/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais Calceteiro Carpinteiro Coveiro Eletricista Motorista De Caminhão Motorista De Veiculo Leve Operador De Equipamentos Pedreiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUMA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Sarah Mello Depine**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) SARAH MELLO DEPINE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0612/RH de 27/05/2014, publicada em 03/06/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais Calceteiro Carpinteiro Coveiro Eletricista Motorista De Caminhão Motorista De Veículo Leve Operador De Equipamentos Pedreiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUMA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Rosane Kuessner**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ROSANE KUESSNER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado

através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0610/RH de 27/05/2014, publicada em 03/06/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais Calceteiro Carpinteiro Coveiro Eletricista Motorista De Caminhão Motorista De Veículo Leve Operador De Equipamentos Pedreiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUMA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 03 de junho de 2014.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Posse E Exercício - Cristiano Nunes Ferreira
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CRISTIANO NUNES FERREIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 0446/RH, de 25/04/2014, publicada no DOM na data de 07/05/2014, para exercer o cargo efetivo de EDUCADOR SOCIAL, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e

atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/06/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 22 de maio de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso de Cancelamento do Edital Nº 22/2014 de Licitação FMS

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 022/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2014

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, através de sua Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação divulgada através do edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2014, tendo por objeto a Aquisição de relógios de ponto para registro e controle de funcionários de diversos setores desta Secretaria, devido à revisão das necessidades da Secretária de Saúde de Rio do Sul.

Palma, 02 de junho de 2014.
Luiz Carlos Zanis
Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

Resumo do 1º Termo Aditivo - Contrato Nº 05/2013

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 05/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012

Contratante: CAMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL / SC.

Contratada: IPM INFORMÁTICA LTDA

Objeto: fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Contabilidade Pública (Lei de Responsabilidade Fiscal), Folha de Pagamento, Compras e Licitações e Recursos Humanos, com recursos de monitoramento e auditoria, em ambiente windows ou web, utilizando banco de dados relacional.

Do pagamento: Reajustam os valores contratuais pelo índice IGP-M, apurado no período de abril de 2013 a fevereiro de 2014, que foi no percentual de 5,5460800% passando a vigor com o valor total de R\$ 9.499,20 (nove mil quatrocentos e noventa e nove reais e vinte centavos), ou seja, de R\$ 791,60 (Setecentos e noventa

e um reais e sessenta centavos) mensais.

Vigência: Prorroga-se o termo final de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 04 de abril de 2014, conforme faculta a legislação vigente.

Rio do Sul, 24 de março de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Câmara Municipal

ALDO LUIZ MEES
IPM informática LTDA

Salto Veloso

PREFEITURA

Portaria Nº. 194/2014

PORTARIA Nº. 194/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 27 de maio de 2014 a 25 de junho de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor NELSO JOSÉ DE CEZARO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 30/06/2012 a 29/06/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 27 de Maio de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 195/2014

PORTARIA Nº. 195/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 02 de junho de 2014 a 01 de julho de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora SALETE GETASSI BORGIA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2009 a 28/02/2010, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 02 de Junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 196/2014

PORTARIA Nº. 196/2014

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais.

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. FRANCISCO ALVES, pelo período de 15/04/2014 a 30/09/2014, conforme perícia da Previdência Social, parte integrante da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 02 de Junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 197/2014

PORTARIA Nº. 197/2014

Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00049/05-2, nos assentos funcionais do servidor Jorge Luiz Sauer, detentor da matrícula nº 85 e do cargo de provimento efetivo de Motorista Classe II, e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor Jorge Luiz Sauer, detentor da matrícula nº 85 e do cargo de provimento efetivo de Motorista Classe II, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00049/05-2, para fins de concessão de aposentadoria voluntária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 02 de junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº. 198/2014

PORTARIA Nº. 198/2014

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 881/97 de 20/08/1997.

Resolve:

Artigo 1º. Admitir o Sr. EDUARDO MAURÍCIO SONDA para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, na função de Motorista Classe II, 40 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 02 de Junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Extrato Contrato N.º 0012/2014.

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º : 0012/2014.

CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.

CONTRATADO : EDUARDO MAURÍCIO SONDA.

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

VIGÊNCIA : 02/06/2014 até a realização de Concurso Público..

AMPARO LEGAL....: Constituição Federal, inciso IX, Art. 37; Lei Orgânica Municipal, art. 23, inciso III, alínea a; Lei nº. 881/97, de 20.08.97; Edital de Processo Seletivo 003/2013.

FUNÇÃO : MOTORISTA CLASSE II.

LOCAL : SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.

SALÁRIO BASE: R\$ 1.848,94.

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****Lei Nº 951, de 02 de Junho de 2014.**

LEI Nº 951, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Fixa o índice de revisão geral das remunerações e subsídios dos servidores públicos e agentes políticos municipais para o exercício de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O índice de revisão geral das remunerações dos servidores públicos e agentes políticos municipais extensivo aos contratados em caráter temporário, conselheiros tutelares da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Municipal nº 536, de 08 de abril de 2003, a ser aplicado no mês de maio será o Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC acumulado nos últimos 12 meses em 5,62% (cinco inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), tendo como base o mês de março de 2014.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do mês de maio de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 02 de junho de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Errata Edital 57/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Contrato nº 57/2014-PR 57/2014

Publicação na Edição nº 1491 de 22/05/2014

Onde lê-se:

Ítem 3

Subitem 3.1. "Os dois envelopes (proposta de preços e habilitação), e os documentos (apresentados fora dos envelopes), que são: declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação previsto no subitem 3.2; a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado para comprovação do seu enquadramento como micro-empresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) conforme subitem 3.3 e os documentos de credenciamento previsto no subitem 6.2 deverão ser entregues no início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento, conforme data e horário estabelecido no preâmbulo deste edital."

Leia-se:

Ítem 3

Subitem 3.1. "Os dois envelopes (proposta de preços e habilitação), deverão ser entregues até as 18 horas horário estabelecido no preâmbulo deste edital e os documentos (apresentados fora dos envelopes), que são: declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação previsto no subitem 3.2; a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) conforme subitem 3.3 e os documentos de credenciamento previsto no subitem 6.2, poderão ser entregues 15 minutos antes da abertura dos envelopes."

São Bento do Sul**PREFEITURA****Retificação Edital de Pregão Nº 168/2014**

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2014

1 - No Extrato de convocação para o Edital de Pregão Presencial nº 168/2014.

No item 34:

ONDE SE LÊ QUE RECEBERÁ ATÉ ÀS 08:30 HORAS DO DIA 12 DE JUNHO DE 2014 LEIA-SE QUE RECEBERÁ ATÉ ÀS 08:30 HORAS DO DIA 13 DE JUNHO DE 2014

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO NO EDITAL E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, ALTERA-SE A ABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2014 PARA O DIA 13/06/2014 ÀS 09:00 HORAS E PROTOCOLO ÀS 08:30 HORAS.

São Bento do Sul, 06 de junho de 2014.
EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
DIRETOR DE COMPRAS

Retificação Edital de Pregão Nº 166/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 166/2014

O Município de São Bento do Sul - SC, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, cidade de São Bento do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 86.051.398/0001-00, no uso de suas atribuições, vem a público RETIFICAR O EDITAL Nº 166/2014, no seguinte item:

Onde se lê: MENOR PREÇO POR ITEM. Leia-se: MENOR PREÇO POR LOTE.

E para que essa produza seus efeitos o Secretário de Administração resolve prorrogar o recebimento e a abertura das propostas, para o dia 13 de JUNHO de 2014, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e proposta serão até às 13:30 horas e abertura às 14:00 horas.

São Bento do Sul, 03 de junho de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA
Pregoeira

Lei Nº 3379/2014

LEI Nº 3379, DE 26 DE MAIO DE 2014.
DENOMINA DE FRANCISCO LUDUVINSKI, ESTRADA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou, e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de Francisco Luduvinski, estrada localizada na localidade de Rio Mandioca, transversal da Estrada

Saraiva, com extensão de 8,2 Km e largura não identificada, conforme croqui anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Lei Nº 3380/2014

LEI Nº 3380, DE 26 DE MAIO DE 2014.
DENOMINA DE ALOISE DETZ SERVIDÃO DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de Aloise Detz, servidão de passagem do Município, lateral da Rua João Osni Pscheidt, no bairro Brasília (Vila São Paulo), com extensão de 47,55 m e largura de 6,00 m, conforme mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Suspensão Edital de Pregão Nº 145/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SUSPENSÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2014

O Município de São Bento do Sul, através do Secretário Municipal de Administração, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, SUSPENDER LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL LOCAL E SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, PARA CHAMADAS DE ACESSO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, COM FORNECIMENTO DE 152 (CENTO E CINQUENTA E DOIS) APARELHOS TELEFÔNICOS EM REGIME DE COMODATO, SENDO 15 (QUINZE) APARELHOS COM SISTEMA ANDROID 3.5 OU SUPERIOR E 10 (DEZ) APARELHOS COM DOIS CHIPS (DUAL CHIP) E SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 4.0 OU SUPERIOR PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Vem através deste comunicar que, devido a Impugnações e à questionamentos e inconsistência de informações no edital e para sanar os problemas nele existentes, suspende-se o processo licitatório Pregão Presencial 145/2014 à vistas de publicação de nova data.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 571/2014

DECRETO Nº 0571, DE 29 DE MAIO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas

atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 02 - Encargos Especiais

Operação Especial: 0.086 - Pagamentos Pensionistas

(105) 3.1.90.03.00.00.00 100 - Pensões. R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 02 - Encargos Especiais

Operação Especial: 0.086 - Pagamentos Pensionistas

(104) 3.1.90.01.00.00.00 100 - Aposentadorias e Reformas.

R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 572/2014

DECRETO Nº 0572, DE 29 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(15) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC

R\$ 6.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL
Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul
Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades
(13) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 6.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 5629/2014

PORTARIA Nº 5629, DE 26 DE MAIO DE 2014

Consolida Portaria nº 14637/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 14637, de 21 de dezembro de 2012, que concedeu aposentadoria a FRANCISCO SCHWETLER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-13/00145754, através da Decisão nº 1125/2014, de 02 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 26 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5630/2014

PORTARIA Nº 5630, DE 26 DE MAIO DE 2014

Consolida Portaria nº 14038/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 14038, de 03 de dezembro de 2012, que concedeu aposentadoria à LINDAMIR DAS GRAÇAS GONÇALVES, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-13/00110101, através da Decisão nº 1030/2014, de 31 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 26 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5631/2014

PORTARIA Nº 5631, DE 27 DE MAIO DE 2014

Revoga Portaria nº 5415/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 24 de maio de 2014, a Portaria nº 5415/2014 que nomeou servidora pública municipal MICHELE ARIANA DA SILVA, no cargo de Enfermeira, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5632/2014

PORTARIA Nº 5632, DE 27 DE MAIO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora NATHALIER MAIOLLI BERALDO, ocupante do cargo de Coordenador de Setor de Recursos Humanos, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Corsa Classic, placas MLO 1104.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5633/2014

PORTARIA Nº 5633, DE 27 DE MAIO DE 2014

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal LOURDES HUBL, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20722003.1.00079/98-6, de 02 anos, 07 meses e 06 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 3661, de 26 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5634/2014

PORTARIA Nº 5634, DE 27 DE MAIO DE 2014
Retira Gratificação de Função

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
RETIRAR, a partir de 01 de junho de 2014, a gratificação de função FG 3 concedida ao servidor ESMAEL TERRES, ocupante do cargo de Professor, na Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5635/2014

PORTARIA Nº 5635, DE 27 DE MAIO DE 2014
Concede Gratificação de Função

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 701/2003,

RESOLVE:
Conceder, a partir de 01 de junho de 2014, a gratificação de Função FG 4 - Agente de Setor de Coordenação de Escolas de Futebol de Bairros, ao servidor ESMAEL TERRES, ocupante do cargo de Professor, na Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5636/2014

PORTARIA Nº 5636, DE 27 DE MAIO DE 2014
Nomeia Coordenador de Serviços

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 56/2001,

RESOLVE:
NOMEAR, a partir de 01 de junho de 2014, LOURIVAL LEANDRO, no cargo de Coordenador de Serviços Gerais e de Som, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5684/2014

PORTARIA Nº 5684, DE 28 DE MAIO DE 2014
Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:
A partir de 27 de maio de 2014, NILCEIA GLONEKI, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional - Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5685/2014

PORTARIA Nº 5685, DE 28 DE MAIO DE 2014
Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:
A partir de 27 de maio de 2014, LIRIA LINZMEYER, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional - Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5686/2014

PORTARIA Nº 5686, DE 28 DE MAIO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 27 de maio de 2014, KARIN HINKELDEY, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional - Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5687/2014

PORTARIA Nº 5687, DE 28 DE MAIO DE 2014

Revoga Portaria nº 5685/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 5685/2014 que nomeou servidora pública municipal LIRIA LINZMEYER, no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea em 27 de maio de 2014.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5688/2014

PORTARIA Nº 5688, DE 28 DE MAIO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 27 de maio de 2014, ANA PAULA SILVEIRA SOARES, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Professor - Grupo Ocupacional Educação Infantil, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5689/2014

PORTARIA Nº 5689, DE 28 DE MAIO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 27 de maio de 2014, LILIANE WOLFF DOS SANTOS LANGE, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Professor - Grupo Ocupacional Educação Infantil, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Aviso de Licitação - Pregão Nº 101/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 18 de junho de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES PARA CÂMARAS DE AR A SEREM UTILIZADOS NA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME RELAÇÃO DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Portaria Nº 5690/2014

PORTARIA Nº 5690, DE 28 DE MAIO DE 2014
Revoga Portaria nº 5689/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 5689/2014 que nomeou servidora pública municipal LILIANE WOLFF DOS SANTOS LANGA, no cargo de Professor Educação Infantil, por desistência espontânea em 27 de maio de 2014.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5691/2014

PORTARIA Nº 5691, DE 28 DE MAIO DE 2014
Exonera Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 27 de maio de 2014, MAURICIO BERTOTTI, do cargo de Chefe de Divisão de Apoio Administrativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5692/2014

PORTARIA Nº 5692, DE 28 DE MAIO DE 2014

Constitui Comissão Especial para acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE :

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2014.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;

EDERVAL JOSÉ NEIDERT - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

MIRIAN TEREZINHA ROIK LOTT - Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2014
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 5716/2014

PORTARIA Nº 5716, DE 30 DE MAIO DE 2014
Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 27 de maio de 2014, MAURICIO BERTOTTI, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais - Grupo Ocupacional Gestão Educacional, Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Termo Aditivo Nº 018/2014

TERMO ADITIVO Nº 018/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE Nº 014/2014, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE, EM 23 DE ABRIL DE 2014.

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado o SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.676.599/0001-88, estabelecido à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 650, Bairro Brasília, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representado por seu Presidente DOUGLAS FERNANDO GAEDKE, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 978.784, CPF/MF nº 626.728.789-00, residente e domiciliado à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 650, Bairro Brasília, São Bento do Sul/SC, amparados Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3362 de 15 de abril de 2014, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, estabelecem o que abaixo segue:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

O § 1º da Cláusula Terceira do convênio ora aditado passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 00003147-9 a favor do São Bento Handebol Clube.”

As demais cláusulas permanecem inalteradas. E assim, por se acharem convenientes, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas abaixo.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

DOUGLAS FERNANDO GADKE

Presidente do São Bento Handebol Clube

Testemunhas

LUIZ NERI PEREIRA

CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA

CPF 791.399.579-34

Portaria Nº 5717/2014

PORTARIA Nº 5717, DE 30 DE MAIO DE 2014

Exonera Procuradora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 01 de junho de 2014, KATHERINE SCHREINER, do cargo de Procuradora, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5718/2014

PORTARIA Nº 5718, DE 30 DE MAIO DE 2014

Exonera Assessor Jurídico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 01 de junho de 2014, RAFAEL PINHEIRO BORGES, do cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5721/2014

PORTARIA Nº 5721, DE 30 DE MAIO DE 2014

Nomeia Procurador

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 01 de junho de 2014, RAFAEL PINHEIRO BORGES, no cargo de Procurador Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5723/2014

PORTARIA Nº 5723, DE 30 DE MAIO DE 2014

Nomeia Assessor Jurídico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 01 de junho de 2014, THIAGO HILGENSTIELER, no cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 896/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 896/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADX5621	8492061621	7463/0	08/04/2014	218 * II
AGB9709	8492062450	7455/0	03/05/2014	218 * I
AKR8383	8492062417	7455/0	06/05/2014	218 * I
AMU7658	8492062032	7455/0	22/04/2014	218 * I
AOB0086	8492062332	5673/2	01/05/2014	183
AQX4746	8492062045	7455/0	19/04/2014	218 * I
ARW6698	8492062396	7463/0	02/05/2014	218 * II
ASD6891	8492062184	7455/0	24/04/2014	218 * I
AWI1546	8492061879	6050/3	20/04/2014	208
AXE6866	8492061909	7455/0	19/04/2014	218 * I
BGI3220	8492062224	7455/0	26/04/2014	218 * I
BJB3005	8492061586	7455/0	07/04/2014	218 * I
CPB7374	8492061782	7455/0	11/04/2014	218 * I
GSV6586	8492062370	7455/0	04/05/2014	218 * I
HRY4840	8492062017	7455/0	16/04/2014	218 * I
IDP4974	8492061985	7455/0	19/04/2014	218 * I
IY9146	8492062443	7455/0	03/05/2014	218 * I
IJX9526	8492062264	7455/0	05/05/2014	218 * I
IJX9526	8492062307	7455/0	30/04/2014	218 * I
JOR3663	8492062347	6050/3	04/05/2014	208
LOR4056	8492062466	7455/0	30/04/2014	218 * I
LXB6217	8492061587	7455/0	08/04/2014	218 * I
LXO0009	8492062455	7455/0	05/05/2014	218 * I
LXS9000	8492062434	7455/0	29/04/2014	218 * I
LYV4409	8492062287	6050/3	06/05/2014	208
LZB2758	8492062303	7455/0	01/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZU8350	8492062411	7455/0	04/05/2014	218 * I
LZZ1673	8492062256	7455/0	03/05/2014	218 * I
MAB4676	8492061579	7455/0	05/04/2014	218 * I
MAW0060	8492062315	7455/0	04/05/2014	218 * I
MBD2086	8492062262	7471/0	05/05/2014	218 * III
MBD2086	8492062323	7455/0	05/05/2014	218 * I
MCE3517	8492061921	7455/0	16/04/2014	218 * I
MCI2473	8492062348	7455/0	06/05/2014	218 * I
MCT1023	8492062316	7463/0	04/05/2014	218 * II
MDH6070	8492062268	5673/2	30/04/2014	183
MDL1650	8492062469	7455/0	02/05/2014	218 * I
MDQ1865	8492062436	7455/0	29/04/2014	218 * I
MDT0889	8492062274	7455/0	01/05/2014	218 * I
MDV5682	8492061655	7455/0	06/04/2014	218 * I
MDY0666	8492062272	7455/0	30/04/2014	218 * I
MEH6389	8492062336	5673/2	04/05/2014	183
MEJ7576	8492062407	7455/0	01/05/2014	218 * I
MEP7679	8492062458	7455/0	05/05/2014	218 * I
MEP8570	8492062301	7463/0	01/05/2014	218 * II
MFO4282	8492062275	7463/0	01/05/2014	218 * II
MGI2791	8492061574	7455/0	04/04/2014	218 * I
MGX0885	8492062280	7455/0	03/05/2014	218 * I
MHB0442	8492062445	7455/0	03/05/2014	218 * I
MHG5564	8492062374	7455/0	04/05/2014	218 * I
MHR2858	8492062261	6050/3	04/05/2014	208
MHW5298	8492062340	5673/2	30/04/2014	183
MHW5298	8492062341	6050/3	30/04/2014	208
MIB4109	8492062265	6050/3	05/05/2014	208
MIB4109	8492062463	7463/0	30/04/2014	218 * II
MID4824	8492061616	7455/0	04/04/2014	218 * I
MIY9139	8492062260	6050/3	04/05/2014	208
MJC2257	8492062415	7455/0	05/05/2014	218 * I
MJI5324	8492062339	6050/3	30/04/2014	208
MJT1168	8492062267	7455/0	05/05/2014	218 * I
MKT6337	8492062421	7455/0	04/05/2014	218 * I
MLK6808	8492062383	7455/0	03/05/2014	218 * I
MMB1221	8492062326	6050/3	06/05/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMD0394	8492062250	5673/2	02/05/2014	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 897/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 897/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAE0074	8492060593	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ACE5755	8492060850	7463/0	10/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
ADV0767	8492059445	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHF8381	8492060755	5673/2	08/03/2014	R\$ 85,12	183
AJF0555	8492060012	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKN2020	8492059303	7455/0	08/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AQP4716	8492060172	5673/2	17/02/2014	R\$ 85,12	183
ART5159	8492060644	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUE3515	8492061195	7463/0	22/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
AWL3940	8492059988	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWP0633	8492059935	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWT4421	8492059812	7463/0	02/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
AWW7672	8492060949	5673/2	17/03/2014	R\$ 85,12	183
AXB5494	8492059744	7463/0	01/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
AXB5494	8492059747	7471/0	02/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
CJU1465	8492060536	5673/2	28/02/2014	R\$ 85,12	183
HAO2603	8492059580	6050/3	27/01/2014	R\$ 191,53	208
IKK1066	8492060221	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
JNM4641	8492058951	7455/0	26/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
JST2769	8492060254	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
KNX1631	8492060158	6050/3	16/02/2014	R\$ 191,53	208
LXM4678	8492060621	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXU8795	8492058673	5673/2	24/12/2013	R\$ 85,12	183
LYL9942	8492060795	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYW9644	8492060856	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYY4565	8492060772	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBP2461	8492060604	7455/0	04/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCG2571	8492060766	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCS6096	8492058838	7455/0	31/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCT3377	8492058885	7455/0	28/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCW7913	8492060728	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCX3641	8492058878	5673/2	31/12/2013	R\$ 85,12	183
MDE6666	8492060792	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF6065	8492060686	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDL1650	8492060826	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDL1650	8492060862	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT1129	8492060760	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEA3404	8492061094	5673/2	20/03/2014	R\$ 85,12	183
MEB3918	8492059293	7455/0	08/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEG6955	8492060762	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEJ7384	8492060720	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEJ7384	8492060721	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEJ7384	8492060726	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEJ7886	8492060758	6050/3	11/03/2014	R\$ 191,53	208
MEQ2525	8492060702	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL6177	8492059789	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM5531	8492060699	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFR2104	8492060634	7455/0	26/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGA8487	8492059548	7455/0	23/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD5450	8492059287	7455/0	12/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG8719	8492059779	6050/3	30/01/2014	R\$ 191,53	208
MHI4297	8492060544	5673/2	26/02/2014	R\$ 85,12	183
MHR0301	8492061096	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS9016	8492059275	7455/0	09/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW5713	8492058916	7455/0	26/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJP4181	8492060723	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKE9447	8492060351	6050/3	22/02/2014	R\$ 191,53	208
MKF8241	8492060802	7463/0	11/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKX8037	8492060809	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG8387	8492059343	7455/0	16/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLM6705	8492060661	7463/0	05/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLV8273	8492059176	7455/0	12/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMD3673	8492060692	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMD5394	8492060824	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MTL2411	8492059292	7455/0	08/01/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1869/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1869/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABX7759	54595910E	6920/0	06/05/2014	233
ACK7290	54595935E	6920/0	09/05/2014	233
ACP2131	54596303E	6556/1	09/04/2014	230 * I
AFX1905	55727982D	5010/0	26/04/2014	162 * I
AFX1905	55727983D	6599/2	26/04/2014	230 * V
AFX1905	55727984D	5118/0	26/04/2014	164 c/c 162 * I
AGL5781	54857240C	6599/2	19/04/2014	230 * V
AGL5781	54857241C	5169/1	19/04/2014	165
AVG1724	54593472E	6912/0	24/04/2014	232
AWK1994	54595920E	6920/0	06/05/2014	233
BFN7053	54595947E	6920/0	12/05/2014	233
BMP4075	54595932E	6920/0	09/05/2014	233
BPJ5920	54593468E	5045/0	23/04/2014	162 * V
BPJ5920	54593469E	5142/0	23/04/2014	164 c/c 162 * V
BUW5202	54596326E	6912/0	14/05/2014	232
CKN6223	54595938E	6920/0	09/05/2014	233
HQY3434	54596328E	6726/1	15/05/2014	230 * XVIII
KFM5027	54596318E	6769/1	14/05/2014	230 * XXII
LXB1142	54596455E	6599/2	17/05/2014	230 * V
LXB1142	54596456E	6637/2	17/05/2014	230 * IX
LXB1142	54596457E	6637/1	17/05/2014	230 * IX
LYI8576	54597028E	5169/1	11/05/2014	165
LYI8576	54597032E	6912/0	11/05/2014	232
MAI0633	54595930E	6920/0	08/05/2014	233
MAX4588	54597833E	6610/2	23/04/2014	230 * VII
MAX4588	54597834E	6912/0	23/04/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBA9903	54596181E	6920/0	09/04/2014	233
MBM0660	54591618E	5169/1	10/05/2014	165
MBM0660	54591619E	5010/0	10/05/2014	162 * I
MBM0660	54591620E	5118/0	10/05/2014	164 c/c 162 * I
MBO3692	54595903E	6920/0	30/04/2014	233
MBZ6680	54596175E	6920/0	07/04/2014	233
MDF0790	54596251E	5010/0	24/04/2014	162 * I
MDF0790	54596252E	5118/0	24/04/2014	164 c/c 162 * I
MEI3620	55724200D	6670/0	15/04/2014	230 * XIII
MEO3133	54595918E	6920/0	06/05/2014	233
MER9826	54596454E	5045/0	07/05/2014	162 * V
MEY1649	54596320E	5045/0	14/05/2014	162 * V
MEY1649	54596323E	5142/0	14/05/2014	164 c/c 162 * V
MID9547	54595906E	6920/0	30/04/2014	233
MIL8261	54593202E	5045/0	14/05/2014	162 * V
MIL8261	54593203E	6599/2	14/05/2014	230 * V
MJH5040	54595911E	6920/0	06/05/2014	233
MJJ3501	54593204E	6599/2	14/05/2014	230 * V
MML1762	54596354E	6920/0	31/03/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1870/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1870/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALK9337	54597845E	5460/0	15/05/2014	181 * IX
AWD1306	55514299D	5541/2	09/04/2014	181 * XVII
DDL5502	55514959D	5185/1	11/04/2014	167
DQH9688	55513991D	6130/0	09/04/2014	214 * II
DQH9688	55515002D	7366/2	09/04/2014	252 * VI
ETG3700	54593473E	5452/1	09/05/2014	181 * VIII
KFM5027	54596317E	5185/1	14/05/2014	167
KIW3180	55515237D	5185/1	16/05/2014	167
LZA6957	55513998D	7366/2	16/04/2014	252 * VI
MBM4170	55514970D	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
MCJ2054	55514432D	7366/2	19/05/2014	252 * VI
MEF3178	55515058D	5541/2	15/04/2014	181 * XVII
MFZ1466	55515050D	7366/2	15/05/2014	252 * VI
MGY7503	54597842E	5452/3	15/05/2014	181 * VIII
MHW1229	55514967D	5541/2	07/04/2014	181 * XVII
MIQ2840	55515185D	5185/1	05/05/2014	167
MIQ6126	55515204D	6122/0	09/05/2014	214 * I
MIS6287	54596047E	5452/3	08/04/2014	181 * VIII
MIX9997	55515044D	5185/1	15/05/2014	167
MJR2763	55513989D	5568/0	08/04/2014	181 * XIX
MKK0004	55515043D	7366/2	15/05/2014	252 * VI
MKZ5252	55514429D	6130/0	15/05/2014	214 * II
MLD9093	55515049D	7366/2	15/05/2014	252 * VI
MMH6060	54596046E	5452/3	08/04/2014	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1871/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1871/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADK0303	55724305D	6548/0	10/01/2014	R\$ 85,12	229
AUR0007	55727039D	6912/0	03/12/2013	R\$ 53,20	232
AUR0007	55727041D	5169/1	03/12/2013	R\$ 1.915,38	165
AVU3278	54593511E	6599/2	23/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
AVU3278	54593512E	5010/0	23/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
AVU3278	54593513E	5118/0	23/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
CDG2520	54596065E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
CPM3236	54593559E	6920/0	31/01/2014	R\$ 127,69	233
HRO4338	54596063E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
LZB3601	54593626E	6920/0	10/02/2014	R\$ 127,69	233
MDT2549	55725789D	6599/2	08/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDT2549	55725790D	6912/0	08/03/2014	R\$ 53,20	232
MDT2549	55725791D	6726/1	08/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIB8998	54597542E	6912/0	03/01/2014	R\$ 53,20	232
MIK4114	54596025E	5045/0	07/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MIK4114	54596026E	6912/0	07/03/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1872/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1872/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADK0303	55724306D	5185/1	10/01/2014	R\$ 127,69	167
AEJ4065	55514579D	7366/2	27/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AFT1251	54593587E	7366/2	05/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AIR1333	55514274D	7366/2	12/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AME3492	55514501D	5185/1	14/03/2014	R\$ 127,69	167
APV2711	55514523D	5185/1	17/03/2014	R\$ 127,69	167
ASS1220	55514179D	5541/2	28/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CNW3476	55514525D	5185/2	17/03/2014	R\$ 127,69	167
DGV8326	55514389D	5541/2	10/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
GTZ8033	55514181D	5541/2	08/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYR6669	55514332D	5541/2	10/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZM0934	54596030E	5525/0	15/03/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MAS1071	55514650D	5185/1	28/03/2014	R\$ 127,69	167
MBD4995	55514526D	5185/1	17/03/2014	R\$ 127,69	167
MBJ3717	55514722D	5185/1	30/12/2013	R\$ 127,69	167
MBJ3717	55514723D	7366/2	30/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBJ3717	55514724D	5738/0	30/12/2013	R\$ 191,53	186 * II
MBO0879	55514514D	5665/0	17/03/2014	R\$ 85,12	182 * X
MCF3433	55514504D	5185/1	14/03/2014	R\$ 127,69	167
MDT7411	55513629D	5541/2	23/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM7945	55438465C	5819/2	03/04/2014	R\$ 574,61	193
MEM7945	55438466C	5878/0	03/04/2014	R\$ 85,12	199
MEN5384	55513929D	5193/0	20/12/2013	R\$ 191,53	168
MEQ2525	55514318D	7366/2	11/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFC5300	55514379D	5541/7	22/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN4856	55514392D	5819/2	26/02/2014	R\$ 574,61	193

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGQ9583	55513693D	5541/2	04/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS6648	55514319D	5878/0	12/03/2014	R\$ 85,12	199
MHY5661	54596031E	7030/1	15/03/2014	R\$ 191,53	244 * I
MHY5661	54596032E	5835/0	15/03/2014	R\$ 127,69	195
MIQ9184	55514505D	5452/6	14/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIU2682	55514321D	5193/0	19/03/2014	R\$ 191,53	168
MJE0670	55514143D	5193/0	17/03/2014	R\$ 191,53	168
MKQ3553	55513863D	5568/0	06/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº 173/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 173/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 24/05/2014 a 11/07/2014, concedido à servidora MARI TERESINHA PICKOCZ CAMPOLINO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 134/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/05/2014.

São Bento do Sul, 30/05/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 174/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 174/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/05/2014 a 31/07/2014, concedido ao servidor ACIR KUCHLLER ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador Restaurador de Pavimentos, lotado no Serviço Autônomo de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 088/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/05/2014.

São Bento do Sul, 30/05/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 175/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 175/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 27/05/2014 a 13/06/2014, a servidora SIMONE APARECIDA GRANDE ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da

Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/05/2014 a 26/05/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/05/2014.

São Bento do Sul, 30/05/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 176/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 176/2014

Dispõe sobre a nomeação de perito médico ad hoc, no processo administrativo de concessão de auxílio por incapacidade temporária da segurada, Maria Luiza Michels Oliveira.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

Considerando a complexidade da matéria fática, bem como da necessidade de nova perícia médica, e com vistas a oportunizar à segurada o acesso à opinião de profissional especialista na doença atestada pela médica assistente;

Considerando o disposto no artigo 48 da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Dra. PAOLA FIGUEIREDO MYLLA TODESCHINI ALVES, médica perita psiquiatra, CRM/PR 22.004, CPF. 045.807.159-50, para atuar como perito ad hoc deste Instituto de Previdência, para proceder a perícia médica na segurada Maria Luiza Michels Oliveira.

Art. 2º. A perícia será realizada dia 03/06/2014, no consultório do profissional nomeado, sito na Rua Alberto Boliger, nº 784, Juvevê - na cidade de Curitiba -PR, sendo para tanto disponibilizado à segurada, transporte em veículo do IPRESBS.

Art. 3º. Fixar o valor de R\$ 280,00 (Duzentos e Oitenta Reais), como remuneração ao serviço profissional da perita.

São Bento do Sul, 02/06/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 177/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 177/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, MARCELO GROSSL, matrícula: 39906, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado no Gabinete do Prefeito, a conduzir o veículo de propriedade do IPRESBS, placa MGD 2262, no dia 03/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02/06/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 178/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 178/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/05/2014 a 31/05/2014, concedido a servidora TERESA PIASKOVSKI NECZYPOR ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 096/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/05/2014.

São Bento do Sul, 30/05/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 179/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 179/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/05/2014 a 31/05/2014, concedido a servidora SANDRA ELIETE SANTANNA PINHEIRO ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 027/2009, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/05/2014.

São Bento do Sul, 30/05/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 180/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 180/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/05/2014 a 31/05/2014, concedido a servidora ANIZIA TARACHUK VILMIZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 077/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/05/2014.

São Bento do Sul, 30/05/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 181/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 181/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/05/2014 a 31/05/2014, concedido ao servidor HILARIO HARRI HUTTL ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 082/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/05/2014.

São Bento do Sul, 30/05/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE

Extrato de Contrato Nº 41/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº.: 41/2014

Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada.: MAPFR4E VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Valor.: R\$ 259,98 (duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos) unitário.

Vigência: Início: 24/04/2014 - Término: 24/04/2015

Licitação: 39/2011

Recursos: Dotação: (81) - 17.512.0020 2.066.3.3.90.39.00 Setor de Abastecimento de Água, exercício vigente.

Objeto: contratação de seguro veicular contra terceiros para o veículo Retroescavadeira, marca Volvo, modelo BL70B, Chassi nº VCE0B70BP02326681, 0KM.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2014
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São João do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 040/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2014

OBJETO: Aquisição de peças e serviços de mecânica para manutenção corretiva do ônibus placas MFM 8875, MBC 3222, IBB 0861, IBC 5042, IAY 6286 da Secretaria Municipal de Educação.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ANTONIO AGUINALDO SACCON - ME
VIGÊNCIA: 05/03/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 55.134,82 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 012/2014 - Pregão Presencial nº 004/2014 de 05/02/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2036 - 3.3.90.39.19.00.00.00.0112; 0501 - 12.361.0128.2036 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0112.

São João do Sul, 05 de Março de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 041/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, programa de inclusão social família e apoio a pessoa idosa.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DOUTEL ALVES - ME
VIGÊNCIA: 11/03/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 18.647,00 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2014 - Pregão Presencial nº 005/2014 de 17/02/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.07.00.00.00.3051; 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.07.00.00.00.3054; 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.07.00.00.00.3061.

São João do Sul, 11 de Março de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 042/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, programa de inclusão social família e apoio a pessoa idosa.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARIA O CARMO G. DA ROSA ME
VIGÊNCIA: 11/03/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 34.041,80 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2014 - Pregão Presencial nº 005/2014 de 17/02/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.07.00.00.00.3051; 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.07.00.00.00.3054; 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.07.00.00.00.3061.

São João do Sul, 11 de Março de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 043/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2014

OBJETO: Prestação de serviços de animação musical para os encontros do grupo de convivência da 3ª idade "ALEGRIA" de São João do Sul, em ação sócio-assistencial, estabelecendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: MARCOS ANTONIO PADILHA
VIGÊNCIA: 11/03/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 5.500,00 - Total.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.36.99.00.00.00.0051.

São João do Sul, 11 de Março de 2014.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 044/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2014

OBJETO: cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar "a promoção da integração ao mercado de trabalho", e a "formação para o trabalho"

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC
VIGÊNCIA: 17/03/2014 à 17/12/2014.

VALOR: R\$ 71.573,60 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 021/2014 - Dispensa de Licitação nº 021/2014 de 17/03/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.363.0182.2033 - 3.3.90.37.07.00.00.00.0080; 0501 - 12.363.0182.2033 - 3.3.90.39.99.00.00.00.0080; 0501 - 12.363.0128.2034 - 3.3.90.37.07.00.00.00.0080; 0501 - 12.363.0128.2034 - 3.3.90.39.99.00.00.00.0080.

São João do Sul, 17 de Março de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 045/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (ÓLEO DIESEL S10) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICINAIS DA FROTA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
VIGÊNCIA: 20/03/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 12.200,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 085/2014 - Pregão Presencial nº 028/2013 - Registro de Preços nº 001/2013 de 18/11/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0901-26.782.0135.2051-3.3.90.30.01.00.00.00.0080.

São João do Sul, 20 de Março de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 046/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2014

OBJETO: Aquisição de gás engarrafado, para: Escolas de Ensino Fundamental, Escolas do Ensino Infantil, Centro de Educação de Jovens e Adultos e Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: GETULIO DE COSTA FILHO
VIGÊNCIA: 24/03/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 5.382,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 018/2014 - Pregão Presencial nº 007/2014 de 10/03/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2029 - 3.3.90.30.04.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031 - 3.3.90.30.04.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2032 - 3.3.90.30.04.00.00.00.0101.

São João do Sul, 24 de Março de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 047/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2014

OBJETO: Serviço de Pet Aplique para atendimento sócio assistencial desenvolvido no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social, num total de 120 horas anuais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: TEREZINHA DOS SANTOS MAGNUS
VIGÊNCIA: 01/04/2014 à 28/11/2014.

VALOR: R\$ 2.880,00 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.36.99.00.00.00.0051.

São João do Sul, 01 de Abril de 2014.

JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 048/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2014

OBJETO: Contratação de serviços especializados para ministrar a oficina de capoeira junto ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos da Secretaria Municipal de Ação Social, do município de São João do Sul/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: EDER LEONARDO DA ROLT
VIGÊNCIA: 31/03/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 12.768,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 019/2014 - Carta Convite nº 003/2014 de 13/03/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.39.99.00.00.00.0051.

São João do Sul, 31 de Março de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 049/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2014

OBJETO: Serviço de costureira para ministrar o curso de costura industrial no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), num total de 180 horas anuais.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARIA DOS SANTOS DE MATOS
VIGÊNCIA: 01/04/2014 à 28/11/2014.

VALOR: R\$ 4.320,00 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.36.90.00.00.00.0051.

São João do Sul, 31 de Março de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 050/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP no Estado de Santa Catarina, por intermédio de 40 (quarenta) códigos de acesso, com o fornecimento em regime de comodato de 09 (nove) estações móveis em regime de comodato, devidamente ativados, e associados a um plano pós-pago de serviço, com franquia global estimada em 4000 minutos/mês, que possibilite o atendimento da CONTRATANTE em todas as localidades atendidas pela autorizada, em sua área de prestação, para uso em ligações locais para telefones fixos e

celulares de qualquer operadora, inclusive na condição de visitante em todo território nacional e com encaminhamento de chamadas de longa distância nacional (LDN) e Roaming Nacional, devendo possuir sistema de acompanhamento e gerenciamento on-line (controle de limites dos acessos, consulta de resumos de minutos e detalhamento de faturas de cada acesso) por meio da internet, 7 (sete) acessos internet banda larga via aparelho de celular com franquia de 300 MB cada e 2 (dois) acessos internet banda larga via aparelho de celular com franquia de 2GB.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CLARO S/A
VIGÊNCIA: 01/04/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 18.793,26 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 022/2014 - Pregão Presencial nº 008/2014 de 19/03/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0301 - 04.122.0123.2004 - 3.3.90.39.64.00.00.00.0080.

São João do Sul, 01 de Abril de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 051/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2014

OBJETO: Prestação de serviço de instrutor do grupo de coral e violão para o alunos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADO: JULIO CESAR DA SILVA ROLDÃO JUNIOR
VIGÊNCIA: 01/04/2014 à 28/11/2014.

VALOR: R\$ 4.352,00 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 12.244.0125.2013 - 3.3.90.36.99.00.00.00.0059.

São João do Sul, 01 de Abril de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 052/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2014

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de cessão de licenciamento de uso de sistema de gestão educacional, incluindo serviços de implantação, parametrização, treinamento e capacitação, manutenção e suporte técnico.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA
VIGÊNCIA: 03/04/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 13.074,96 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 024/2014 - Pregão Presencial nº 010/2014 de 21/03/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.361.0128.2029 - 3.3.90.39.11.00.00.00.0101; 0701 - 12.361.0128.2029 - 3.3.90.39.08.00.00.00.0101; 0701 - 12.365.0128.2032 - 3.3.90.39.08.00.00.00.0101; 0701 - 12.365.0128.2032 - 3.3.90.39.11.00.00.00.0101.

São João do Sul, 03 de Abril de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 054/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (MATERIAL GRÁFICO) PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SUL GRÁFICA LTDA EPP
VIGÊNCIA: 07/04/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 52.439,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 020/2014 - Carta Convite nº 004/2014 de 14/03/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 04.122.0103.2003 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2022 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0102.

São João do Sul, 07 de Abril de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 055/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CAMA MESA E BANHO, MATERIAL DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA: ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL, CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PAULO CARDOSO CONTANTE - ME
VIGÊNCIA: 07/04/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 13.907,59 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 025/2014 - Pregão Presencial nº 011/2014 de 25/03/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2029 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2029 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031

- 3.3.90.30.20.00.00.00.0101; 0501 - 12.365.0128.2032
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0102; 0501 - 12.365.0128.2032 -
 3.3.90.30.20.00.00.00.0102.

São João do Sul, 07 de Abril de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 056/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO MATERIAL DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA: ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL, CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MERCADO KM 12 LTDA ME

VIGÊNCIA: 07/04/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 10.000,15 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 025/2014 - Pregão Presencial nº 011/2014 de 25/03/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2029
 - 3.3.90.30.28.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2029
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2029
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031
 - 3.3.90.30.28.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101; 0501 - 12.365.0128.2032
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101; 0501 - 12.365.0128.2032
 - 3.3.90.30.28.00.00.00.0102; 0501 - 12.365.0128.2032
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0102; 0501 - 12.365.0128.2032 -
 3.3.90.30.21.00.00.00.0102.

São João do Sul, 07 de Abril de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 057/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO MATERIAL DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, MATERIAL QUIMICO PARA: ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL, CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 07/04/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 3.528,89 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 025/2014 - Pregão Presencial nº 011/2014 de 25/03/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2029
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2029
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2029
 - 3.3.90.30.11.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2031
 - 3.3.90.30.11.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2032
 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2032
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2032
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101; 0501 - 12.361.0128.2032 -
 3.3.90.30.11.00.00.00.0101.

São João do Sul, 07 de Abril de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº. 058/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 058/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 011/2014

OBJETO: Ficam aditados os quantitativos do item 02 do contrato original, referente à aquisição de óleo diesel S10 para as maquinas da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 085/2014 - Pregão Presencial nº 028/2013 - Registro de Preços nº 001/2013 de 18/11/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 1001 - 20.606.0133.2046 -
 3.3.90.30.01.00.00.00.0080.

São João do Sul, 08 de Abril de 2014.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 059/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2014

OBJETO: Serviço de engenharia ambiental para elaboração de laudo ambiental conforme solicitação do ministério publico, através o OFICIO/PRMC/Nº 174/2014 - 3º OFICIO PRM-CIA-SC - 0000647/2014, inquérito civil Nº 1.33.003.000304/2013-73.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: LEONARDO VALENTIN COLODEL

VIGÊNCIA: 09/04/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 2.000,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com a Lei Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0902 - 17.512.0135.2058 -
 3.3.90.36.06.00.00.00.0080.

São João do Sul, 09 de Abril de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 060/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2014

OBJETO: Serviço de levantamento topográfico para elaboração de laudo ambiental conforme solicitação do ministério público através do OFÍCIO/PRM/Nº 174/2014 - 3º, PRM-CIA-SC-0000647/2014, inquérito civil Nº 1.33.003.000304/2013-73.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ADAILTON CARDOSO DA SILVA
VIGÊNCIA: 09/04/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 2.000,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com a Lei Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0902 - 17.512.0135.2058 - 3.3.90.36.06.00.00.0080.

São João do Sul, 09 de Abril de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº. 061/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 061/2014
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 038/2010

OBJETO: OUTORGA EM REGIME DE CONCESSÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS CUJOS CONDUTORES COMETEREM INFRAÇÕES PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, EM PÁTIO OU ÁREA DESTINADA PARA ESSE FIM, DENTRO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: HELIO VITOR DE COSTA ME

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2010 - Concorrência Pública nº. 001/2010 de 11/02/2012 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 10 de Abril de 2014.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 062/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2014

OBJETO: Construção de um abrigo de táxi, na praça central de São João do Sul, com uma área de 33 metros quadrados, sendo 25 metros coberto.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CONSTRUTORA MARINHO & SCHEFFER LTDA ME
VIGÊNCIA: 11/04/2014 à 10/06/2014.

VALOR: R\$ 10.022,36 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 031/2014 - Dispensa de Licitação nº 009/2014 de 11/04/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0902 - 15.451.0135.1053 - 4.4.90.51.98.00.00.0080.

São João do Sul, 11 de Abril de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Decreto Nº. 042 de 27 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 042 DE 27 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre declaração de Utilidade Pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, de terreno urbano, necessário à ampliação do Cemitério Público Municipal, neste Município e, dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Art. 10, da Lei Orgânica do Município; o disposto no Art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal de 1988; o disposto nos Arts. 2º, 5º, alínea "m", e 6º, do Decreto-Lei Federal nº. 3.365, de 21 de junho de 1941; o disposto no Art. 19, §3º, da Lei Federal nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o imóvel urbano com a área de 806,87m² (oitocentos e seis metros e oitenta e sete decímetros quadrados), para fins de desapropriação amigável ou judicial, de propriedade de Moacyr Manoel Maciel e Arnaldina Rocho Maciel, situado na Avenida Nereu Ramos, no Município de São João do Sul - SC, no quarteirão formado pelas ruas Luiz Scandola-ra, Manoel Amandio de Borba, Av. Nereu Ramos e Manoel Serafim Espindola, com as seguintes medidas e confrontações: partindo do P04, com ângulo interno de 90º08'57", segue sentido Norte, confrontando LESTE, na extensão de 25,00 metros, com Celina Pereira dos Santos Bortolotto, até o P05; deste segue com ângulo interno de 89º51'03", sentido Oeste, confrontando ao NORTE, na extensão de 32,30 metros, com a área Remanescente de Moacyr Manoel Maciel, até o P06; deste segue com ângulo interno de 90º00'00", sentido Sul, confrontando ao OESTE, na extensão de 25,00 metros, com área Remanescente de Moacyr Manoel Maciel, até o P07; deste segue com ângulo interno de 90º00'00", sentido Leste, confrontando ao SUL, na extensão de 32,25 metros, com a Celina Pereira dos Santos Bortolotto e Cemitério, até o P04, fechando o perímetro da área.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o caput deste artigo, pertence à área geral de 38.735,85m² (trinta e oito mil, setecentos e trinta e cinco metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), de propriedade de Moacyr Manoel Maciel e Arnaldina Rocho Maciel, matriculado sob o n.º 2.078, Livro 02, de Registro Geral, fls. 01, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul - SC.

Art. 2º - O imóvel de que trata o caput do art. 1º destina-se à ampliação do Cemitério Público Municipal, situado na sede deste Município.

Art. 3º - É declarada urgência nos termos do art. 15 do Dec. Lei 3.365 de 21 de junho de 1945.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - São partes integrantes deste Decreto, na forma de Anexo, cópia do Projeto de desapropriação de área e, cópia da matrícula nº. 2.078, livro 02, de Registro Geral, fls. 01, do CRI de Santa Rosa do Sul.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 27 de maio de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e sete dias do
mês de maio do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº. 044 de 02 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 044 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia Comissão Municipal de Avaliação de terreno urbano necessário à ampliação do Cemitério Público Municipal, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, por utilidade pública e, dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

Considerando que o Poder Executivo Municipal possui necessidade de desapropriar o imóvel e, para tal, já editou a necessária declaração de utilidade pública do bem em questão;

Considerando a necessidade da criação de uma Comissão Municipal de Avaliação do bem imóvel que será desapropriado amigavelmente ou judicialmente, em razão de sua utilidade pública, a fim de que seja efetivada uma desapropriação favorável ao interesse público e que atenda ao princípio constitucional da justa e prévia indenização em dinheiro, previsto no art. 5º, inciso XXIV da Constituição Federal de 1988;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada Comissão Especial, constituída pelos servidores Srs. TAISE DOS SANTOS ALVES, JOELCIO ESPINDOLA RODRIGUES, E ELIANE DOS SANTOS ALVES SCHINAIDER, residentes e domiciliados no Município de São João do Sul, Santa Catarina, para, sob a Presidência do primeiro, procederem à avaliação de imóvel urbano com a área de 806,87m² (oitocentos e seis metros e oitenta e sete decímetros quadrados), para fins de desapropriação, amigável ou judicial, de propriedade de Moacyr Manoel Maciel e Arnaldina Rocho Maciel, situado na Avenida Nereu Ramos, no Município de São João do Sul - SC, no quarteirão formado pelas ruas Luiz Scandolara, Manoel Amandio de Borba, Av. Nereu Ramos e Manoel Serafim Espindola, com as seguintes medidas e confrontações: partindo do P04, com ângulo interno de 90°08'57", segue sentido Norte, confrontando LESTE, na extensão de 25,00 metros, com Celina Pereira dos Santos Bortolotto, até o P05; deste segue com ângulo interno de 89°51'03", sentido Oeste, confrontando ao NORTE, na extensão de 32,30 metros, com a área Remanescente de Moacyr Manoel Maciel, até o P06; deste segue com ângulo interno de 90°00'00", sentido Sul, confrontando ao OESTE, na extensão de 25,00 metros, com área Remanescente de Moacyr Manoel Maciel, até o P07; deste segue com ângulo interno de 90°00'00", sentido Leste, confrontando ao SUL, na extensão de 32,25 metros, com a Celina Pereira dos Santos Bortolotto e Cemitério, até o P04, fechando o perímetro da área.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o caput deste artigo, pertence à área geral de 38.735,85m² (trinta e oito mil, setecentos e trinta e cinco metros e oitenta e cinco decímetros quadrados) de propriedade de Moacyr Manoel Maciel e Arnaldina Rocho Maciel, matriculada sob o n.º 2.078, Livro 02, de Registro Geral, fls. 01, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul - SC e, destina-se à ampliação do Cemitério Público Municipal,

situado na sede deste Município.

Art. 2º - A Comissão Especial de que trata este Decreto deverá apresentar o Laudo de Avaliação no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da presente data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

Licitação Nº 050/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 050/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 024/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA ACADEMIA AO AR LIVRE A SER INSTALADA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08 45 min do dia 13/06/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 9h do dia 13/06/2014.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 02 de Junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 086/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 086/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE 04 ACADEMIAS AO AR LIVRE NAS LOCALIDADES DE VILA CONCEIÇÃO, VILA SANTA CATARINA, TIMBOPEBA E GLORINHA

CONTRATADA: CELSO MOACIR GOMES ME.

VIGÊNCIA: 22/05/2014 à 30/06/2014.

VALOR: R\$ 40.000,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 041/2014 - Pregão Presencial nº 019/2014 de 06/05/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 - 27.812.0130.1042-4.4.90.52.10.00.00.00.0024, 4.4.90.52.99.00.00.00.0080

São João do Sul, 22 de Maio de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 091/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2014

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo quantitativo de 25% ao Termo original (Contrato 86/14)

CONTRATADA: CELSO MOACIR GOMES ME.

VIGÊNCIA: 22/05/2014 à 30/06/2014.

VALOR: R\$ 10.000,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 041/2014 - Pregão Presencial nº 019/2014 de 06/05/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 - 27.812.0130.1042-4.4.90.52.10.00.00.00.0024, 4.4.90.52.99.00.00.00.0080

São João do Sul, 30 de Maio de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

São José**PREFEITURA****Decreto Nº 2.732/2014**

DECRETO Nº 2.732/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
ANDRESSA SOUZA DE ALMEIDA	Auxiliar de Ensino	30 horas	23/05/2014
KARINA BITTENCOURT ARRUDA DE SOUZA	Auxiliar de Sala	40 horas	23/05/2014
MARIA AMELIA TESTA	Auxiliar de Ensino	30 horas	23/05/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23/05/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

Decreto Nº 2.731/2014

DECRETO Nº 2.731/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
ALESSANDRA ZIMMERMANN MOREIRA	Auxiliar de Ensino	30 horas	22/05/2014
ROSA MARIA DE SOUZA	Auxiliar de Ensino	20 horas	22/05/2014
TAMARA SANTOS DO ESPIRITO SANTO RODRI- GUES	Auxiliar de Sala	40 horas	22/05/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22/05/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de maio de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

Decreto Nº 2.733/2014

DECRETO Nº 2.733/2014
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
ANGELA MARIA DE ARAUJO HO- FFMANN	Auxiliar de Ensino	20 horas	26/05/2014
PAOLA SILVEIRA SAMPAIO	Professor - M	20 horas	26/05/2014
PATRICIA PEREIRA ASSUMPCÃO	Professor - H	22 horas aulas	26/05/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26/05/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de maio de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

Decreto Nº 2.734/2014

DECRETO Nº 2.734/2014
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
DAIANA BASI- LICIA SODRE REBELO	Auxiliar de Ensino	30 horas	28/05/2014
MARCELA CECHI- NEL MORAES	Professor - H	22 horas aulas	28/05/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28/05/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de maio de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal Interina de Educação

Decreto Nº 2.716/2014

DECRETO Nº 2.716/2014
DEFINE O PISO VENCIMENTAL DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, II, IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 2º, § 2º, da Lei Municipal nº 5.396, de 20 de maio de 2014,

CONSIDERANDO o artigo 5º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, a Portaria Interministerial nº 16, de 17 de dezembro de 2013, e os artigos 2º e 4º da Lei Municipal nº 5.396, de 20 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - O piso vencimental para os servidores membros do Magistério Público Municipal que atuam na Educação Básica fica definido em:

I - R\$ 1.697,39 para a jornada de trabalho de 40 horas semanais;
II - R\$ 1.273,50 para a jornada de trabalho de 30 horas semanais;
III - R\$ 848,70 para a jornada de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2º - Caberá à Secretaria de Administração tomar as medidas necessárias para a implementação deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 26 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Abertura do Chamamento Público Nº 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2014 - Processo nº 151/2014 Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para atender os alunos da rede municipal de ensino de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 25 de junho de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 25 de junho de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

Resultado da Tomada de Preços Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014 - Processo nº 013/2014. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de pavimentação e drenagem em diversas ruas e servidões no Município de São José. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME; 2ª SATELITE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA ME; 3ª VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP; e HANG EMPREIT. DE MÃO DE OBRA E CONST. CIVIL LTDA. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

Resultado da Tomada de Preços Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2014 - Processo nº 011/2014. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para recuperação e execução de muros e galerias em diversos locais no Município de São José. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME; e 2ª VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

Edital de Notificação Nº 1835/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1835/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEY4473	55086953E	6726/1	09/05/2014	230 * XVIII
AEY4473	55086954E	6637/1	09/05/2014	230 * IX
AEY4473	55086957E	6637/2	09/05/2014	230 * IX
AIJ8959	55163444C	6599/2	05/04/2014	230 * V
ALD4946	55084668E	5010/0	27/03/2014	162 * I
ALD4946	55084669E	6599/2	27/03/2014	230 * V
AMP0332	55086787E	6912/0	06/05/2014	232
AMP0332	55086788E	5045/0	06/05/2014	162 * V
AOG2372	55086492E	6726/1	01/05/2014	230 * XVIII
BOL5700	55087481E	6920/0	20/05/2014	233
CDI2535	55086837E	6599/2	28/04/2014	230 * V
CHS9001	55086248E	6912/0	21/04/2014	232
DFE2956	55086961E	6599/2	13/05/2014	230 * V
DFE2956	55086962E	5010/0	13/05/2014	162 * I
DFE2956	55086963E	6726/1	13/05/2014	230 * XVIII
DSD1163	55087454E	6920/0	12/05/2014	233
HGV3616	55085125E	6726/1	03/04/2014	230 * XVIII
ICD6654	55086979E	5045/0	15/05/2014	162 * V
IIT6186	55085658E	5010/0	09/04/2014	162 * I
IIT6186	55085661E	6637/2	09/04/2014	230 * IX
IMS3144	55086533E	6599/2	05/05/2014	230 * V
IOE5979	55086840E	5029/2	28/04/2014	162 * II
IOE5979	55086845E	6637/1	28/04/2014	230 * IX
JNO2155	55086438E	6599/2	01/05/2014	230 * V
JPB8875	55087487E	6920/0	20/05/2014	233
KFN1599	55082313E	6556/1	18/04/2014	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KMO6709	55084754E	6637/1	27/03/2014	230 * IX
LIA8668	55085767E	5010/0	07/04/2014	162 * I
LXG0746	54932499E	6599/2	01/05/2014	230 * V
LXQ5937	55084683E	5010/0	29/03/2014	162 * I
LXQ5937	55084684E	6599/2	29/03/2014	230 * V
LXW1296	55086745E	6599/2	12/05/2014	230 * V
LYM0184	55086786E	6610/2	06/05/2014	230 * VII
LYT5984	55085215E	6416/0	28/04/2014	221 § Único
LYT5984	55085216E	5029/2	28/04/2014	162 * II
LYT5984	55085217E	6912/0	28/04/2014	232
LYY8051	55086086E	6912/0	29/04/2014	232
LZF0701	55086545E	6912/0	07/05/2014	232
LZI9152	55087118E	6599/2	15/05/2014	230 * V
LZI9152	55087119E	5010/0	15/05/2014	162 * I
MAH7723	54930517E	6599/2	05/04/2014	230 * V
MAH7723	54930518E	5010/0	05/04/2014	162 * I
MAZ5356	55086726E	6912/0	08/05/2014	232
MAZ5356	55086727E	6629/0	08/05/2014	230 * VIII
MAZ5356	55086800E	6700/0	08/05/2014	230 * XVI
MBD5664	54769595E	6700/0	12/05/2014	230 * XVI
MBI2779	55086746E	6599/2	12/05/2014	230 * V
MBI2779	55086749E	6726/1	12/05/2014	230 * XVIII
MBI9150	55086729E	5045/0	08/05/2014	162 * V
MBI9150	55086730E	6556/1	08/05/2014	230 * I
MBI9150	55086731E	6599/2	08/05/2014	230 * V
MBM0517	55085669E	6599/2	09/04/2014	230 * V
MBN9899	55086709E	5010/0	08/05/2014	162 * I
MBN9899	55086710E	6726/1	08/05/2014	230 * XVIII
MBP3305	55086241E	5010/0	21/04/2014	162 * I
MBP3305	55086242E	6599/2	21/04/2014	230 * V
MBP3305	55086244E	6726/1	21/04/2014	230 * XVIII
MBP3305	55086245E	6556/4	21/04/2014	230 * I
MBS1188	55082191E	5010/0	05/04/2014	162 * I
MBY8740	55081755E	6726/1	20/04/2014	230 * XVIII
MCA1272	55086590E	6610/2	15/05/2014	230 * VII
MCA1272	55086973E	6726/1	15/05/2014	230 * XVIII
MCG7519	55083148E	6599/2	12/05/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCH4213	55087057E	6912/0	09/05/2014	232
MCH4213	55087058E	5010/0	09/05/2014	162 * I
MCT8938	55083135E	6912/0	12/05/2014	232
MCT8938	55083136E	5010/0	12/05/2014	162 * I
MCT8938	55083137E	6726/1	12/05/2014	230 * XVIII
MCT8938	55083138E	6700/0	12/05/2014	230 * XVI
MDA9589	55912781D	5274/1	13/05/2014	175
MDL5671	55087069E	6599/2	13/05/2014	230 * V
MDM5891	55087209E	6599/2	11/05/2014	230 * V
MDN9555	55087070E	6408/0	13/05/2014	221
MDS9964	55085690E	5010/0	11/04/2014	162 * I
MDV8893	55085163E	5045/0	28/03/2014	162 * V
MDX1286	55086988E	5010/0	15/05/2014	162 * I
MEA9916	55086785E	6653/1	06/05/2014	230 * XI
MEF6234	54447696E	6912/0	27/04/2014	232
MEG2161	55087114E	6599/2	13/05/2014	230 * V
MEN0240	55082650E	6653/1	27/04/2014	230 * XI
MEY4376	55086593E	5045/0	13/05/2014	162 * V
MFG4348	55086986E	5010/0	15/05/2014	162 * I
MFG4348	55086987E	6408/0	15/05/2014	221
MFK8407	55087065E	5010/0	09/05/2014	162 * I
MFM3562	55086978E	6599/2	15/05/2014	230 * V
MFV5502	55085921E	6599/2	08/05/2014	230 * V
MFV5502	55085922E	6610/2	08/05/2014	230 * VII
MFV5502	55085923E	6700/0	08/05/2014	230 * XVI
MFY1583	55084288E	6726/1	10/04/2014	230 * XVIII
MFY1583	55084289E	6556/1	10/04/2014	230 * I
MGD4708	54929750E	6912/0	06/05/2014	232
MGJ8432	55086750E	6599/2	12/05/2014	230 * V
MHI5500	55084732E	6599/2	13/05/2014	230 * V
MHI5500	55084733E	6726/1	13/05/2014	230 * XVIII
MHI5532	55086960E	6726/1	13/05/2014	230 * XVIII
MHQ9530	55084888E	6726/1	07/05/2014	230 * XVIII
MHQ9530	55084889E	6637/2	07/05/2014	230 * IX
MHQ9530	55084890E	6912/0	07/05/2014	232
MHU5524	55087060E	6700/0	09/05/2014	230 * XVI
MHU8241	55085753E	6599/2	07/04/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHY5115	55086124E	6408/0	15/04/2014	221
MIA8711	55084956E	5045/0	19/05/2014	162 * V
MIG3586	55913468D	5169/1	30/04/2014	165
MIG3586	55913469D	6912/0	30/04/2014	232
MIK8873	55083129E	5010/0	12/05/2014	162 * I
MIK8873	55083130E	6726/1	12/05/2014	230 * XVIII
MIK8873	55083131E	6602/0	12/05/2014	230 * VI
MIL4175	55087068E	6726/1	13/05/2014	230 * XVIII
MIP7372	55087461E	6920/0	12/05/2014	233
MIQ9522	55086720E	6599/2	08/05/2014	230 * V
MIW5157	55086743E	5010/0	08/05/2014	162 * I
MIY6894	55085126E	6726/1	03/04/2014	230 * XVIII
MJG2348	55086707E	5010/0	08/05/2014	162 * I
MJG2348	55086708E	6599/2	08/05/2014	230 * V
MJH5508	55085360E	5010/0	16/04/2014	162 * I
MJQ8017	55086974E	5029/2	15/05/2014	162 * II
MJV2554	55083143E	6610/2	12/05/2014	230 * VII
MJV2554	55083144E	6726/1	12/05/2014	230 * XVIII
MKA9464	55087466E	6920/0	12/05/2014	233
MKY5694	55087492E	6920/0	20/05/2014	233
MMB4664	55086958E	6726/1	09/05/2014	230 * XVIII
MMH0118	55083147E	6599/2	12/05/2014	230 * V
NXA0011	54929716E	5037/1	05/04/2014	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação Nº 1837/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1837/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAX5127	55917117D	6912/0	09/03/2014	R\$ 53,20	232
AAX5127	55917119D	6637/1	09/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
ADB3141	55081858E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
AKI6849	55082551E	6599/2	31/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
ALT7747	54931261E	5010/0	02/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
AQQ1948	55083804E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
BRE8135	55083569E	5010/0	07/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
BRG6791	54932864E	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
CHF7334	55084368E	6599/2	14/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
DDK7230	55082150E	6726/1	30/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
DKM3240	54932761E	6912/0	10/01/2014	R\$ 53,20	232
DRP4532	55082749E	5169/1	13/03/2014	R\$ 1.915,38	165
DYF6245	55085167E	6599/2	28/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
DYF6245	55085168E	6726/1	28/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
EJR5034	55082660E	6920/0	29/01/2014	R\$ 127,69	233
EPJ7114	55054035D	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
HHP0879	54932696E	6726/1	17/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
HJB7480	54932018E	6610/2	06/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
HJB7480	54932019E	6726/1	06/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
HRH3982	55084014E	5045/0	08/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
HRH3982	55084015E	6599/2	08/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
IAL4800	55083179E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
ILZ6952	55084021E	6599/2	08/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
IME3941	55084022E	6610/2	08/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IME3941	55084023E	6726/1	08/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
IRV9009	55082272E	6912/0	25/01/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IRV9009	55082273E	6599/2	25/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
IRV9009	55082274E	6610/2	25/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
ISC1946	55083280E	6599/2	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
JZT0659	55081630E	6610/2	21/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
JZT0659	55081631E	6700/0	21/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
KIF2600	55084564E	6599/2	17/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LOM6508	54932170E	6610/2	26/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LWC4309	55083435E	6599/2	28/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWC4309	55083436E	5010/0	28/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWC4309	55083439E	6637/1	28/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LWV0779	54931720E	5010/0	07/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWV0779	54931723E	6599/2	07/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXC0158	55083830E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
LXC7646	55083836E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
LXE2206	55911344D	6599/2	11/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXG5549	55084003E	6599/2	06/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXH8705	54931742E	6610/2	08/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LXS8009	55084356E	5045/0	14/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXS8009	55084357E	6912/0	14/03/2014	R\$ 53,20	232
LXW8836	55083826E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
LYB8349	55083295E	6599/2	24/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYR0037	55084327E	6726/1	14/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYR0037	55084328E	5010/0	14/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYR0037	55084329E	7340/0	14/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
LYV7227	55084622E	5010/0	19/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYY0521	54931941E	6637/2	14/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZD1251	55083574E	5045/0	07/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
LZD1251	55083575E	6416/0	07/03/2014	R\$ 85,12	221 § Único
LZR9129	54931036E	5010/0	17/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZY6232	55083846E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
MAE8256	54142378D	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
MAL1979	55083989E	6599/2	10/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAL1979	55083990E	6726/1	10/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBA0505	55083825E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
MBG2782	55084369E	6599/2	14/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBI7083	55058077D	5010/0	30/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBI7083	55058078D	6599/2	30/12/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBP7332	55082692E	6920/0	30/01/2014	R\$ 127,69	233
MBQ3054	55083813E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
MBS9257	54445271E	6599/2	20/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBU2682	55084306E	6599/2	12/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBW9785	55081667E	5010/0	23/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBW9785	55081668E	6599/2	23/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBX7880	55084314E	6599/2	12/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCA5413	55083818E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
MCC7644	55082744E	5010/0	12/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCG7152	55081672E	6599/2	23/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCH3268	55083835E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
MCK0269	55084408E	6726/1	12/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCK0269	55084409E	6912/0	12/03/2014	R\$ 53,20	232
MCK1303	55084860E	6637/2	28/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCK1303	55084861E	6653/1	28/03/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MCN0398	55082569E	6599/2	08/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCT6608	55917115D	6912/0	23/02/2014	R\$ 53,20	232
MCW5916	55081923E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
MCZ6769	54932650E	5045/0	24/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDC1651	55084601E	6599/2	17/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDC1651	55084602E	5010/0	17/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDC4962	55083816E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
MDC9053	55084416E	5010/0	12/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDC9053	55084417E	6912/0	12/03/2014	R\$ 53,20	232
MDD4315	55085010E	6920/0	20/03/2014	R\$ 127,69	233
MDF5499	55084565E	6637/2	17/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDF5499	55084566E	6912/0	17/03/2014	R\$ 53,20	232
MDK1774	55084590E	6912/0	17/03/2014	R\$ 53,20	232
MDK1774	55084591E	5010/0	17/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDK1774	55084593E	6610/2	17/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDK8905	55083346E	6599/2	19/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDK8905	55083347E	6610/2	19/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDL4415	55082983E	6610/2	10/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDN7093	55162462C	5045/0	28/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDN7093	55162463C	6637/2	28/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDN7093	55162464C	6726/1	28/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDN7093	55162468C	5029/1	28/02/2014	R\$ 957,69	162 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDR2419	55084583E	6599/2	17/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDR2419	55084584E	6726/1	17/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDS8559	55084311E	5045/0	12/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDS8559	55084312E	6912/0	12/03/2014	R\$ 53,20	232
MDT2173	55056673D	6920/0	18/02/2014	R\$ 127,69	233
MEB0020	55081588E	6726/1	29/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEE8855	55083988E	6599/2	10/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEI7016	55083807E	6920/0	13/03/2014	R\$ 127,69	233
MEJ0128	54931421E	6610/2	21/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MEJ0128	54931422E	6599/2	21/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEJ1329	54932583E	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEJ1972	55084611E	5010/0	19/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEJ1972	55084612E	6637/2	19/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEJ1972	55084613E	7340/0	19/03/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MEJ1972	55084614E	6769/1	19/03/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MEN6615	55085017E	6920/0	20/03/2014	R\$ 127,69	233
MEO9025	55082939E	6912/0	05/03/2014	R\$ 53,20	232
MER8593	55084948E	6610/2	27/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MER8593	55084949E	6726/1	27/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MER8791	55084575E	6599/2	17/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MER8791	55084576E	5010/0	17/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MER8791	55084586E	6556/1	17/03/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFA7099	55083409E	6599/2	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFD3401	55081922E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
MFH6022	55081975E	6670/0	21/02/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MFN7095	54932553E	5010/0	30/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFR0203	55082605E	6599/2	03/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFR0203	55082606E	6912/0	03/02/2014	R\$ 53,20	232
MFR5263	55083564E	6599/2	07/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFR5263	55083565E	5010/0	07/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFT3053	54932758E	5037/1	06/01/2014	R\$ 574,61	162 * III
MGA9221	54447478E	5010/0	04/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGA9221	55082097E	5010/0	24/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGJ9569	55083643E	6912/0	21/02/2014	R\$ 53,20	232
MGQ3840	55084765E	5010/0	31/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGQ3840	55084766E	6416/0	31/03/2014	R\$ 85,12	221 § Único
MGW6934	55081594E	6912/0	29/01/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGZ8018	55081536E	6610/2	31/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MHE6210	54932968E	6599/2	09/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHE9418	55083465E	6599/2	24/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHI7693	55084040E	5010/0	10/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHJ6561	55084589E	6599/2	17/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHL3293	54931013E	6920/0	16/01/2014	R\$ 127,69	233
MHM9042	55084025E	6408/0	08/03/2014	R\$ 85,12	221
MHM9042	55084026E	6912/0	08/03/2014	R\$ 53,20	232
MHO1897	55081559E	6599/2	23/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHP5818	55082984E	6912/0	10/02/2014	R\$ 53,20	232
MXH5140	55081877E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
MIB5046	55082966E	6726/1	08/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIF1872	55084581E	6599/2	17/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIF1872	55084582E	5010/0	17/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIG5203	55084334E	6599/2	18/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIK4345	55084597E	6653/1	17/03/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MIK4725	55084253E	6599/2	07/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIK6222	54931025E	6920/0	16/01/2014	R\$ 127,69	233
MIO2471	55082308E	5010/0	22/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIO2471	55082309E	6556/1	22/02/2014	R\$ 191,53	230 * I
MIO5113	55084044E	6599/2	12/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIO5113	55084045E	6912/0	12/03/2014	R\$ 53,20	232
MIP8482	54932809E	5010/0	23/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIP8482	54932810E	5061/0	23/01/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIS1820	54931544E	6599/2	09/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIZ1618	54769585E	5010/0	07/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJC1160	55082763E	6726/1	19/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MJL6138	55084324E	6912/0	14/03/2014	R\$ 53,20	232
MJM1651	55081650E	5010/0	23/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJM1651	55081661E	6726/1	23/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MJP6162	55083999E	5037/1	14/03/2014	R\$ 574,61	162 * III
MKE8586	54932174E	6700/0	26/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MKI8207	55082593E	6599/2	10/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKS0378	55084378E	6610/2	18/03/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MKT4475	54444038E	6912/0	24/12/2013	R\$ 53,20	232
MKY4391	55084371E	5010/0	14/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKY4391	55084372E	6726/1	14/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLD2331	55084000E	5029/2	14/03/2014	R\$ 957,69	162 * II
MLM6867	54932722E	5010/0	22/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
NXH0692	54142368D	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação Nº 1360/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1360/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGW1600	55669146C	6653/2	01/05/2014	230 * XI
MGW1600	55669147C	6602/0	01/05/2014	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Edital de Notificação N° 1362/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 714 1362/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHL5790	55668460C	6653/2	11/03/2014	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Edital de Notificação Nº 1361/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1361/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIL5649	55669839C	5541/4	06/05/2014	181 * XVII
AKE5740	55662837C	5509/0	29/04/2014	181 * XIII
ARB3080	55669084C	5541/1	15/04/2014	181 * XVII
ASY2268	55669219C	5541/1	09/05/2014	181 * XVII
AVW9801	55127040C	5541/6	31/03/2014	181 * XVII
DNB9152	55670480C	5452/1	10/05/2014	181 * VIII
IFG1594	55670237C	5185/1	07/05/2014	167
IGH3556	55669809C	5568/0	28/04/2014	181 * XIX
IHW6888	55669823C	6041/2	02/05/2014	207
IIP6327	55668681C	5550/0	09/04/2014	181 * XVIII
LHH8528	55670238C	5185/1	07/05/2014	167
LXH3197	55670060C	7366/2	25/04/2014	252 * VI
LYA1935	55669216C	5541/4	05/05/2014	181 * XVII
LYT2760	55670264C	5509/0	07/05/2014	181 * XIII
LZZ5815	55647144C	5207/0	08/05/2014	169
MAK6579	55670461C	5452/1	10/05/2014	181 * VIII
MAT5601	55667697C	5185/1	05/05/2014	167
MBL6975	55670463C	5185/2	10/05/2014	167
MBT8596	55670206C	5452/1	03/05/2014	181 * VIII
MCY3064	55668414C	5185/1	07/05/2014	167
MDB0593	55670089C	5720/0	29/04/2014	186 * I
MDL2064	55667689C	5452/1	03/05/2014	181 * VIII
MDO6336	55642747C	5460/0	24/04/2014	181 * IX
MDW9130	55670225C	7366/2	03/05/2014	252 * VI
MET4770	55667316C	5185/1	06/04/2014	167
MFG8892	55669097C	5550/0	05/05/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGC2639	55662850C	5541/4	07/05/2014	181 * XVII
MGC7463	55669490C	6041/2	28/04/2014	207
MGK6119	55670190C	6041/2	10/05/2014	207
MGN7974	55668618C	5452/1	24/03/2014	181 * VIII
MGR4665	55668260C	5541/1	02/04/2014	181 * XVII
MHY5180	55669482C	6041/2	28/04/2014	207
MIA2188	55667696C	5185/1	05/05/2014	167
MIE5124	55668413C	6050/1	07/05/2014	208
MIE7782	55662844C	5452/1	07/05/2014	181 * VIII
MIF3695	55669567C	6068/1	30/04/2014	209
MIM9117	55669479C	6041/2	28/04/2014	207
MJF8860	55669828C	5568/0	02/05/2014	181 * XIX
MJI0514	55670262C	5452/1	07/05/2014	181 * VIII
MJK5898	55127329C	5541/1	22/04/2014	181 * XVII
MJQ0465	55656677C	5738/0	29/04/2014	186 * II
MJT7401	55669489C	6041/2	28/04/2014	207
MJX0577	55669919C	5541/1	07/05/2014	181 * XVII
MKA0179	55662394C	5185/1	05/05/2014	167
MKL9831	55662377C	6050/1	30/04/2014	208
MLB6274	55670254C	5541/1	05/05/2014	181 * XVII
MLO8911	55669455C	5452/1	24/04/2014	181 * VIII
MLT5225	55668275C	7366/2	30/04/2014	252 * VI
MLX5941	55670470C	5452/1	10/05/2014	181 * VIII
MMF9562	55669099C	5541/6	05/05/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação Nº 1363/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1363/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BXM1292	55667845C	7366/2	08/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
CWH7218	55666964C	5568/0	12/01/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
CYS2234	55666906C	5541/5	21/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HMS5095	55666157C	7366/2	08/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
IKL5131	55665049C	7366/2	07/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ILJ6841	55668010C	5568/0	20/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
IVT4040	55667878C	5541/4	11/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JQZ3544	55665992C	5460/0	17/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
LUX9793	55667032C	7366/2	14/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LXN2024	55668204C	5568/0	12/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LXR9779	55667059C	5460/0	13/01/2014	R\$ 85,12	181 * IX
LZI2009	55667511C	5185/1	27/01/2014	R\$ 127,69	167
MAR4824	55667455C	5541/4	20/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAT1594	55649023C	5541/4	20/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAU0297	55644501C	6076/0	16/03/2014	R\$ 191,53	210
MBU4683	55666853C	7366/2	18/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBZ4241	55666420C	7366/2	03/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCL6637	55667259C	5479/0	26/02/2014	R\$ 85,12	181 * X
MCV7567	55667863C	5541/4	18/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDH2288	55668017C	5541/1	24/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF4771	55666284C	5541/1	20/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU4189	55667788C	5568/0	24/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MFQ5890	55649032C	5509/0	07/01/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MFR2131	55668752C	5738/0	26/03/2014	R\$ 191,53	186 * II
MGI9247	55667970C	5568/0	20/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MGL0190	55667273C	5541/4	11/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHC5891	55667493C	7366/1	11/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHS0618	55667116C	5185/1	10/01/2014	R\$ 127,69	167
MHS4891	55664336C	5568/0	10/12/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MHZ5193	55666282C	5568/0	20/02/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MIR3029	55667274C	5541/5	14/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJA7626	55667447C	5541/7	26/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJK7745	55667889C	5819/1	15/03/2014	R\$ 574,61	193
MJR3371	55668203C	5541/4	12/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ7053	55642732C	5541/1	21/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKS2165	55665036C	7366/2	28/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKY3948	55654873C	5541/1	15/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MML2213	55668731C	5452/1	24/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
NHF6538	55660589C	5541/1	22/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação Nº 1836/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1836/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DRM3899	55083694E	5550/0	16/05/2014	181 * XVIII
IMJ3448	55086078E	6122/0	23/04/2014	214 * I
LXT5119	55918253D	5541/1	30/04/2014	181 * XVII
LYA9999	55156946C	5541/1	04/04/2014	181 * XVII
MAU4029	55085697E	5878/0	11/04/2014	199
MBP3305	55086243E	5835/0	21/04/2014	195
MCJ3700	55087210E	5185/1	13/05/2014	167
MDA9589	55912779D	7056/1	13/05/2014	244 * III
MDA9589	55912783D	5835/0	13/05/2014	195
MEF6234	54447695E	5622/1	27/04/2014	182 * VI
MEH3314	55084864E	7030/2	29/03/2014	244 * I
MFD1919	55085924E	5550/0	12/05/2014	181 * XVIII
MFY1583	55084290E	7048/1	10/04/2014	244 * II
MGK8460	54769487E	5380/0	11/05/2014	181 * I
MGW3739	55084900E	5550/0	14/05/2014	181 * XVIII
MID4071	55085916E	5452/1	07/05/2014	181 * VIII
MIE2896	54769597E	5215/2	04/05/2014	170
MIW5157	55086744E	6076/0	08/05/2014	210
MKQ8152	55082417E	5479/0	11/04/2014	181 * X

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação Nº 1838/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1838/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAS9596	55081713E	5452/1	13/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
AAX5127	55917120D	5550/0	09/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
AET5078	55082155E	5819/1	25/02/2014	R\$ 574,61	193
ALP6038	54447481E	5460/0	22/03/2014	R\$ 85,12	181 * IX
CHS9001	54931584E	5541/6	10/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IMY8459	55083778E	5550/0	13/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
IOO4376	55083664E	5541/1	21/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXY5969	55082753E	5460/0	15/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
LYR0037	55084330E	7030/2	14/03/2014	R\$ 191,53	244 * I
MBC1996	54932482E	7366/2	11/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBF9195	55084490E	5550/0	31/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBR9573	54768363E	5550/0	13/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCI8688	55081602E	5452/1	15/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCJ5306	54444992E	5550/0	07/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDN7093	55162465C	6076/0	28/02/2014	R\$ 191,53	210
MDN7093	55162466C	5835/0	28/02/2014	R\$ 127,69	195
MDN7093	55162467C	7030/2	28/02/2014	R\$ 191,53	244 * I
MEY6741	55084058E	5550/0	16/03/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGQ3885	55082486E	5460/0	10/03/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MGQ3885	55082487E	5452/1	10/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGR8425	54932718E	7366/2	16/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHL8836	55082453E	5550/0	29/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIO1591	55083113E	7366/2	03/03/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIP8482	55913827D	5819/4	23/01/2014	R\$ 574,61	193
MIP8482	55913828D	5835/0	23/01/2014	R\$ 127,69	195
MJD7857	55159763C	6050/1	27/02/2014	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJH0541	54768030E	5819/1	06/03/2014	R\$ 574,61	193
MJX7628	55084451E	5460/0	12/03/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MKJ1054	54932124E	7366/2	31/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLK9401	55082163E	5452/2	12/03/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

São José do Cedro

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº 053/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 053/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020 de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2010, de 03 de maio de 2010, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 4.806/2010 de 06 de agosto de 2010, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

TECNICO EM ENFERMAGEM

TERESINHA HENICKA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Decreto Nº. 086/2014 - Sf

DECRETO Nº. 086/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$30.795,00 (trinta mil setecentos e noventa e cinco reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"27"3.3.90.32.00.00.1.0002 Material de Distribuição Gratuita R\$25.000,00

"28"3.3.90.36.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$5.795,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$30.795,00 (trinta mil setecentos e noventa e cinco reais), das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"26"3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo R\$30.795,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 28 de maio de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Extrato Convênio Nº 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 13.2014

Concedente: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE

Valor do repasse: R\$30.000,00 (trinta mil reais); em parcela única; Vigência: 60 dias após o encerramento da competição ou de sua eliminação.

Objeto: auxiliar no pagamento de despesas relacionadas a transporte, uniformes, alimentação, arbitragem e despesas gerais relacionadas à participação do clube no Campeonato Estadual Não-Profissional de Futebol de Santa Catarina, organizado pela Federação Catarinense de Futebol e a Confederação Brasileira de Futebol, no ano de 2014..

Extrato Convênio Nº 014/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 14.2014

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Conveniente: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO - MANTENEDORA DO LAR APRISCO

Valor Mensal: R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Valor Total: R\$50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)

Vigência: Início: 01/01/2014 a 31/12/2014

Objeto: concessão de auxílio financeiro pelo Município de São José do Cedro à Associação Aprisco, em contrapartida pelo atendimento prestado por esta a crianças de 0 a 12 anos de idade que se encontram em situação de risco pessoal e social, em regime de abrigo, encaminhadas pelo Poder Judiciário, no total de 02 vagas, conforme Lei Municipal nº 4.238, de 20 de maio de 2014.

Extrato Convênio Nº 015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 15.2014

Concedente: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO CEDRO FUTSAL FEMININO

Valor do repasse: R\$4.000,00 (quatro mil reais); em parcela única; Vigência: 27/05/2014 a 31/12/2014.

Objeto: auxiliar no pagamento de parte das despesas relacionadas à participação no Campeonato Estadual de Futsal feminino, organizado pela Federação Catarinense de Futebol de Salão, para o ano de 2014.

Extrato Convênio Nº 016/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO DE CONVÊNIO
Convênio Nº 16.2014

Concedente: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO.
Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE HANDEBOL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
Valor do repasse: R\$4.000,00 (quatro mil reais); em parcela única;
Vigência: 27/05/2014 a 31/12/2014.
Objeto: auxiliar no pagamento de parte das despesas relacionadas à participação no Campeonato Estadual de Handebol e Liga Oestina de Handebol, para o ano de 2014.

Extrato Contratual - Prefeitura - Maio 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 60.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada.: ILOMAR JUNIOR FOLLMANN ME
Valor : 83.200,00 (oitenta e três mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 02/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2014
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REALIZAR LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E REALIZAÇÃO DE PEQUENOS REPAROS NAS RUAS E PRAÇAS DA CIDADE, PARA REALIZAR LIMPEZA COM VARREDURA E PEQUENOS REPAROS EM RUAS DE CALÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 61.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada.: ANTONIO ORIDES BARROS - ME
Valor : 13.920,00 (treze mil novecentos e vinte reais)
Vigência : Início: 02/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2014
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REALIZAR CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E PODA DAS ÁRVORES DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, EFETUAR O PLANTIO DE FLORES, CONSERVAR E REALIZAR TODOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DAS MESMAS NOS DIVERSOS CANTEIROS DO MUNICÍPIO.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 62.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada.: GESTTI - GESTAO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA -
Valor : 15.660,00 (quinze mil seiscentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 04/05/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 44/2014
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARE E FORNECIMENTO DE BOBINAS PARA LEITURA E IMPRESSÃO SIMULTÂNEA DAS CONTAS DE ÁGUA/ESGOTO DO SEMAE, CONFORME A DESCRIÇÃO DOS

SERVIÇOS APRESENTADA NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO III DO EDITAL.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Aditivo Nº : 63.2014 - Contrato Nº: 66.2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE HANDEBOL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 14/05/2015
Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo de concessão de uso, conforme objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DAS INSTALAÇÕES DA LANCHONETE, SITUADA JUNTO AO GINÁSIO DE ESPORTES LAUTÉ WEBER, PARA ORGANIZAÇÕES/ENTIDADES/ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, QUE ATUAM NO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO MUNICÍPIO.
Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE HANDEBOL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
Vigência : Início: 14/05/2014 Término: 14/05/2015
Recursos : Dotação:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 64.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada.: ANTONIO GIRON
Valor : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 16/05/2014 Término: 18/07/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Objeto : FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO DE ELETRECISTA PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, DE ACORDO COM A S NECESSIDADES LOCAIS DE MÃO DE OBRA DO MUNICIPIO. O RECURSO SERÁ O IGD-M DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CONFORME PORTARIA Nº 754 DE 20 DE OUTUBRO DE 2010 E DECRETO Nº 7332 DE 19/10/2010.
Contratada.: ANTONIO GIRON
Vigência : Início: 16/05/2014 Término: 18/07/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 65.2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada.: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Valor : 831.050,17 (oitocentos e trinta e um mil e cinquenta reais e dezessete centavos)
Vigência : Início: 29/05/2014 Término: 29/05/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014
Objeto : CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DA GARAGEM MUNICIPAL,

COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. RECURSO PROVENIENTE DO BADESC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Aditivo Nº : 66.2014 - Contrato Nº: 16.2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Vigência : Início: 30/05/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2013
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO (CONFORME LEI Nº2.821/2001) PARA O ANO DE 2013, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Extrato Contratual - FMS Maio 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Aditivo Nº : 12.2014 - Contrato Nº: 16.2013
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO
Valor : 471.408,00 (quatrocentos e setenta e um mil quatrocentos e oito reais)
Vigência : Início: 26/05/2014 Término: 31/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2013
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/ENTIDADE
ATUANTE NA ÁREA DA SAÚDE, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 13.2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO
Valor : 426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil reais)
Vigência : Início: 30/05/2014 Término: 29/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2014
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/ENTIDADE
ATUANTE NA ÁREA DA SAÚDE, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E PARA REALIZAR CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS "GINECOLÓGICAS", AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 14.2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: CLINICA MEDICA BARRA AZUL LTDA - ME

Valor : 120.000,00 (cento e vinte mil e reais)
Vigência : Início: 30/05/2014 Término: 29/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2014
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/ENTIDADE
ATUANTE NA ÁREA DA SAÚDE, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E PARA REALIZAR CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS "GINECOLÓGICAS", AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

Homologações Prefeitura - Maio de 2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014
PROCESSO Nº 33/2014 HOMOLOGAÇÃO: 02/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REALIZAR LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E REALIZAÇÃO DE PEQUENOS REPAROS NAS RUAS E PRAÇAS DA CIDADE, PARA REALIZAR LIMPEZA COM VARREDURA E PEQUENOS REPAROS EM RUAS DE CALÇAMENTO DO MUNICÍPIO, BEM COMO PARA REALIZAR CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E PODA DAS ÁRVORES DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, EFETUAR O PLANTIO DE FLORES, CONSERVAR E REALIZAR TODOS CUIDADOS NECESSÁRIOS DAS MESMAS NOS DIVERSOS CANTEIROS DO MUNICÍPIO.
CONTRATADO: ILOMAR JUNIOR FOLLMANN ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais)
CONTRATADO: ANTONIO ORIDES BARROS - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.660,00 (quinze mil seiscentos e sessenta reais)

CONVITE Nº 44/2014
PROCESSO Nº 44/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARE E FORNECIMENTO DE BOBINAS PARA LEITURA E IMPRESSÃO SIMULTÂNEA DAS CONTAS DE ÁGUA/ESGOTO DO SEMAE, CONFORME A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS APRESENTADA NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO III DO EDITAL.
CONTRATADO: GESTTI - GESTAO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA -
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.660,00 (quinze mil seiscentos e sessenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014
PROCESSO Nº 38/2014 HOMOLOGAÇÃO: 07/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES PARA AS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ-ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, SENDO RECURSOS PROVENIENTES DO PNAE, e AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS e ÁGUA MINERAL PARA AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO.
CONTRATADO: NILOSUL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.975,00 (vinte e quatro mil novecentos e setenta e cinco reais)
CONTRATADO: MAICON ALEXANDRE RODRIGUES ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.611,10 (dezoito mil seiscentos e onze reais e dez centavos)

CONVITE Nº 50/2014
PROCESSO Nº 50/2014 HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES DIVERSAS PARA PLANTIO NOS CANTEIROS CENTRAIS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.
CONTRATADO: LUFT COMÉRCIO DE PLANTAS ORN. LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.900,00 (dezesesseis mil novecentos reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 51/2014
PROCESSO Nº 51/2014 HOMOLOGAÇÃO: 29/05/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DA GARAGEM MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. RECURSO PROVENIENTE DO BADESC.
CONTRATADO: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 831.050,17 (oitocentos e trinta e um mil e cinquenta reais e dezessete centavos)

Homologações FMS - Maio de 2014

CONVITE Nº 11/2014
PROCESSO Nº 11/2014 HOMOLOGAÇÃO: 14/05/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA USO NOS VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: LUIZ CARLOS ZWIRTES ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 32.846,00 (trinta e dois mil oitocentos e quarenta e seis reais)

CONTRATADO: GBA PNEUS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.544,00 (dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014
PROCESSO Nº 13/2014 HOMOLOGAÇÃO: 30/05/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/ENTIDADE ATUANTE NA ÁREA DA SAÚDE, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E PARA REALIZAR CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS "GINECOLÓGICAS", AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO
VALOR DA DESPESA: R\$ 426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil reais)

CONTRATADO: CLINICA MEDICA BARRA AZUL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil e reais)

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 027/2014, PR Nº 018/2014 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/06/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ ESPECIAL, A SER DISTRIBUIDO A PACIENTE COM DIFICULDADE NA ALIMENTAÇÃO, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E PROCESSO JUDICIAL Nº 066.13.0003463. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 081/2014, PR Nº 053/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/06/2014, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE CORTINAS, TOALHAS E JOGOS DE LENÇÓIS PARA BERÇOS, A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 2.165, de 02 de Junho de 2014.

LEI Nº 2.165, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
Altera a Lei Municipal nº 1.748, de 16 de maio de 2008, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 1.748, de 16 de maio de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 2º-A. Após consumada a inscrição em dívida ativa do débito não tributário, o devedor terá ainda sessenta dias para regularizar

sua obrigação perante o fisco municipal.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no caput, o Município enviará os dados do contribuinte inadimplente para inscrição junto ao SERASA - Centralização dos Serviços dos Bancos S.A." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de junho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 082/2014, PR Nº 054/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/06/2014, às 10:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA EM PAREDES INTERNAS E EXTERNAS NA ESCOLA ONDE SERÁ DESENVOLVIDO O PROGAMA NACIONAL DE ESCOLA TÉCNICA - PRONATEC E NAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.sao-lourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 075/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 075/2014 - Pregão Presencial Nº 050/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0KM, TIPO S.U.V., PARA USO EXCLUSIVO DO GABINETE DO PREFEITO.

FORNECEDOR: VVL VICTORY VEICULOS LTDA - CNPJ: 03.405.491/0001-49.

VALOR: R\$ 97.800,00 (noventa e sete mil e oitocentos reais).

TOTAL: R\$ 97.800,00 (noventa e sete mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 30/05/2014.

VIGÊNCIA: 30/05/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Ata do Processo Licitatório N. 051/2014 (Sequência N.3)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE CNPJ: 83.021.873/0001-08 RUA DUQUE DE CAXIAS, N.789 C.E.P.: 89990-000 - São Lourenço do Oeste - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 2/2014 - CC
	Processo Administrativo: 51/2014 Processo de Licitação: 51/2014 Data do Processo: 31/03/2014

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INTERNAS DAS COZINHAS 01 E 02 E COPA DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE EVENTOS, DE ACORDO COM OS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS. CONFORME CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO Nº 01.399/2012-4, VINCULADO AO PROJETO PTEC 01590/2012.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 37/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 2 de Junho de 2014, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 345/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 51/2014, Licitação nº. 2/2014 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- A Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 345/2014 reuniu-se no dia 02/06/2014 às 08 horas para receber o julgamento do recurso administrativo interposto pela empresa EDMAR DA SILVA ME, que conforme decisão do recurso, a mesma fica habilitada. Sendo assim, a Comissão decide intimar os interessados para comparecerem na sessão marcada para o dia 04/06/2014 às 09:30h para que se proceda a abertura do envelope de proposta da empresa EDMAR DA SILVA ME. Sem mais haver constar todos subscrevem esta ata.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

São Lourenço do Oeste, 2 de Junho de 2014

COMISSÃO:

REINALDO FRANCISCO GUERRA JUNIOR - - Presidente da Comissão de Licitação
JAKSON ALEX KICHEL - - SECRETÁRIO
TATIANE LUSSANI DAL PONT - - AUXILIAR DIRETO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

1º Termo Aditivo Edital Credenciamento 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

I TERMO ADITIVO EDITAL
CREDENCIAMENTO nº. 02/2014

1 - DA JUSTIFICATIVA

1.1 Considerando o email encaminhado pela Secretária de Saúde Municipal, faz-se necessário retificar algum item do Anexo Edital.

2 - DO ACRESCIMO

2.1 -Em continuidade ao Edital de CREDENCIAMENTO nº. 02/2014 - FMS faz-se necessária o ACRESCIMO DO ITEM e a comunicação das seguintes alterações, conforme anexo I:

ITEM	ESPECIALI- DADE OU PROCEDIMEN- TO EXAMES	Quantidade estimada / ANO	VALOR EM R\$ Por consulta	ESPECIFICA- ÇÕES/OBRI- GAÇÕES
58	Pediatra	600	80,00	O credenciado contratado deverá realizar o serviço em Consultório, Clínica ou unidade hospitalar.

Os demais itens permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com este Aditivo.
Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de junho de 2014
Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 47/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 47/2014-PMS

PROCESSO Nº. 102/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de banners e adesivos para veículos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de junho de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 18 de junho de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 49/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 49/2014-PMS

PROCESSO Nº. 104/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de junho de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 23 de junho de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 48/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 48/2014-PMS

PROCESSO Nº. 103/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em transporte de calcário da cidade de Botuverá para a cidade de Schroeder, para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de junho de 2014 às 14h.

Abertura do Processo: 18 de junho de 2014 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 04/2014-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2014-FAS

PROCESSO Nº. 10/2014-FAS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de sistema para gestão da Política Pública de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de junho de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 24 de junho de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 5.588/2014, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.588/2014, de 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por licença-maternidade da servidora Ana Paula da Silva em 06 de maio de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.897/2014, de 20/03/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Rosilma de Fatima Bueno Gracioli, para exercer o cargo de Professora C, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial C-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.589/2014, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.589/2014, de 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por término de contrato da servidora Tatiane Leu em 04 de fevereiro de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2014-SE-CEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.897/2014, de 20/03/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Rita de Cassia da Silva Hildebrando Pohl, para exercer o cargo de Professora C, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial C-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.590/2014, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.590/2014, de 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a nomeação para Assessora de Cultura da servidora Neiva Lucia Plantikow em 07 de abril de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2014-SE-CEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.897/2014, de 20/03/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Erivete da Silva Martins, para exercer o cargo de Professora B, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.591/2014, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.591/2014, de 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado do funcionário Sr. Nilson Feliciano, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.592/2014, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 5.592/2014, de 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sr. Juliane Carina de Souza, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 5.593/2014, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 5.593/2014, de 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela funcionária Sra. Shally Katleem Piske, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da funcionária Sra. Shally Katleem Piske, de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 5.594/2014, de 02 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 5.594/2014, de 02 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Oclania de Souza Todao, para exercer o Cargo Comissionado de Secretária de Procon, percebendo o nível salarial nº FG-1-B Gratificados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.967/2014, de 2 de Junho de 2014

DECRETO Nº2.967/2014, de 2 de junho de 2014

INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE DURANTE OS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DA FIFA BRASIL 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014, a realizar-se no Brasil, no período de 12 de junho a 13 de julho de 2014;

CONSIDERANDO que alguns jogos da Seleção Brasileira de Futebol coincidirão com o horário de expediente deste Município;

CONSIDERANDO ainda que a modificação do horário de expediente não acarretará ônus aos cofres públicos e prejuízos aos municípios;

CONSIDERANDO, por fim, que será alcançada economia substancial advinda da diminuição da utilização da infraestrutura do Poder Executivo Municipal;

DECRETA :

Art. 1º Nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol às 16h, o horário de expediente, nas repartições públicas

municipais, será das 07h30min às 12h e das 13h às 15h, ressalvadas as necessidades das Secretarias e do pessoal ligado à Defesa Civil, que terá expediente normal.

Art. 2º Quando os jogos ocorrerem às 17h, o expediente será das 07h30min às 12h e das 13h às 16h, ressalvadas as necessidades das Secretarias e do pessoal ligado à Defesa Civil, que terá expediente normal.

Art. 3º A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos nos dias em que os jogos se realizarem às 16 horas, terá expediente das 06h45min às 12h e das 13h às 15h. Quando os jogos ocorrerem às 17h, o expediente será das 06h45min às 12h e das 13h às 16h.

Art. 4º Na Unidade de Saúde do Centro, nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol, o atendimento será das 7h30min às 12h e das 13h às 22h, mantendo plantão durante o horário dos jogos.

Parágrafo único. Os profissionais para o plantão na Unidade de Saúde do centro, foram definidos pela Coordenação de Atenção Básica.

5º Nas Unidades de Saúde ESF I (localidade de Schroeder I), ESF II (localidade do Rio Hern), ESF III e IV (Sossego) e do ESF V (Centro), nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol às 16h, o atendimento será das 07h30min às 12h e das 13h às 15h. Quando os jogos ocorrerem às 17h, o atendimento será 07h30min às 12h e das 13h às 16h.

Art. 6º No CAE (Centro de Atendimento Especializado), NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), ACADEMIA, nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol às 16h, o atendimento será das 07h30min às 12h e das 13h às 15h. Quando os jogos ocorrerem às 17h, o atendimento será 7h30min às 12h e das 13h às 16h.

Art. 7º No CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), nos dias que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol às 16h, o atendimento será das 07h30min às 12h e das 13h às 15h. Quando os jogos ocorrerem às 17h, o atendimento será 07h30min às 12h e das 13h às 16h.

Art. 8º No Conselho Tutelar, nos dias que houver jogos da seleção Brasileira de Futebol às 16h, o atendimento será das 8h às 12h e das 13h às 15h. Quando os jogos ocorrerem às 17h, o atendimento será 8h às 12h e das 13h às 16h, porém, mantendo-se o habitual plantão.

Art. 9º Caso haja prorrogação no tempo regulamentar dos Jogos, ou, ainda, cobrança de penalidades máximas, o retorno será 30 minutos após o término da partida.

Art. 10. Conforme dispõe o art. 1º deste Decreto, as horas não trabalhadas serão compensadas nos dias dos jogos e nos primeiros dias subsequentes aos jogos, iniciando o expediente às 13h, ou se o servidor preferir as horas poderão ser descontadas de sua folha de pagamento. Caso já tenham horas excedentes, basta apresentar a comunicação interna justificando.

11. Para os profissionais da Secretaria da Saúde e Assistência Social: as horas que os profissionais forem liberados para assistir aos jogos da Seleção Brasileira durante a Copa, poderão ser recuperadas antecipadamente aos dias dos jogos, ou, no máximo em dois dias úteis subsequentes aos dias dos jogos. Caso já tenham horas excedentes, basta apresentar a comunicação interna justificando.

Art. 12. Os Centros de Educação Infantil Municipais atenderão em

horário diferenciado, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 13. Os servidores das escolas municipais seguirão os horários estipulados nos artigos 1º e 2º deste Decreto.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 2 de junho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

RUDIBERT TANK
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata Pregão Presencial 36/2014-PMS (Sequência 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 36/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 85/2014 Data do Processo: 14/05/2014
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 60/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e recargas e extintores novos para suprir as necessidades da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Prefeito Municipal do Município de Sc

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação.

Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas EXTIMBRÁS COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA. - EPP e BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que a empresa EXTIMBRÁS COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA. - EPP apresentou documento para Credenciamento documentos este exigido no item do edital 4.1.1 "Procuração (pública ou particular) ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida, juntamente com fotocópia do documento de identificação, de preferência com foto;" para o Senhor Franklin Hermam Sell este assinado pelo Senhor Claus Augusto Marquardt o qual é procurador da empresa EXTIMBRÁS COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA. - EPP, porém a procuração pública a qual nomeia procurador o Senhor Claus Augusto Marquardt não permite que o mesmo substabeleça os poderes outorgados a ele, sendo assim o representante presente, o Senhor Franklin Hermam Sell, da empresa EXTIMBRÁS COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento.

Constatou-se que a empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, apresentou Contrato Social com Autenticação da Junta Comercial expirado, sendo esta autenticação com data de 27 de janeiro de 2014 sob número de autenticidade 001107/2014-03 o mesmo foi consultado no site da Junta Comercial a qual emite parecer de Documento Expirado, documento este solicitado no item do edital 4.1.2 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas" e este deverá ser apresentado como pede o item do edital 4.1.3.1 "Os documentos descritos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Pública Municipal.", sendo assim o representante da empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas EXTIMBRÁS COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA. - EPP e BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP. Constatou-se que as empresa EXTIMBRÁS COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA. - EPP e BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP cotaram o mesmo valor para o item 01 sendo que nenhum dos representantes está credenciado para dar lances será feito sorteio para desempate, sendo sorteada a empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP. Constatando vencedora, através de sorteio, a empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP apresentou 7.1.3 "Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;" vencida com data de 24 de maio de 2014. E também apresentou o Contrato Social com Autenticação da Junta Comercial expirado, sendo esta autenticação com data de 27 de janeiro de 2014 sob número de autenticidade 001107/2014-03 o mesmo foi consultado no site da Junta Comercial a qual emite parecer de Documento Expirado documento exigido no item do edital 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)." e este deverá ser apresentado como pede o item do edital 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Pública Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.". Sendo assim a empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 01 para a empresa segunda colocada, a

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 36/2014 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 85/2014 Data do Processo: 14/05/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 60/2014 (Sequência: 1)**

empresa EXTIMBRÁS COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa EXTIMBRÁS COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA. - EPP não apresentou documentos exigido no item do edital 7.1.16 "Certidão de Registro da Empresa, constando o (s) responsável (eis) Técnico (s) no CREA ;" sendo assim não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. As empresas participantes declina do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos ao licitante vencedor. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

Schroeder, 2 de Junho de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Franklin Hermam Sell	- - Representante
Jaime Flavio da Silva Cesari	- - Representante
Adriana Steilein	- - Setor Solicitante

Dispensa Nº 48/2014-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 48/2014 - DL**Processo Nr.: 105/2014
Data: 02/06/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: EMEC BRASIL SISTEMAS DE TRATAMENTO DE AGUA LTDA

Código: 12851

Endereço: R WADIA JAFET ASSAD, 179 - SALA 1 ANDAR 2

Cidade: São Bernardo do Camp - SP

CNPJ: 04.196.290/0001-41

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Conserto em bomba dosadora, modelo FCEB 0505 k+ FP+CE para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Conserto em Bomba dosadora, Modelo FCEB 0505 k+ FP+CE.	UN	332,00	332,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Bomba dosadora utilizada na Estação de Tratamento de Agua para dosagem de Hipoclorito, o que requer um aparelho em ótimas condições de funcionamento.

Schroeder, 2 de Junho de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 48/2014 - DL**

Processo Nr.: 105/2014
Data: 02/06/2014

Folha: 2/2

2/6/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 2 de Junho de 2014

Valor da Despesa: 332,00 (trezentos e trinta e dois reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta**PREFEITURA****Decreto Nº 107/2014**

DECRETO Nº 107/2014 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

"Dispõe sobre a Nomeação de ADRIANO RIGO para o Cargo de Secretário de Assistência Social, e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/01 de 10/09/2001 e Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e Lei Complementar 002/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado ADRIANO RIGO, para o Cargo de Secretário De Assistência Social, Nível CC - 07(61000) do Grupo VII - Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Junho de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Timbé do Sul**PREFEITURA****Decreto 105/2014**

DECRETO Nº. 105, DE 30 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.699 de 03/12/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais):

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município
3.3.90.00.00.00.00.0080(42) - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação da seguinte dotação:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(44) - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de Maio de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Aviso da Licitação 37/2014 PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 37/2014 - Pregão Presencial - menor preço

Objeto: Aquisição de 10.000m³ (dez mil metros cúbicos) de seixo rolado peneirado para recuperação das estradas nas localidades de Gurita, Amola Faca, Molha Coco, Molha Coco Alto, Rio do Norte, Areia Branca, Morro Azul e Rio do Salto, no município de Timbé do Sul.

Data da entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 13 de junho de 2014.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

SAMAE**08/2014**

SAMAE de Timbó do Sul - SC

PORTARIA SAMAE N. 08/2014

02 de junho de 2014

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbó do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder férias de 20 dias, ao servidor RODRIGO DOS SANTOS, relativo ao período aquisitivo 01.06.2013 a 31.05.2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias será de 02a 21.06.2014

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbó do Sul-SC, 02 de junho de 2014

Amarildo Scursel Alexandre

Diretor do SAMAE

Timbó**PREFEITURA****Decreto No 3491, de 26 de Maio de 2014**

DECRETO No 3491, DE 26 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre o horário de expediente junto aos Órgãos e Entidades da Administração Municipal nos dias dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo 2014.

O PREFEITO DE TIMBÓ/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 50 inciso VII, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar Municipal nº 01, de 22/10/1993 (Estatuto dos servidores), e nas Leis Complementares nº 137 e 138, de 02/07/1998 (Planos de Carreira dos servidores); e

Considerando que o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e o Comércio Local estabeleceu horários especiais de funcionamento/atendimento ao público nos dias de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol 2014;

Considerando que nos dias e horários de jogos da Seleção Brasileira, o fluxo de pessoas que procuram o Serviço Público Municipal reduz drasticamente, e a redução de horários implicará na redução de custos junto a Administração Pública Municipal, contribuindo para o Programa de Economia Interna,

DECRETA:

Art. 1º Nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014, o expediente para atendimento ao público junto aos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal, será das 07h as 13h, com exceção das Unidades de Ensino.

Art. 2º Não se aplicam o horário especial fixado neste Decreto às repartições públicas que prestam serviços considerados essenciais, com exceção da assistência médica para procedimentos eletivos.

Art. 3º O expediente das unidades educacionais do Município observará, nos dias dos jogos da Seleção Brasileira, a seguinte jornada de trabalho, estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, sendo que:

I - Núcleo de Educação Infantil -NEI'S até as 14:30h;

II - Ensino Fundamental e UPE's - até as 12h

Art. 4º Caberá às autoridades competentes de cada órgão fiscalizar o cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 515/2014; Nº 098 1687/2014; Nº 098 1688/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 515/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGW7074	8756044023	7455/0	03/05/2014	218 * I
AIB9431	8756043743	7455/0	26/04/2014	218 * I
AIC6197	8756043930	7455/0	02/05/2014	218 * I
AMI0627	8756044088	6050/3	27/04/2014	208
AMI0627	8756044089	7455/0	27/04/2014	218 * I
AQN0568	8756044524	7463/0	08/05/2014	218 * II
AQN8523	8756043907	7455/0	02/05/2014	218 * I
ARG2662	8756043203	5673/2	08/04/2014	183
ARG2662	8756043207	5673/2	13/04/2014	183
ARU3133	8756043464	7455/0	16/04/2014	218 * I
ASV9343	8756043916	7455/0	02/05/2014	218 * I
ATP0717	8756044100	7455/0	01/05/2014	218 * I
AUK4780	8756043138	7455/0	01/04/2014	218 * I
BPJ0237	8756043730	7455/0	23/04/2014	218 * I
BYG1387	8756043049	7455/0	01/04/2014	218 * I
BZS5764	8756044138	6050/3	01/05/2014	208
CCT0249	8756044179	7455/0	02/05/2014	218 * I
CRY5028	8756043976	7463/0	02/05/2014	218 * II
CSD4763	8756043114	7455/0	04/04/2014	218 * I
DFV0328	8756043350	7455/0	07/04/2014	218 * I
DGS2175	8756044406	7455/0	09/05/2014	218 * I
DJC5645	8756043060	7455/0	31/03/2014	218 * I
DMZ4498	8756043120	7455/0	06/04/2014	218 * I
DRK2874	8756043785	7455/0	26/04/2014	218 * I
DXV0269	8756043761	7455/0	21/04/2014	218 * I
DYG5251	8756042998	7455/0	01/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EYJ4556	8756043917	7463/0	02/05/2014	218 * II
HWH6375	8756044014	7455/0	27/04/2014	218 * I
IEL3486	8756044487	7455/0	04/05/2014	218 * I
JNM9699	8756044236	7455/0	06/05/2014	218 * I
KAQ3038	8756044019	5673/2	01/05/2014	183
KDW8111	8756044473	7455/0	10/05/2014	218 * I
KGB7692	8756043140	7455/0	02/04/2014	218 * I
KMX6794	8756043728	7455/0	23/04/2014	218 * I
KYB2932	8756044033	6050/3	01/05/2014	208
LBL8794	8756043072	7455/0	04/04/2014	218 * I
LKU4122	8756044437	7455/0	05/05/2014	218 * I
LPF3420	8756044219	7455/0	06/05/2014	218 * I
LPF3420	8756044315	7455/0	08/05/2014	218 * I
LTD4245	8756044129	7455/0	27/04/2014	218 * I
LWX5063	8756043972	7455/0	02/05/2014	218 * I
LWZ9484	8756043196	7455/0	05/04/2014	218 * I
LXB8179	8756043090	7455/0	05/04/2014	218 * I
LXF3505	8756044109	6050/3	03/05/2014	208
LXH0247	8756044062	7455/0	02/05/2014	218 * I
LXR1064	8756044450	7455/0	04/05/2014	218 * I
LYC1938	8756044024	7455/0	03/05/2014	218 * I
LYE2465	8756044474	7455/0	10/05/2014	218 * I
LYI8987	8756044520	7455/0	06/05/2014	218 * I
LZF7284	8756044128	7455/0	27/04/2014	218 * I
LZH9348	8756043981	7455/0	02/05/2014	218 * I
LZK2148	8756043017	5673/2	05/04/2014	183
LZR3468	8756044346	7455/0	09/05/2014	218 * I
LZW2254	8756043353	7455/0	07/04/2014	218 * I
LZY5356	8756044423	7455/0	10/05/2014	218 * I
MAG1133	8756044329	7455/0	08/05/2014	218 * I
MAI8647	8756044302	7455/0	08/05/2014	218 * I
MAQ2710	8756044196	7463/0	06/05/2014	218 * II
MAQ2710	8756044257	7455/0	07/05/2014	218 * I
MAR8714	8756044463	7455/0	09/05/2014	218 * I
MAS0088	8756044018	6050/3	01/05/2014	208
MAT7901	8756043726	7455/0	22/04/2014	218 * I
MAU0951	8756044527	7455/0	10/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBB1883	8756044357	5673/2	05/05/2014	183
MBF6756	8756044050	7455/0	29/04/2014	218 * I
MBJ2447	8756044214	7455/0	06/05/2014	218 * I
MBL1161	8756044171	7455/0	03/05/2014	218 * I
MBP9355	8756043884	7455/0	02/05/2014	218 * I
MBR9788	8756044042	7455/0	03/05/2014	218 * I
MBS1342	8756044340	7455/0	09/05/2014	218 * I
MBS2957	8756043931	7455/0	02/05/2014	218 * I
MBS6228	8756044546	7455/0	08/05/2014	218 * I
MBX1939	8756043937	7455/0	02/05/2014	218 * I
MCA8007	8756043163	7455/0	31/03/2014	218 * I
MCD7119	8756043948	7463/0	02/05/2014	218 * II
MCE3452	8756044086	7455/0	27/04/2014	218 * I
MCE6101	8756044273	7463/0	07/05/2014	218 * II
MCH9849	8756044495	6050/3	07/05/2014	208
MCN2408	8756044269	7455/0	07/05/2014	218 * I
MCN8589	8756044401	7455/0	10/05/2014	218 * I
MCX5961	8756043086	7455/0	01/04/2014	218 * I
MDK7806	8756043961	7455/0	02/05/2014	218 * I
MDK8592	8756044310	7463/0	08/05/2014	218 * II
MDT3252	8756044438	7455/0	06/05/2014	218 * I
MDU1973	8756044215	7455/0	06/05/2014	218 * I
MDX8055	8756044112	7455/0	03/05/2014	218 * I
MEA9669	8756043182	7455/0	05/04/2014	218 * I
MEB6719	8756043852	7455/0	22/04/2014	218 * I
MED0250	8756043082	7455/0	04/04/2014	218 * I
MED9243	8756044147	7455/0	02/05/2014	218 * I
MEF1537	8756043719	7455/0	26/04/2014	218 * I
MEH3238	8756044317	7455/0	08/05/2014	218 * I
MEI4449	8756043977	7455/0	02/05/2014	218 * I
MEJ2004	8756044350	7455/0	09/05/2014	218 * I
MEJ3761	8756044505	6050/3	09/05/2014	208
MEK0971	8756043046	7455/0	05/04/2014	218 * I
MEW1925	8756044182	7455/0	28/04/2014	218 * I
MEW4151	8756044405	7455/0	09/05/2014	218 * I
MEY2936	8756043954	7455/0	02/05/2014	218 * I
MFB9658	8756043913	7463/0	02/05/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFK8606	8756044526	7455/0	09/05/2014	218 * I
MFR1821	8756044272	7455/0	07/05/2014	218 * I
MFT7960	8756044159	6050/3	03/05/2014	208
MFT8601	8756043144	7455/0	02/04/2014	218 * I
MFT8601	8756043188	7455/0	06/04/2014	218 * I
MFX6647	8756044466	7455/0	09/05/2014	218 * I
MGH9461	8756044479	6050/3	10/05/2014	208
MGL4108	8756044169	7455/0	02/05/2014	218 * I
MGM4743	8756044149	7455/0	02/05/2014	218 * I
MGQ2547	8756042960	7455/0	29/03/2014	218 * I
MGT9996	8756044164	7455/0	28/04/2014	218 * I
MGW1616	8756043829	7463/0	23/04/2014	218 * II
MGY7968	8756043929	7463/0	02/05/2014	218 * II
MHD6096	8756044541	7455/0	08/05/2014	218 * I
MHF0348	8756043851	7455/0	22/04/2014	218 * I
MHF3257	8756043392	7455/0	13/04/2014	218 * I
MHI3824	8756043252	7455/0	08/04/2014	218 * I
MHJ2847	8756044500	7455/0	09/05/2014	218 * I
MHP4245	8756044447	7455/0	04/05/2014	218 * I
MHQ0630	8756044139	7455/0	01/05/2014	218 * I
MHU1208	8756044314	7455/0	08/05/2014	218 * I
MIA6262	8756044220	7455/0	06/05/2014	218 * I
MIB3329	8756044490	7455/0	04/05/2014	218 * I
MIB4840	8756044510	7455/0	10/05/2014	218 * I
MIB6528	8756044038	7455/0	29/04/2014	218 * I
MIB7440	8756044011	5673/2	03/05/2014	183
MIC3292	8756044482	6050/3	04/05/2014	208
MIO1512	8756044486	7455/0	04/05/2014	218 * I
MIX5436	8756044449	7455/0	04/05/2014	218 * I
MIX7206	8756044484	7455/0	04/05/2014	218 * I
MIZ9861	8756043934	7455/0	02/05/2014	218 * I
MJB6943	8756044513	6050/3	10/05/2014	208
MJD1868	8756044206	7455/0	06/05/2014	218 * I
MJG2091	8756043368	7463/0	11/04/2014	218 * II
MJQ8928	8756043224	5673/2	08/04/2014	183
MJQ9588	8756043991	7455/0	02/05/2014	218 * I
MJU0835	8756044158	7455/0	03/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKB8343	8756044399	7463/0	09/05/2014	218 * II
MKG0531	8756043708	5673/2	21/04/2014	183
MKG4506	8756044103	7455/0	01/05/2014	218 * I
MKI2574	8756044106	7455/0	02/05/2014	218 * I
MKK1826	8756042955	7455/0	26/03/2014	218 * I
MKM1900	8756043189	7455/0	01/04/2014	218 * I
MKV8004	8756043028	7455/0	05/04/2014	218 * I
MKX3034	8756042695	7455/0	19/03/2014	218 * I
MLE7997	8756044308	7463/0	08/05/2014	218 * II
MLG3642	8756044013	7455/0	27/04/2014	218 * I
MLM9417	8756044146	7455/0	01/05/2014	218 * I
MLM9728	8756042980	7455/0	31/03/2014	218 * I
MUC6004	8756043968	7463/0	02/05/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1687/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABU9362	54722529E	6548/0	07/05/2014	229
LWY0546	54573479E	6920/0	25/04/2014	233
LYE4480	54572140E	6637/2	14/05/2014	230 * IX
MAG8946	54722538E	6548/0	12/05/2014	229
MBW1241	54572135E	5010/0	12/05/2014	162 * I
MBW1241	54572136E	5118/0	12/05/2014	164 c/c 162 * I
MBW1241	54572137E	6726/1	12/05/2014	230 * XVIII
MBW1241	54572474E	6599/2	12/05/2014	230 * V
MBW1241	54572475E	6556/1	12/05/2014	230 * I
MCF6928	54572308E	6637/2	21/04/2014	230 * IX
MCY0417	54573565E	6912/0	14/05/2014	232
MDU7303	54572118E	5274/1	06/05/2014	175
MGY7274	54572125E	5045/0	10/05/2014	162 * V
MGY7274	54572126E	6726/1	10/05/2014	230 * XVIII
MKG0531	54571990E	6599/2	08/05/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1688/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IAZ3133	54722527E	5541/1	07/05/2014	181 * XVII
ICL0117	54573302E	5193/0	15/05/2014	168
ILF6478	54573561E	5819/1	25/04/2014	193
LZC4231	54722440E	5541/1	16/04/2014	181 * XVII
LZU0880	55371694D	5185/1	12/05/2014	167
LZU0880	55371695D	5967/0	12/05/2014	203 * V
MAT7901	54571995E	6076/0	08/05/2014	210
MAT7901	54571996E	5835/0	08/05/2014	195
MAT7901	54571997E	5207/0	08/05/2014	169
MAT7901	54571998E	5215/2	08/05/2014	170
MAT7901	54571999E	5967/0	08/05/2014	203 * V
MAT7901	54572000E	6270/0	08/05/2014	220 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 516/2014; Nº 098 1689/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 516/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEF8226	8756040339	7455/0	09/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKP7948	8756039936	7463/0	28/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
AKP7948	8756040109	7471/0	28/12/2013	R\$ 574,61	218 * III
ASI1943	8756042282	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DLC4471	8756042411	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
FYH3333	8756039033	7455/0	05/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWY4023	8756040084	7463/0	25/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXD9097	8756040279	7455/0	02/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXL3794	8756040108	7455/0	27/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYC8546	8756040186	7463/0	31/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYL8427	8756041721	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZC4688	8756040169	7463/0	30/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MAE6887	8756040203	7455/0	04/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBC2476	8756040237	6050/3	30/12/2013	R\$ 191,53	208
MCC7931	8756040086	7455/0	25/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCF4086	8756040187	7455/0	01/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCG8046	8756040240	6050/3	04/01/2014	R\$ 191,53	208
MCZ9287	8756040122	5673/2	31/12/2013	R\$ 85,12	183
MDZ8531	8756042156	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEH0687	8756040312	7455/0	03/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER1695	8756041713	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ0189	8756042500	7455/0	23/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR7509	8756042652	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHP1212	8756040136	7455/0	31/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIU7314	8756039952	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJG4631	8756040241	6050/3	05/01/2014	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJJ4953	8756040071	7463/0	28/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJV2490	8756041811	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJY0482	8756042513	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKS3265	8756040296	7463/0	01/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLR1385	8756040193	7455/0	02/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLW9797	8756041974	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1689/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKP7948	54768589C	5010/0	28/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
AKP7948	54768590C	6599/2	28/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
BHN9575	54572170E	6920/0	02/01/2014	R\$ 127,69	233
CGB6583	54572075E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
HHB2494	54572193E	6920/0	02/01/2014	R\$ 127,69	233
HNW9758	54572062E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
LJG2948	54572169E	6920/0	02/01/2014	R\$ 127,69	233
MAI6828	54571577E	6408/0	01/01/2014	R\$ 85,12	221
MAI6828	54571578E	5010/0	01/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAI6828	54571579E	5118/0	01/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDG6478	54572167E	6920/0	02/01/2014	R\$ 127,69	233
MDT7214	54572063E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
MYC7525	54572441E	6912/0	14/03/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 2 DE JUNHO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA

Treze Tílias

PREFEITURA

Extrato Dispensa de Licitação Nº 47/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;

CONTRATADO: Gil Marques Neto ME

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria e assessoria em relação às linhas telefônicas do Contratante, visando à redução de custos através da readequação das faturas telefônicas do direito de uso em favor do Contratante, especialmente:

- contato com operadoras para contratação, adequação e cancelamento de serviços;
- verificar a consistência das faturas;
- cobranças indevidas;
- produzir dados para contestação das faturas;
- relatar justificativas para contestações de faturas;
- levantar valor para ressarcimento, quando for devido;
- implantar ações para reduzir custos de telefonia;
- auditar mensalmente as faturas de telefonia;
- identificar e orientar qual a melhor utilização dos serviços pelos usuários

JUSTIFICATIVA: É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

VIGÊNCIA: 30/05/2014 - 30/04/2015;

VALOR ESTIMADO: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)

DATA ASSINATURA: 30/05/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03.01.2003.33.90.00.00.00.00.00.

TREZE TÍLIAS, 30 de Abril de 2014.

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 48/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;

CONTRATADO: Gil Marques Neto ME

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria e assessoria em relação às linhas telefônicas do Contratante, visando à redução de custos através da readequação das faturas telefônicas do direito de uso em favor do Contratante, especialmente:

- contato com operadoras para contratação, adequação e cancelamento de serviços;

- verificar a consistência das faturas;
- cobranças indevidas;
- produzir dados para contestação das faturas;
- relatar justificativas para contestações de faturas;
- levantar valor para ressarcimento, quando for devido;
- implantar ações para reduzir custos de telefonia;
- auditar mensalmente as faturas de telefonia;
- identificar e orientar qual a melhor utilização dos serviços pelos usuários

JUSTIFICATIVA: É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

VIGÊNCIA: 30/05/2014 - 30/04/2015;

VALOR ESTIMADO: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)

DATA ASSINATURA: 30/05/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03.01.2003.33.90.00.00.00.00.00.

TREZE TÍLIAS, 30 de Abril de 2014.

Extrato de Cancelamento de Licitação 45/2014

EXTRATO CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

PP 45/2014

O Município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina torna público a todos os interessados o cancelamento da LICITAÇÃO acima referida, na modalidade Pregão

Presencial, do tipo menor preço, nos moldes da Lei nº. 8.666/93, objetivando a
Aquisição de forma parcelada de lixeiras públicas, para instalação nas ruas do município de Treze Tílias.

MAURO DRESCH
Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

Pregão Presencial 40/2014 Pmtc

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 40/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 40/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM visando a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 14:00h. do dia 16 de junho de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30min às 17:30min, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 02 de junho de 2014.
Silvio Venturi
Prefeito Municipal

Processo Seletivo Nº 007/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2014

O Município de Trombudo Central - SC, torna público que se acham abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas temporárias em seu Quadro de Pessoal, conforme descritivo abaixo:

Cargos: Operador de Maquinas

Nº de vagas: 01

Carga horária semanal: 40 horas

Habilitação necessária para a posse: Certificado de conclusão da 4ª série do 1º grau e ser portador da Carteira Nacional de Habilitação categorias "C"

Remuneração inicial: 1.302,04

Tipos de provas: Escrita e prática

Inscrições: Serão realizadas no período de 03 de junho a 02 de julho de 2014 das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Pessoal, sito à Praça Arthur Siewerdt, 01 - Centro.

Provas: Serão realizadas das 08:30 às 11:30 horas do dia 12 de julho de 2014, nas dependências da Escola de Educação Básica Dr. Hermann Blumenau, sito à Rua Blumenau, no Bairro Vila Nova, cidade de Trombudo Central SC.

Prova Prática: Serão realizadas no dia 12 de julho de 2014, na Escola de Educação Básica Dr. Hermann Blumenau situado a Rua Blumenau no município de Trombudo Central, com início às 13:30 e término às 16:30 horas.

O Edital completo está afixado no mural das publicações da Prefeitura Municipal. O Edital está disponível no site www.trombudocentral.sc.gov.br

Trombudo Central, em 03 de junho de 2014.

Tunápolis

PREFEITURA

Retificação do Processo 16/2014 Fundo

Aviso de retificação

Comunica Errata no Edital, publicado no DOM dia 30/05/2014, onde se lê : "Pregão Presencial nº 14/2014, do Fundo Municipal da Saúde referente "aquisição de Contratação de empresa especializada para treinamento para atualização dos servidores da Secretaria Municipal da Saúde do Município de Tunápolis,.

leia -se: "Pregão Presencial nº 15/2014, Referente "Contratação de empresa especializada para treinamento para atualização dos servidores públicos do Fundo Municipal da Saúde. com abertura para o dia 13 de junho de 2014, às 14h45min Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 02 de junho de 2014
Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

Turvo**PREFEITURA****Tomada de Preços PMT 58/2014**

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 58/2014 - Tomada de Preço nº 58/2014
Objeto: Construção de ponte sobre o Rio Turvo na Rua Luiz Miro Fascin, no bairro Cidade Alta.

Entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 18/06/2014

Abertura da Sessão: as 08:00 hs do dia 18/06/2014.

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo - SC - 30 de maio de 2014.

Nestor Reco

Presidente da C.J.L.

Videira**PREFEITURA****Extrato do Contrato N. 0445/14**

Extrato do Contrato n. 0445/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAYNARA GUILL

CPF: 080.414.459-18

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de maio de 2014 a 30 de setembro de 2014

FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.181,63 (um mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e três centavos)

Extrato do Contrato N. 0446/14

Extrato do Contrato n. 0446/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALESSANDRA SILVANA DIAS

CPF: 047.477.829-07

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2014 a 30 de setembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Termo de Rescisão N. 0069/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0069/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0397/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEJANIR CAMPOLIM DE JESUS

CPF: 040.436.889-11

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 20 de maio de 2014.

Pregão Presencial Nº 73/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 73/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE BALANÇAS ANTROPOMÉTRICA DIGITAL, ELETRÔNICA E SELF SERVICE (BALCÃO TÉRMICO), PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 03/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 02 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 74/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 74/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE FAIXAS EM LONA, BANNER EM LONA E MATERIAL GRÁFICO PARA SEREM UTILIZADOS NA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS, PROGRAMAS E PROJETOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 07/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 02 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 75/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 75/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE LIVROS PARA USO NA BIBLIOTECA PÚBLICA EUCLIDES DA CUNHA, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 09/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 02 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Rescisão N. 0067/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0067/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0431/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KARINE FERNANDES DA SILVA
CPF: 047.617.169-59
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 05 de maio de 2014.

Decreto Nº 11.147/14

DECRETO Nº 11147/14, DE 02 DE JUNHO DE 2014.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 620.000,00 (Seiscentos e vinte mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.049 - Manutenção da Limpeza Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas
620.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES
620.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 76/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 76/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS PARA USO DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 30/06/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 02 de junho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Habilitação TP Nº 10/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2014 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, restando INABILITADA a empresa Asscon-PP Assessoria e Consultoria Pública e Privada EIRELI - EPP e HABILITADAS as empresas Instituto O Barriga Verde, GMC Assessoria e Consultoria Ltda e Fernando da Silva Teixeira - ME. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 02 de Junho de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Xaxim**PREFEITURA****Lei Complementar 142**

LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2014 de 29 de maio de 2014.

Cria o Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC), o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de Xaxim - SC, e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPITULO I**DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - SIMDEC**

Art. 1º. Fica criado o Sistema Municipal de Defesa Civil de Xaxim, mediante atuação conjunta do poder público e das entidades não governamentais, com o objetivo de implantar e manter uma política permanente de prevenção, controle e enfrentamento de situações de emergência ou calamidades públicas.

§ 1º. O Sistema Municipal de Defesa Civil - SIMDEC atuará integrado com os demais sistemas congêneres municipais, estaduais e federais, mantendo estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para ações e esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

§ 2º. São objetivos do SIMDEC:

I - cumprir com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Defesa Civil - PNDEC, bem como com as competências exclusivas dos municípios e com aquelas de responsabilidade comum com os demais Entes Federados.

II - promover ações estruturantes de prevenção, treinamento e educação em defesa civil.

III - planejar e promover a defesa permanente contra desastres.

IV - prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas.

V - atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais sistemas municipais, estadual ou nacional de defesa civil.

§ 3º. Integram o Sistema Municipal de Defesa Civil - SIMDEC:

I - com atuação permanente:

a) O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, designado nos termos desta Lei;

b) O Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC;

c) A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, constituído por servidores contratados e/ou designados pela Administração Municipal, além dos membros indicados pelas entidades listadas nos incisos VII a XIV do § 2º, do art. 2º da Presente Norma.

CAPITULO II**DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO PERMANENTE****DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC**

Art. 2º. Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Xaxim(SC), vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de deliberar sobre a política municipal de defesa civil.

§ 1º. Compete ao Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento do Poder Executivo de Xaxim (SC), desenvolver as seguintes atividades:

- I - Deliberar sobre a política municipal de defesa civil;
- II - Promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;
- III - Coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à Defesa Civil;
- IV - Atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

§ 2º. O COMDEC (Conselho Municipal de Defesa Civil) será presidida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e constituída ainda de representantes governamentais e não governamentais das seguintes unidades, órgãos ou entidades:

- I - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- II - Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos;
- III - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;
- IV - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio-Ambiente e Turismo;
- V - Secretaria Municipal de Educação;
- VI - Secretaria da Fazenda Municipal;
- VII - Coordenadoria Regional de Defesa Civil;
- VIII - Representante do CBMSC, PMSC e PC;
- IX - Representante do Poder Judiciário;
- XI - Representante do Poder Legislativo Municipal;
- XII - Associação dos Bombeiros Comunitários;
- XIII - Câmara dos Dirigentes Lojistas;

§ 3º. O Conselho Municipal de Defesa Civil será designada pelo Chefe do Executivo Municipal, observando indicação pelas unidades, órgãos ou entidades relacionadas no parágrafo anterior, com definição do Presidente, ao qual competirá convocar, dirigir e organizar as atividades da mesma.

§ 4º. No exercício de suas atividades, poderá a COMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§ 5º. A participação no Conselho Municipal de Defesa Civil será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º. Compete ainda ao COMDEC, além das competências previstas no §1º e incisos do Art. 2º da presente norma, supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMDEC, como:

- I - Fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC.
- II - Ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis.
- III - Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte.
- IV - Disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas.
- V - Decidir sobre a aplicação dos recursos.
- VI - Analisar e aprovar anualmente as contas do FUMDEC.
- VII - Promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados.
- VIII - Apresentar, anualmente, relatório de suas atividades.
- IX - Definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC

Art. 4º. Fica criado, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320/64, o Fundo Municipal de Defesa Civil do Município de Xaxim(SC) (FUMDEC), vinculado ao Gabinete do Chefe do Executivo, o qual será gerido pelo Chefe do Executivo Municipal .

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC é um órgão captador e aplicador dos recursos financeiros apurados com a finalidade de prover as ações preventivas, de socorro e assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 5º. Compete ao Órgão Gestor do FUMDEC:

- I - Administrar recursos financeiros.
- II - Cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMDEC.
- III - Preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados.
- IV - Prestar contas da gestão financeira.
- V - Desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Executivo, compatíveis com os objetivos do FUMDEC.

Art. 6º. Constitui receita do FUMDEC:

- I - As dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos.
- II - Verbas repassadas pela Defesa Civil da União, ou do Estado e de outros órgãos oficiais, com a finalidade de promover ações de Defesa Civil (Prevenção e Resposta).
- III - Os recursos transferidos pela União, Estado ou Município, ou por suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações, com a finalidade de promover ações

de Defesa Civil (Prevenção e Resposta).

IV - Os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução.

V - Doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam legalmente destinados por pessoal física ou jurídica.

VI - A remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro de recursos pertencentes ao FUMDEC.

VII - Os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicada e ainda disponível.

VIII - Outros recursos que lhe forem legalmente atribuídos.

Art. 7º. A estrutura orçamentária do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil integrará o Orçamento Geral do Município, em item próprio, constituindo-se em Unidade Orçamentária deste.

§ 1º. A Contabilização do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, será realizada pela Contabilidade do Município.

§ 2º. A movimentação de recursos financeiros do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, serão realizadas por meio de conta corrente específica aberta junto a Banco oficial sediado no Município de Xaxim, ficando tais recursos de receitas auferidas, vinculadas a realização e cobertura de despesas do próprio FUMDEC, sendo o saldo positivo do fundo apurado em balanço, transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 8º. As disposições pertinentes ao Fundo, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º. Em caso de dissolução ou encerramento das atividades do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, os recursos serão transferidos ao órgão central da administração municipal para serem aplicados em despesas inerentes à manutenção e custeio de ações de Defesa Civil.

Art. 10. O FUMDEC será implementado no exercício fiscal de 2013 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do município a partir de 2014.

Parágrafo único. No presente exercício fica o Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no montante necessário para atender às despesas com a execução desta lei.

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

Art. 11. Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do município de Xaxim - SC, diretamente vinculado ao Prefeito Municipal ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 12. Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Defesa Civil: É o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II - Desastre: É o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos

econômicos e sociais.

III - Situação de Emergência: Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta.

IV - Estado de Calamidade Pública: Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Art. 13. A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 14. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 15. A COMPDEC compor-se-á de:

I - Coordenador;

II - Secretaria;

III - Setor Técnico;

IV - Setor Operativo.

Art. 16. Os integrantes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 17. A COMPDEC trabalhará de acordo com previstos no § 2º e incisos do Art 2º da presente Lei, ao qual compete:

I - Propiciar apoio técnico e operacional ao Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC;

II - Colaborar na formação de banco de dados e mapa dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III - Engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV - Manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situação de emergência ou calamidade pública que atinjam o município ou a região;

V - Executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas pelo Conselho Municipal de Defesa Civil, visando atuação conjugada e harmônica.

Art. 18. Os servidores públicos municipais convocados para colaborar nas ações de emergência ou de calamidade pública exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço público relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 19. A decretação de estado de emergência ou estado de calamidade pública incumbe ao Prefeito Municipal, após análise das

informações repassadas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

§ 1º. O decreto municipal identificará os locais ou áreas afetadas e respectivamente estabelecerá quais os efeitos que sobre eles incidirão e o prazo de vigência em conformidade ao inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º. Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, o decreto municipal deverá ser imediatamente remetido à Diretoria Estadual de Defesa Civil/ Secretaria Nacional de Defesa Civil.

§ 3º. Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, se necessário for, o chefe do executivo poderá decretar cessação dos afastamentos de férias dos servidores municipais, em conformidade com a Lei Municipal 1.729/94.

§ 4º. Os eventos anormais e adversos serão notificados à Diretoria Estadual de Defesa Civil e ao Coordenador Regional de Defesa Civil no prazo de até doze horas, mesmo que não caracterizem situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos, ajustes ou convênios de cooperação técnica, operacional ou financeira com órgãos ou entidades, governamentais ou não governamentais, bem como com os demais Entes da Federação, para implemento de ações de proteção e defesa civil no Município de Rio dos Cedros.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, onde será devidamente regulamentada em 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 02 de junho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 242 - PGC - Modelo

Extrato de Contrato nº 242/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Modelo

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Modelo

CNPJ: 83.021.832/0001-11

CONTRATO Nº: 002/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 224,00,00 (duzentos e vinte e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 12 de maio de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 243 - Programa - Santa Cecília

Extrato de Contrato nº 243/2014

Contrato de Programa - Santa Cecília

CONTRATANTE: Município de Santa Cecília

CNPJ: 85.997.237/0001-41

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 039/2014

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Santa Cecília e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Santa Cecília no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Santa Cecília, a fim de que sejam publicados, por meio das

ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 12 de maio de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 244 - Dom - Santa Cecília

Extrato de Contrato nº 244/2014

Contrato de Rateio - Santa Cecília

CONTRATANTE: Município de Santa Cecília

CNPJ: 85.997.237/0001-41

CONTRATO DE RATEIO Nº: 004/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Santa Cecília e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 039/2014.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 21 de maio de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIM-AMAVI

Homologação Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2014

Processo Seletivo Simplificado nº 01/2014
HOMOLOGAÇÃO

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais,

HOMOLOGA:

Art. 1º O Processo Seletivo Simplificado nº 01/2014, restando aprovados os candidatos abaixo para o preenchimento de funções vagas e a formação de Cadastro de Reserva.

Cargo	Candidato	Nota Final
ASSISTENTE SOCIAL	Isolange Boing	5,30
COZINHEIRO	Josiani Velter	6,40
	Aline Conaco da Costa (CR)	5,60
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	Janete Eli Schmitz	5,40

Art. 2º As candidatas classificadas dentro do número de vagas existentes deverão entrar em contato com o CIM-AMAVI para informações acerca da contratação.

Art. 3º As candidatas classificadas além das vagas existentes, integram Cadastro de Reserva (CR) e somente serão contratadas caso venham a surgir novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2014.

Rio do Sul, 2 de junho de 2014.

José Constante
Presidente do CIM-AMAVI

CIMCATARINA

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0003/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 29 de maio a 31 de agosto de 2014.

FORNECEDORES:

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1419;

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1420;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1421;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1422;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1423;

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1424;

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1425;

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1426;

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1427;

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1428;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1429;

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1430;

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1431;

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1432;

GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1433;

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1434;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1435;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1436;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1437;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1438;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1439;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1440;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1441;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1442;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1443;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1444;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1445;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1446;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1447;
 GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1448;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1449;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1450;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1451;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1452;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1453;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1454;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1455;
 GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1456;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1457;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1458;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1459;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1460;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1461;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1462;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1463;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1464;
 GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1465;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1466;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1467;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1468;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1469;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1470;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1471;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº

AT14CINCATARINA1472;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1473;
 GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1474;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1475;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1476;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1477;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1478;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1479;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1480;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1481;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1482;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1483;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1484;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1485;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1486;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1487;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1488;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1489;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1490;
 GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1491;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1492;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1493;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1494;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTD - Ata nº AT14CINCATARINA1495;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1496;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1497;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1498;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1499;
 GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1500;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1501;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1502;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1503;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1504;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1505;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1506;
 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1507;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1508;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1509;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1510;

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1511;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARI-
 NA1512;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1513;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-
 14CINCATARINA1514;
 GESSER MEDICAL LTDA - EPP - Ata nº AT14CINCATARINA1515;
 ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT14CINCATARINA1516;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCA-
 TARINA1517;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº
 AT14CINCATARINA1518;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1519;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1520;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARI-
 NA1521;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-
 14CINCATARINA1522;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCA-
 TARINA1523;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº
 AT14CINCATARINA1524;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1525;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1526;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARI-
 NA1527;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-
 14CINCATARINA1528;
 ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT14CINCATARINA1529;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCA-
 TARINA1530;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº
 AT14CINCATARINA1531;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1532;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1533;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARI-
 NA1534;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1535;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-
 14CINCATARINA1536;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1537;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCA-
 TARINA1538;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº
 AT14CINCATARINA1539;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1540;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1541;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARI-
 NA1542;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-
 14CINCATARINA1543;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCA-
 TARINA1544;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº
 AT14CINCATARINA1545;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1546;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1547;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARI-
 NA1548;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº

AT14CINCATARINA1549;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-
 14CINCATARINA1550;
 ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT14CINCATARINA1551;
 CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCA-
 TARINA1552;
 MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº
 AT14CINCATARINA1553;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1554;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1555;
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARI-
 NA1556;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1557;
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-
 14CINCATARINA1558;
 S & R DISTRIBUIDORA LTDA - Ata nº AT14CINCATARINA1559;
 ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº
 AT14CINCATARINA1560;
 DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-
 RINA1561;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1562;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1563;
 DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-
 RINA1564;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1565;
 DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-
 RINA1566;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1567;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1568;
 DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-
 RINA1569;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1570;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1571;
 DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-
 RINA1572;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1573;
 DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-
 RINA1574;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1575;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1576;
 DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-
 RINA1577;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1578;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1579;
 DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-
 RINA1580;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1581;
 ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1582;
 DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-
 RINA1583;
 COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-
 CATARINA1584;

ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1585;
DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-RINA1586;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1587;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1588;
DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-RINA1589;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1590;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1591;
DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-RINA1592;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1593;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1594;
DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-RINA1595;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1596;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1597;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1598;
DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-RINA1599;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1600;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1601;
DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-RINA1602;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1603;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1604;
DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-RINA1605;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1606;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1607;
DIMASTER-COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT14CINCATA-RINA1608;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1609;
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT14CINCATARI-NA1610;
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-CATARINA1611;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-14CINCATARINA1612.
Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 29.05.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2014.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

Resolução Nº 093, de 30 de Abril de 2014

RESOLUÇÃO Nº 093, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação de exercício anterior, no valor de R\$475.896,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$475.896,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil oitocentos e noventa e seis reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Gestão de Saneamento Básico

3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 40.306,52
3339000000000000 - Aplicações Diretas R\$363.529,90
3449000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 72.059,58
Total R\$475.896,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta do Excesso de Arrecadação do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 30 de abril de 2014.

Hartwig Persuhn
Presidente

Resolução Nº 094, de 30 de Abril de 2014

RESOLUÇÃO Nº 094, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro de exercício anterior, no valor de R\$130.000,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Gestão de Saneamento Básico

3449000000000000 - Aplicações Diretas R\$130.000,00
Total R\$130.000,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 30 de abril de 2014.

Hartwig Persuhn
Presidente

Resolução Nº 095, de 30 de Abril de 2014

RESOLUÇÃO Nº 095, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação de exercício anterior, no valor de R\$17.636,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$17.636,00 (dezessete mil seiscientos e trinta e seis reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Gestão de Turismo
3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$17.636,00
Total R\$17.636,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta do Excesso de Arrecadação do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 30 de abril de 2014.

Hartwig Persuhn
Presidente

Resolução Nº 096, de 30 de Abril de 2014

RESOLUÇÃO Nº 096, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro de exercício anterior, no valor de R\$58.747,03.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$58.747,03 (cinquenta e oito mil setecentos e quarenta e sete reais e três centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Gestão de Turismo
3319000000000000 - Aplicações Diretas R\$58.506,27
3449000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 240,76
Total R\$58.747,03

Art. 2º - O Crédito Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 30 de abril de 2014.

Hartwig Persuhn
Presidente

CIS/AMARP**Portaria Nº 02/2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP

Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.

<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Portaria nº 02/2014

Euzebio Calisto Vieceli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado para exercer o cargo de Diretor Executivo do CIS-AMARP:

MARCÉLO JOSÉ BORSATTI.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 02 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

Resolução Nº 18/2014

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP

Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 - Videira/SC.

<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução Nº 18/2014

Euzebio Calisto Vieceli, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VI, art.17 e inciso VIII do artigo 22 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

CONSIDERANDO que Marcelo José Borsatti-CPF 425.790.239-68 foi nomeado para exercer o cargo de Diretor Executivo desde 02 de junho de 2014,

RESOLVE:

Delegar que o mesmo seja responsável pela movimentação de contas bancárias e os recursos do Consórcio, junto à Instituição Financeira Banco do Brasil, juntamente com o Presidente Euzebio Calisto Viecelli.

O mesmo, juntamente com o Presidente, terá os Poderes de:

EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

AUTORIZAR COBRANCA

UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES

RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO

SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

ENDOSSAR CHEQUE

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

EFETUAR SAQUES - POUPANCA
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO
EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG
CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECURSOS
FEDER-RPG
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/
AASP
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTOS E OP.
CREDITO
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO
EMITIR COMPROVANTES
EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELE-
TRONICO
ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO -
DDA

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 02 de junho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Presidente CIS-AMARP

CIS/AMUREL

Extrato de Contrato de Prestação de Serviços - 02/2014

EXTRATO DE CONTRATO

CT nº. 02/2014

Contratante: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Contratada: Patrícia Vieira Martins - ME

Objeto: Contrato para prestação de serviços na área administrativa junto ao setor contábil, patrimonial e financeiro ao Contratante.

Amparo Legal: Lei nº. 8.666/93

Data da Assinatura: 20/01/2014.

Assinantes: Jaime Wensing pelo contratante e, Patrícia Vieira Martins pela contratada.

Extrato de Contrato de Rateio 17/2014 - Imituba

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº 17/2014

Município: Imituba

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05.

Data da Assinatura: 03/04/2014.

Assinantes: Jaison Cardoso de Souza e Maria Martins dos Passos Souza pelo Município, e Jaime Wensing pelo Consórcio.

Extrato de Contrato de Rateio 10.A/2014 - Jaguaruna

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 10.A/2014/FMS

Município: Jaguaruna

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 03/02/2014.

Assinantes: Luiz Arnaldo Napoli e Jailton de Lima pelo Município e Jaime Wensing pelo Consórcio.

Extrato de Contrato de Credenciamento 42/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 42/2014.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: FERNANDO KINDERMANN DE OLIVEIRA EIRELI - Clínica Kindermann

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de Reumatologia e exame de Ultrassonografia de Articulação.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 20/05/2014.

Assinantes: Jaime Wensing pelo Contratante e, Sandra Regina Volpato de Oliveira pelo Contratado.

CITMAR**Errata ao Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº. 03/2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

ERRATA AO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2014

Nº. Processo: 03/2014.

Objeto: É objeto do presente a Cessão de Espaço, denominado "Stand" na 18ª AVIRRP 2014 - Encontro Nacional das Agências de Viagem, buscando promover a divulgação da região dos municípios integrantes do CITMAR (Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo), a ser realizado no dias 15 e 16 de agosto de 2014 no Centro de Eventos Taiwan - Ribeirão Preto/SP.

Total de Itens Licitados: 00001.

Fundamento Legal: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93.

Justificativa: Objeto praticado unicamente pela referida empresa que tem exclusividade na organização do presente evento.

Declaração de Inexigibilidade em 29/05/2014 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº. 25.073.

Ratificação em 30/05/2014 - Ana Paula da Silva - Presidente CITMAR / Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.

Valor: R\$ 21.893,00 (vinte e um mil e oitocentos e noventa e três reais).

Contratada: ASSOCIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO - CNPJ 01.868.035/0001-00

Itajaí/SC, 30 de Maio de 2014.

Ana Paula da Silva
Presidente CITMAR

Célio José Bernardino
Diretor Executivo - CITMAR.